REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

EQUIPE EDITORIAL

EDITOR
Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves
Universidade Estadual de Goiás (UEG), Brasil

SECRETARIA EXECUTIVA
Maria Clara Multini Belchior
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP- Araraquara), Brasil

DIAGRAMADORA
Carolina Teixeira da Silva

SUPORTE TÉCNICO
Givaldo Ramos da Silva Filho
Rafael Todescato Cavalheiro
Suporte Open Journal Systems - Editora UFGD

CONSELHO EXECUTIVO
Dr. Adão Francisco de Oliveira
Universidade Federal de Tocantins (UFT), Brasil
Dra Ana Carolina de Oliveira Marques
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil
Dr. William Simões
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Brasil
Ms. Cezar Barros
Universidade de São Paulo (USP), Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO
Dr. Alessandro Gallo, Università Ca' Foscari di Venezia, Itália
Dra. Ana Fani Alessandri Carlos, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Dr. Antonio Augusto Rossotto Ioris, University of Edinburgh, Scotland, Reino Unido
Dr. Antônio Vázquez-Barquero, Universidad Autónoma de Madrid (UAM), Espanha
Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Dra. Beatriz Ribeiro Soares, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil
Dr. Charlei Aparecido da Silva, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil
Dra. Claudete Vitte, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
Dr. Cristián Ruiz Henríquez, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile
Dra. Diana Lan, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN), Argentina
Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil
Dr. Eduardo Salinas Chavez, Universidad de La Habana (UH), Cuba

Dr. Eliseu Savério Spósito, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Dr. Emerson Galvani, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas, Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil
Dr. Everaldo Santos Melazzo, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Dr. Federico Arenas Vazquez, Pontificia Universidad Católica de Chile (UC), Chile
Dr. Hervé Théry, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Dr. João Lima Sant´Anna Netto, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Dr. José Alberto Rio Fernandez, Universidade do Porto, Portugal
Dr. José Borzacchiello da Silva, Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil
Dr. José Gilberto de Souza, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Dr. Luis Cruz Lima, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Brasil
Dra. Lisandra Pereira Lamoso, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil
Dr. Marcelo Lopes de Souza, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil
Dr. Márcio Antonio Cataia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
Dr. Márcio Piñon de Oliveira, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil
Dr. Marcos Aurelio Saquet, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Brasil
Dra. Maria Encarnação Beltrão Spósito, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Dra. Maria Geralda Almeida, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil
Dra. Maria Laura Silveira, Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina
Dra. Maria Tereza Duarte Paes, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
Dr. Nelson Rego, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil
Dr. Paulo César da Costa Gomes, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil
Dr. Pedro Almeida Vasconcelos, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil
Dr. Rogério Haesbaert da Costa, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil
Dr. Ruy Moreira, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil
Dr. Samuel do Carmo Lima, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil
Dra. Sandra Elisa Contri Pitton, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Dr. Sylvio Fausto Gil Filho, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil
Dr. Tadeu Pereira Alencar Arrais, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

SUMÁRIO

06 **EDITORIAL OUTROS OUTUBROS VIRÃO**
DOI 10.5418/ra2022.v18i35.16110
Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves

09 **POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA O ENSINO SUPERIOR: CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO E ECONÔMICO DE IMPLEMENTAÇÃO EM FRANÇA, PORTUGAL E BRASIL**
DOI 10.5418/ra2022.v18i35.12681
Margarida Cassia Campos

29 **ESCOLA "SEM" PARTIDO: E AGORA, COMO ENSINAR GEOGRAFIA?**
DOI 10.5418/ra2022.v18i35.10901
Thiara Vichiato Breda, Thalles Vichiato Breda

45 **ESPAÇO-TEMPO NA VOZ DE OUTREM: O ENSINO DE CARTOGRAFIA PARA ALUNOS DE ENSINO FUNDAMENTAL**
Gisa Fernanda Siega Rocha, Silvia Elena Ventorini

67 **O PARADIGMA DA CIÊNCIA MODERNA E O DIÁLOGO ENTRE GEOGRAFIA, ARTE E LITERATURA**
DOI 10.5418/ra2022.v18i35.15174
Mariane Motta Ferreirinha

85 **OS "VIÚVOS" DA CANA: O FIM DAS MIGRAÇÕES SAZONAIS PARA OS CANAVIAIS DO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP)**
DOI 10.5418/ra2022.v18i35.15423
Fredi dos Santos Bento / Antonio Thomaz Junior

113 **PÓS-REFORMA AGRÁRIA: A QUEM PERTENCEM OS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO INCRA?**
DOI 10.5418/ra2022.v18i35.14982
Marcelo Fernando Terence

133 **DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO LARANJA DOCE, MATO GROSSO DO SUL**
DOI 10.5418/ra2022.v18i35.13822
Lorrane Barbosa Alves, Charlei Aparecido da Silva, Rafael Brugnolli Medeiros

157 **A QUESTÃO AMBIENTAL E AS OCUPAÇÕES IRREGULARES EM LONDRINA: REFLEXÕES A PARTIR DOS FÓRUNS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR (2018-2028)**
DOI 10.5418/ra2022.v18i35.15558
Léia Aparecida Veiga, Ideni Terezinha Antonello, Alan Alves Alievi

178 **RESENHA EDUCAÇÃO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
DOI 10.5418/ra2022.v18i35.16031
Aristides Moysés

181 **ENTREVISTA COM O PROFESSOR HORIESTE GOMES**
DOI 10.5418/ra2022.v18i35.16032
Weder David de Freitas

REVISTA DA ANPEGE. V. 18. Nº. 35 — ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X 25
DOI 10.5418/ra2022.v18i35.16110

EDITORIAL

Outros Outubros Virão

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves

Universidade Estadual de Goiás (UEG)
ricardo.goncalves@ueg.br

EDITORIAL
OUTROS OUTUBROS VIRÃO

É praticamente consensual a ideia de que há um modo brasileiro de se fazer geografia. Autoras e autores que investigam a produção do pensamento geográfico, as teorias, os métodos e as epistemologias geográficas são eloquentes ao defenderem que a Geografia feita no Brasil é uma das mais alvissareiras do mundo. Em consenso dizem que há, de fato, esta identidade: a Geografia brasileira.

Muitos dessas autoras e autores, alicerçados por teses, dissertações, pesquisas, grupos de estudos, colóquios e revistas; ou sustentados em múltiplos diálogos de saberes com outras regiões e países, defendem um conjunto de características arvoradas nos últimos quarenta anos da produção geográfica brasileira.

Dizem eles que a Geografia brasileira se caracteriza por um profundo engajamento. O diálogo com os movimentos sociais; o comprometimento político em defesa de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses; assim como o ativismo ambiental estão no centro do pensar e do fazer geográficos no Brasil.

A Geografia brasileira também amadurece o entendimento de suas categorias, avança em temas como a mobilidade e o planejamento urbanos, implicações ambientais de grandes projetos extrativistas, políticas públicas, questão agrária, cartografias existenciais de Pessoas com Deficiência, interpretações literogeográficas de obras literárias em prosa ou versos.

Ademais, a produção neste campo de saber em nível de Pós-Graduação se expandiu no país com novos programas de mestrado e de doutorado em todas as regiões. Esse fato alargou e tornou possível a realização de pesquisas que avultam a interpretação do Brasil profundo, por exemplo, dos territórios da Amazônia e do Cerrado, fronteiras da pilhagem de bens comuns naturais e da expropriação compulsória de comunidades locais.

O pulo da Geografia do eixo Rio-São Paulo para as demais regiões em nível de Pós-Graduação intensificou a multiplicidade de pesquisas, a formação de geógrafos, a diversidade de teorias e abordagens metodológicas. O Brasil tornou-se palmilhado pelo olhar de novos geógrafos e geógrafas.

Sendo assim, observa-se que a diversidade ocorre também por uma espécie de divisão regional do trabalho geográfico. As Geografias produzidas em diferentes regiões se situam a partir de seus temas, territórios, sujeitos e classes socais.

Lógico que como qualquer outra atividade humana, a Geografia brasileira possui contradições. De seu bojo surgem conflitos ideológicos, metodológicos, políticos ou de outras matizes. Todavia, o certo é que como o objetivo da Revista da ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, é retratar a diversidade, a pluralidade, as contradições, os conflitos e todas as características da Geografia brasileira atualmente, espera-se que as páginas deste número e dos demais sejam abertas com alegria, coragem e engajamento.

Diante disso, queremos propor uma linha editorial que respeite as diferentes posições teóricas, políticas e ideológicas. Contudo, sobre a assertiva desta característica primaz dos últimos quarenta anos: o engajamento.

Desta feita, esboçam-se os critérios de avaliação dos textos a partir do acolhimento e da aceitação dos tra-

balhos feitos na pós-graduação em Geografia no Brasil; das pesquisas realizadas em distintos países e que fazem desta ciência um campo plural e comprometido com a emancipação dos esfarrapados do mundo, a quem Paulo Freire dedicou seu livro Pedagogia do Oprimido.

A posição política na Revista da ANPEGE (2022-2023) não se renderá aos critérios supostamente meritocráticos e metrificados que empenham o rubor de uma visada neoliberal no controle da produção científica nacional e mundial. Defende-se, ao contrário, o conhecimento aberto, livre e plural; assim como as possibilidades de ser um espaço pautado na bibliodiversidade, guardiã da diversidade da produção acadêmica nacional e internacional, da multiplicidade de temas, abordagens metodológicas e saberes em distintas escalas, cores, sabores e línguas.

Destacamos também que o formalismo cunhado pela produção de texto sob o controle do Estado e suas agências liberais não será um critério de relevância. Isso não quer dizer que não nos valeremos de referências científicas rigorosas, assim como éticas, políticas e ideológicas.

Solicita-se a coerência e a coesão textuais. Defendem-se os critérios de autonomia e de responsabilidade com o pensar geográfico, postula-se a abertura à criatividade e à ação de combate a todos os modelos opressivos. Elementos esses que também se evocam nas textualidades. Sendo assim, a assumência da postura crítica é o signo que pede passagem nos textos publicados na Revista da ANPEGE.

Por fim, a atual direção da ANPEGE - em parceria com membros do Conselho Consultivo, editores, pesquisadores e coordenadores de Pós-Graduação de todo o Brasil - está segura de que a Geografia brasileira não pode se anestesiar diante da atual conjuntura econômica e política.

Pesquisadores críticos, ativistas ambientais e de movimentos sociais e sindicais, defensores dos direitos da natureza, da emancipação territorial, dos povos do campo, das águas e das florestas estão ameaçados e tombados nos arrabaldes do país.

Diante disso, a Geografia que fazemos e sonhamos será parte do triunfo da mudança, do semear e florescer de um país onde defensores da Amazônia e dos povos indígenas, como Bruno Pereira (Presente!) e Dom Phillips (Presente!), não sejam brutalmente assassinados. Pelo contrário, serão parte do encontro inexorável com a justiça.

Estamos certos de que os versos escritos por Milton Nascimento e Fernando Brant, da letra de música O que foi devera, poderão ser cantados por todas e todos: “Outros outubros virão / Outras manhãs, plenas de sol e de luz”.

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves
Editor da Revista da ANPEGE (2022-2023)
Goiânia (GO), 18 de junho de 2022

REVISTA DA ANPEGE. V. 18. Nº. 35 — ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X 25
DOI 10.5418/ra2022.v18i35.12681

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA O ENSINO SUPERIOR: contexto sócio-político e econômico de implementação em França, Portugal e Brasil

AFFIRMATIVE ACTION POLICIES FOR HIGHER EDUCATION: socio- political and economic context of implementation in France, Portugal and Brazil

POLITIQUES D' ACTION POSITIVE POUR L' ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR: contexte socio-politique et économique de la mise en oeuvre en France, au Portugal et au Brésil.

Margarida Cassia Campos

Universidade Estadual de Londrina (UEL)
mcassiacampos@uel.br

RESUMO

O objetivo do presente texto é discutir em que contexto sócio-econômico-político foram implementadas políticas de ações afirmativas para estudantes negros, indígenas, baixa renda, quilombolas, pessoas com deficiência no Brasil, na França para jovens territorializados nas periferias das cidades - tendo como estudo de caso o Instituto de Ciência Política de Paris (*Science Po*.) - e em Portugal para a população cigana. Para tanto utilizou-se de pesquisa do tipo qualitativa, com ênfase em uma abordagem interpretativa, onde se propõe a expressar o fenômeno estudado, dando mais liberdade e novas possibilidades para a pesquisadora no entendimento da realidade. Como procedimento metodológico utilizou-se de levantamento bibliográfico e sistematização dos conceitos e dados levantados. Os resultados evidenciam que um país, ao implementar políticas públicas de ação afirmativa, em especial na educação, viabiliza processos de democratização no que se refere ao acesso a bens públicos, bem como à oportunidade de uma vida digna para todos os cidadãos. A investigação foi desenvolvida no âmbito do estágio de pós-doutoramento realizado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
Palavras-chave: desigualdades, cotas, universidade

RÉSUMÉ

L'objectif de cetexte est d'examinerdansquelcontexte socio-économique et politique des politiques de discrimination positive ontétémisesenœuvrepourlesétudiantsnoirs, indigènes, à faiblesrevenus, quilombos et handicapésauBrésil, en France pourlesjeunesterritorialisésdanslespériphéries de laville - comme une étude de cas de l'Institut de Sciences Politiques de Paris (Science Po.) - et au Portugal pourlapopulation Rom. À cettefin, une recherchequalitative a étéutilisée, enmettantl'accentsur une approcheinterprétative, oùlebut est d'exprimerlephénomèneétudié, endonnant plus de liberté et de nouvellespossibilitésauchercheurpourcomprendrelaréalité. Commeprocédureméthodologique, desenquêtesbibliographiques et lasystématisationdesconcepts et desdonnéesétudiésontétéutilisées. Lesrésultatsmontrentqu'unpays, enmettantenœuvredes politiques publiques d'action positive, notammentdansledomaine de l'éducation, rendpossibledesprocessus de démocratisationconcernantl'accèsauxbienspublics, ainsi que lapossibilité d'une vie digne pourtouslescitoyens. La recherche a étémenéedanslecadredustage post-doctoralau Centre d'ÉtudesSociales de l'Université de Coimbra.
Mots-clés :inégalités, quotas, université

ABSTRACT

The objective of this text is to discuss in which socio-economic-political context affirmative action policies have been implemented for black, indigenous, low-income, quilombola, and disabled students in Brazil, France for young people territorialized in the peripheries of the city-as a case study of the Institute of Political Science of Paris (Science Po.)-and in Portugal for the Roma population. For this purpose, qualitative research was used, with emphasis on an interpretative approach, where it proposes to express the phenomenon studied, giving more freedom and new possibilities for the researcher to understand reality. As a methodological procedure, we used bibliographic survey and systematization of the concepts and data surveyed. The results show that a country, by implementing public policies of affirmative action, especially in education, enables processes of democratization regarding the access to public goods, as well as the opportunity for a dignified life for all citizens. The research was developed as part of the post-doctoral internship held at the Centre for Social Studies of the University of Coimbra.
Keywords: inequalities, quotas, university

Introdução

As iniciativas de adoção de políticas públicas de ações afirmativas aparecem pela primeira vez na Índia em meados do século XX, não obstante, podem ser adotadas pela iniciativa privada, em vários campos sociais como educação, saúde, trabalho, renda etc. Neste texto, dar-se-á, ênfase as políticas de ação afirmativa públicas de reserva de vagas e/ou de permanência nas universidades.

O objetivo do presente texto é discutir em que contexto sócio-econômico-político foram implementadas políticas de ações afirmativas para estudantes negros, indígenas, baixa renda, quilombolas, pessoas com deficiência no Brasil, na França para jovens territorializados nas periferias das cidades - tendo como estudo de caso o Instituto de Ciência Política de Paris (*Science Po*.) - e em Portugal para a população cigana. Como procedimento metodológico utilizou-se de levantamento bibliográfico e sistematização dos conceitos e dados levantados.

Ao longo deste texto espera-se responder alguns questionamentos como: A ideia de raça materializada nas relações sociais por meio do racismo interdita alguns grupos populacionais de acessarem os bens públicos de uma dada nação? As ações afirmativas podem ser vistas como sendo uma reparação histórica, formas de compensação, ou políticas de redistribuição de justiça social? A atuação do movimento negro, a Conferência de Durban e os governos progressistas Lula/Dilma foram fundamentais para implementação e consolidação de reserva de vagas nas universidades brasileiras? Em que conjunturas sócio-políticas e econômicas foram implementadas a reserva de vagas da *Science Po* para estudantes provenientes das periferias francesas? Por que em 2015 surge em Portugal o primeiro programa de ação afirmativa de incentivo a permanência para estudantes ciganos nas universidades?

Ações Afirmativas: natureza, finalidade e relevância

Discutir sobre a natureza, finalidade e relevância das ações afirmativas pressupõe contextualizar raça e racismo. Para Guimarães (2009) e Gomes (2017) o conceito raça sempre foi utilizado como formas de classificação social dos sujeitos, remetendo a base biológica direta, ou indiretamente. A heteroidentificação por raça, pauta-se nos marcadores fisionômicos, ou fenotípicos (cabelo, nariz, cor de pele, formato do corpo) com objetivo primeiro de inferiorizar alguns grupos sociais. Neste sentido, torna-se uma categoria importante de debate das ciências sociais no Brasil, a serviço da luta antirracista. Na França, porém o termo raça é um tabu, segundo Sabbagh (2013) isso ocorre devido a deslegitimação do racismo biológico e também a detenção e deportação de judeus durante o governo Vichy, tais fatos desqualificaram e criminalizaram moralmente o uso do conceito, apenas cientistas políticos que estudam a história e os efeitos do racismo, grupos de extrema direita e legisladores preocupados em proibir distinções baseadas nesta noção, que para eles é desrespeitosa, utilizam o termo raça no país europeu. Até mesmo as associações antirracistas como por exemplo o *SOS Racisme*, não utilizam raça e reprovam veementemente qualquer tipo de Censo que possa induzir que um indivíduo responda questionamento de autoidentificação racial, ou étnica. Em Portugal, muito próximo do que ocorre em França, apenas alguns cientistas sociais têm discutido esse conceito, direcionado para as desigualdades vivenciadas nas populações racializadas como Cristina Roldão, Marta Araújo e Silvia Maeso. No Censo demográfico também não consta questões sobre pertença étnico-racial[1]

Portanto, o Brasil entre os três países é o que mais avançou nas discussões sobre o uso do conceito raça, em especial como aponta Gomes (2017) pela atuação do movimento negro como sujeito pedagógico que trouxe nos últimos anos para o debate cientifico, por meio de seus intelectuais, discussões sobre raça, racismo e desigualdades.

A raça passa a ser discutida não do ponto de vista biológico, mas como uma construção social, para ressignificar e recodificar politicamente o conceito.

Se a raça é uma invenção social, quem a mantem viva é o racismo como aponta Santos (2009), considerado aqui como um "sistema de dominação e opressão estrutural pautado numa racionalidade que hierarquiza grupos e baseado na crença da superioridade e inferioridade racial [...]" Gomes (2017, p. 98). Esse sistema de opressão e dominação como fenômeno social, ganha espaço como ideologia fortemente arraigada na colonização europeia na África, Ásia e América a partir do século XV com objetivo de justificar a exploração, pilhagem e escravização dos povos considerados como inferiores. Já no século XIX o racismo apresenta novas concepções, por meio da produção de teses cientificas que justificavam biologicamente a existência de raças inferiores e superiores, sendo assim o conceito raça eleva-se como categoria no meio cientifico, esse período ficou caracterizado como racismo cientifico e deu base para a criação para o ramo da biologia denominado de Eugênica, com franco desenvolvimento entre os séculos XIX e XX, pensada para controlar o corpo, melhorar a raça e branquear a população dos países considerados degenerados racialmente.

O racismo cientifico e a Eugênia foram o lastro teórico de sustentação do arianismo no governo nazista de Hitler (1933-1945), e após o mundo ter apercebido dos horrores causados pelas teorias acadêmicas racistas, com a morte de milhões de europeus judeus nos campos de concentração (tendo em vista que milhares de indígenas e africanos haviam sido escravizados e mortos por meio da mesma base cientifica e ideológica), o conceito raça, com base em concepções biológicas recebe uma rejeição nos meios científicos tanto na Europa quanto nos Estados Unidos.

Outrossim, as ideologias da existência de raças inferiores e superiores atualmente estão arraigadas nas sociedades, o racismo tornou-se uma forma eficaz de separar corpos no espaço como aponta Roldão (2015), por meio de uma série de regulamentos, leis e normas de comportamento que definem e justificam as relações de poder e privilégios para a branquitude, e servidão e pobreza à negritude, denominadas de racismo estrutural. As concepções que justificam os lugares da branquitude são organizadas por ideias que negam o racismo, no Brasil com os trabalhos sobre democracia racial, em Portugal lusotropicalismo[2] e a interculturalidade por meio da propagação de ideologia sobre um país colonial bem sucedido que promoveu uma harmoniosa miscigenação como aponta Araújo (2018), e França na defesa da igualdade formal de todos cidadãos e da opção por discursos estatais a favor da diversidade.

Como resistência e contraponto no Brasil, a participação do movimento negro após 1970 foi crucial para desmistificar a democracia racial e a ideologia da mestiçagem, o que possibilitou a abertura de um debate sobre a implementação de políticas de ações afirmativas, pressionado por dados dos censos demográficos que demonstravam o racismo como condição *sine quo non* de produção de desigualdades do país. França e Portugal atualmente negam a recolha de estatísticas sobre pertença étnico-racial, sob a premissa que todos são iguais sem distinção de raça, etnia e crença. Este fato é fundamental para entendemos porque no Brasil houve uma ampla implementação de políticas públicas de ação afirmativa para indígenas, baixa renda, quilombolas, negros e pessoas com deficiência e nos outros dois países esse processo ainda gira em torno do Estado reconhecer o racismo como produtor de desigualdades que acumuladas ao longo do tempo nos descendentes de alguns grupos racializados, impacta em suas condições de vida, produzindo invisibilidades e (sub) cidadanias como aponta Pires (2013).

Portanto, ao reconhecer o racismo como um fenômeno social que interdita as populações racializadas de acessarem espaços de interlocução e representatividade, o Estado por meio de políticas públicas cria e implementa mecanismos para remediar o passado discriminatório, denominado de políticas públicas de ação afirmativa. Tais medidas foram implantadas pela primeira vez na Índia na Constituição de 1948 em favor dos grupos sociais racializados, e foram adotadas nos Estados Unidos[3] no final da década de 1960 em benefícios dos negros que sofreram com o processo de segregação legal iniciado entre os finais do século XIX início do XX. Atualmente vários países possuem tais mecanismos, em alguns casos emprega-se a denominação, discriminação positiva, com na França.

As políticas de ações afirmativas podem ser privadas ou públicas. No presente texto destaca-se a segunda possibilidade devido o tema estudado voltar-se para as iniciativas estatais de implementação de ações afirmativas na educação superior. Quanto a natureza e a finalidade das políticas de ações afirmativas, existe uma vasta produção cientifica que evoca fundamentos diferentes, mas que na essência não se contrapõem: alguns autores destacam a reparação e a compensação como justificativa (Silva, 2009, Pires, 2013), outros a percebem como sendo uma forma de garantir justiça distributiva e igualdade de oportunidades (Andrews, 1999; ONU, 2001; Gomes, 2001 Medeiros, 2007), também há os que concebem na perspectiva de cumprir uma agenda de direitos humanos (Piovesan, 2007). Porém, parece haver um certo consenso quanto a relevância de que servem primordialmente para combater a discriminação racial presente e eliminar as desigualdades acumuladas pelos descendentes das populações racializadas.

Sobre as concepções tendo como base a reparação e compensação, existem argumentos, como por exemplo de Gomes (2001) de que não se pode obrigar um grupo populacional no presente assumir o ônus negativo provocado por seus antepassados, juridicamente esse ato seria ilegal, apenas o indivíduo que sofre o dano pode reclamá-lo aquele que praticou tal ato. Mas, Pires (2013) defende que a perspectiva da reparação e compensação precisa ser vislumbrada num processo de divisão dos ônus entre os diversos grupos populacionais da nação brasileira no sentido de promover uma sociedade mais justa, fraterna e plural; tendo em vista que é preciso assumir que alguns grupos hoje se beneficiam dos privilégios gerados da escravização dos negros no passado. E acrescenta-se da colonização e perseguição e opressão de algumas minorias em França e Portugal. Santos (2014a) aponta que natureza e legitimidade das ações afirmativas vista por meio de compensação e reparação evoca um fundamento filosófico, de igual modo importante para conceber que é preciso que a escravização e discriminação sofrida por ascendentes no passado precisam ser reparadas.

No que tange a evocação das ações afirmativas numa perspectiva de atender aos direitos humanos, Piovesan (2007) defende que a natureza e finalidade dessa política vai ao encontro da promoção de justiça social que reconheça o direito a diferença, e assegure um projeto democrático de enfrentamento a discriminação por meio de medidas de promoção da igualdade substantiva dos grupos vulneráveis.

Na perspectiva de justiça distributiva e de garantia de igualdade de oportunidades na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata realizada na África do Sul figura a obrigação do Estado Nação promover "...desenvolvimento social igualitário e para a realização de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de todas as vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata..." e ainda "promover sua plena integração na sociedade", garantindo a todos igualdade de condições (ONU, 2001, p.21).

Santos (2014a) apresenta que a defesa da justiça distributiva obriga o Estado a prover benefícios aos sujeitos que foram vítimas de discriminação histórica, por motivos raciais, étnicos, religioso e gênero produzindo ações que permita inclui-los em espaços sub-representados. Ações afirmativas neste viés apresentado pelo autor atende o princípio da representatividade, elevando os sujeitos racializados para espaços de prestígio, poder econômico e político, de produção e reprodução de conhecimentos, sujeitos formadores de opinião; instrumento importante de inspiração das gerações mais jovens.

Por fim defende-se a natureza, finalidade e relevância das ações afirmativas a partir de três perspectivas; a primeira de reparação e compensação, no viés de que o passado de perseguições, de legado racista, escravagista, machista e colonialista produziu inúmeras injustiças de desumanização e extermínios que se perpetuaram e acumularam ao longo da história nas populações negras no Brasil, habitantes de ex-colonias em França e ciganos em Portugal, e em mulheres e minorias religiosas em inúmeras sociedades, portanto existe sim a necessidade de criar políticas públicas com fundamento filosófico de compensação e reparação, pois essas populações estão em desvantagem no processo de competição social. Em segundo essas medidas serviriam para reconhecer e valorizar a cultura, memória, sabedoria e contribuição dessas minorias, em especial por meio de leis e regulamentos educacionais de inserção de conteúdos nos currículos escolares que não reproduzem estereotípicos negativos, misóginos, colonialista e racistas, mas saberes decolonial, antirracistas de reconhecimento e respeito a diferença. E em terceiro lugar as políticas de ações afirmativas precisam ser pensadas em um horizonte de justiça distributiva de acesso a oportunidades e garantia da igualdade substantiva daqueles dantes interditados por ideologias de inferiorização das populações racializadas.

Contexto sócio-político e econômico do advento de ações afirmativas no ensino superior no Brasil, França e Portugal

Sabe-se que leis e decretos de viés mais progressistas que afrontam privilégios de grupos sociais hegemônicos aparecem em momentos singulares da história de um país, Na Índia por exemplo as ações afirmativas tornaram-se leis após o fim do governo administrativo (colonial) inglês e a criação de uma Constituição (1949) com medidas para coibir as desigualdades e discriminação com base em casta e gênero com objetivo primordial de democratizar os direitos de todos, o processo foi conduzido por lideranças *dalits,* que historicamente foram vítimas de racismo. Portanto, alguns fatores são preponderantes para o advento de políticas públicas em benefícios das populações racializadas, neste sentido pretende-se apontar hipóteses que podem explicar a implementação de ações afirmativas no ensino superior no Brasil, França e Portugal no contexto político, econômico e social.

O caso do Brasil: o papel do movimento negro para adoção de ações afirmativas

No Brasil acredita-se em três fatores fundantes, sendo o primeiro transversalmente distribuído nos outros dois. Outrossim, em primeiro lugar e com maior grau de importância de atuação o movimento negro, em segundo a participação do Brasil na Conferência de Durban em 2001 e por último a instalação no poder político do país de um governo progressista após 2003.

Tendo em vista que o movimento negro sempre teve um projeto educativo emancipatório para a nação brasileira, Gomes (2017, p.14) assevera o papel cumprindo por esse agente como "educador, produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil". Projeto este defendido desde a década de 1930 pela Frente Negra Brasileira (em 1936 virou partido político) e pelo Teatro Experimental

do Negro (em atividade entre os anos de 1944 a 1968), ambos agentes concebiam a educação como importante espaço de transformação social, por isso mantinham em suas dependências várias propostas de instrução escolar, atividades artísticas, desportivas e culturais em uma época que os índices educacionais do povo negro eram baixíssimos, devido aos mais cruéis interditos herdados da escravização há pouco finalizada legalmente, e vista como dádiva da generosidade branca que por sua vez coibiu medidas de reparação. Além de organizar alguns congressos nacionais que pautava a pertinência de ações afirmativas para corrigir as desigualdades raciais no país, Nascimento e Nascimento (2004) ainda acrescenta que os eventos transcorridos antes da constituinte de 1946 propunha a adoção de políticas públicas compensatórias de reserva de vagas nos pleitos eleitorais para negros, ou seja, essa reinvindicação existia no Brasil antes da implantação de cotas raciais nos Estados Unidos, portanto não faz sentido dizer que o Brasil copiou o sistema de cotas americano.

O golpe militar desarticulou os movimentos de caráter progressista no Brasil, mas muitos/as ativistas negros/as, continuaram elaborando estratégias de resistência tanto à ditadura como contra o racismo. Segundo Gomes (2017) em decorrência dos vários atos de discriminação racial e de racismo durante o governo militar, em meados de 1978 já na esteira da redemocratização foi fundado em São Paulo o Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico- Racial (MUCDR) que em 1979 foi rebatizado como Movimento Negro Unificado (MNU) ainda em atividade atualmente.

Já na década de 1980 o movimento negro, como muitos de seus membros engajados em partidos progressistas, a priori coloca-se favorável às políticas compensatórias de educação de viés universalista pautado em classe social, em segundo momento compreende que tais políticas não incluíam a população negra, a partir de então aparecem as manifestações favoráveis à políticas públicas de ação afirmativa raciais tanto na educação como no trabalho. Sendo assim segundo Moehlecke (2002) em 1983 o deputado federal Abdias do Nascimento (importante ativista do Movimento Negro) propõe o projeto de lei 1.332 de ação compensatória com reserva de vagas para mulheres e homens negros/as no serviço público, bolsas de estudo para negros/as, incorporação de uma imagem positiva da família negra no sistema de ensino, introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil. Infelizmente, essa iniciativa de criação de ação afirmativa pública não foi aprovada pelo Congresso Nacional, o Brasil não tinha neste momento histórico uma conjectura política, econômica e social favorável, o movimento negro precisaria de mais duas décadas de discussões e tensionamentos.

Ainda na década de 1980 algumas conquistas do movimento negro foram importantes para a luta antirracista como: o reconhecimento em 1984 da Serra da Barriga como patrimônio histórico, e a participação ativa e combativa na Constituinte, segundo Neris (2018) em 1986 o Movimento Negro Unificado realizou um Encontro Nacional em Brasília com o tema “O Negro e a Constituinte”, ao final produziu-se uma carta com as demandas que deveriam ser pautadas. Porém, após passar pelas subcomissões com atuação fundamental da deputada Benedita da Silva e de representantes do movimento negro, apenas duas proposições foram transformadas em leis na Constituição Federal (1988): a criminalização do racismo (art 5°) e a demarcação de Terras Quilombolas (art. 68°), outras questões foram diluídas no texto, como inserção no currículo da educação básica da história e cultura da África, dos afro-brasileiros e indígenas, que aparece no artigo 242 da Constituição de 1988, mas considerando as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro. É importante ressaltar que entre as propostas defendidas pelo movimento negro na constituinte haviam várias de combate a todas as formas de desigualdades - como por exemplo a reforma agrária, este fato indica um projeto nacional de melhoria da qualidade

de vida para os brasileiros independentemente da cor/raça e etnia. As propostas de ação compensatória (reserva de vagas no ensino superior e em postos de trabalho) foram refutadas pois entendiam naquele momento histórico que tais medidas contrapunha o princípio da igualdade e da isonomia. Décadas mais tarde, o princípio de garantia da isonomia foi mobilizado para legitimar as leis de cotas raciais, devido a presença das desigualdades no acesso no ensino superior.

Nos anos da década de 1990 com a presença crescente de muitos ativistas do movimento negro que tornam-se intelectuais com mestrado e doutorado, o mito da democracia racial como ideologia inferiorizante que naturaliza as desigualdades, o conceito de raça e sua manifestação social o racismo, ganham espaço no debate acadêmico nacional e de várias formas são reverberadas para o púbico em geral. As pesquisas utilizando-se de estatísticas oficiais demonstraram as profundas desigualdades entre brancos e negros em todas as áreas e setores da economia, política e sociedade brasileira. Tais dados serviram como instrumentos de legitimação da adoção de políticas com foco nas populações negras, após os anos 2000.

Várias manifestações públicas pautadas pelo movimento negro, ocorreram tanto nos anos 1980 quanto 1990 do século XX com foco na luta antirracista, como por exemplo, a Marcha Zumbi dos Palmares em 1995, com mais de 30 mil participantes que entre outras reinvindicações exigia a implementação de políticas públicas de recorte racial, reclamada no documento entregue pessoalmente ao presidente da República Fernando Henrique Cardoso denominado de "Manifesto à Nação contra o racismo e pelo direito a vida".

Neste sentido o movimento negro brasileiro demonstrou uma postura combatente nas décadas de 1980 e 1990, sendo o protagonista da implantação de reserva de vagas nas universidades. É importante demarcar como aponta Gomes (2017) também outras conquistas como: a ressignificação e politização da estética negra, a criação de coletivos nas universidades e o empoderamento da mulher negra por meio de coletivos feministas.

Um segundo elemento fundamental para a abertura do debate e implantação do sistema de cotas raciais nas universidades brasileiras foi a participação do Brasil na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância promovida pela Organizações das Nações Unidas entre 31 de agosto a 8 de setembro de 2001 em Durban na África do Sul.

Durante os trabalhos que antecederam o evento o Brasil era governando pelo presidente, Fernando Henrique Cardoso, filiado a um partido de centro direita, com orientação neoliberal, porém sociólogo da escola paulista que discutia as relações raciais, sendo assim não era um leigo sobre as desigualdades produzidas pelo racismo, mas também não demonstrava apoio a adoção de cotas raciais nas universidades brasileiras. Santos (2014b) apresenta como exemplo dessa última afirmativa a não adesão do partido do presidente ao projeto de lei n.14 proposto por Benedita da Silva (articulada com o movimento negro) em 1995 que instituía uma cota mínima de 10% de vagas nas instituições públicas de ensino superior para negros. Porém, segundo o mesmo autor "Por outro lado, não devemos desconsiderar que se as medidas do presidente Fernando Henrique mostraram-se insuficientes em âmbito mais efetivo, elas ganharam sentido no plano simbólico, instituindo-se como indicações de possibilidades para a superação do racismo" (2014b, p.53). Neste aspecto o governo evidentemente pressionado pela Marcha Zumbi dos Palmares criou o Grupo Interministerial para a Valorização da População Negra em 20 de novembro de 1995, com a função de articular com vários ministérios ações contra a discriminação e divulgação de estatísticas sobre a situação de vida dos negros no Brasil. E em 1996, implantou o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no

Emprego e na Ocupação com objetivo de promover iniciativas contra a discriminação no mercado de trabalho. Neste interim, o Ministério da Justiça organizou o Seminário de "Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos" em julho de 1996 onde Fernando Henrique Cardoso fez um discurso histórico sendo o primeiro presidente do Brasil assumir publicamente a presença do racismo nas relações sociais e a necessidade de criar políticas para o seu combate, infelizmente até o final do seu governo não houve nenhuma iniciativa efetiva de implementação de ações afirmativas. Porém, o debate já estava instalado.

Ainda o governo de Fernando Henrique Cardoso em setembro de 2000 criou o Comitê de preparação para a Conferência de Durban que realizou vários debates nacionais para subsidiar a elaboração do documento brasileiro encaminhado a Conferência. Ao final do evento em Durban, o Brasil torna-se signatário do Plano Nacional de Ação de Durban e segundo Gomes (2017) reconhece internacionalmente a existência do racismo institucional com a promessa de construir leis para combatê-lo, Santos (2007) assevera que entre os meses de julho e setembro de 2001 a imprensa brasileira divulgou vários dados de discriminação racial, o que possibilitou um amplo debate nacional, tanto no espaço público como nos meios acadêmicos sobre a pertinência de adoção de ações afirmativas, com posicionamentos contrários e favoráveis, portanto não há dúvida que a demanda externa da Comissão das Nações Unidas, turbinada pelo tensionamento histórico dos movimentos sociais negros colocaram na agenda política do país a questão racial e consequentemente a pertinência das ações afirmativas.

Por ordem dos debates públicos e da pressão advinda do movimento negro e dos resultados da Conferência de Durban ao final do mandato de Fernando Henrique Cardoso três universidades estaduais já haviam instituído reserva de vagas raciais nos seus vestibulares (Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Estadual de Norte Fluminense e Universidade Estadual da Bahia).

Um terceiro momento que impulsionou a adoção das políticas de ação afirmativa no Brasil foi a chegada ao poder político de um partido progressista, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, ligado aos movimentos sociais e a vários setores do movimento negro. Gomes (2017) destaca como o movimento negro tensionou e pressionou a esquerda e o Estado Brasileiro, neste sentido suas reivindicações históricas tornaram-se política de Estado, pois havia formas de permeabilidade, que atualmente no governo de extrema direita de Jair Bolsonaro são impérvias.

É no governo Lula que a inserção de conteúdos nos currículos da educação básica sobre a história e cultura afro-brasileira e africana (lei 10.639/03, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira) foi aprovada depois de mais de sete décadas de reinvindicação. É importante apontar também a criação Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (da SEPPIR) no mesmo ano. Em 2010 aprovação do Estatuto da Igualdade Racial com a lei 12.288. Essas três ações afirmativas consideradas de cunho valorativos, apontam caminhos para a dignificação dos saberes, conhecimentos e culturas do povo negro, fundamentais para ofertar suporte as ações afirmativas de cunho compensatório.

Durante os 16 anos de governos progressistas (2003-2016) houve uma serie de políticas públicas implementadas que deram sustentação a luta antirracista, ressignificação e politização do conceito raça e a inclusão da questão racial na agenda política nacional. A mais importante para o debate desta pesquisa foi sem dúvida a lei 12.711 publicada em 29 de agosto de 2012, no governo da presidente Dilma Rousseff[4], que decretou a reserva de vaga para estudantes de baixa renda, pardos, pretos, indígenas e deficientes em todas as Instituições Federais de

Educação Superior (IFES) e aos Institutos Federais de Ensino Técnico de Nível Médio. Em suma a lei estabelece que 50% das vagas dessas instituições sejam destinadas a estudantes que cursaram o ensino médio na rede pública. E dentro desse contingente deverá ser reservado uma proporção mínima de 50% para estudantes provenientes de famílias com renda mensal per capita igual ou inferior a um e meio salário mínimo, e uma proporção de auto declarados pretos, pardos e indígenas (PPI) no mínimo igual à soma desses grupos por Estado onde se encontra o estabelecimento de ensino. Sendo um sistema misto que considera quesitos sociais, econômicos e raciais, portanto é possível vislumbrar a materialização do projeto do movimento negro de transformação social para o Brasil.

França: discriminação positiva cega a raça (*Collorblind)*

Segundo Sabbagh (2013) políticas públicas *collorblind* estão solidificadas em França, em especial pela resistência da sociedade francesa inclusive os grupos progressistas quanto a não recolha de dados étnicos-raciais. Sendo assim a alternativa encontrada foi a construção de um sistema de discriminação positiva tendo como foco a localização territorial de bairros com baixos índices socioeconômicos, parâmetro que substitui ações focadas em raça ou etnia, que de forma indireta atende os grupos racializados como imigrantes das ex-colônias, que constituem a maioria dos habitantes das zonas de vulnerabilidade social nas cidades francesas. A recusa de recolha destes dados de certa maneira impede que na França exista um sistema de reserva de vagas nas universidades públicas instituídas por meio de lei para grupos racializados como no Brasil, tendo em vista a dificuldade de demonstrar as desigualdades educacionais entre os mais variados grupos étnicos e raciais.

Mas, existem algumas iniciativas institucionais como do prestigiado Instituto de Estudos Políticos (*Science Po*[5].) criado há mais de 200 anos para formar a elite francesa, que em 2001 implementou uma política para o ingresso de estudantes das classes populares provenientes das Zonas/Redes de Educação Prioritária. Souza (2012) produziu uma pesquisa para averiguar se as medidas provenientes de discriminação positiva em França contribuem para o acesso e permanência dos estudantes das classes populares nas universidades, tendo como estudo de caso a seleção das Convenções de Educação Prioritária da *Science Po*. Segundo a autora as universidades francesas, apresentam relativa facilidade de acesso para todos aprovados no *baccalauréat,* também conhecido como *bac* (um exame ao final do ensino secundário), com exceção de duas profissões Farmácia e Medicina. Porém, quanto ao ingresso nas denominadas Grandes Escolas essa regra de fácil acesso não pode ser aplicada como relata a autora:

> Paralelamente, existem as grandes escolas – de caráter não universitário–, que se caracterizam pelo elevado nível do diploma (no mínimo cinco anos de estudo), pelas formações muito seletivas e pelo alto valor das taxas de financiamento. Essas escolas visam formar profissionais de alto nível, como os executivos de empresas privadas e públicas ou pessoas que trabalham no setor da administração (SOUZA, 2012, p. 233)

Alguns autores ainda destacam que a educação em França do primário ao ensino superior caracteriza-se por apresentar uma "democratização segregada", onde praticamente quase toda a sociedade francesa tem acesso, porém mantém-se uma estrutura de classes entre os estabelecimentos, com escolas extremamente elitistas e outras escolas especificas para as classes populares.

Acredita-se na importância de algumas conjunturas que influenciaram a *Science Po*e outras Grandes Escolas reservarem parte de suas vagas para estudantes das classes populares territorializados nas periferias das cidades francesas. Dentre elas é importante ressaltar: 1) desde a década de 1960 as teorias críticas de sociologia da educação são problematizadas na França tendo como autores fundamentais Bourdieu e Passeron, que apontaram a

necessidade de democratizar o acesso ao sistema escolar bem como questionar como as desigualdades sociais se reproduzem nestas instituições, esse debate ganha vários estudos nas décadas posteriores, que ao analisar dados da educação francesa de origem dos estudantes, confirmam as teses de que as instituições superiores de maior prestigio ainda são redutos das elites, 2) a França foi atravessada por uma migração maciça em especial dos familiares dos africanos das ex-colônias a partir da década de 1970, após a lei de reagrupamento familiar, o que caracterizou uma mudança multirracial na composição da população e ocasionou pressões para uma maior democratização do acesso a universidades; 3) crises urbanas na década de 1980 decorrente do desemprego conjuntural explicitou que os imigrantes e/ou seus descendentes eram os preteridos no mercado de trabalho e apontou necessidade de políticas de ação afirmativa para amenizar tal situação; 4) Com a crise urbana instalada em França, o governo elaborou estratégias para selar a "paz social", uma delas foi a criação das Zonas de Educação Prioritária-ZEP (após 2015 passou a ser chamar Redes de Educação Prioritária) anunciada em julho de 1981, por iniciativa do ministro de educação Alain Savary durante o governo socialista de François Mitterrand, tendo como base os denominados territórios "sensíveis" ao invés de populações, ou seja, todos os que habitam um território atingindo pela ZEP de forma direta ou indireta seriam contemplados, a partir de recursos extras as instituições educacionais (Maguain, 2006) que poderiam ser utilizados para diminuir o número de estudantes por sala, aumentar a quantidade de professores nas escolas, ampliar os recursos e da autonomia da gestão de estabelecimento 5) pauperização dos *banlieues* franceses devido o desemprego estrutural da década de 1990 regida pelo neoliberalismo, marcados por uma crescente xenofobia e racismo diferencialista tornou ainda mais grave a obtenção de um "paz social" nas grandes cidades francesas, os protestos de 2005 demonstraram isso, o que por sua vez tensionou a implantação de políticas de discriminação positiva, sendo assim em 2008 outras Grandes Escolas passaram a reservar vagas nos processos seletivos de ingresso ao ensino superior; 6) discurso crescente, em especial no âmbito político de necessidade de diversificação da elite; 7) a crença na sociedade de que a luta contra a desigualdade escolar[6] é fundamental para manter o crescimento econômico e justiça social.

O processo de seleção no Instituto de Estudos Políticos é denominado de Convenções de Educação Prioritária onde os estudantes primeiramente passam por uma seleção na escola que consiste na escrita de texto de opinião a partir de um assunto publicado em revista e escolhido pelos estudantes, seguido da defesa das ideias apresentadas a uma banca composta pelo diretor da instituição, professores que não ministraram aula para o candidato e pessoas convidadas, segundo Souza (2012) nesta etapa são privilegiados três saberes: curiosidade intelectual, capacidade de adaptação e de trabalho, investimento pessoal/motivação e fluência na escrita. Os estudantes que passaram pela triagem da escola e aprovados no *bac* na primeira tentativa ainda tem a segunda e última etapa que é na *Science Po,* também perante um júri de professores, funcionários, personalidades e empresários. O processo consiste em:

> O candidato deve responder a uma série de questões sobre a sociedade, as notícias atuais, seu percurso, seus interesses, suas leituras e seus hobbies, fazer um trabalho de reflexão sobre o que aprendeu fora dos horários escolares e pode também ser solicitado a reagir sobre um documento de acesso rápido durante a entrevista. Essa fase é um teste oral de reflexão e de personalidade, que permite ao candidato valorizar suas qualidades de reflexão, argumentação e curiosidade intelectual. Uma cópia do bac é anexada ao dossiê do candidato, para que os jurados possam fazer uma avaliação objetiva da sua proficiência escrita (SOUZA, 2012, p. 236)

Neste relato da autora sobre o processo de seleção fica explicito que por mais que haja um discurso de diversificação da elite e democratização das grandes escolas nas propagandas das Grandes Convenções, há

uma explicita presença de um exame de cunho meritocrático. Neste sentido o mérito e o esforço dos medíocres são valorizados; é preciso recrutar as classes populares, porém apenas os "melhores" já que não dispensam o desempenho no *bac*, e das argumentações orais onde os que se sobressaem são jovens que dispõem de um capital cultural, mais bem elaborado, próximo daquele exigido nos outros tipos de seleções da *Science Po.*

Tais afirmações são corroboradas com a pesquisa realizada por Souza (2012) sobre a origem social e econômica de 1.441 estudantes dos anos acadêmico de 2008/09 em diferentes processos, acrescida de entrevistas com 31 estudantes, e quatro profissionais envolvidos no processo de seleção. Dentre os dados obtidos a autora chega à conclusão de que dos selecionados nas Grandes Convenções de Educação Prioritária: os estudantes são: "bons alunos" e vieram de "boas classes" (nota-se a existência dentro das escolas das ZEPs de uma segregação), não obtiveram reprovação durante o percurso escolar; apresentam elevado interesse pelos estudos, fizeram opção cientifica no *baccalauréal*, têm um forte apoio moral dos pais e, por fim a Souza (2012) constata que os mesmos levam para o Instituto o capital cultural e social das famílias e trazem consigo um capital territorial bem marcado. O fato do Instituto fazer a opção pelos estudantes mais suscetíveis a se adaptarem a vida acadêmica extremante acirrada nesta universidade é comprovada por dados do Observatório das Desigualdades (2019), que indica a partir de estatísticas recolhidas do desempenho escolar o seguinte fato, os estudantes que entram pelas CEP apresentam um bom desempenho na instituição, muito próximo dos que ingressam por outra via.

Outrossim, a pesquisa de Souza (2012) releva que graças a seleção da CEP o Instituto de Estudos Políticos é obrigado a conviver com um público diferente do habitual, 64,8% dos estudantes entrevistados são descendentes de imigrantes (com maioria de origem magrebinas ou da África Subsaariana) quando a média da *Science Po* geral é de 45,4%. Souza ainda aponta que a CEP é o canal que mais possibilita a entrada das classes populares, sendo 50% dos ingressantes, ainda que por ventura sejam indivíduos com habilidades de se adaptar e desenvolver mecanismos próprio da elite.

Neste sentido, a França, apesar de negar a produção de estatísticas étnicas e raciais nacionais, reconhece por meio da implementação de políticas de discriminação positiva, pautadas em classe (mesmo não sendo por vezes eficiente) que o Estado deve intervir na organização da ordem metabólica do capital que produz desigualdades e segregação, oferecendo igualdade de oportunidades reais e não apenas formais para garantir a reparação e compensação das injustiças históricas que afetam as minorias, numa perspectiva de justiça redistributiva, oferece-se mais a quem sofreu com acúmulos de desigualdades, ou seja, um tratamento desigual para aqueles que foram marcados pela diferença, em especial em uma sociedade onde os indivíduos são reconhecido pelo mérito.

Portugal: contextualização de políticas de ações afirmativas para ciganos

Segundo estudos de Bastos (2007a, 2007b e 2012) e Costa (1995) os ciganos são originários das Índias e estão em território português desde o século XV[7], deste ínterim até os dias atuais foram submetidos a projetos sistemáticos de extinção identitária, por meio de várias leis e decretos do Estado português, responsável pela construção de um estigma social, que os condenou ao ostracismo e a exclusão aos bens sociais da nação, por isso hoje constituem a população nas piores condições de vida. Para Bastos (2007b, p.29) "o caso dos ciganos é o mais escandaloso e grave situação de racismo e xenofobia em Portugal". Acrescenta-se a está análise do autor que a forma com que os ciganos foram tratados pela nação portuguesa é evidente a existência de um racismo institucional, caracterizado pela negação, ou diferença de tratamento em relação a uma raça, ou etnia, ao acesso

dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado e por demais instituições.

Sobre a escolaridade dessa etnia 22,5% possuem o 1º ciclo, 13,7% concluíram o 2º ciclo, 7,2% conseguiram finalizar o 3º ciclo e 2,3 % o ensino secundário (MENDES, MAGANO E CANDEIAS, 2014). A respeito da presença dos ciganos nas universidades 0.01% concluíram a licenciatura. Se considerarmos somente a escolaridade dos ciganos em Portugal com certeza o país estaria nos últimos lugares no ranking mundial de educação. Para reverter esse quadro não existe outro caminho a não ser a elaboração e implementação de políticas públicas de ação afirmativa engendradas a partir de um programa de educação antirracista.

Atualmente Portugal não conta com reserva de vagas nas universidades para estudantes ciganos, ou qualquer outra minoria étnica ou racial[8], mas em 2015 uma iniciativa da Associação de Letras Nômadas (organização civil cigana) criou o primeiro programa de bolsas de incentivo a permanência estudantil à estudantes ciganos no ensino superior, e no ano posterior tornou-se política pública do Estado português. Pressupõe que algumas conjunturas foram fundamentais para o surgimento desse programa.

Em primeiro lugar Portugal tem procurado responder as pressões advindas da União Europeia. Desde o final da década de 1980 do século passado, o país elaborou e implementou algumas políticas públicas de combate à pobreza (baixa instrução escolar, desemprego, atendimento de saúde precário, condições péssimas de moradia entre outras) tais políticas de forma indireta atingiram os ciganos, porém não conseguiram reverter o quadro de grave vulnerabilidade social e estereótipos negativos, acredita-se que o erro está na implementação de políticas "cegas" a raça e etnia. Outrossim, tais ações serviram para colocar no debate nacional a necessidade de políticas públicas de suporte social as classes populares.

A segunda conjuntura aparece nos primeiros anos do início do segundo milênio, quando a população cigana passa ter mais visibilidade nos documentos/leis/ações/estratégias governamentais, pressionada pela Década de Inclusão de Comunidades Ciganas (2005-2015) compromisso assumindo por 12 estados membros da União Europeia. Sendo assim em 2006 é criado o Gabinete de Apoio as Comunidades Ciganas hoje vinculado ao Alto Comissariado para Migrações (ACM), que atualmente conta com a presença de cinco pessoas, sendo duas de etnia cigana. Em 2013 foi elaborada a Estratégia Nacional para Integração das Comunidades Ciganas com objetivo de definir as metas nacionais de melhoria nas condições de vida dessa comunidade, revista em 2018 com ações alargadas até 2022.

Ainda como resultado das pressões oriundas da Década de Inclusão em 2014 foi publicado o Estudo Nacional de Comunidades Ciganas organizado por Mendes, Magano e Candeias (2014) a partir de um inquérito aplicado em 1.599 pessoas e de dados compilados em pesquisas isoladas, sendo o primeiro no país a apresentar um panorama geral das condições de vida da referida etnia, ao final da leitura do documento o leitor chega a conclusão da grave situação de exclusão e marginalidade que vive o povo cigano e a certeza de que as iniciativas governamentais implementadas desde a década de 1980, nem sempre traduziram-se em um retorno direto na melhoria da qualidade de vida dessa comunidade. Este estudo também publicou dados de escolaridade e revelaram uma cruel desigualdade entre os ciganos e não ciganos portugueses.

Uma terceira conjuntura também aparece após 2016, onde a sociedade portuguesa passou a ser "bombardeada" por várias discussões referente ao racismo, com o seguinte questionamento: Portugal é um país racista? Neste momento as associações negras tiveram um papel crucial, em 2016 redigiram uma Carta Aberta ao

Comitê das Nações Unidas para Eliminação da Discriminação Racial, assinada por 22 associações, com dados que demonstram o racismo institucional sofrido por essa comunidade no país, e denuncia a recusa de Portugal em criar medidas antirracistas, para estruturar a carta e dar legitimidade a reinvindicação apontou-se índices vergonhoso de educação, justiça social, condições de trabalho, gênero saúde, moradia dos negros, além de contestar o caráter excludente das leis sobre nacionalidade até 2016 e os dos estereótipos de discriminação racial propagado pela mídia. No calor desses debates e no tensionamento ao Estado em 2017 é promulgada a lei que Estabelece o regime jurídico da prevenção, da proibição e do combate à discriminação, em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem, um marco para uma sociedade que nega o racismo. A referida conjuntura revelou a presença do racismo institucional contra as minorias étnicas e raciais em um país que ainda alimenta as teses do lusotropicalismo.

Esses acontecimentos foram fundamentais para a criação do OPRÉ-CHAVALÉ[9] uma iniciativa da Associação de Letras Nômadas em parceria com a Plataforma Portuguesa para Direitos das Mulheres, com a finalidade de incentivar a juventude cigana ao acesso a Universidade. Tal programa foi pensado como uma ação integrante da prioridade 21 (promoção da educação superior de jovens ciganos) da Estratégia Nacional para Integração das Comunidades Ciganas, e espelhado nas iniciativas bem sucedidas dos países do leste europeu como *Roma Educational Fund* e *Fundação Open Society* (associações de apoio a programas específicos para ciganos no ensino superior). No segundo semestre de 2015, o OPRÉ-CHAVALÉ por meio de cofinanciamento do Programa Cidadania Ativa- EEA Grants (gerida pela Fundação Calouste Gulbenkian), o Programa Escolhas[10] e a Fundação Montepio ofertou oito bolsas de estudo aos estudantes ciganos universitários. Além do auxílio financeiro os parceiros disponibilizaram aos bolsistas encontros residenciais de formação em direitos humanos, igualdade de gênero articulado com a identidade cigana.

O OPRE-CHAVALÉ foi o precursor do OPRE (Programa Operacional para a Promoção da Educação)[11] criado em 2016, com o primeiro edital 2016/2017, o segundo 2017/18 e o último para 2018/2019[12]. O programa tem como objetivo a integração dos estudantes ciganos no ensino superior[13] (ACM, 2019a). No segundo edital aparece a figura do mentor/voluntário e um mediador da Letras Nômades, o primeiro responsável por dar atendimento pedagógico e o segundo por promover iniciativas de sensibilização junto a família/comunidade cigana e não cigana e dialogar com a unidade de ensino no sentido de apresentar o OPRE e as necessidades que são específicas dos estudantes ciganos.

Por meio destas ações o OPRE reconhece que não adianta apenas dar suporte financeiro aos estudantes, mas dialogar sobre as questões que envolvem a identidade cigana e o enfrentamento da ciganofobia na universidade, pois caso eles não tenham consciência crítica sobre a afirmação de sua identidade, podem omitir a etnia para não sofrer violência simbólica, e ainda em alguns casos evadir por não suportar a discriminação, neste aspecto a visão do OPRE é um avanço na implementação de políticas públicas com viés em discriminação positiva.

Tendo como base as avaliações positivas do OPRE e os dados preocupantes da baixa escolaridade dos ciganos na educação básica em meados de 2019 foi lançado o Programa Roma Educa com oferta de 100 bolsas de estudo[14] (50 euros mensais), e acompanhamento realizado por um mentor (voluntário) que possa servir de referência positiva a jovens ciganos do ensino secundário, financiado pelo Alto Comissariado para Migrações (ACM), o apoio financeiro será ofertado preferencialmente em territórios de abrangência do Programa Escolhas. A iniciativa visa apoiar a frequência (mínimo de 80%) e permanência no ano letivo 2019/2020 (ACM, 2019b).

Configurando-se como mais uma ação afirmativa na educação portuguesa para a comunidade cigana.

Portanto, diante dos fatos o OPRE e mais recentemente Roma Educa são políticas de ação afirmativa singulares em Portugal, sensível a etnia, por isso, concebem a importância do apoio financeiro para custear os gastos com a educação, em especial a universitária[15] e apresenta-se como uma política pública de caráter compensatório, reparatório e de justiça distributiva, onde o Estado português percebe as injustiças do passado e tenta corrigir os males do presente na construção de relações raciais mais igualitárias. No caso do OPRE apresenta um diferencial ao realizar encontros com os estudantes para discutir temas relativos à identidade que podem auxiliar na permanência dos mesmos na universidade.

Acredita-se que por mais que um Programa de permanência para estudantes ciganos seja um passo importante na luta antirracista em Portugal, os mesmos não podem ser vistos como um *proxy* de um programa de reservas de vagas para os ciganos na Universidade.

Democratização do acesso e pluralidade no Ensino Universitário por meio de adoção de Políticas de Ação Afirmativa

Problematizar a presença do conceito raça nas relações sociais cotidianas de um determinado país e os interditos criados por meio da sua manifestação social, o racismo, evidencia a importância da implantação de políticas públicas de reparação, compensação e de justiça redistributiva, em especial na educação, com capacidade de gerar mecanismos de ascensão das minorias étnicas e raciais em espaço de poder político, social e econômico de uma nação, gerando olhares de representatividade nas gerações futuras.

Por meio do presente texto foi possível visualizar a vanguarda do Brasil em relação a criação de políticas públicas de ação afirmativa para ao ensino superior, conquistada em especial pelo protagonismo do movimento negro em propor a nação desde 1930, um projeto de transformação social.

Também foi apresentado a pertinência política da recolha de dados étnicos-raciais nas estatísticas populacionais de França e Portugal de modo a exemplificar como o racismo estrutura as desigualdades de um país, e servir de suporte à implementação de reserva de vagas por meio de lei federal para estudantes de minorias étnicas e raciais. Importante destacar que a negação tanto da França como de Portugal em discutir o conceito de raça, pensado a partir de uma construção social, dificulta que tais nações avancem na produção de uma sociedade que reconheça que políticas de ações afirmativas, pautadas em raça e/ou etnia pode garantir justiça redistributiva mais assertivas.

REFERÊNCIAS

ACM (Alto Comissariado das Migrações). **Regulamento Programa Operacional de Promoção da Educação OPRE**: edital 2016/17 Disponível em:https://www.acm.gov.pt/documents/10181/167771/Regulamento+OPRE_Anexo+III_Vers%C3%A3o+SECI_18Out2016.pdf/1ddfac51-aa87-4cc8-b284-97920972280d. Acesso em 15 de maio de 2019a.

ACM (Alto Comissariado das Migrações). **Regulamento Roma Educa**. Disponível em: https://www.acm.gov.pt/-/programa-de-bolsas-roma-educa-candidaturas-abertas-ate-30-de-setembro. Acesso em 16 de outubro de 2019b.

ANDREWS, Georg Reid. Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação estatística. **Revista de Estudos Afro-asiáticos**: Rio de Janeiros, n.22, p.47-83, 1992.

ARAUJO, Marta. As narrativas da indústria da interculturalidade (1991-2016): desafios para a educação e as lutas anti-racistas. **Investigar em Educação**. Braga, II série, n.07, p. 09-35, 2018.

BASTOS, José Gabriel Pereira. **Portugueses Ciganos e Ciganofobia em Portugal**. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

BASTOS, José Gabriel Pereira. **Sintreses Ciganos**: uma abordagem estrutural dinâmica. Lisboa: Gráfica Europam, 2007a.

BASTOS, José Gabriel Pereira. Que futuro tem Portugal para os portugueses ciganos. **Cadernos ICE**. Lisboa, n. 9, p. 01-28, janeiro 2007b.

CMJORNAL. Quase 30% dos alunos entram na universidades através de quotas. Disponível em: https://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/quase-30-dos-alunos-entram-na-universidades-atraves-de-quotas. Acesso em 02 de dezembro de 2019.

COSTA, Maria Elisa Lopes. **Ciganos:** fontes para o seu estudo em Portugal. Madrid: Ed. Presença Gitana, 2015.

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa o princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GRAMMARE, Jaoul. L´évolutiondesinégalitésdansl´enseignementsupérieuruniversitairefrançais. L'influencedesréformesinstitutionnelles et desrupturesÉconomiques. **AssociationFrançaise de Cliométrie,** n. 6, p.1-19, 2011.

GUIMARAES, Antônio Sergio Alfredo. Contexto histórico-ideológico do desenvolvimento das ações afirmativas no Brasil. In: SILVERIO, Valter e MOEHELECKE, S. (Org.). **Ações afirmativas nas políticas educacionais:** o contexto pós-Durban. São Carlos: EDUFSCar, 2009. p. 19-34.

MAGUAIN, Denis. Discrimination positive. unbilandesexperiencesaméricains et europeénnes. **RevueFrançaise d´Economie**, v.21, n.02, p.147-193, 2006.

MEDEIROS, Carlos Alberto. Ação afirmativa e promoção da igualdade uma visão comparativa. In: SILVERIO, Valter e MOEHELECKE, S. (Org.). **Ações afirmativas nas políticas educacionais:** o contexto pós-Durban. São

Carlos: EDUFSCar, 2009. p. 55-76.

MENDES, Manoela; MAGANO, Olga; CANDEIAS, Pedro. **Estudo Nacional Sobre as Comunidades Ciganas**. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações, 2014.

MOEHLECKE, Sabrina. A**ção afirmativa: História e debates no Brasil.** *São Paulo:* **Cadernos de Pesquisa**. n.117, p. 197-212, nov. 2002.

NASCIMENTO, Abdias; NASCIMENTO, Elisa Larkin. O Negro e o Congresso Brasileiro. In MUNANGA, Kabengele (org.) **O Negro na sociedade brasileira:** resistência, participação, contribuição. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004, p.105-151.

NERIS, Natalia. **A voz e a palavra do movimento negro na Constituinte de 1988**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

OBSERVATOIRE DE INÉGALITÉS. **Éducation :les politiques territorialesservent-elles à quelquechose ?** Disponível em:https://www.inegalites.fr/Education-les-politiques-territoriales-servent-elles-a-quelque-chose. Acesso em 20 de agosto de 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Durban, 2001

PIKETTY. Thomas. **Le Capital au XXIe siècle**. Paris: Éditions du Seui, 2013.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas sob a Perspectiva dos Direitos Humanos. In:

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. A discussão judicial das ações afirmativas étnicos-raciais no Brasil. In: PAIVA. Ângela Pandolpho. **Ação Afirmativa em questão**: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p. 210-239.

ROLDÃO. Cristina**. Fatores e Perfis de Sucesso Escolar "Inesperado" Trajetos de Contratendência de Jovens das Classes Populares e de Origem Africana**. 2015. 357f. Tese (doutorado em Sociologia)- Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2015.

SABBAGH. Daniel. Ação afirmativa color-blind. In: PANDOLFO. Ângela Paiva (org). **Ação afirmativa em questão**: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p. 324-341.

SANTOS, Hélio. Desenvolvimento e diversidade étnico-racial. In: SILVERIO, Valter e MOEHELECKE, S. (Org.). **Ações afirmativas nas políticas educacionais:** o contexto pós-Durban. São Carlos: EDUFSCar, 2009. p. 91-98.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Educação:** um pensamento negro contemporâneo. Jundiaí-SP: Paço Editorial, 2014a.

SANTOS, Sales Augusto dos. Ações afirmativas nos governos FHC e Lula: um balanço. Sergipe. **TOMO**, n. 24, p. 37 a 84, jan/jun de 2014b.

SANTOS. Sales Augusto dos. Introdução. In: Sales Augusto dos Santos (Org.). **Ações Afirmativas e Combate do Racismo na América**. Brasília: UNESCO, 2007, p. 35-46.

SILVA, Luiz Fernando. Considerações da juridicidade das políticas de ações afirmativas para negros no Brasil.In: SILVERIO, Valter e MOEHELECKE, S. (Org.). **Ações afirmativas nas políticas educacionais:** o contexto pós-Durban. São Carlos: EDUFSCar, 2009. p. 279-302.

SOUZA. Joiciane Aparecida de. As políticas de discriminação positiva e a democratização das grandes escolas francesas. Brasília. **Revista Brasileira de Pedagogia**, v. 93, n. 233, p. 231-254, jan./abr de2012

NOTAS

[1] Do segundo semestre de 2018 ao final do primeiro semestre de 2019 houve um amplo debate na sociedade portuguesa sobre a inclusão dessa pergunta no Censo de 2021. Para tanto foi criado um Grupo de Trabalho para estudar a possibilidade. O mesmo decidiu por inserir a questão, e o veredito final ficou a cargo do Instituto Nacional de Estatística que de forma antidemocrática não aceitou o posicionamento do GT alegando que as estatísticas poderiam alimentar o discurso da extrema direita e ferir o artigo 13° da Constituição que versa sobre igualdade de tratamento e não aceitação de qualquer tipo de discriminação; o empecilho mais surpreendente foi que não havia tempo hábil para acrescentar tal questionamento no Censo.

[2] Teoria criada durante a ditadura de Antônio Salazar a partir da década de 1950 pautada nas ideias de Gilberto Freire sobre a democracia racial. Portugal se apropriou dessas ideias que serviram de modelo ideológico de gestão das colônias em África e alimentaram a ideia que a colonização portuguesa foi mais filantrópica que as outras.

[3] Segundo Santos (2014b) O termo ação afirmativa foi usado pela primeira vez nos Estados Unidos em 1961 por um oficial afro-americano do governo de John Kennedy quando o presidente opunha-se as discriminações sofridas pelos negros no mercado de trabalho.

[4] Vale ressaltar que um projeto de lei (nº 3.627) com os mesmos objetivos tinha sido enviado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva ao Congresso Nacional em maio de 2004, em 18 de fevereiro de 2009 foi engavetado. Para Santos (2014b) o governo Lula poderia ter mobilizado a base governista para a aprovação de tal lei, se não o fez é porque neste momento talvez não estivesse tão convencido da importância dessa política pública.

[5] Uns dos mais respeitados do mundo em ciências humanas e políticas, onde diplomou presidentes franceses como Emanuel Macron, François Hollande, Nikolas Sarkozy, Jacques Chirac e François Mitterrand.

[6] Estudo de Grammare (2011) indica que a evolução da desigualdade social universitária na França não mantem estrita relação com o crescimento econômico, e sim com reformas institucionais, o autor utiliza como estudo de caso reformas educacionais na década de 1990 que direcionou os filhos das classes trabalhadoras para estudos profissionalizantes ao invés do universitário, com promessa de emprego ao final da formação, esse fato ampliou as desigualdades no ensino superior entre as classes sociais. Piketty (2013) também indica que mesmo com a elevação do nível educacional na França na década de 1980, este não foi capaz reduzir a desigualdade salarial no país.

[7] Costa (1995) nos apresenta que a primeira referência escrita sobre a presença em Portugal de ciganos é de 1510 no *Cancioneiro Geral* de Garcia Resende e depois em 1521 em Gil Vicente no texto *A Farsa Cigana*.

[8] Segundo dados divulgados por um grupo de trabalho nomeado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em 2019, 30% dos estudantes que ingressam nas universidades portuguesas foram por meio de mais de 20 perfis de cotas. Como por exemplo: oficiais das Forças Armadas, emigrante português, praticamente de esporte de alto rendimento, estudantes provenientes dos Açores e Madeira, bolsistas africanos de países de língua oficial portuguesa, pessoas com deficiência entre outros (CMJORNAL, 2019).

[9] Em romani significa “Erguei-vos jovens”.

[10] Programa Educacional do estado português que visa a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconômicos vulneráveis e tem como objetivo financiar projetos sociais nas periferias das cidades.

[11] Organizado a partir de parceria com ACM (Alto Comissariado para as Migrações em particular com o Programa Escolhas), com a Associação Letras Nómadas e pela Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens.

[12] O primeiro edital/regulamento do OPRE foram distribuídas 25 bolsas, o segundo previa inicialmente 30, porém foram atribuídas 32 em um universo de 33 candidaturas e no terceiro havia uma previsão 40 bolsas, porém inscreveram 34 estudantes e foram designadas 33 bolsas de até 1.500 euros. O efetivo financeiro deve ser utilizado para pagar: propina, material escolar e deslocamentos.

[13] Os candidatos precisam estar matriculados em uma instituição de ensino superior devem ser estudantes do ciclo de licenciatura, mestrado, cursos técnicos superiores profissionais nos dois últimos editais inseriu-se também as Unidades Curriculares Isoladas, e preciso igualmente que os candidatos tenham obtido aproveitamento na maioria das disciplinas/unidades curriculares do ano curricular antecedente.

[14] Segundo informações recolhidas na entrevista com os egressos do OPRE houve apenas 60 candidaturas em todo território português, de certa maneira esse fato indica a "perturbadora" ausência dos adolescentes e jovens ciganos no ensino secundário de Portugal.

[15] O ensino superior em Portugal é público, porém não é gratuito, assim todo estudante precisa pagar uma taxa anual para cursar uma universidade no país.

[16] Fundos de vales: Art. 5 - XXVI – fundo de vale: área constituída de Área de Preservação Permanente, de nascentes e corpos d'água urbanos, podendo conter faixas sanitárias e parques lineares destinados às atividades de recreação e lazer (LONDRINA, 2013).

[17] O residencial denominado Flores do Campo, na zona norte de Londrina, foi ocupado em outubro de 2016, por famílias em situação de vulnerabilidade social de Londrina e de outras cidades. O empreendimento - parte do Programa Minha Casa Minha Vida com financiamento da Caixa Econômica Federal em parceria com a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) - foi paralisado repentinamente pela Construtora Fórmula Empreendimentos Imobiliários. A construtora recebeu 70% do valor da construção e até outubro de 2016 somente 48% das obras foram executadas (dados de campo em 2019).

[18] Conforme definição da Lei n. 12.651/2012, Área de Preservação Permanente é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (EMBRAPA - https://www.embrapa.br/codigo-florestal/entenda-o-codigo-florestal/area-de-preservacao-permanente).

[19] Art. 5. XXIII – Faixa sanitária: área não edificável, cujo uso está vinculado à servidão de passagem, para elementos do sistema de saneamento ou demais equipamentos de serviços públicos, com largura de 30,00m (trinta metros) a partir da área de preservação permanente do fundo de vale (LONDRINA, 2013).

REVISTA DA ANPEGE. V. 18. Nº. 35 — ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X 25
DOI 10.5418/ra2022.v18i35.10901

ESCOLA “SEM” PARTIDO E REFORMA DO ENSINO MÉDIO: e agora, como ensinar Geografia?

SCHOOL “WITHOUT” PARTY AND HIGH SCHOOL REFORM: and now, how to teach Geography?

ESCUELA “SIN” PARTIDO Y REFORMA DE LA ESCUELA SECUNDARIA: y ahora, ¿cómo enseñan Geografía?

Thiara Vichiato Breda

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)
thiarav@gmail.com

Thalles Vichiato Breda

Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)
Universidade Estadual Paulista (UNESP),
thallesvbreda@gmail.com

RESUMO

Os últimos anos foram marcados por um retrocesso no campo educacional como um todo, especialmente nas áreas de Humanas, com destaque para o Projeto de Lei do Programa Escola sem Partido (ESP) e Reforma Curricular do Ensino Médio. Os significados pedagógicos dessas leis revelam sentidos de Educação, de conhecimento e de sociedade: se por um lado o programa ESP cria um falso manto da neutralidade do conhecimento, a Reforma do Ensino Médio, ao criar "itinerários formativos", hipervaloriza um ensino teoricamente pragmático voltado para línguas e Matemática. Assim, esse ensaio apresenta considerações sobre as disputas de saberes na produção do conhecimento científico e suas inter-relações com o conhecimento escolar, debatendo as ideias da ESP e da nova reforma curricular do Ensino Médio. Objetivamos reafirmar o papel do ensino de Geografia na contribuição da formação humana, ao promover a autorreflexão e o desenvolvimento de operações mentais necessárias para a prática cotidiana consciente autônoma e crítica.
Palavras-chave: Escola sem Partido; Ciências Humanas, Ensino de Geografia, Reforma do Ensino Médio.

ABSTRACT

The last years were marked by a setback in the educational field as a whole, especially in the areas of Humanities, highlighting the Law Project of the School without a Party (SWP) and Curricular Reform of Secondary School. The pedagogical meanings of these laws reveal the meanings of Education, knowledge and society: if on the one hand the SWP program creates a false mantle of the neutrality of knowledge, the Reformation of the High School in creating "formative itineraries" overemphasizes a theoretically pragmatic teaching languages and Mathematics. Thus, this essay presents considerations about the disputes of knowledge in the production of scientific knowledge and its interrelationships with scholarly knowledge, debating the ideas of SWP and the new curricular reform. We aim to reaffirm the role of Geography teaching in the contribution of human formation by promoting self - reflection and the development of mental operations necessary for autonomous and critical daily conscious practice.
Keywords: School without party; Humanities, Geography Teaching, High School Reform.

RESUMEN

Los últimos años fueron marcados por un retroceso en el campo educativo como un todo, especialmente en las áreas de Humanidades, destaque para el Proyecto de Ley del Programa Escuela sin Partido (ESP) y Reforma Curricular del Bachillerato. Los significados pedagógicos de esas leyes revelan sentidos de Educación, de conocimiento y de sociedad: si por un lado el programa ESP crea un falso manto de la neutralidad del conocimiento, la Reforma del Bachillerato al crear "itinerarios formativos" valora una enseñanza teóricamente pragmática orientada hacia lenguas y Matemáticas. Así, este ensayo presenta consideraciones sobre las disputas de saberes en la producción del conocimiento científico y sus interrelaciones con el conocimiento escolar, debatiendo las ideas de la ESP y de la nueva reforma curricular. Objetivamos reafirmar el papel de la enseñanza de Geografía en la contribución de la formación humana, al promover la autorreflexión y el desarrollo de operaciones mentales necesarias para la práctica cotidiana consciente autónoma y crítica.
Palabras clave: Escuela sin Partido; Ciências Humanas, Enseñanza de Geografía, Reforma de la Escuela Secundaria.

1. Introdução

As reflexões compartilhadas aqui foram escritas à quatro mãos: duas delas de uma professora de Geografia, e as outras duas por um professor de Sociologia, a partir de corpos-mentes temerosos com o avanço do conservadorismo e tecnicismo que caracteriza a "fase mais recente" do processo de mercantilização da educação no Brasil.

Mesmo com receios de tornar pública tais ideias em tempos sombrios, cultivamos coragem para manifestar tais medos marcados por um retrocesso no campo educacional como um todo, especialmente nas áreas de Humanas, com destaque para o Projeto de Lei do Programa Escola sem Partido (ESP) e Reforma Curricular do Ensino Médio. A defesa feita é a de reafirmar o papel do ensino de Geografia na contribuição da formação humana e do raciocínio geográfico, ao promover a autorreflexão e o desenvolvimento de operações mentais espaciais necessárias para a prática cotidiana consciente autônoma e crítica.

Neste sentido, tal publicação "perigosa" se caracteriza como um ensaio resultante de um diálogo intenso e profundo entre dois irmãos a partir da grande dúvida, já anunciada no título, "*E agora, como ensinar Geografia*?". Para isso, abordamos as disputas de saberes na produção do conhecimento científico e suas inter-relações com o conhecimento escolar, debatendo as ideias da ESP e da nova reforma curricular do Ensino Médio. Os significados pedagógicos dessas leis revelam sentidos de Educação, de conhecimento e de sociedade: se por um lado o programa ESP cria um falso manto da neutralidade do conhecimento, a Reforma do Ensino Médio, ao criar "itinerários formativos", hipervaloriza um ensino teoricamente pragmático voltado para línguas e Matemática.

2. Escola "sem" partido: um breve histórico dos contextos políticos

> Creio que nunca precisou o professor progressista estar tão advertido quanto hoje em face da esperteza com que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação. Desse ponto de vista, que é reacionário, o espaço pedagógico, neutro por excelência, é aquele em que se treinam os alunos para práticas apolíticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra. (Freire, 1996).

O *movimento Escola sem Partido* (ESP) foi criado em 2004 como uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com a "contaminação" política e ideológica das escolas brasileiras. Em 2015, o referido movimento ganhou corpo jurídico por meio do Projeto de Lei nº 867/2015, ao criar o *Programa Escola sem Partido*, idealizado pelo advogado Miguel Nagib, que defende que o projeto está preocupado com o acesso à informação dos alunos e alunas. Nagib se baseia no Código de Defesa do Consumidor para justificar principalmente a fixação de cartazes nas salas de aula com os "deveres dos professores" e, portanto, "direitos dos alunos".

Esse movimento tem como principal suporte um site pautado na lógica de denúncias e instruções de procedimentos de vigilância, controle e criminalização, relativos às práticas pedagógicas que tal movimento considera como "doutrinação" e que segundo este movimento podem ser identificadas em aulas, livros didáticos, programas formativos ou qualquer atividade escolar. São disponibilizados neste site documentos intitulados como "Modelo de notificação extrajudicial", "Orientações – flagrando o doutrinador" e "Planeje sua denúncia" [1].

Consta no referido site que essas "práticas de doutrinação" se dariam, por exemplo, se um(a) docente, ou livro didático, privilegiasse um sujeito histórico de forma descontextualizada como prova do que aconteceu no passado. Seria uma tentativa de impor, de forma dogmática, apenas uma narrativa sobre um fato ou conteúdo.

Também não caberia ao professor, ou professora, opinar sobre os fatos, ou fazer uma análise crítica, colocando-o no lugar de instrutor de conteúdos. A partir deste site e suas ramificações – tais como em redes sociais, tipo o Facebook – vêm se realizando ações para coibir a abordagem de determinados temas que estão inseridos no contexto escolar, por se chocarem contra "valores morais", especialmente relativas às questões de gênero, orientação sexual e modelos familiares. Tal movimento chegou a criticar a proposta da nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC) pelo fato do documento incluir a questão de gênero, o que contribuiu para algumas mudanças entre a segunda e terceira versões do documento, em que os conteúdos referentes a esse tema foram suprimidos.

Essa perspectiva de educação, limitada à transmissão mecânica do conhecimento inscrito em livros, ou em obras didáticas, não permite que a escola seja um espaço da construção do pensamento crítico, sendo apenas o espaço da reprodução do sistema vigente, indo na contramão de uma educação libertadora e democrática (Freire, 1968; Libâneo, 1984) que precisa fazer a crítica do ambiente social e que esteja inserida na comunidade, para assim formar cidadãos críticos e não meros reprodutores de informação. É direito do professor, anunciado na Constituição, sua liberdade de expressão enquanto mediador do conhecimento, e essa liberdade de cátedra está sendo ameaçada pelo projeto Escola sem Partido.

Neste contexto, os professores e professoras passaram a se referir ao projeto como a "lei da mordaça", pois tal movimento cria metaforicamente (e simbolicamente) "tribunais pedagógicos", que ao controlarem o que se pode, ou não, dizer em sala de aula amedrontam o(a) docente sobre a sua abordagem e metodologia, pois caso não esteja dentro da moral criada por determinados integrantes do movimento ESP, tal professor(a), ou profissional, da educação pode ser criminalizado por discentes e pais, que assumem o papel de "vigilantes".

Assim, a lógica que se expressa no ESP não pode ser compreendida apenas por ela mesma, e nem ser entendida como algo que diz respeito somente à esfera educacional. Se analisarmos o panorama mais amplo do contexto atual da política brasileira, com o afastamento da presidenta Dilma Roussef, e na conjuntura de um golpe parlamentar, midiático e jurídico, podemos entender parte das correlações de forças políticas e sociais que se manifestam por meio desse projeto de lei (Ramos, 2017; Frigotto, 2017).

Um olhar mais atento na perspectiva histórica nacional nos revela sedimentações e disputas das relações sociais que contêm as ideias do ESP. No Brasil, o capitalismo se estruturou sob a marca da colonização e da escravidão, produzindo uma das sociedades mais violentas e desiguais do mundo. Opondo-se às formas da burguesia clássica, que lutaram para a cisão dos modelos de sociedades posteriores e por nações autônomas, a burguesia brasileira sempre mirou o exterior, a hegemonia do capital estrangeiro, produzindo um sentimento de antinação, ou mesmo antidireitos universais, tais como a educação de qualidade pública.

Na contemporaneidade, este sentimento se reveste de um renovado culto ao mercado e de fortes ataques à esfera pública e social, especialmente no momento neoliberal. A forte presença de teses ultraconservadoras no plano social e político se materializam no próprio golpe parlamentar de agosto de 2016, e no referido projeto. O núcleo duro situa-se no plano do capital e suas estratégias de produção e reprodução e manutenção do *status quo*. Para a manutenção deste sistema é preciso, no limite, eliminar quem se opõe e eliminar o pensamento crítico, substituindo-o por uma ideologia que se diz neutra. A tentativa de emplacar uma educação supostamente não politizada está alinhada na gestão de um plano cultural que garante a manutenção da estrutura capitalista estabelecida e, consequentemente, o lucro e a desigualdade (Frigotto, 2017).

O golpe de 2016 reitera as estratégias da classe dominante brasileira de interromper as recentes conquistas no plano social[2], implementadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT)[3]. O então governo federal de Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro - MDB, 2016-2018) e o atual governo de Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal -PSL, 2019) passam a acelerar o alinhamento das classes dominantes aos centros hegemônicos do capital de modo geral. Assim, conforme destaca Frigotto

> Este é o solo estrutural do qual emana a ideologia do golpe que acaba de ser dado à democracia e a do Escola sem Partido. As forças e intelectuais que as promovem são a expressão política e ideológica do contexto atual, que assumem as relações sociais capitalistas no Brasil. Com efeito, a composição dominante do parlamento que, de forma arrogante, cínica e raivosa, legalizou o golpe e reza a cartilha do fundamentalismo religioso e do mercado. Paradoxalmente, são essas forças que produzem as leis que não obedecem ao que é justo, mas ao interesse da classe detentora do capital (...) (Frigotto, 2017, p. 25).

É neste acontecimentos políticos-educacionais (e sobre eles), que o presente artigo se debruça. Nossos principais argumentos repousam em dois debates relacionados entre si: em primeiro, a impossibilidade da neutralidade do conhecimento, e, portanto, da educação e da escola. E, em segundo, a (re)afirmação do ensino de Geografia no contexto educacional brasileiro. Para isso, abordaremos as disputas que marcam a distinção entre as áreas do conhecimento: "da natureza material" (Física, Química, Biologia, etc.) e a "ciência do homem" ou, como concebemos hoje, as Ciências Humanas (História, Geografia, Sociologia), para ao final apresentarmos argumentos sobre a necessidade da manutenção das disciplinas das Ciências Humanas no currículo, com principal destaque para o ensino de Geografia e sua contribuição ímpar para a formação do pensamento crítico-espacial e cidadão do aluno.

3. Pode um conhecimento ser "neutro"? Disputas em torno da produção do conhecimento[4]

Não é recente a compreensão de que conhecimento, em suas diferentes formas, seja um produto social, e como tal, é objeto de produção e disputa, envolvendo diversos grupos que tem por finalidade impor-se enquanto universal, único, racional e, muitas vezes, neutro. No caso, aqui, trataremos especificamente da produção do conhecimento científico e, posteriormente, da sua relação com o conhecimento escolar.

3.1 **A produção do conhecimento científico**

Entende-se por conhecimento científico o conhecimento dos fatos e dados da realidade social que visam se afastar dos julgamentos normativos e morais do senso comum. Mas, então, nos perguntamos *como se produzem e se estudam os fatos e qual a relação deles com os cientistas? Por que determinados aspectos da realidade têm preferência frente a inúmeros outros casos para os pesquisadores? O que o conhecimento procurado representa para quem o produz?*

Segundo Weber (2006), não podemos cair na armadilha de compreender a produção do conhecimento científico por meio do paradigma positivista da realidade objetiva, onde haveria uma suposta independência entre as intenções, ações e singularidade entre o (a) pesquisador (a) e a ciência. O autor nos mostra que existem campos de disputas entre os grupos sociais para definir quais são as qualidades das coisas, das condutas, dos eventos que podem servir de orientação para o mundo e que, portanto, seriam "dignos" de serem estudados. Isso significa que a ciência, como conhecimento do que é (e não do que deveria ser), não é conhecimento de qualquer coisa, mas

daquilo que os homens de certa sociedade, em certa época, reputam importante ser conhecido (Cohn, 2011), com as ferramentas teóricas-metodológicas de cada época.

Deste modo, o conhecimento se faz quando há um impulso, um interesse arraigado na sociedade, ou em determinados grupos sociais. Logo, o fundamento do interesse parte do juízo de valor (subjetivo), mas não se faz ciência sem ultrapassar as fases da construção do objeto, sem uma metodologia que visa afastar tais valores. Para tanto, como nos indica Weber, há a necessidade de se refletir, reconhecer e buscar a distinção entre o juízo de valor (subjetivo) e o juízo de fato (objetivo) no processo de produção científica, com a certeza de que os dois sempre caminham juntos. O sentido da ciência guarda um duplo viés, sendo um processo que busca conhecer o mundo e, por outro lado, também atribui sentido ao mesmo (Cohn, 2011).

Neste contexto, nosso argumento central é o de que o conhecimento é produzido – logo é um produto social e a ciência é um campo em disputa, onde diferentes formas de saber podem ser legitimadas, marginalizadas, ou dominantes/hegemônicas. Nosso entendimento parte de que teorias que se julgam ter atingido as verdades humanas, universais e definitivas, são, de fato, a revelação do conhecimento que é produzido, ou/e que servem às classes dominantes, que a todo o momento tentam se construir como universais (Lefebvre, 1966; Laclau, 2011). Este processo de imposição é ideológico e, portanto, não se faz sem disputas políticas e sociais.

Estas disputas, segundo Lefebvre (1966, p. 47), ocorrem principalmente na distinção entre duas áreas do conhecimento: o "conhecimento da natureza material" (Física, Química, Biologia, etc.), com suas implicações materiais, visando a aplicação sob o restrito ponto de vista do lucro; e a "ciência do homem" ou como a concebemos hoje, as Ciências Humanas. Esta última, para o autor, não se "desenvolve" na medida em que ela não gera lucro, e ao mesmo tempo tem potencial de produção de conhecimento crítico da própria estrutura social, o que implicaria (ou não) na compreensão do sistema de classes sociais e na própria compreensão da opressão e exploração, a qual grande parte da população está submetida perante uma minoria da classe dirigente. Por fim, o autor enfatiza que a classe dirigente tem um interesse vital em lançar um véu sobre estes fatos, desqualificando as próprias Ciências Humanas, dissimulando-as sob falsas teorias.

Há, no imaginário social, a ideia de que há uma objetividade nas Ciências da Natureza e que a mesma não se aplica nas Ciências Humanas. Se, para as Ciências da Natureza há a ideia de que o conhecimento não depende do(a) próprio pesquisador(a), mas que se encontra exterior a ele, pronto a ser descoberto por um(a) "observador(a)" dotado de capacidade, nas Ciências Humanas há a ideia de que o conhecimento nunca estará separado da experiência humana do(a) pesquisador(a). Não poderia o(a) pesquisador(a) compreender os fatos senão pela sua experiência, o que "contaminaria" a produção do conhecimento, tornando-o partidário, ou ideológico (Lefebvre, 1966).

Se nos atentarmos neste tema, notamos que atualmente ainda é dado que nas Ciências da Natureza há a ideia de leis absolutas, rigorosas, inflexíveis, universais, exteriores a qualquer pesquisador(a), culminando no "brutal objetivismo", cuja corrente pautou o ideal das ciências (natural e humana) durante todo o século XIX, resultando na cultura eurocêntrica como universal. É fácil notar como as acusações de "conhecimentos ideológicos" sempre recaem sobre os conteúdos de História, Geografia, Sociologia, Filosofia e nunca nos questionamos sobre os postulados da Física e Matemática.

Avançando para a idade moderna, os métodos e os resultados que a ciência nos apresenta mostram que não há "objetividade absoluta", em dois sentidos. O primeiro sentido é o de que a própria noção de verdade

objetiva universal que deve ser observada por um(a) pesquisador(a) se dilui: a verdade universal é uma categoria construída socialmente e isto implica relações de poder, políticas, econômicas etc.; seguindo a primeira premissa, logo não poderíamos deixar de pontuar que é o(a) pesquisador(a) que cria a própria ciência (e seus postulados), na medida em que se interessa pelo objeto. Desta maneira, não há como separar a noção de "objetividade" da noção de "subjetividade" no "fazer" ciência. Em outras palavras, o desenvolvimento da ciência depende dos próprios instrumentos e métodos utilizados pelo pesquisador(a), que podem variar de época para época, dependendo das próprias questões e interesses postos em cada período. Assim, o resultado científico nunca é indiferente ao pesquisador(a) que o desenvolveu, em qualquer área de produção científica (Lefebvre, 1966; Laclau, 2011).

Deste modo, a objetividade "brutal" (ou positivista) precisa ser repensada de modo flexível, uma vez que a objetividade é relativa. A produção da ciência sempre implica em uma dimensão da ação humana, argumenta Lefebvre (1966). O próprio interesse na realidade exige a atividade do(a) pesquisador(a), o próprio fazer pesquisa e produzir conhecimento implica obrigatoriamente em uma ação. A ação, por sua vez, implica numa dimensão política – *agir*, *não agir*, *como agir* e *para quem agir*. Neste sentido, "todas as ideias, todas as teorias, até mesmo as aparentemente não políticas, têm, portanto, uma relação direta ou indireta com a política", bem como, "a relação indireta e velada, as ideias aparentemente não políticas, podem ser mais perigosas e mais pérfidas que a relações declaradas. É por isso que as classes dominantes emitem suas ideias políticas sob aparências 'neutras', 'imparciais' e não 'políticas'" (Lefebvre, 1966, p. 52).

3.2 Inter-relações entre o conhecimento científico e o conhecimento escolar

Partindo do pressuposto da seção anterior de que o conhecimento científico é socialmente produzido, o conhecimento escolar, enquanto seleção dos conteúdos ensinados institucionalmente nas escolas, não deixa de ser também uma construção histórica e social. Os estudos curriculares pós-estruturalistas, como os de Lopes e Macedo (2011) e Lopes (1999), nos últimos anos vêm apontando reflexões importantes sobre as inter-relações entre o conhecimento científico, o conhecimento escolar e o conhecimento do cotidiano, em uma dimensão sócio-histórica que nos ajuda na compreensão dos sentidos discursivos presentes nos currículos, com foco em questões de seleção, produção, organização, distribuição e hegemonia do conhecimento escolar.

Nessa perspectiva, Lopes (1999) define o conhecimento escolar como um "conhecimento selecionado a partir de uma cultura social mais ampla, que passa por um processo de transposição didática, ao mesmo tempo que é disciplinarizado" (Ibidem. p. 24), apresentando com isso uma "contradição de ter como objetivos a socialização do conhecimento científico e a constituição do conhecimento cotidiano" (Idem). A partir disso, a autora argumenta que cada saber possui a sua legitimidade e não necessariamente tem de ser científico para ser legítimo. Embora, por outro lado, cotidianamente o uso do adjetivo 'científico' passa a qualificar e validar o conhecimento no espaço escolar.

Lopes e Macedo (2011) mostram que nesse jogo de disputa pela fixação de sentidos está a própria definição de ciência: "o saber científico não é todo saber, mas é um saber formado por discursos, produzidos em certos jogos de linguagem, que uma vez submetidos a certas regras podem ser legitimados como ciência" (2012, p. 154). As autoras ainda alertam que a discussão não deve centrar nas disputas pela seleção de conteúdo, mas na disputa da/na produção de significados, pois

> (...) os processos de seleção e legitimação não são construídos a partir de critérios exclusivamente epistemológicos ou referenciados em princípios de ensino-aprendizagem, mas a partir de um conjunto de interesses que expressam relações de poder da sociedade como um todo, em um dado momento histórico. Assim, atuam sobre o processo de seleção cultural da escola, em relações de poder desiguais, o conjunto de professores, aqueles que fazem parte do contexto de produção do conhecimento de uma área e a comunidade de especialistas em educação. Atuam igualmente inúmeras outras instâncias culturais, políticas e econômicas de uma sociedade, que atuam direta ou indiretamente sobre a escola, sobre a formação e atualização de professores e sobre a produção de conhecimentos na área específica e educacional (Lopes, 1999, p. 3).

Se reconhecemos que as componentes curriculares e seus respectivos conteúdos de ensino refletem padrões e status de hierarquias da configuração do conhecimento escolar, identificamos, portanto, que a organização do currículo é um processo de seleção que privilegia determinados conhecimentos e exclui outros a partir de sentidos discursivos hegemônicos, ainda que provisórios, e influi na própria cultura escolar (Chervel, 1990). Dessa forma, esses discursos fundamentam a subordinação do saber prático ao saber científico, e o adjetivo 'científico' passa a ser "selo" de rigor ou de validação. Na sala de aula, as consequências pedagógicas dessa forma de conceber o conhecimento podem ser identificadas, por exemplo, no controle dos critérios do que é um "bom" ensino, como aquele que ensina a verdade e o científico. Com isso, o "bom" ensino é afirmado e validado por meio dos enunciados que valorizam o rigor científico, e que, por conseguinte, qualificam como "bom" os instrumentos que seguem ainda uma perspectiva da ciência matematizada, positivista e "neutra". Porém, quando esse juízo se associa ao discurso pedagógico, ele questiona o próprio rigor, e essa validação se dá ao mesmo tempo em que negam as "formas tradicionais" de ensinar como algo ultrapassado (Vilela, 2013, Straforini, 2016).

A questão que nos colocamos é *que ciência é essa que permite o "rigor científico" e se constitui como elemento legitimador do saber de referência, e sela a qualidade da educação e do "bom" ensino?* O modelo da racionalidade, que consagrou a ciência moderna com seus pressupostos epistemológicos e regras metodológicas, têm na perspectiva cartesiana a tentativa de aplicar métodos matemáticos para provar verdades e chegar ao "conhecimento verdadeiro", como sendo aquele "puramente intelectual [5], que parte de ideias natas e controla, por meio de normas, as investigações filosóficas, científicas e técnicas" (Tonini, 2006, p. 21-2).

É importante frisar que não estamos defendendo aqui que os saberes escolares sejam uma réplica, ou uma transposição dos saberes científicos, mas que existe uma "forte e indissociável relação entre o conhecimento geográfico científico e o conhecimento geográfico escolar" (RODRIGUEZ LESTEGÁS, 2012, p. 174 - traduzido pelos autores). Assim, a validação dos saberes escolares está ligada a uma concepção epistemológica de ciência, em que a própria manifestação do currículo escolar, enquanto construção social e cultural da seleção do que se mantém e do que é eliminado, revela a não neutralidade do conhecimento, e, portanto, da educação (Frigotto, 2017). É nesse sentido que podemos denunciar que os enunciados de neutralidade e de desvinculação entre educação e política defendidos pelo ESP são falaciosos, uma vez que todo ato educativo contém uma dimensão política (Saviani, 1988), e esta política deve ser revelada e não ser colocada por detrás de um manto de suposta neutralidade. É preciso compreendermos como os saberes, aqui no caso os currículos escolares, são produzidos (Breda e Breda, 2021).

De forma geral, tais tensões expostas são processos referentes à seleção e validação de qualquer conhecimento escolar. Porém, é importante situar aqui a Geografia e suas especificidades, pontuando suas constituições e características, uma vez que é ela, ao lado da história, uma representante das humanidades enquanto

disciplina escolar institucionalizada no Ensino Fundamental. Assim, é preciso frisar, mesmo que sucintamente, quais são as peculiaridades da Geografia escolar nessa atual conjuntura política e educacional, ponto esse que será tratado na próxima seção.

4. Projeto Escola Sem Partido e a Reforma do Ensino Médio: algumas apreciações no ensino de Geografia

> Minha presença de professor, que não pode passar despercebida dos alunos na classe e na escola, é uma presença em si política. Enquanto presença não posso ser uma omissão, mas um sujeito de opções. Devo revelar aos alunos a minha capacidade de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de optar, de romper. (Freire,1996).

A escola tem como um dos pontos de partida pedagógicos a problematização da prática social, fornecendo um arsenal teórico e instrumental nas diversas áreas do saber, para que o(a) aluno(a) possa compreender o mundo em que vive. Isso exige discutir problemas sociais, as necessidades e organização de uma sociedade plural (Breda, 2020). E é exatamente isso que o ESP quer extinguir. Conforme aponta Ramos (2017), a discussão e a compreensão crítica da sociedade mediada pelo conhecimento não são doutrinações, menos ainda opressões. Ao contrário, é o compromisso ético da educação**.** Não é papel da escola formar discípulos que reproduzem seus mestres, mas sim formar mentes criativas e autônomas. Conforme pontua Freire (1996, p. 16):

> Posso não aceitar a concepção pedagógica deste ou daquele autor e devo inclusive expor aos alunos as razões por que me oponho a ela, mas o que não posso, na minha crítica, é mentir. É dizer inverdades em torno deles. O preparo científico do professor ou da professora deve coincidir com sua retidão ética (...). É não só interessante, mas profundamente importante que os estudantes percebam as diferenças de compreensão dos fatos, as posições às vezes antagônicas entre professores na apreciação dos problemas e no equacionamento de soluções. Mas é fundamental que percebam o respeito e a lealdade com que um professor analisa e critica as posturas dos outros.

Tal projeto violenta, tanto discentes quanto docentes. Discentes, pois ao partir do princípio da passividade do(a) educando(a) lhe retira a sua condição de sujeito, transformando-o(a) em objeto/receptor. Agride também ao docente, ao criminalizar o ato pedagógico e extirpar sua autonomia, conforme descrito anteriormente. Ao seguir tal projeto, os confrontos de ideias na compreensão de um mesmo assunto, os debates na elaboração do pensamento autônomo, mediado pelo(a) professor(a) e pelo conhecimento sistematizado, seriam “proibidos”.

As medidas previstas no projeto de lei do ESP eliminam o pluralismo pedagógico e a autonomia docente de ensinar, de educar e de avaliar, desqualificando o próprio profissional docente, ao colocá-lo como um tecnicista, levando a população, e até mesmo o próprio professor, a acreditar que basta

> possuir um domínio sobre o seu trabalho, quando por trás esconde-se a incapacidade para entender as bases políticas que sustentam o seu trabalho, bem como enfrentar uma das características fundamentais da prática educativa: sua ambiguidade, seus conflitos de valores e a permanente necessidade de reinterpretar as situações para elucidar o moralmente correto (Contreras, 2012, p. 289).

Conforme aponta Contreras (2012, p. 300), a autonomia docente está ligada ao papel social e político que a escola desempenha, podendo contribuir para a igualdade, ou para a desigualdade social. Isso depende de como o ensino, e, portanto, o(a) professor(a), irá procurar “dotar todos os alunos de recursos culturais e intelectuais

socialmente equivalentes e internamente plurais" (Idem). Existem sim professores e professoras com propostas pedagógicas mais alternativas, outros mais progressistas, mas isso não significa que o ensino se resume à aplicação de uma ideologia, ou partido político. O(a) professor(a) não é um(a) doutrinador(a) de posições político-ideológicas. Pelo contrário, auxiliam os(as) alunos(as) quanto à autonomia intelectual. Não se trata de escolher uma, ou outra corrente a ensinar, mas de mostrar para os(as) alunos(as) as variadas interpretações sobre um mesmo conceito ou realidade. Para isso, o(a) professor (a) precisa propor desafios em que os(as) alunos(as) aprendam a discernir, a separar o que é confiável do que é factível, a julgar com critério. Conforme alerta Vesentini (2009), não desenvolver isso ameaça a própria democracia, principalmente pela influência da mídia, que nunca é neutra.

Segundo este autor, o sistema escolar, especialmente as humanidades, deve levar o(a) aluno(a) a compreender o mundo em que vive, a ser cidadão ativo e não meramente passivo. A escola precisa auxiliá-lo(a) a dominar metodologias científicas, a discernir o confiável das informações falsas, aprimorando suas inteligências múltiplas, as habilidades e competências para atitudes mais democráticas, contribuindo para o desenvolvimento global do(a) aluno(a) (cognitivo, intelectual, afetivo...).

E nesse contexto é importante destacar o atual momento de reforma curricular que a educação brasileira como um todo, e as áreas de Humanas em específico, vem sofrendo, proposta pela Medida Provisória no 746/2016, transformada na Lei no 13.415/2017 e materializada na BNCC do Ensino Médio (Brasil, 2018), em que nessa etapa de ensino, em que a Geografia deixa de ser uma componente disciplinar. Neste documento, a Geografia está inserida na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas junto com a Filosofia, História e Sociologia. Apenas Língua Portuguesa e Matemática são componentes disciplinares, ou seja, disciplinas escolares obrigatórias para os três anos do ensino médio. É importante frisar que apesar da contribuição da interdisciplinaridade, cada ciência desenvolve olhares diferentes, mesmo que estejam olhando para o mesmo objeto. Um(a) professor(a) com formação em Geografia não tem a mesma formação de um licenciado em História, por exemplo. Há uma distância epistemológica e metodológica, seja enquanto campos científicos, seja enquanto disciplinas escolares.

Porém, a preocupação maior não é a "união" das disciplinas na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, mas o seu caráter facultativo no currículo do ensino médio. Tal movimento já estava previsto na Reforma do ensino médio através da medida provisória 746/2016, transformada na Lei 13.425/2017 no governo Temer, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996). Essa medida, ao criar "itinerários formativos", promoveu significativas alterações na organização curricular desta etapa de ensino, facultando, ou até mesmo restringindo a obrigatoriedade de componentes curriculares, organizando o currículo então em áreas de conhecimento, ou em temas transversais, o que certamente traz um prejuízo para a formação humana e técnico-científica dos estudantes.

Segundo Vesentini (2009), a hipervalorização de um ensino teoricamente pragmático, voltado para **e**nsinar língua e Matemática, é uma concepção mercantil e conservadora que instrumentaliza a educação. A escola é uma instituição em que os(as) alunos(as) não devem apenas aprender a ler, escrever e calcular, mas também a serem cidadãos ativos, que conhecem o mundo em que vivem, contribuindo com uma sociabilidade dos(as) educandos(as) direcionada para a ausência de preconceitos e para a aprendizagem do diálogo.

Ao questionar *o que se ensina quando se ensina Geografia,* Cavalcanti (2012, p. 136) conclui que "ensina-se a observar a realidade e a compreendê-la *com a contribuição dos conteúdos geográficos*. Ensina-se por *meio*

dos conteúdos, a perceber a espacialidade da realidade (...) ensina-se o aluno a analisar uma das dimensões do real, que é espacial". Assim, a autora defende a espacialidade dos eventos geográficos como objeto de estudo da Geografia escolar. Dessa forma, a leitura do mundo e a prática da cidadania do ponto de vista dessa espacialidade demanda a apropriação, pelos(as) alunos(as), de um conjunto de instrumentos conceituais de interpretação e de questionamento da realidade que cabe especificamente à Geografia escolar (Straforini, 2018). São habilidades específicas dessa disciplina localizar e situar espacialmente um fenômeno, compreender a lógica e a ordem das práticas espaciais (Gomes, 2017), como por exemplo apresentar dados da desigualdade social que levem os alunos a compreender criticamente nossas práticas espaciais necessárias à vida social, como as migrações, a história pós-colonial, e as diferentes comunidades étnicas, linguísticas e religiosas.

É papel dos professores e professoras o tratamento pedagógico-didático para associar essas habilidades como estruturadores de um raciocínio geográfico, focalizando a experiência dos(as) alunos(as) e seus conhecimentos prévios, fazendo reflexões do real empírico, mas ultrapassando essa experiência para a construção de um pensamento científico, ajudando esses alunos(as) a compreenderem melhor suas próprias práticas sociais Na organização do trabalho pedagógico é fundamental que o(a) professor(a) tenha clareza metodológica para integrar esses saberes e problematizar questões que envolvam os conceitos e o raciocínio geográfico (Breda e Garcia de La Veja, 2021). É preciso pautar o planejamento do trabalho docente considerando e valorizando as vivências e os conhecimentos prévios do(a) estudante, para que eles(elas) se tornem protagonistas no processo da construção de conhecimento de aprendizagens mais significativas.

Claro que uma prática docente com tais pressupostos exige dos professores e professoras não só o domínio e a didática do conteúdo, mas um compromisso ético, estético e político. O ato educativo não é exclusivamente conteudista-pedagógico, mas também um ato sociopolítico, em que convergem fatores econômicos, sociais, psicológicos e biológicos como condições necessárias e complementares da ação pedagógica. Portanto, "*tomar partido*" não significa apoiar a doutrinação pedagógica, como a mídia vem defendendo. Ao contrário, significa defender um saber escolar que seja relevante para a formação do indivíduo crítico e democrático.

Para isso, o ensino de Geografia precisa contribuir para a formação de uma consciência espacial e de um raciocínio geográfico que, mais do que localizar, permita aos alunos e alunas analisar e entender o território como expressão de domínio de grupos de poder, fortalecendo uma análise geopolítica do espaço (Cavalcanti, 1999). É preciso uma consciência crítica da espacialidade das relações para se efetivar uma prática da cidadania com intervenções e não com passividade.

Considerações finais

Os processos que nos propusemos a descrever, mesmo que sucintamente, revelam disputas sobre o sentido de educação que a escola e a sociedade "devem ter". De um lado estão os que apoiam o ESP, defendendo a ideia de um pensamento único, "técnico", "neutro", silenciando as vozes da diferença e homogeneizando as práticas escolares, na tentativa de tornar universal e dominante suas concepções políticas, ideológicas, educacionais e sociais. Do outro lado estão aqueles que são contra o ESP, lutando e defendo o pensamento plural e a construção coletiva de práticas, conhecimentos e identidades (Girotto, 2016). É nesse segundo grupo que nos encontramos, e é através dessa perspectiva pluralista que nos debruçamos a dialogar nesse ensaio, trazendo alguns apontamentos

sobre as disputas dos saberes na produção do conhecimento, e as inter-relações entre o conhecimento científico e o conhecimento escolar na tentativa de problematizar a concepção de neutralidade do conhecimento, e portanto do fundamento principal da Escola Sem Partido interligado à reforma do Ensino Médio (Motta e Frigotto, 2017).

Sob um falso manto de neutralidade, a proposta confunde a população ao falar de um ensino sem ideologia, um ensino neutro, se utilizando de uma linguagem próxima ao senso comum, que mascara questões mais complexas. A própria escolha do nome "sem partido" leva consigo um sentido discursivo que não esclarece o real significado que lhe quer atribuir. Recorrendo a um dispositivo jurídico sob os auspícios da sua neutralidade, tal projeto de lei é uma tentativa de regulamentação educacional cada vez mais controlada por um grupo político totalmente comprometido com a classe dominante, e que busca impedir que os interesses dos dominados sejam abordados na escola (Ramos, 2017).

Mesmo atualmente sem estar em vigência, não tendo a responsabilização penal prevista no projeto de lei, é notável que o novo governo, ao instituir o ESP como eixo estruturante de sua proposta educacional, tem como um dos principais alvos os(as) professores(as) e a educação crítica. Esse movimento produz efeitos reais, difundindo um clima de vigilância que repercute em um controle das atividades escolares, docentes e da discussão educacional, buscando interditar a nossa autonomia. Lamentavelmente, mesmo com nossa liberdade de cátedra garantida pela Constituição Federal, já são vários os relatos de colegas de profissão assediados(as) [6] e até mesmo demitidos(as) sem justa causa, como ocorreu com o professor de História Denis Roberto, em dezembro de 2018, após ministrar uma aula sobre nazismo [7], ou das várias denúncias anônimas feitas no site [8].

E agora, como ensinar Geografia em uma com escola "sem partido"? Como defende o ESP, o professor(a) voltaria a desempenhar uma função tecnicista, o ensino de Geografia, retrocederia àquele da simples definição do conteúdo, descrição e enumeração dos dados, valorizando os aspectos observáveis, deixando de propiciar "ao aluno a compreensão do espaço geográfico na sua concretude, nas suas contradições" (Cavalcanti, 1999, p. 20). Conforme defende Vesentini (2009), é papel do(a) professor(a) apresentar as diferentes correntes de pensamento (iluminismo, marxismo, liberalismo, monarquismo, etc.) e do(a) aluno(a), a partir da crítica, construir seu pensamento crítico e autônomo.

No que tange ao(a) professor(a) de Geografia, cabe-lhe fornecer aos discentes informações e conteúdos que não fiquem restritos apenas à assimilação, mas que os levem a compreender os processos, as dinâmicas do mundo, relacionando as escalas globais e locais, compreendendo os problemas geoeconômicos, geopolíticos, culturais e ambientais. Ao possibilitar uma reflexão do cotidiano, expresso em práticas sociais e espaciais, a Geografia pode permitir ao discente ser capaz de compreender as existentes particularidades e vicissitudes cotidianas, sejam individuais ou sociais, que fazem parte do espaço geográfico. Por isso, é preciso (re)afirmar o papel do ensino de Geografia na contribuição da formação humana, promovendo a autorreflexão e o desenvolvimento de operações mentais necessárias para a prática cotidiana consciente, autônoma e crítica.

Assim, o debate público na recusa de uma escola supostamente sem partido é uma forma de avançarmos na democratização da educação, reforçando a responsabilidade profissional e social da escola no geral, e especificamente do lugar do ensino de Geografia no currículo escolar, principalmente diante do atual contexto educacional da Reforma do Ensino Médio e da implementação da BNCC, com a diminuição expressiva de componentes curriculares da área de Ciências Humanas.

Bibliografia

ALGEBAILE, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: **Escola "sem" partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 63-74.

BRASIL. **Projeto de Lei n° 7.180/2014 -Comissão especial escola sem partido**. Disponível em http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf. Acessado em 22 de jan de 2019

BRASIL. **Projeto de Lei n° 867/2015** - Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf. Acessado em 22 de jan de 2019

BRASIL. **Projeto de Lei n° 746/2016** - Reformulação Ensino Médio. Disponível em https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992. .Acessado em 22 de jan de 2019

BRASIL. **Projeto de Lei n° 13.425/2017** - Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=602639&id=14374947&idBinario=15657824&mime=application/rtf. .Acessado em 22 de jan de 2019

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - Ensino Infantil e Ensino Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - Ensino Médio**: Brasília: MEC/SEF, 2019.

BREDA, Thiara Vichiato. Políticas curriculares em contextos amazônicos: os desafios para uma educação indígena com/na/pela diferença. **Revista Ciência Geográfica Ensino - Pesquisa – Método**. Dossiê Ensino de Geografia. Vol. XXIV, No 1, dez/jan de 2020, p. 353-674.

BREDA, Thiara Vichiato; GARCÍA DE LA VEGA, Alfonso. Como jogos de simulação podem estimular o raciocínio geográfico?. In: SANTOS Leonardo Pinto dos; COSTELLA, Roselane Zordan (org). **As perguntas de professores de geografia nos corredores da vida: Algumas respostas de que, já se perguntou**. CRV: Curitiba, 2021, p. 119 – 135.

BREDA, Thiara Vichiato; BREDA, Thalles Vichiato. Saberes cartográficos nos documentos curriculares: um mapeamento do PCN a BNCC. In: GUIMARÃES, Ferreira, MAIA, Humberto Cordeiro Araújo, SANTOS, Ivaneide Silva Dos; NUNES, Marcone Denys Dos Reis. **Geografias e Currículo: tensionamentos, reflexões e práticas**. EDUFBA:Salvador, 2021.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n.2, p. 177-229, 1990.

COHN, Gabriel. Apresentação: o sentido da ciência. In: WEBER, Max. **A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais** [1904]. São Paulo: Ática, 2011.

CONTRERAS, José. **Autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, Paulo. A concepção bancária da educação como instrumento de opressão. In: **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968, p.65-87.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GEORGES, Isabel Pauline Hildegard ; RIZEK, Cibele Saliba. CEBALLOS, Marco. As políticas sociais brasileiras: o que há de novo?. In: **Caderno CRH**. Salvador, v.27, n.72, set./dez, 2014.

GIROTTO, Eduardo. Um ponto na rede: o "Escola sem partido" no contexto da escola do pensamento único. SOUZA, Ana Lucia Silva, et al. **A ideologia do movimento escola sem partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016, p. 69-76.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Quadros Geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LAUTIER, Bruno. O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina. Tradução: RIZEK, Cibele Saliba. In: **Caderno CRH**. Salvador, v.27, n.72, set./dez, 2014.

LEFEBVRE, Henri. Ciência e acção. In:_____. **Para compreender o pensamento de Marx**. Lisboa: Edições 70,1966, p.41-52.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública:** a pedagogia ceírico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1984.

LOPES, Alice Casimiro. **Conhecimento escolar: ciência e cotidiano**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**, São Paulo: Cortez, 2011.

MATTOS, Amana. Et al. Educação e liberdade: apontamentos para um bom combate ao Projeto de Lei Escola sem Partido. In: **Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 87-104.

MOTTA, Vânia Cardoso da. FRIGOTTO, Gaudêncio. **Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória no 746/2016 (lei no 13.415/2017)**. Educ. Soc., Campinas, v. 38, n. 139, p.355-372, abr.-jun., 2017.

SINGER, André.; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). **As contradições do Lulismo**: a que ponto chegamos ? São Paulo:

Boitempo, 2016.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RAMOS, Ana Paula Batalha. Articulações discursivas em torno do significante conhecimento. In: **Espaço do currículo**, v.5, n.1, p.254-267, 2012.

RAMOS, Ana Paula Batalha. **Conhecimento Escolar e Qualidade da Educação nas Políticas de Avaliação da Educação Básica.** Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. Escola sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico. In: **Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 75-85.

RODRIGUEZ LESTEGÁS, F. Concebir la geografia escolar desde una nueva perspectiva: una disciplina a servicio de la cultura escolar. **Boletin de la Asociación de Geógrafos Españoles**, Madrid, n.33, p.173-86, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1988.

STRAFORINI, Rafael. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. **Estudos Avançados: Ensino de Humanidades**, v. 32, n 93, p. 175-195, 2018

STRAFORINI, Rafael. Permanências e mudanças no currículo de Geografia dos anos iniciais no ensino fundamental. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 6, p. 160-184, 2016.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. et al. **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação educativa, 2017

VESENTINI, José William. **Repensando o ensino da Geografia para o século XXI**. São Paulo: Plêiade, 2009..

VILELA, Carolina Lima. **Currículo de Geografia: analisando o conhecimento escolar como discurso**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

WEBER, Max. **A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais** [1904]. São Paulo: Ática, 2006.

NOTAS

[1] Disponível em: https://www.programaescolasempartido.org/. Acesso em: 01 de junho de /2019

[2] Como por exemplo, o aumento real do salário mínimo, a abertura de universidades públicas, a criação do *Bolsa Família*, do *Programa Minha Casa Minha Vida*, dentre outras políticas públicas. Por outro lado, é preciso pontuar que o período petista, de 2003-2016, também é marcado por inúmeras contradições, como a manutenção do lucro de setores dominantes, medidas que não visavam reforma estrutural e sim a mitigação dos impactos do neoliberalismo. Sobre este assunto, ver Singer (2012), Singer e Loureiro (2016).

[3] Encontra-se no site do Programa Escola sem Partido um vídeo direcionado ao Partido dos Trabalhadores e aos Sindicato dos Professores intitulado "Entenda por que o PT e os Sindicato dos Professores são contra a proposta" No referido vídeo é sugerido que ambos lucram politicamente com as atuais práticas educacionais, sugerindo que os partidos de esquerda, "principalmente o PT" são direcionados por uma base ideológica, supondo que os outros espectros políticos/partidários são neutros. Disponível em: https://www.programaescolasempartido.org/. Acessado em: 23 de dez. de 2019.54

[4] Essas reflexões inscrevem-se no conjunto de investigações/ações do Laboratório de Educação em Geografia Ateliê de Pesquisas e Práticas em Ensino de Geografia (APEGEO) que tem como delineamento teórico-metodológico a Teoria do Discurso, em uma compreensão pós-estruturalista do currículo de Geografia no campo político. Para mais detalhes desse grupo consultar Straforini e Lemos (2018).

[5] A autora esclarece que a denominação 'intelectual' foi construída na modernidade e está carregada de sentido de cientificidade, evidenciando um saber que oferece "certezas".

[6] Mais informações em: https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2018/noticia/2018/10/29/deputada-estadual-do-psl-eleita-por-sc-incita-alunos-a-filmar-e-denunciar-professores.ghtml. Acessado em jan. 2019.

[7] Mais informações em: http://www.esquerdadiario.com.br/Professor-de-historia-e-demitido-no-SESI-Campinas-apos-abordar-o-nazismo-em-uma-aula?fbclid=IwAR0ZKbpBWxqGb3OgiDIOKuXKOb-6HW9V4G5g76C_ZuoSgIDqhPcrd-mAwpE. Acessado em dez. de 2018.

[8] No mês de dezembro de 2019, em apenas 3 dias, foram duas denúncias específicas aos professores de Geografia (Mãe de aluno conta sobre doutrinação de professor de Geografia em 10/12/2019) e Mãe notifica professor de Geografia da filha, 13/12/2019). Disponível em: https://www.programaescolasempartido.org/depoimentos.. Acesso em: 22 de dez de 2019.

REVISTA DA ANPEGE. V. 18. Nº. 35 — ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X 25

Espaço-tempo na voz de outrem: o ensino de cartografia para alunos de ensino fundamental

SPACE-TIME IN THE POINT VIEW OF OTHERS: cartography education for sixth grade students

ESPACE-TEMPS DANS LA VOIX D'AUTRUI: l'enseignement de cartographie pour les élèves de sixième année

Gisa Fernanda Siega Rocha

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)
gisafernanda@yahoo.com.br

Silvia Elena Ventorini

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)
sventorini@ufsj.edu.br

RESUMO

Este artigo apresenta a investigação com o objetivo demostrar como a Cartografia pode ser abordada em sala de aula por meio de uma sequência didática, partindo do lugar de vivência dos alunos. O processo investigativo esteve integrado à cidadania, ao envelhecimento e a seus desdobramentos. Como fundamentação teórico-metodológica, utilizou-se como base a pesquisa qualitativa. Os procedimentos foram: representações elaboradas pelos alunos e por idosos de um local comum; entrevista aos idosos; diálogos dirigidos; análises de imagem de satélite e espacialização de dados em mapas. A sequência didática possibilitou a compreensão do processo de mapeamento. As abordagens educativas aplicadas possibilitaram, ainda, superar a costumeira mediação de conceitos cartográficos de forma mnemônica e sem conexão com a realidade do aluno. Conclui-se que unir os saberes de duas gerações, tendo o lugar de vivência como base, possibilita a construção de relações interpessoais empáticas e permite mediar conceitos cartográficos, geográficos e de cidadania.
Palavras-chave: Envelhecimento; Desenho; Lugar vivido.

ABSTRACT

This article aims the investigation had the objective of demonstrate how Cartography can be approached in the classroom, through a didactic sequence, starting from the students life experience. The investigative process has been integrated with citizenship, aging and its developments. As a theoretical and methodological foundation, It was used qualitative research as the basis. The following procedures: representations of a common place elaborated by the students and the elderly, and interview with the aged people; guided discussions; satellite image analysis and data spatialization in maps. The didactic sequence enabled the understanding of the mapping process. The investigated educational approaches allowed to overcome the mediation of cartographic concepts in a mnemonic way and without connection with the student's reality. It can be concluded that uniting the knowledge of two generations, having the life experience as a base, enables the construction of empathetic interpersonal relationships and allows cartographic, geographical and citizenship concepts mediation.
Keywords: Aging; Drawing; Lived place.

RÉSUMÉ

Dans cet article se presente l'investigation réalisée auprès des élèves de la 6ème année scolaire de l'école élémentaire, afin de les rendre actifs dans l'élaboration des cartes à partir d'une collecte des donnés avec personnes âgées. Comme fondement théorique on utilize comme base la recherche qualitative. Pour cela, les procedures suivantes ont été employés: representations élaborées par les élèves e par personnes âgées d'un endroit commun et interview aux anciens; dialogues guidés; analyses des images satellitaires et creation d'une reference spatiale des donnés en cartes. Les approaches éducatives étudiées ont permis de surmonter la médiation des concepts cartographiques basés sur le traditionnel et dans la mnémonique. Ont eté utilisées des environnements pour la médiation des concepts géographiques et cartographiques afin que deux générations réfléchissent et exprimaient ses perceptions sur l'endroit où ils vivaient au moyen des dessins. Finalement, la séquence didactique a permis aux apprenants construire cartes à partir des défis réales.
Mots-clés: Vieillissement; Dessin; Lieu habite.

INTRODUÇÃO

Para aprender e ensinar Geografia, uma rede de experiências e conhecimentos necessitam ser validadas, como por exemplo consolidar a Linguagem Cartográfica como ato de sistematizar e ler o mundo por meio das representações cartográficas. (FRANCISCHETT, 2012). A Cartografia precisa ser integrada nas práticas sociais do cotidiano em vez de ser apenas um exercício proposto em sala de aula, entrar nos acontecimentos da vida (LIVINGSTONE, 1992).

Na pesquisa relatada neste artigo, uniu-se saberes de duas gerações sobre o mesmo local de vivência, em tempos distintos, com o propósito de utilizar os saberes-fazeres de idosos como aporte ao ensino de Cartografia e Cidadania. Investigou-se conceitos cartográficos tendo como fio condutor alternativas pedagógicas para instigar o interesse do aluno por essa temática, atuando como agente ativo do seu processo de ensino e aprendizagem.

As questões norteadoras da investigação foram: É possível integrar os saberes dos idosos ao ensino de conceitos cartográficos e geográficos no Ensino Fundamental? Aproximar duas gerações pode (re) significar os lugares de vivência dos estudantes e contribuir na formação de um indivíduo cidadão crítico e empático? Propôs-se como objetivo investigar como a Cartografia pode ser abordada em sala de aula, por meio de uma sequência didática elaborada tendo como tema de representação o lugar de vivência de alunos e idosos.

A área de estudo foi uma Escola Estadual localizada no município de São João del-Rei (MG) e o público participante foram 25 alunos do 6° ano do Ensino Fundamental e 6 idosos com idades entre 67 a 80 anos. O desenvolvimento da investigação na escola ocorreu ao longo dos dois semestres letivos do ano de 2018. A fundamentação teórico metodológica foi a pesquisa qualitativa, alinhada ao socioconstrutivismo. Os procedimentos foram: acompanhamento de aulas; representações elaboradas pelos alunos e por idosos de um local comum; entrevista dos alunos aos idosos; diálogos dirigidos; análises de imagem de satélite e espacialização de dados em mapas.

Primeiramente apresenta-se a discussão teórico-conceitual relacionada aos temas: intergeracionalidade, Cartografia e a importância dos desenhos. Depois, os procedimentos metodológicos, resultados e análises e conclusões.

Envelhecimento populacional e intergeracionalidade

O processo de envelhecimento populacional é um fenômeno global que se torna visível em escala local. O prognóstico é que em 2050 haverá em torno de 30% da população com 60 anos ou mais de idade. (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2016). A diminuição do crescimento total e o aumento do envelhecimento populacional aprofundam desafios para as atuais e futuras gerações, como participação dos idosos no mercado de trabalho, mudanças fiscais, atendimento as necessidades sociais básicas, entre outros (CAMARANO, 2014).Para propiciar questionamentos sobre o idoso e a velhice, a educação manifesta-se como oportunidade de ação, para a sociedade aprender a respeitar o idoso (SCORTEGAGNA, OLIVEIRA, 2010).

> Introduzir a reflexão e o debate nas escolas sobre a Gerontologiaconsiste em uma grande oportunidade para desmitificar a velhice e o processo de envelhecimento, visto que promove troca de experiências, discussão de estudos e de pesquisas, que contribuem para a formação cidadã dos alunos e alunas e também cria um potencial campo de construção

de um novo paradigma sobre a velhice (ALBUQUERQUE;CACHIONI, 2013, p. 144).

As relações estabelecidas entre idosos e discentes são raras e as interações entre a comunidade escolar e os idosos não se concretizam porque vivemos em sociedade com um alto fluxo de informações, novas tecnologias, imperativo do consumo e desprezo da tradição. Deste modo os idosos perdem poder e função social. A reflexão sobre a heterogeneidade da velhice é de extrema importância para os estudantes (FERRIGNO, 2016).

Os diálogos intergeracionais proporcionam aos idosos acessos a novos saberes, trocas de experiência e, o que é mais importante para esse grupo, a sociabilidade (CACHIONI; TODARO; 2016). A memória do idoso pode contribuir na constituição e identidade do lugar. A partir da memória, das lembranças das pessoas, é possível entrar em contato com momentos urbanos passados e descobrir sobre formas espaciais que já desapareceram (ABREU, 1998).

A oralidade e a memória podem constituir importantes ferramentas linguísticas para o ensino de Geografia por possibilitar a ressignificação da paisagem, dos lugares pretéritos, os modos de vida, e as particularidades dos tempos passados (OLIVEIRA, 2014). “Com o auxílio das representações cartográficas, por exemplo, pode-se (re) ler essas vivências” (OLIVEIRA; COSTA, 2018, p.03).

Destaca-se a importância da escola no desenvolvimento da cidadania, nos diálogos sobre respeito e inclusão para se superar a desinformação e promover reflexões nos jovens sobre suas ações e comportamentos direcionados ao público idoso. No contexto do Ensino de Geografia e de Cartografia, pode-se instigá-los a auxiliar e rever conceitos relacionados à terceira idade, promover o desenvolvimento do raciocínio espacial e estruturar procedimentos de leitura e escrita da linguagem cartográfica. A partir de projetos multidisciplinares é possível integrar diversos temas da geografia como o ensino populacional e a alfabetização cartográfica (FURLAN, 2013).

Conceitos cartográficos: representações gráficas

A Cartografia possui linguagem e leitura próprias. Por isso, a análise dos mapas exige do leitor o domínio básico de seus conceitos. A linguagem cartográfica tem como base a Linguagem Gráfica composta por dados, símbolos, formas, cores, dentre outros (FONSECA; OLIVA, 2013), enquanto a representação gráfica faz parte do mundo da comunicação visual e social, sendo bidimensional e atemporal, e está fundamentada entre signos e significados. Há elementos básicos para o seu uso, são eles: o ponto, a linha e a área (MARTINELLI, 2014; CARVALHO; ARAÚJO, 2008).

Para ser um leitor de mapas é preciso compreender a simbologia, cuja unidade linguística é o signo. O signo possui o aspecto do significante e do significado. O primeiro nos remete ao concreto do signo, o objeto material em que a ideia se refere, enquanto o segundo é o conceitual do signo. O significado de um signo é estabelecido por uma convenção, ou seja, é o que se pensa sobre uma determinada realidade, sendo assim representativo (SIMIELLI, 2007; CARVALHO; ARAÚJO, 2008).

Os símbolos apresentam uma síntese das informações que precisam ser apreendidas igualmente como as palavras escritas, por isso a denominação Linguagem Cartográfica. Para que ocorra a aprendizagem dessa linguagem é necessária à compreensão desses símbolos (CASTELLAR, VILHENA, 2010). É importante que o desenvolvimento do pensamento espacial aconteça ainda nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Pois aprender

a pensar espacialmente é um meio de aprender a aprender (DUARTE, 2017). O pensamento espacial corresponde a uma coleção de habilidades cognitivas, em uma mistura de três elementos: conceitos de espaço, ferramentas de representação e processos de raciocínio (NATIONALRESEARCHCOUNCIL, 2006). No entanto, muitos alunos avançam para os anos finais do Ensino Fundamental e para os demais anos de suas vidas sem compreender os conceitos básicos da Cartografia e podem atingem a idade adulta sem conseguir usar adequadamente documentos cartográficos.

Diferentemente dos mapas, os desenhos elaborados por crianças de seus lugares cotidianos expressam seus conhecimentos subjetivos, não possuem padronizações e contemplam elementos socialmente conhecidos. Nas pesquisas em Cartografia Escolar é consenso sobre a importância de iniciar as crianças na leitura do mapa a partir de seus desenhos. Desta forma, tanto para as crianças quanto para os adultos, o desenho pode ser definido como um sistema de representação antecessor ao ler e fazer um mapa, envolvendo as criações das crianças por meio da imaginação e da memória (JULIASZ, 2017). O desenho é uma linguagem passível de ser explorada pela Geografia, pois assim como encontrados nos mapas, também utiliza de símbolos pictóricos e não pictóricos na representação do espaço, auxiliando as pessoas a desenvolverem um raciocínio sobre o que está sendo representado (OLIVEIRA; PORTUGAL, 2012).

Em sua investigação Bernard Darras (1998) solicitou a um grupo de pessoas uma quantidade de desenhos e solicitou que esses fossem separados por desenhos elaborados por crianças e desenhos de feitos por adultos. Embora 30 desenhos correspondessem aos desenhos dos adultos, apenas 5 foram classificados como produções adultas. O autor afirma que são raros os estudos a respeito dos desenhos de adolescentes e adultos, priorizando-se apenas os infantis.

A grande maioria das representações feitas por adultos são muito próximas daquelas produzidas pelas crianças, possuindo traços familiares e uma tendência ao estereótipo. Os desenhos correspondem às imagens adquiridas na infância denominadas de iconotipos, que são representações generalizantes, de resposta rápida e redução do trabalho mental para representar, por exemplo, casas, árvores, sol, nuvens, dentre outros objetos (DARRAS, 1996, 1998, DUARTE 1995, 2004, 2008). Além das crianças desenharem iconotipos, 95% dos adultos também desenham (DARRAS, 2003, LA PASTINA; DUARTE, 2008).

A repetição desses esquemas acarreta em uma "memória procedural", ou seja, uma memória gráfico-motora armazenada, sem ativação do pensamento visual, constituída na infância que automatiza a produção dos iconotipos. Assim, quando se pede a um adulto para desenhar (sem referências exteriores) ele utiliza da memória, reproduzindo esquemas simples e repetitivos (iconotipos) infantis (DARRAS, 1996, La PASTINA; DUARTE, 2008).

Portanto, é importante analisar os desenhos dos adultos como estratégia de exploração a respeito de seu modo de pensar o espaço e suas noções cartográficas. Essa investigação nos leva a indagação a respeito da representação cartográfica e se essas pessoas adquiriram, ou não, habilidades quanto à representação em seus anos iniciais (BARATO; 2016). Esse autor, ao trabalhar com adultos no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), afirma que muitos educandos apresentam dificuldades na leitura de mapas, e em atividades que envolvam orientação espacial, o que o levou a afirmar que muitos deles não adquiriram as habilidades necessárias relacionadas à representação cartográfica nas séries iniciais.

"Trabalhar com desenhos é trabalhar com novas formas de ver, compreender as coisas e verificar e comprovar

as próprias ideias. Quando desenha, o sujeito expressa uma visão e um raciocínio" (SANTOS, 2005, p.186). "O desenho de crianças é, então, um sistema de representação", é uma interpretação do real por meio da Linguagem Gráfica (ALMEIDA, 2001, p.27). A autora defende que a aprendizagem dos conceitos relacionados à representação espacial, mesmo que seja em situação inicial, pode ocorrer em qualquer estágio do Ensino Fundamental, com a ressalva que o "desenho" é um sistema de representação em qualquer idade.

Os desenhos são considerados não só representações gráficas, mas também mapas mentais, elaborados a partir da memória e da criatividade dos educandos, sem preocupação com a perspectiva ou com convenções cartográficas (CASTELLAR; VILHENA, 2010).

Para Santos (2005), os desenhos e mapas refletem o cultural. Mesmo os sujeitos possuindo pensamentos autônomos, estão relacionados aos meios exteriores que os cercam. Cada pessoa possui autonomia para desenhar o que quiser, mas essa autonomia parte de uma relação não somente psíquica, mas também dependente do social.

Não são somente os alunos que estão envoltos ao meio social que os cercam, os cartógrafos também estão, e independente da tecnologia utilizada, o mapa não deixa de ser um desenho feito pelo homem, ou seja, o mapa é um produto da mente humana e passível de subjetividade. Ao se tornarem primeiramente mapeadores para depois analisarem os demais mapas, os alunos conseguem se deparar com as dificuldades e obstáculos enfrentados pelos cartógrafos (SANTOS, 2005).

Holzer e Holzer (2005) afirmam que a produção de mapas deveria ser constituída a partir da vivência infantil, coletiva e cotidiana e que permitissem uma manipulação relativa a partir da adição de novos elementos. No desenho os alunos elaboram suas respostas, rompendo com comportamentos mecanizados.

O diálogo com os autores embasa o porquê de optar-se por trabalhar com desenhos com as crianças e ainda inserir os desenhos dos idosos. Essas representações auxiliam em uma aprendizagem que integra o aluno, utiliza de seus conhecimentos prévios em consonância aos conceitos científicos, atuando como investigador e leitor consciente dos mapas e da realidade que o cerca.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

A fundamentação teórico-metodológica teve como base a pesquisa qualitativa, na qual são enfatizados os aspectos que são particulares ao universo de pesquisa e da análise das investigações, revelando especificidades, uma vez que os sujeitos envolvidos desenvolvem um processo de construção na pesquisa e desempenham um importante papel nas situações a serem vivenciadas. Nessa abordagem, a descrição dos dados prevalece e a preocupação com o processo se faz maior do que com o resultado final (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). De acordo Flick (2009), a pesquisa qualitativa coordena análise de casos concretos, peculiares, locais, temporais, partindo de expressões e atividades dos sujeitos em seus contextos locais.

A consolidação da metodologia deste trabalho ancorou-se em conteúdos sistematizados de forma crítica, considerando o cotidiano do aluno, favorecendo a interação com outros saberes. As atividades desenvolvidas com os educandos fundamentaram-se nas ideias motrizes propostas por Lana Cavalcanti (2002), em consonância com a teoria das relações sociais no processo de desenvolvimento intelectual, o socioconstrutivismo, defendido por Vygotsky (2001).

A área de estudo foi uma Escola Estadual localizada no município de São João del-Rei (MG). O público participante foram 6 idosos com idades ente 67 a 80 anos e 25 alunos do 6º ano. A entrada em campo e o desenvolvimento da investigação ocorreram ao longo de dois semestres letivos do ano de 2018, em caráter semanal. No primeiro semestre, houve observação das aulas, planejamento e preparação dos materiais utilizados para desenvolver a sequência didática. No segundo semestre aplicou-se a sequência didática, conforme ilustra o quadro 01.

Quadro 01: Sequência didática desenvolvida no segundo semestre de 2018

Sequência didática	Duração	Desenvolvimento
Expor o tema e dialogar com os alunos	Duas aulas de 50 min. (Agosto)	Investigação dos conhecimentos cartográficos e dúvidas dos alunos; Apresentação dos temas: idosos e cidadania.
Dividir a turma, explicar a atividade e definir quais ruas representar	25 Minutos da aula (1ª semana de setembro)	Divisão dos alunos em grupos; Seleção das ruas a serem representadas; Orientação para elaboração de desenhos.
Visitar à rua e elaborar os desenhos	Uma semana para desenhar. (De 1 a 8 de set.)	Visita à rua; Seleção dos elementos a serem representados; Desenho da rua.
Receber os desenhos. Explicar a próxima etapa	Aula de 50 min. (2ª sem de setembro)	Término do desenho. Entrega do roteiro de questões para entrevistar os idosos (vide anexo); Orientação para o desenho do idoso
Os alunos coletam dados na entrevista com os idosos	Entrevista e solução de dúvidas. (3ª semanas de setembro)	Entrevista ao idoso; Coleta do desenho do idoso.
Discutir com os alunos sobre o material coletado por eles	Aula de 50 minutos. (Início do mês de outubro)	Comparação das ruas (atuais x antigas); Debate de temas propostos pelos idosos; Coleta do material resultante das entrevistas.

Atividade com imagem de satélite	Aula de 50 minutos terceira semana de outubro.	Entrega da imagem de satélite das ruas e dos quarteirões ao redor; Atividade no pátio sobre orientação e escala
Atividade de espacialização no mapa	2 Aulas de 50 min. (Última sem. De out.)	Espacialização de dados obtidos através de desenhos e imagens de satélite
Diálogo com toda a turma a respeito da sequência didática desenvolvida	Aula de 50 minutos. (Início de novembro)	Discussão sobre as temáticas estudadas Retomada de conceitos utilizados no contexto das atividades Investigação quanto a opinião dos alunos em relação às atividades

Fonte: Elaborado pelas autoras

Primeiramente, coletaram-se dados sobre os conhecimentos prévios dos alunos referentes aos conceitos de Cartografia (legenda, orientação, título, signo e significante, entre outros). Nessa etapa da pesquisa, a professora responsável pela disciplina de Geografia já havia abordado, no primeiro semestre letivo, o conteúdo de Cartografia referente ao 6º ano do Ensino Fundamental, por isso questões e discussões com os alunos sobre os conceitos já abordados em aula, nortearam a coleta dos dados.

Depois, foram mediados conceitos sobre o tema "idosos", com ênfase à acessibilidade, à saúde e à cidadania. Por meio de diálogos investigativos com os educandos, buscou-se despertar-lhes reflexões sobre a acessibilidade, infraestrutura urbana, atendimento aos idosos, entre outros. As discussões foram o fio condutor para investigar e até desmitificar quem e como são os idosos.

Para colocar os alunos como sujeitos investigativos e atuantes na elaboração de mapas, primeiro esses foram organizados em seis grupos de quatro membros. Depois, cada grupo escolheu uma rua como ponto de partida para representar por meio de desenho, a rua e as quadras ao seu entorno. Para a escolha da rua foram estipulados critérios: a rua deveria ser o endereço da residência de uma pessoa idosa, essa pessoa também deveria ser o morador mais antigo da quadra, e, por fim, a rua selecionada deveria ser conhecida por todos os membros do grupo.

Após analisar junto aos educandos onde cada um morava, foi constatado que a maioria morava no bairro no qual escola estava localizada e alguns poucos em bairros adjacentes, o que motivou as escolhas das ruas pelos grupos. A elaboração dos desenhos tiveram seguintes orientações: 1) os desenhos deviam conter a rua e as residências; 2) o aluno morador daquela rua deveria auxiliar os demais colegas, indicando onde era sua casa e as características que ele julgava como mais importantes de ser representadas; 3) os demais membros do grupo também deveriam expressar suas opiniões sobre quais objetos representar; 4) o grupo deveria decidir quais objetos representar e 5) se o grupo considerasse importante, poderia ir até a rua observar as características do local.

O desafio colocado aos educandos foi elaborar representações coletivamente tendo como base os conhecimentos, as vivências e as significâncias de todos. Os alunos tiveram o período de uma semana para elaborarem os desenhos. Ao término da elaboração dos desenhos, solicitou-se que os alunos expressassem os motivos das escolhas dos objetos representados e como os mesmos representam o real no papel.

Um roteiro com 11 questões foi entregue para cada grupo e seus membros deveriam utilizá-lo para entrevistar a pessoa idosa residente nas quadras selecionadas. O objetivo desse roteiro não foi quantificar respostas, mas direcionar os alunos aos saberes dos idosos, ouvi-los, questioná-los e refletir sobre as dificuldades, limitações e habilidades. A interação entre os educandos e os idosos não ocorreu na escola e nem na presença dos responsáveis pela pesquisa nem da professora de Geografia.

O roteiro continha questões que permitiam aos educandos coletar dados sobre em qual período de tempo havia mais idosos, antigamente, ou atualmente. Não havia uma data fixa para as respostas, contanto que as mesmas se referissem as memórias de infância ou juventude dos idosos entrevistados. Se a resposta fosse que antigamente havia menos idosos, os mesmos deveriam dizer o porquê dessa mudança, questionar onde as pessoas moravam com predominância, se era na cidade ou no campo.

Os educandos deviam investigar a opinião dos entrevistados sobre as alterações na cidade referentes à infraestrutura urbana, se a locomoção era fácil, ou difícil, se acreditavam receber atendimento de qualidade em postos de saúde, ou se necessitavam de mais investimentos, quais críticas e elogios eles tinham quanto à infraestrutura da cidade. As respostas das entrevistas poderiam ser gravadas em áudios com auxílio de aplicativos em celulares, escritas no próprio roteiro de entrevista ou ainda a transcritas pelos alunos.

Os alunos também deveriam solicitar aos idosos que desenhassem a rua e as quadras ao seu entorno tendo como referência sua memória. O objetivo era de que os educandos coletassem dados sobre um espaço-tempo em que ainda não eram nascidos, que conhecessem um pouco da história de seu local vivido por meio de outrem.

O procedimento seguinte referiu-se ao uso de imagens de satélites impressas, que correspondiam a rua e seu entorno de acordo com a rua que cada grupo escolheu. As imagens foram obtidas por meio do programa *Google Earth*. Todos os grupos receberam uma imagem colorida representando a rua e algumas quadras e, além disso, uma imagem impressa em preto e branco que serviu de rascunho e apoio para a atividade de espacialização.

Após a atividade com as imagens, os educandos realizaram a análise espaço-tempo dos desenhos elaborados por eles e pelos anciãos, por meio de diálogo dirigido com os educandos para investigar se a partir da análise dos desenhos, eles assimilaram mais claramente a dinâmica do espaço e tempo, que reflete na paisagem e na Cartografia de cada local. Na sequência, os alunos receberam dois mapas base, que continham apenas a delimitação da rua e das quadras ao entorno. Esses mapas foram elaborados no programa *Arcgis 10.5®,* com um sistema de coordenadas. O material base foi a planta cadastral da cidade de São João del-Rei.

A situação problema apresentada aos alunos foi elaborar dois mapas representando o mesmo espaço em dois períodos distintos, o atual tendo como base a imagem de satélite e os desenhos que eles elaboraram e o passado a partir das descrições dos idosos.

Após a espacialização das informações, houve momentos de diálogos com os alunos, em que eles expressaram como representaram cada objeto. O objetivo era discutir com os educandos os motivos para que, intencionalmente ou não, eles optaram por representar um objeto em detrimento de outro estimulando reflexões sobre quais fatores determinaram as escolhas.

RESULTADOS

As análises dos desenhos das ruas indicaram que muitos não compreendiam os conceitos sobre escala e ponto de vista vertical, mas possuíam conhecimentos sobre o uso de símbolos para representar objetos. Esses desconhecimentos expressados por muitos alunos do 6° ano são coerentes com suas maturidades escolares e conhece-los auxilia na educação geográfica, na qual a aprendizagem de mapas deve ser contextualizada (CATLING, 2018).

Na mediação dos conceitos sobre o tema "Envelhecimento", os educandos expressaram suas observações cotidianas, como desrespeitos aos direitos dos idosos em estabelecimentos, transporte púbico, estacionamentos, descaso da família, dentre outros assuntos.

Na discussão sobre o contato direto com pessoas idosas na família e como é o cotidiano de uma pessoa idosa, os relatos e opiniões dos educandos foram diversos como: "*minha vó só fica em casa assistindo novela*", "*quando a pessoa fica velha, vai pra praça jogar dama e não faz nada*". Entretanto, tiveram relatos de avós que trabalhavam e participavam das festividades da igreja, do grupo de terceira idade, viajam sozinhos, possuíam uma vida completamente ativa. Houve um aluno que disse: "*meu avô é velho, mas dirige*". Esses depoimentos incitaram discussões sobre respeito, empatia e o papel do idoso, com as diversas nuances que os permeiam.

Na abordagem do tema acessibilidade, alguns alunos não souberam responder prontamente, no entanto, um aluno respondeu que significa ser sensível, ter sensibilidade e outro disse ser "*brincar com quem anda em cadeira de rodas*", visto que a escola atende alunos com deficiências e há professoras de apoio. Na observação do cotidiano dos educandos na escola em atividades fora da sala de aula, como nas aulas de Educação Física e no intervalo, constatou-se o processo de inclusão escolar, sem preconceitos por partes dos alunos. Por isso, embora muitos educandos, no momento da abordagem, não conseguiram expressar teoricamente o significado do termo acessibilidade, compreende-o por vivenciar junto com seus colegas os benefícios e as dificuldades dos locais com e sem acessibilidade. Desse modo, a mediação do conceito de acessibilidade foi facilitada.

Dos resultados da sequência didática desenvolvida com os seis grupos de alunos, cinco foram analisados, pois um grupo não relatou se entrevistou o idoso e não entregou o desenho do idoso. O primeiro grupo desenhou o lugar mais importante do bairro para eles, que corresponde a uma praça, e não uma rua como foi solicitado. Neste grupo os alunos inseriram diversas janelas na igreja localizada na praça, para representar sua grandeza (largura e altura). Essa é uma característica "realista" do desenho (LUQUET, 1969). A representação da Igreja traduz graficamente as características visuais do objeto representado, reproduz aquilo que impressionou o grupo.

Os educandos participam com seus familiares e amigos dos muitos eventos religiosos, feiras e festividades que acontecem na praça representada. Por isso, trata-se de um lugar significativo para todos. No desenho do grupo, há o aspecto cultural do meio que o cerca. Por intermédio da sua realidade, os educandos colocaram no papel o que sentem sobre o local. Esta vivência está carregada de significações (BOMBONATO; FARAGO 2016).

O segundo grupo não desenhou um lugar de vivência comum dos membros, a aluna do grupo que tinha sido escolhida para ter a rua representada fez o desenho, e desenhou apenas sua casa. De acordo com Grubits (2003), desenhar a casa é revelar seu pertencimento ao mundo, sua representação leva em conta interações entre a natureza e a cultura, entre o indivíduo e a sociedade. Ela é o espaço que envolve a criança, o seio materno, família e universo. A casa, portanto, é símbolo de afetividade em um desenho. Quando a aluna elaborou sozinha o desenho, representou algo que para ela é carregado de significações.

Os resultados dos desenhos dos grupos 03, 04 e 05 mostram a utilização dos conceitos espontâneos e científicos. Os grupos inseriram em suas representações os conceitos científicos apreendidos nas aulas de Geografia, como formas geométricas, visão vertical, proporcionalidade e, somente grupo 03, título e legenda. Os conceitos espontâneos são construídos gradativamente, nos momentos de utilização da linguagem e das relações cotidianas e os científicos partem de propriedades mais complexas, de forma descendente, sendo possível nas relações escolares (VIGOTSKY, 2000).

O grupo 03 também não desenhou a casa de um aluno, pois os mesmos elencaram um estabelecimento importante para todos do grupo para representar, denominado de "Pipocão", que corresponde a uma distribuidora atacadista de artigos para festas, e possui uma grande variedade de balas, doces, pipocas, entre outros. Por priorizarem esse estabelecimento afirmaram que não houve espaço na folha para representar a residência da colega.

Os grupos 01, 04 e 05 desenharam os objetos rebatidos. Somente o desdobramento não satisfaz o desenho da criança em demonstrar o que ela observa, ela busca outras soluções que expressem profundidade, como as angulações (ALMEIDA, 2011). A figura 01 ilustra o desenho de um dos grupos, exemplificando a forma rebatida de representação e como ocorreu o destaque dos elementos de maior representatividade para o grupo.



Figura 01: Desenho dos alunos. Fonte: Autora.

O desenho do idoso, correspondente ao grupo 01, apresenta predominância do rebatimento dos elementos, assim como os desenhos dos educandos. Darras (1996) nos sugere que há certos automatismos na elaboração de desenhos, devido a uma memória gráfica-motora presente nos adultos. Luquet (1969) afirma que a verticalidade da gravidade não é satisfeita pela verticalidade gráfica. Dessa forma ocorre a representação por rebatimento, que está presente tanto em adultos quanto em crianças. O idoso desse grupo representou sua casa maior e com mais detalhes quando comparada as casas da vizinhança. Do mesmo modo que as crianças, o idoso desenhou o que está relacionado a sua história pessoal, o objeto que para ele tem mais valor é o representado com maior número de detalhes (GRUBITS, 2003).

Dos cinco desenhos elaborados por idosos, quatro possuíam características infantis em suas representações.

Uma idosa desenhou apenas uma casa, pois de acordo com ela, o período de tempo representado, não havia outras residências próximas a sua (figura 2a). Outro idoso representou os objetos a partir da visão vertical e com semelhança a uma planta baixa (figura 2b). Neste desenho há conceitos espontâneos e científicos, destacados por Vigotsky (2000).

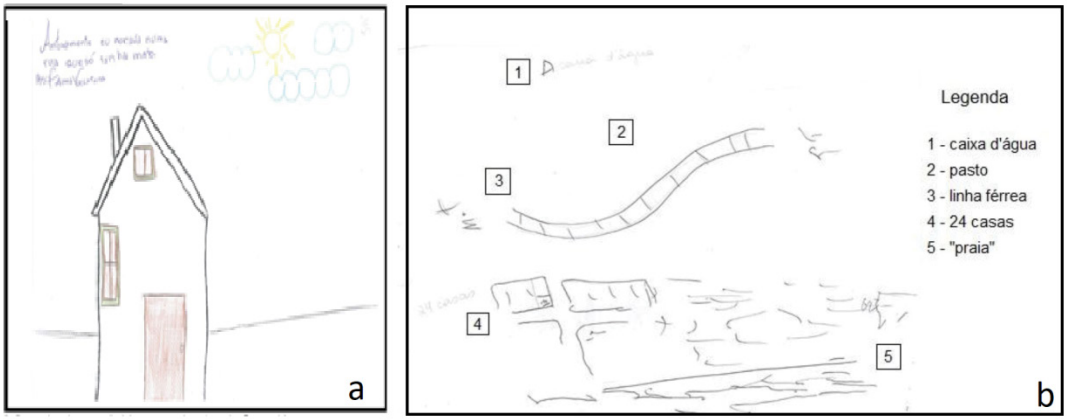

Figura 02: (a) Desenho de uma única casa, (b) desenho na perspectiva de planta baixa. Fonte: Autora.

As predominâncias dos aspectos dos desenhos são o realismo intelectual, discutido por Luquet (1969) e os iconotipos apresentado por Darras (1998). Os desenhos foram realizados quando o adulto foi desafiado a desenhar objetos de seu cotidiano, sem orientações especificas e apresentou, assim como as crianças, elementos correspondentes ao nível de base.

Os educandos foram estimulados a analisarem os desenhos dos idosos relacionando-os aos seus conhecimentos sobre o local atual. Expressaram-se aos orientandos a importância de respeitar os desenhos elaborados pelos adultos como expressões de suas vivências e, por isso, não houve atitudes ou palavras por parte das pesquisadoras, que pudessem conduzir os educandos a pensarem que os desenhos dos adultos estivessem errados.

Na pesquisa, considerou-se que, "[...] muitos adultos não serão capazes em toda a sua vida de desenhar sensivelmente melhor que crianças de 10 ou 12 anos"(LUQUET, 1969, p.212), mas que isso não deve minimizar a importância da representação, ou seja, o formato parecido, ou não, com o formato real dos objetos é insignificante diante do desenho como expressão de conhecimentos e vivências, percepção e pertencimento ao local. A figura 03 ilustra um dos desenhos dos idosos que exemplifica o rebatimento e as características infantis.



Figura 03: Desenho de um idoso. Fonte: autora.

Com o roteiro de perguntas (em anexo), os idosos informaram aos alunos como era seu bairro antigamente, como ocorreram alterações na cidade ao longo dos anos, a desvalorização dos idosos, o descaso das autoridades com os idosos e implementações de políticas públicas que prejudicam essa população; críticas e elogios referentes à infraestrutura da cidade e aos atendimentos em estabelecimentos públicos e privados para essa população, a predominância de idosas nos grupos de terceira idade, entre outros.

Os idosos relataram ainda sobre: a escassez da água e de como os recursos naturais estão sendo utilizados para comercialização; êxodo rural, transição demográfica, violência urbana, como era seu bairro e sua cidade antigamente, etc. Os cinco idosos entrevistados afirmaram que antigamente viviam mais pessoas na zona rural e que atualmente moram mais nas cidades. Todos os cinco também informaram que hoje em dia há mais idosos que antigamente, dois justificaram suas respostas afirmando que estão vivendo mais que seus antepassados.

O tempo limitado com os alunos não permitiu aprofundar todas as questões que os idosos levantaram no contexto da pesquisa. Mas nas aulas de Geografia a professora abordou conteúdo a partir das falas dos entrevistados, contextualizando-as. Quando se viabiliza a aproximação entre as diferentes gerações, torna-se mais fácil promover empatia entre os envolvidos, que leva em conta não só a cronologia, mas considera os estilos de vida, os saberes, memórias e valores do outro (CARVALHO, 2007).

Vygotsky (2000) retrata sobre os conceitos espontâneos que são noções gerais sobre as coisas, adquiridos por meio das relações pessoais. Quando os alunos dialogam com outras pessoas, levam esses saberes para a sala de aula, auxiliando a debater os conteúdos curriculares de forma diferente, que em conjunto aos conceitos científicos internalizam e constroem o conhecimento. Os relatos dos idosos auxiliaram a embasar discussões junto aos alunos, unindo os conceitos espontâneos com os conceitos científicos.

As observações dos desenhos mediaram às discussões sobre as práticas que envolvem as experiências vividas na relação espaço-tempo e como é possível representá-las, à integração do espaço de acordo com o tempo e como ele está interligado no contexto global; a paisagem enquanto construção coletiva cotidiana, como ela muda de acordo com o tempo, os costumes de cada sociedade e que podem traduzir suas características em mapas e a

história do seu lugar de vivência. Os alunos explicaram o que entenderam por êxodo rural, seus motivos e suas consequências, as mudanças que ocorreram nas cidades e nos padrões populacionais.

Prosseguindo com a sequência e com o objetivo de mediar os educandos na representação em mapas dos dados coletados, iniciam-se as atividades com as composições de imagem de satélite, na qual cada grupo teria de localizar a rua que representou no desenho. Com auxílio das pesquisadoras e da professora os alunos informaram qual a orientação da rua e a distância no real da casa do aluno até a casa do idoso. Os educandos alegaram já terem tido contato com imagens nesse formato, mas não de seu próprio bairro. Os grupos utilizaram a imagem de satélite para analisar as distribuições dos objetos representados ou não em seus desenhos.

O gráfico 01 corresponde a análise dos cinco grupos referente as atividades de espacialização. Foram analisadas se os alunos apresentaram ou não dificuldades na orientação das ruas escolhidas, na atividade de escala, na relação de conjunto, na relação de vista aérea e simbologia. Além disso, foi verificado se os grupos tiveram trocas intergeracionais e se discutiram conceitos geográficos a partir das entrevistas com os idosos.

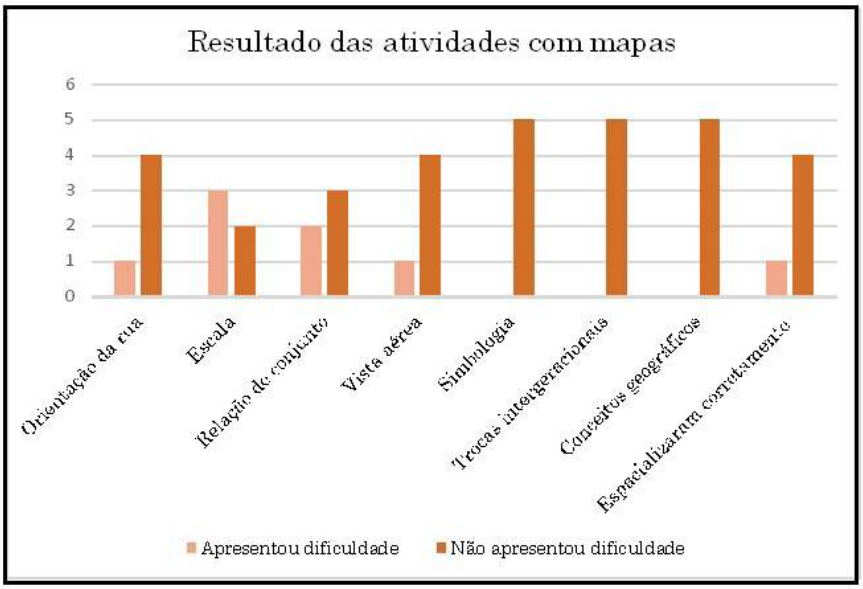

Gráfico 01: Resultado das atividades referentes aos mapas

Os dados indicam que dos cinco grupos, quatro não apresentaram dificuldades na atividade de orientação da rua, três grupos tiveram dificuldades e dois não na atividade sobre escala. Na relação de conjunto dois grupos apresentaram dificuldades e três não apresentaram. No tocante à vista aérea, apenas um grupo apresentou dificuldade. Em relação à simbologia, todos indicaram compreender o conceito. Todos os cinco grupos tiveram trocas intergeracionais e todos discutiram conceitos geográficos por meio das entrevistas com os idosos.

O grupo que apresentou dificuldades em cinco dos oito quesitos, Sampaio (2006, p.27) afirma que muitos alunos possuem extremas dificuldades quando se tem os primeiros contatos com a Cartografia, quando se relaciona à matemática ou ainda há insuficiência de carga horária.

Os resultados indicam a aproximação dos educandos junto ao idoso, a reflexão de como era seu bairro antigamente; o envolvimento no trabalho em grupo para eleger os objetos do bairro que representariam; a constatação da compreensão do grupo em assuntos como relação campo-cidade, dinâmica populacional, os conceitos de lugar

e paisagem. Essa constatação pode ser feita nos diálogos junto aos alunos, quando o grupo explicitou ativamente o que aprendeu com o contato com o idoso.

Os alunos informaram que a imagem de satélite e alguns pontos de referência facilitaram a espacialização dos objetos e suas orientações. Um aluno afirmou que "não sabia que tinha um córrego perto da minha casa". A partir desse comentário foram discutidas diversas questões relacionadas a cidade de São João del-Rei e sua Geografia. Outro aluno afirmou que "a casa do entrevistado olhando de cima, igual dessa imagem (a imagem de satélite) é somente um quadradinho e é a segunda casa depois da esquina". As afirmações dos educandos apontam a riqueza de conceitos que podem ser trabalhados a partir de uma imagem de satélite, disponível gratuitamente em meio digital e que traz o aluno para o debate, para a discussão da sua própria realidade.

A figura 04 corresponde à espacialização de um dos grupos e ilustra as áreas descritas pelo idoso, com a pastagem, as 24 casas que existiam no local na década de 1960, o córrego e a zona que o mesmo chamou de "praia", adjetivação utilizada até os dias de hoje para referir-se à rua do córrego. Os riscos feitos com a cor marrom, identificada na legenda como "praia" representa a área que antigamente não havia delimitação de ruas, sendo a margem do córrego.

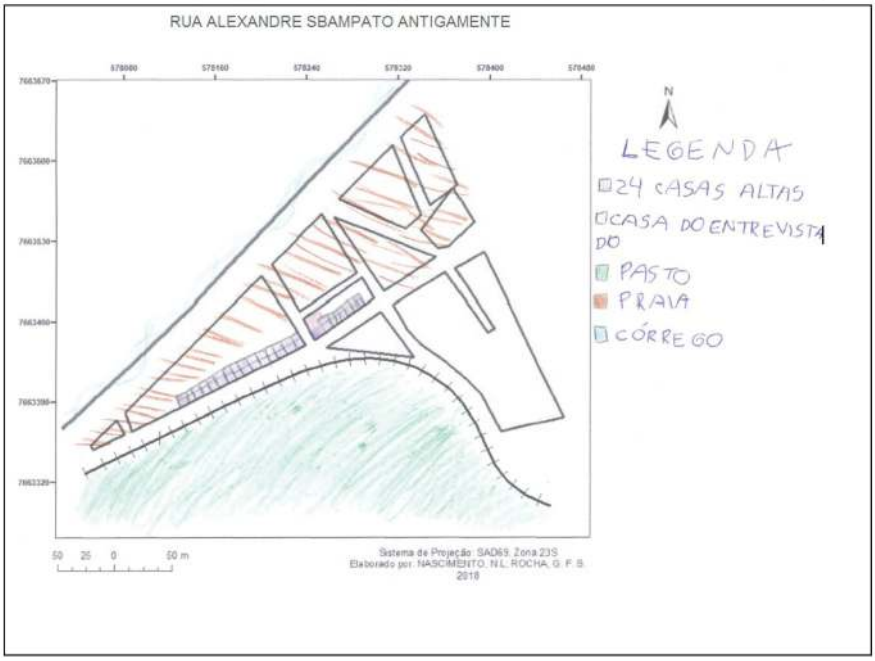

Figura 04: Espacialização correspondente a antigamente. Fonte:autora.

A figura 05 corresponde à imagem de satélite utilizada por esse grupo, que trabalho em função da Rua Alexandre Sbampato.



Figura 05: Imagem de satélite da Rua Alexandre Sbampato. Fonte:autora.

A espacialização atual da rua e das quadras ao seu entorno correspondente a atualmente (figura 06) e foi representada com similaridade à imagem de satélite. Os objetos foram representados respeitando as proporcionalidades, os estabelecimentos e casas com tamanhos similares, a ponte e a rodoviária que são construções maiores também tiveram representações proporcionais. Ressaltando que o objetivo da atividade, no contexto da sequência didática proposta, era que os educandos compreendessem a representação do real por meio dos conceitos cartográficos, como pontos, linhas e polígonos e elementos de interpretação de mapas temáticos (legenda, escala, variáveis visuais, dentre outros).

Os educandos adotaram o conceito de generalização na representação das casas, destacando a casa do aluno, todas as outras foram representadas com a cor verde escura. Quando questionados o porquê de só representar uma casa e os comércios, sendo que na imagem de satélite nota-se a diferenciação das residências os alunos argumentaram que era só consultar a legenda para saber que tudo aquilo era casa, não havia necessidade de explicitar de uma por uma. Os alunos colocaram no mapa o que para eles era importante, as casas de desconhecidos não são relevantes a ponto de serem representadas uma por uma.

Esse contexto ilustrou a discussão das pesquisadoras com os alunos sobre as intencionalidades na construção de um mapa. Utilizou-se dos elementos espacializados por eles para abordar como os mapas podem dar ênfase a um objeto em detrimento de outros. No caso dos alunos, eles representaram os objetos que para eles eram mais simbólicos, que faziam parte do seu dia a dia.

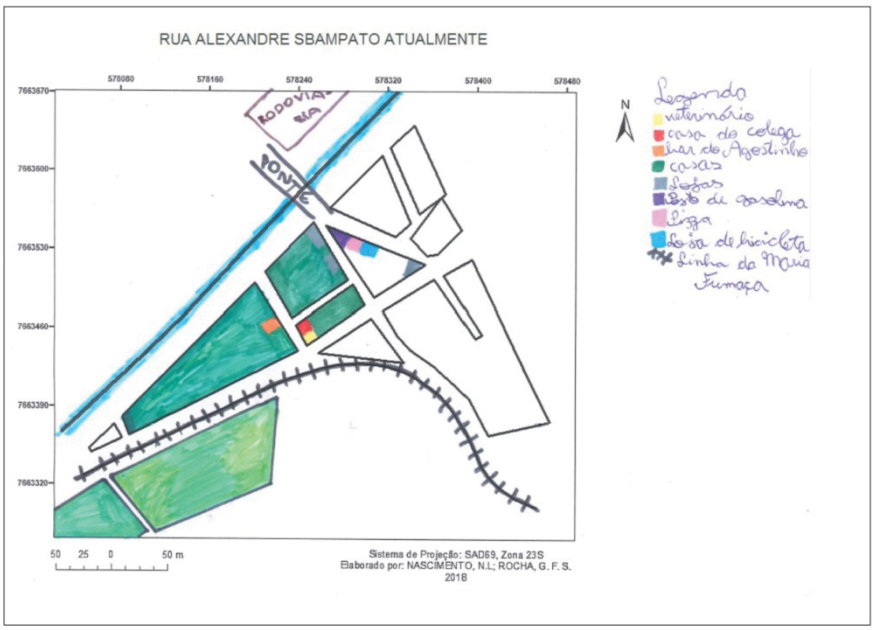

Figura 06: Espacialização correspondente a atualmente. Fonte:autora.

Ressalta-se que conceitos como lugar, paisagem e território foram discutidos a partir das imagens, e também foram abordadas questões como orientação e representação, além do conceito sobre escala. Os resultados e análises indicam que a sequência didática permitiu a construção dos dados pelos próprios alunos e a compreensão de como ocorre a espacialização das informações em mapas, unindo seus saberes cotidianos com os científicos, trazendo significação a Cartografia.

CONCLUSÕES

O desafio de desenvolver uma sequência didática que colocasse os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental como cidadãos investigativos e atuantes na elaboração de mapas tendo questões referentes aos idosos e à cidadania como eixo condutor de coleta, analise e espacialização de dados em mapas foi concretizado.

No processo de mediação de diversos conceitos houve a valorização dos conhecimentos prévios dos educandos, de suas vivências, de maturidades e de diversidades culturais.

Nos procedimentos para colocar os alunos em contato com os idosos, bem como para a coleta de dados com essas pessoas, buscou-se abordagens educativas pautadas no respeito ao conhecimento do outro, na importância de dar voz às pessoas, independente de sua idade, condição social, econômica e cultural. Procurou-se pautar o aprendizado sobre um local, em um tempo distante, a partir da vivência de outra pessoa.

A sequência didática rompeu a barreira da sala de aula e superou a mediação de conceitos cartográficos de forma mnemônica e sem conexão com a realidade do aluno. Os educandos foram mapeadores atuantes no processo da mediação dos conceitos sobre a Linguagem Cartográfica. A coleta de dados por meio da entrevista com os idosos juntamente com as discussões em sala de aula sobre temas como velhice, cidadania, acessibilidades, dentre outros, possibilitaram aos educandos compreenderem que os idosos possuem conhecimentos que devem ser ouvidos e respeitados, que a cidade não é acessível a todos e que é possível conhecer as transformações espaciais de um

local pela narrativa de outrem. A entrevista realizada pelos educandos trouxe à luz a voz dos idosos, mostrando aos educandos seus conhecimentos, anseios, medos, vivências etc. Por meio do enunciado dos idosos, conceitos foram mediados, discutidos, apresentados etc.

O contato entre duas gerações possibilitou reflexões, discussões e representações do local vivido. Os desenhos foram considerados não só como representações gráficas, mas como expressões de conhecimentos e de vivências de duas gerações. Os desenhos não foram analisados sob as perspectivas ou convenções cartográficas, mas a Linguagem Cartográfica proporcionou aos educandos as informações para adquirem novos conhecimentos sobre o local em que vivem e atuam. No decorrer da sequência didática, analisou-se dados que colaboram com a afirmação de Ventorini (2007) sobre não haver moldes para as pessoas construírem representações do espaço vivido, devido à constante alteração em seus conhecimentos ocasionada pela vivência e pela relação da pessoa com o local.

Com isso, foi possível integrar os saberes dos idosos ao ensino de conceitos cartográficos e geográficos no Ensino Fundamental e constatar que aproximar duas gerações pode (re) significar os lugares de vivência dos estudantes e contribuir na formação de um indivíduo cidadão crítico e empático.

O procedimento de observar a imagem de satélite a partir do desafio de localizar o local desenhado pelos alunos e pelos idosos atribuiu significado a interpretação da imagem e espacialização dos dados em mapas bases. Projetar em mapas dois períodos de tempo do mesmo local instigaram reflexões nos educandos no que se refere às transformações espaciais no local.

Portanto, o aluno necessita ser preparado para ler as representações. De acordo com Castrogiovanni (2014), é fundamental que ele aprenda a ler criticamente uma representação cartográfica, consiga decodificá-la para transpor suas informações para seu uso cotidiano. O autor complementa que para ler um mapa efetivamente é necessário primeiramente aprender a construí-los. Dessa forma a sequência didática permitiu aos educandos construir mapas a partir de desafios reais, enfrentados por cartógrafos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. Revista Território, v.3n.4, p.5-26. Rio de Janeiro, 1998.

ALBUQUERQUE, Marilia Silva de; CACHIONI, Meire. **Pensando a gerontologia no ensino fundamental**. Revista Kairós Gerontologia,16(5), pp.141-163. São Paulo, 2013.

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do Desenho ao Mapa: iniciação cartográfica na escola**. São Paulo: Contexto, 2001.

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Cartografia na Escola**. Boletim. TV Escola, Ed. Salto para o futuro. Junho 2003.

ALMEIDA, Rosangel Doin de. **Cartografia, cultura e produção de conhecimento escolar**. In: Cartografia Escolar. Programa Salto para o Futuro/ TV ESCOLA (MEC) Ano XXI Boletim 13 - Outubro 2011.

ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. **O Espaço Geográfico**: Ensino e Representação. 15 ed, 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

BARATO, Claudia Mara. Dos mapas mentais à alfabetização cartográfica na educação de jovens e adultos. In: **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Artigos 2016, Versão online Isbn 978-85-8015-094-0 Cadernos PDE. Curitiba 2016.

BOMBONATO, Giseli Aparecida; FARAGO, Alessandra Corrêa. **As etapas do desenho infantil segundo autores contemporâneos.** Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 3 (1): 171-195, 2016.

CACHIONI, Meire; TODARO, Mônica de Ávila. Política nacional do idoso: reflexão acerca das intenções direcionadas à educação formal. In: **Política nacional do idoso: velhas e novas questões** / Alexandre de Oliveira Alcântara, Ana Amélia Camarano, Karla Cristina Giacomin - 615 p. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

CAMARANO, Ana Amélia. Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento? 658 p. Ipea, Rio de Janeiro, 2014.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; FERNANDES, Daniele. Brasil envelhece antes e pós-PNI. In: Política nacional do idoso: velhas e novas questões /Alexandre de Oliveira Alcântara, Ana Amélia Camarano, Karla Cristina Giacomin - 615p. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

CARVALHO, Edilson Alves; ARAÚJO, Paulo César de. **A Linguagem Cartográfica**. Leituras Cartográficas e Interpretações Estatísticas I: Geografia. – Natal, RN: EDUFRN, 248p. 2008. Disponível em: http://www.ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/leituras_cartograficas/Le_Ca_A12_J_GR_260508.pdf. Acesso em: 12 de Abril de 2019.

CARVALHO, Maria Clotilde Barbosa Nunes Maia de. **O diálogo intergeracional entre idosos e crianças: projeto "Era uma vez... atividades intergeracionais"** 2007.123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,2007.

CASTELLAR, Sonia Vanzella; VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

CASTELLAR, Sonia Vanzella. A cartografia e a construção do conhecimento em contexto escolar. In: ALMEIDA, Rosângela Doin. **Novos Rumos da Cartografia Escolar: currículo, linguagem e tecnologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; KAERCHER, Nestor André. **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. 11 ed. 144p. Porto Alegre: Mediação, 2014.

CATLING, Simon. **To know maps: Primary school children and contextualized map learning.** Boletim Paulista de Geografia v. 99, 2018, p.268-290.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia-GO. Editora Alternativa, 2002.

DARRAS, Bernard. **Au commencement était l'image: dudessin de l'enfant à la communication de l'adulte. Collection Communication etcomplexité**. ESF éditeur, Paris. 1996.

DARRAS, Bernad. **L'image, UneVue de L'esprit. Recherches em communication**, n. 9, Université Paris I Panthéon-Sorbonne, 1998.

DARRAS, Bernard. **La Modelisation semiocognitive a l'epreuve des resultats desneurosciences. Le cas de laproduction des schémas graphiques**. Recherches en communication, n° 19, p. 175 –199. Paris, França, 2003.

DUARTE, Maria Lúcia Batezat. **O desenho do pré-adolescente: características e tipificação. Dos aspectos gráficos à significação nos desenhos de narrativa.** Tese de Doutorado. São Paulo: ECA/USP. 1995.

DUARTE, Maria Lúcia Batezat. Imagens mentais e esquemas gráficos: ensinando desenho a uma criança cega. In: MEDEIROS, Maria Beatriz (org) **Arte em pesquisa: especificidades. Ensino e aprendizagem da arte e linguagens visuais**. Brasília, DF: UnB, V2, 2004, p.134-140.

DUARTE, Maria Lúcia Batezat. **Sobre o desenho infantil e o nível cognitivo de base**. Revista de Investigação em Artes. v.1, n.3. ago.2007 a jul. 2008. 80 Disponível em:. Acesso em: 10 de abril de 2019

DUARTE, Ronaldo Goulart. **A linguagem cartográfica como suporte ao desenvolvimento do pensamento espacial dos alunos na educação básica**. Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 7, n. 13, p. 187-206, jan./jun., 2017.

FERRIGNO, José Carlos. O idoso como mestre e aluno das novas gerações. In: Política nacional do idoso: velhas e novas questões / Alexandre de Oliveira Alcântara, Ana Amélia Camarano, Karla Cristina Giacomin - 615 p. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Tradução Joice Elias Costa. Bookman e Artmed, Porto Alegre, 2009.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. Aspectos da Aprendizagem das representações cartográficas no ensino de Geografia". In: PORTUGAL, Jussara Fraga; CHAIGAR, Vânia Alves Martins (Org.). **Cartografia, cinema, literatura e outras linguagens no ensino de Geografia**. Curitiba, PR: CRV, 2012, p. 175-184.

FONSECA, Fernanda Padovesi; OLIVA, Jaime. **Cartografia**. São Paulo: Editora Melhoramentos (como eu ensino), 1ª edição, 2013.

FURLAN, Sueli. **Alfabetização cartográfica por meio de projetos didáticos**. In: Como fazer bons projetos didáticos para ensinar Geografia. Revista online Nova Escola.2013.

GRUBITS, Sonia. **A casa: cultura e sociedade na expressão do desenho infantil**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 8, num. esp., p. 97-105, 2003.

HOLZER, Werther; HOLZER, Selma. Cartografia Para Crianças: Qual é seu lugar? In: SEEMANN, Jörn (org). **A Aventura Cartográfica: Perspectivas, Pesquisas e Reflexões Sobre a Cartografia**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

JULIASZ, Paula Cristina Strina. **O Pensamento Espacial na Educação Infantil: uma relação entre Geografia e Cartografia**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017.

LA PASTINA, Camilla Carpenezzi; DUARTE, Maria Lúcia Batezat. **Reflexões sobre desenho infantil, memória e percepção**. Contrapontos, v.8, n. 1, p.113-128. Itajaí, 2008.

LIVINGSTONE, David. **The geographical tradition: episodes in the history of contested enterprise**. Blackwell, Oxford. 1992.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. Temas básicos de educação e ensino, 2ª reimpressão, 99pág. São Paulo, 1986.

LUQUET, Georges-Henri. **O desenho infantil.** Barcelona, Porto Civilização, 1969.

MARTINELLI, Marcello. **Mapas, gráficos e redes:** elabore você mesmo. São Paulo: Oficina de Textos, 2014. Disponível em: http://ofitexto.arquivos.s3.amazonaws.com/Mapas-graficos-e-redes-DEG.pdf. Acesso em: 12 de Abril de 2019.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. **Learning to think spatially: GIS as a support system in the K-12 curriculum**. Washington: NationalResearchCouncil Press, 2006. ISBN: 0-309-53191-8, 332 p.

OLIVEIRA, Simone Santos de; PORTUGAL, Jussara Fraga. **O Ensino da Geo(carto)grafia: Práticas com o desenho numa proposta interdisciplinar.** In: PORTUGAL, Jussara Fraga; CHAIGAR, Vânia Alves Martins (organizadoras). 1.ed – Curitiba, Paraná: Editora CRV, 2012.

OLIVEIRA, Paulo Wendell Alves de. **Memória da cidade:** transformações e permanências na produção espacial do núcleo de formação histórico da cidade de Juazeiro do Norte – CE**.** 2014. 240 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza,2014.

OLIVEIRA, Paulo Wendell Alves de; COSTA, Ana Paula Rodrigues da. **A memória urbana como recurso didático aplicada ao ensino de Geografia**. Geografia, Ensino & Pesquisa, Vol. 22, e24, p. 01-12, 2018.

PISSINATI, Mariza Cleonice; ARCHELA, Rosely Sampaio. **Fundamentos da Alfabetização Cartográfica no Ensino de Geografia**. Geografia, v.16, n. 1, jan/jun. Londrina. 2007.

SAMPAIO, Antonio Carlos Freire. **A Cartografia no ensino de licenciatura em Geografia: análise da estrutura curricular vigente no país, propostas na formação, perspectivas e desafios para o futuro professor**. 2006. 637

f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Clézio. Desenhos e Mapas no Ensino de Geografia: A Linguagem Visual Que Não é Vista. In: SEEMANN, Jörn (org). **A Aventura Cartográfica: Perspectivas, Pesquisas e Reflexões Sobre a Cartografia**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Rira de Cássia da Silva. **Educação: integração, inserção e reconhecimento social para o idoso**. Revista Kairós Gerontologia,v.13, nº 1, p.53-72. São Paulo. 2010

SIMIELLI, Maria Elena. O Mapa Como Meio de Comunicação e a Alfabetização Cartográfica. In: ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Cartografia Escolar**. São Paulo: Contexto, 2007.

VENTORINI, Silvia Elena. **A experiência como fator determinante na representação espacial do deficiente visual**. 2007, v. 2. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VYGOTSKY, Lev Semenovich; Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKII, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanoviech; LEONTIEV, Alexis. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** Coleção educação crítica. 228p. 7ª ed. São Paulo, 2001.

REVISTA DA ANPEGE. V. 18. Nº. 35 — ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X 25
DOI 10.5418/ra2022.v18i35.15174

O paradigma da ciência moderna e o diálogo entre Geografia, Arte e Literatura

El paradigma de la ciencia moderna y el diálogo entre Geografía, Arte y Literatura

The paradigm of modern science and the dialogue between Geography, Art and Literature

Mariane Motta Ferreirinha

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP)
marianemotta23@yahoo.com.br

RESUMO

O existir humano é movido pelo impulso criador. O desejo e necessidade de inventar e produzir, desde textos acadêmicos até as artes atravessa nossa existência. Embora este impulso seja comum, os caminhos teóricos e metodológicos da constituição das artes - dentre elas a Literatura - e da Geografia são antagônicos, uma vez que cada um desses discursos se propõe a finalidades distintas. Desde o princípio da constituição da Geografia como ciência, recebemos a contribuição das artes a fim de representar o mundo e as paisagens, no entanto, sob moldes positivistas, tal aproximação tornou-se um desafio. Neste trabalho apresentaremos como o paradigma da ciência moderna dificultou a relação entre Geografia e Literatura, bem como as possibilidades e tensões enfrentadas nesta abordagem. Por fim discorreremos sobre o desenvolvimento de uma relação dialógica entre Geografia e Literatura, tomando a segunda como um sujeito que tem algo a dizer à Geografia.
Palavras-chave: Geografia; Literatura; Paradigma da ciência moderna

RESUMEN

La existencia humana está impulsada por el deseo creativo, la necesidad de inventar y producir desde textos académicos hasta las artes a través de nuestras existencias. Aunque este impulso es común, los caminos teóricos y metodológicos de la constitución de las artes, entre ellas la Literatura, y la geografía son antagónicos, ya que cada uno de estos discursos buscar propósitos distintos. Desde el inicio de la constitución de la Geografía como ciencia recibimos el aporte de las artes para representar el mundo y los paisajes, sin embargo, bajo moldes positivistas tal aproximación se ha convertido en un desafío. En este trabajo presentaremos como el paradigma de la ciencia moderna dificultó la relación entre Geografía y Literatura, las posibilidades y tensiones enfrentadas en este enfoque. Finalmente, discutiremos el desarrollo de una relación dialógica entre geografía y Literatura, tomando al segundo como un sujeto que tiene algo que decir a la geografía.
Palabras-clave: Geografía; Literatura; paradigma de la ciencia moderna

ABSTRACT

The human being's existence had been drive-by creative impulses. The desire and necessity to invent and produce from academic texts to the arts cross our existence. Although this impulse looks normal, the theoretical and methodological paths of the constitution of the art, like Literature and Geography, are antagonistic, whereas each discourse has different purposes. Since the constitution's beginning's Geography as a science, we have received the contribution of the arts to represent the world and landscapes - however, under positivist molds, such an approach has become a challenge. In this paper, we're going to show how a science's modern paradigm made the relationship between Geography and Literature hard and how the possibilities, and tensions, faced in this kind of approach either. Finally, we will discuss the development of a dialogical relationship between Geography and Literature, taking the second one as a subject that has something to say to Geography.
Keywords: Geography; Literature; modern science paradigm

Introdução

> Um velho sonho volta e meia invade e incendeia minha imaginação de geógrafo: ver pelos olhos da arte o mundo que veem os olhos da geografia, e vice-versa, numa troca recíproca de linguagem de espaço. Fundir num só olhar os olhares imagéticos das ciências sociais, das artes (literatura, pintura, cinema, arquitetura) com os da geografia: veres espaciais. (MOREIRA, 2008, p.152)

Ruy Moreira expressa um desejo que também permeia nosso imaginário, enxergando a potência que a interlocução entre as artes e a Geografia podem promover na leitura geográfica de mundo. Buscamos neste trabalho desenvolver nossos esforços teóricos na construção dessa aproximação. Inicialmente entendemos que ciência e arte nascem de um mesmo impulso humano: a necessidade de criar.

O existir humano é permeado pelo sentimento de incompletude, a falta promove a busca, esta conduz a um impulso criador. Criar é parte fundamental da vida e confere a ela sentido, portanto criamos sobre a materialidade do mundo e imprimimos nesta nossa marca ao passo que somos também atravessados por ela. Movidos pela imaginação, pelo sonho e pelo impulso criador, pintamos quadros, rabiscamos poesias, dedilhamos um violão e escrevemos textos científicos.

Ciência e arte nascem plasmadas nesse impulso criador e na capacidade imagética que cada ser possui de inventar. "Tudo que não invento é falso" (BARROS, 1996, p. 67), tudo que existe, só existe porque é inventado, criado, atribuído significado; a ciência é uma invenção e só existe graças à capacidade criadora dos homens, todavia as finalidades e os caminhos que cada uma delas – ciência e arte- trilha são antagônicos. A ciência moderna, inicialmente, pisa firme no solo duro do paradigma positivista, fazendo levantar no ar a poeira de um saber que tem linguagem árida; já a arte, por sua vez, mais livre e despretensiosa, percorre um caminho de solo gramado e florido, onde dança, deita e rola neste chão cálido sem precisar explicar porque o faz.

Tais antagonismos dificultam a aproximação dos discursos e é sobre essas dificuldades e possibilidades de interlocução que nos debruçaremos neste trabalho. Na primeira seção intitulada "sobre o paradigma da ciência moderna: impactos na relação entre Geografia e Arte", buscaremos desenvolver o debate sobre como tal paradigma influi diretamente na produção da ciência, adotando moldes de rigor, que tornam tão complexa a aproximação entre ciência e arte. Nela discorreremos sobre a forma pela qual o paradigma da ciência moderna se desdobra para a Geografia como ciência, promovendo análises quantitativas e produzindo um saber carente no que diz respeito à leitura dos sujeitos.

Na segunda seção intitulada "Geografia e Literatura: tensões e aproximações" apresentaremos a importância da aproximação entre Geografia e Literatura, as possibilidades e dificuldades enfrentadas nessa relação. Discutiremos sobre os limites e as potencialidades dos discursos literário e geográfico, bem como a questão do Realismo na Literatura e o tratamento que os geógrafos podem dar ao texto literário.

Por fim, na terceira seção deste trabalho intitulada "O dialogismo entre Geografia e Literatura" discorreremos sobre a potência que a aproximação dos discursos pode promover, bem como as possibilidades de interlocução destas áreas, através de um método dialógico que conceba a Literatura como um sujeito que tem algo a dizer à Geografia.

Sobre o paradigma da ciência moderna: impactos na relação entre Geografia e a Arte.

O que se define como padrão e formato do fazer científico vai sendo desenvolvido ao longo do tempo, especialmente a partir da modernidade. Diversas transformações no campo científico já vinham sendo desenvolvidas ao longo do século XVIII, como, por exemplo, os avanços nas ciências da natureza com Galileu Galilei, Francis Bacon e Isaac Newton, o que gerou profundas mudanças na concepção de mundo. Além disso, marcos históricos, como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, foram ocorrendo nos séculos XVIII e XIX e contribuindo para o desenvolvimento e a transformação da Ciência.

O momento é importante, pois nele há a ruptura entre senso comum e ciência moderna, onde cientistas estariam livres da subjetividade para se dedicarem exclusivamente à observação objetiva. A construção do conhecimento pela ciência moderna se dá em um contexto de edificação de uma nova sociedade, e esta, dita moderna, na qual se estrutura a partir de uma nova concepção de mundo, referenciada principalmente pelo advento do Renascimento e do Iluminismo (HISSA, 2002).

A partir desta ruptura, o pensamento cartesiano, que se torna o modelo de produção da Ciência, terá sua emergência com a concepção filosófica do Positivismo de Augusto Comte, e tal perspectiva surge na primeira metade do século XIX, em um momento histórico de inúmeras transformações tecnológicas e científicas, associadas à decadência do sentido metafísico e religioso do conhecimento, visto que, durante toda a Idade Média, a religião tornara-se a base para a explicação das questões do mundo.

Nessa perspectiva de produção do conhecimento pautada pela contribuição do Iluminismo, pelo discurso da razão do empirismo rigoroso e da objetividade, toda aquela produção no campo das ciências passa a experimentar uma ruptura entre subjetividade e objetividade. Nessa ruptura, "os cientistas estariam livres da subjetividade, dos infrutíferos "voos imaginativos", para se dedicar exclusivamente à observação objetiva." (HISSA, 2002 p.58) Assim, são definidos limites à imaginação na busca pela construção objetiva e rigorosa do conhecimento científico.

> Esse saneamento teria a finalidade de libertar o "homem de ciência" de sensações subjetivas, tais como o desejo, a poesia, a utopia, a necessidade de expressão artística. O indivíduo passaria, portanto a "observar cientificamente" o mundo. As emoções, que permeiam toda a trajetória de vida e de relações dos indivíduos com o mundo, seriam definidas – sobretudo pelos adeptos mais radicais da modernidade que se constitui e se propaga – como um campo de sensações que dificultam e obscurecem o ato científico objetivo e rigoroso, construindo um universo ilusório e ficcional que não conduz ao conhecimento reivindicado pela ciência. (HISSA, 2002, p.58)

Sob este paradigma ampliar-se-á a distância entre ciência e arte ocasionando impactos extremamente profundos no desenvolvimento das ciências humanas e sociais. Santos (2010), em "O discurso sobre as ciências", apresentará a problemática, demonstrando que o modelo moderno de fazer ciência não tolerará o senso comum, muito menos estudos humanísticos, conformando-se um modelo de racionalidade científica autoritário, assim privilegiando a base matemática e tendo como premissa a quantificação, na qual a complexidade do mundo vai reduzindo e levando a crer que "o conhecimento científico avança pela observação sistemática e rigorosa dos fenômenos naturais". (SANTOS, 2010, p.13)

Santos (2010) fará duras críticas a este modelo de ciência moderna, pontuando que ele pressupõe um mundo estático, com fenômenos naturais totalmente previsíveis por meio de leis da física e da matemática, sendo fundamentado por um determinismo mecanicista e configurando-se em um paradigma dominante.

A questão que problematizamos reside em observarmos a ciência dentro desses moldes e nos questionarmos se realmente ela consegue cumprir o projeto no qual se propõe: a objetividade e a imparcialidade. Acreditamos que essa certeza é ingênua, pois a relação entre o sujeito e o objeto é indissociável. Até que ponto realmente a ciência moderna é capaz de isolar toda a carga ideológica que perpassa o sujeito que a produz e que está contextualizado em um meio social, político e cultural?

A busca pela objetividade na produção da ciência não exclui do sujeito que a produz, sua capacidade de imaginação e criação, ao passo que, tomada como atributo equivalente à perspicácia e a articulação intelectual, a objetividade "certamente não exclui a imaginação, a poesia, a emoção, o sonho e outros atributos da construção, muitas vezes entendidos equivocadamente como danosos à produção científica." (HISSA, 2002, p. 60)

Dessa forma, o paradigma da ciência moderna excluiu e impossibilitou quaisquer diálogos da ciência com os campos da arte, porque promoveu a emergência de uma ciência dura, técnica, sem carne e osso. É certo que, como nos sinaliza Gomes (1996), desde o princípio da emergência da modernidade existiram propostas que se colocaram na contramão da ciência racional e dura, como a hermenêutica para as ciências sociais e a teoria científica anarquista. De acordo com Gomes (1996, p. 26), a modernidade:

> [...]constrói sua identidade muito mais sob a forma de um duplo caráter: de um lado, o território da razão, das instituições do saber metódico e normativo; do outro, diversas "contracorrentes", contestando o poder da razão e dos modelos e métodos da ciência institucionalizada e do espírito científico universalizante.

Todavia notamos que ao longo da história a perspectiva racionalista de ciência ganha relevo, se firma como um paradigma que vem sendo aplicado e discutido ao longo do tempo. Os paradigmas "adquirem seu status porque são mais bem sucedidos que seus competidores na resolução de alguns problemas que o grupo de cientistas reconhece como graves" (KUHN, 1997, p. 44). Contudo, é importante reconhecer as limitações que um paradigma pode apresentar, pois, na realidade, "ser bem sucedido não significa nem ser totalmente bem sucedido com um único problema, nem notavelmente bem sucedido com um grande número." (ibidem)

Dessa forma, concordamos com Santos (2010) quando sinaliza a necessidade de emergência de um novo paradigma que conceba nenhum conhecimento como desprezível e que estimule a interação dos mesmos. Estabelecendo duras críticas à ideia de que quanto mais específico o conhecimento, melhor seria a pesquisa e mais explorado assim, seu objeto, Santos (2010, p.46) afirma que essa forma de fazer ciência é altamente segregadora tornando o cientista um "ignorante especializado".

Nessa perspectiva há a busca pela superação do modelo matemático, cartesiano e positivista de fazer ciência, que reduz o conhecimento científico ao conhecimento dos objetos, não levando em consideração as relações com os sujeitos. Sobre objetividade e subjetividade, Santos (2010, p.52) pontua que "todo o conhecimento é autoconhecimento", criticando a cisão entre sujeito e objeto, visto que todo o ato de conhecer o objeto é um ato de autoconhecimento. Tendo isso, faz-se necessária a abordagem do homem integrado às partes de uma rede existencial, concebendo o saber científico como um saber que valorize as mais variadas experiências humanas, na qual a pesquisa esteja comprometida em estudar o objeto diretamente, mas o sujeito indiretamente.

Sobre a forma pela qual as ciências sociais são atravessadas pelo paradigma da ciência moderna, Santos (2010, p. 56) pontua:

> A ciência social sempre será essa ciência subjetiva e não objetiva como as ciências

> naturais, ela tem de compreender os fenômenos sociais a partir das atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações, para o que é necessário utilizar métodos de investigação e mesmo critérios epistemológicos diferentes das correntes das ciências naturais.

Pensando na construção da Geografia como saber científico, nos perguntamos: como ela se comportou frente a esta cisão entre sujeito e objeto ao longo do tempo? De que forma o paradigma de ciência moderna que objetifica e quantifica relações humanas interferiu na produção do conhecimento em nosso campo e na cisão entre Geografia e Arte? Quais foram as tensões e os limites que tal modelo gerou para a ciência geográfica?

É fato, para nós, que a possível associação entre Geografia e Arte não é nova, desde os mapas T.O. produzidos na Idade Média, o homem busca com o auxílio de diferentes linguagens representar o espaço. Quando analisamos o princípio da formação da Geografia como ciência, ficam claras as contribuições que o discurso geográfico recebeu da Arte.

A obra "O cosmos", de Alexander Von Humboldt, é um primeiro exemplo. Considerado "o pai da Geografia", esta produção é composta por relatos de viagem, descrição e distribuição das espécies, mesclando o olhar empírico do conhecimento científico com a contribuição da linguagem e experiência estética, a partir de pinturas e desenhos como o famoso diagrama do *Chimborazo*, uma ilustração realizada a partir de suas viagens à América e defendendo a ideia de uma lei universal para os fatos e fenômenos da Terra. Embora arte e ciência sejam campos distintos, é notório que a associação de tais linguagens é capaz de promover maior significação dos processos. Sobre a aproximação entre Geografia e Arte em "O cosmos", Ratzel (2010, P. 175.) afirma:

> Quando o velho Alexander von Humboldt não conseguia distinguir a observação artística da natureza da sua pesquisa sobre a natureza, de tal modo que ele justamente tomou a relação entre a fruição e o conhecimento da natureza como ponto de partida de sua descrição física do mundo.

As aproximações entre Geografia e arte não param em Humboldt. Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache também dedicaram esforços teóricos nesta interlocução. Ratzel em "sobre a interpretação da natureza", um texto de 1904, já afirmava sobre a insuficiência da ciência na compreensão da linguagem da natureza. Muitas vezes, a poesia e a arte tornam-se intérpretes mais compreensíveis da natureza do que a própria ciência. Nesta obra, Ratzel busca uma aproximação da Geografia com as artes naturalistas (poesia, pintura) como formas de ilustração de paisagens, e faz uma crítica ao Iluminismo e sua perspectiva racionalizante:

> Precisa-se alcançar a natureza através da arte, deve-se enxergar através do aprender, necessita-se sentir a emoção através da recriação, da vivência própria. Assim entendido, é uma bela ideia que o inverno de um iluminismo meramente racionalizante da ciência natural poderia ser expulso por uma primavera ensolarada de uma alegria da natureza e de uma aproximação amical com ela. (RATZEL, 1904, p. 158)

La Blache, por sua vez, publicará também em 1904 nos Annales de Géographie o texto "La géographie de l'odyssée", obra dedicada totalmente à relação entre Geografia e Literatura. O autor utiliza-se da tradução do poema homérico "A odisséia", realizada por Victor Bérard – arqueólogo, tradutor e comentarista francês – que, ao realizar o trabalho, buscou conferir ao poema um caráter histórico. La Blache, percebendo a potência dessa relação, escreve o referido artigo afirmando que a obra poderia indicar uma geografia do mundo mediterrâneo no período homérico e que as viagens de Ulisses se moviam em um fundo real, de forma que a obra literária seria capaz de promover aprendizados quanto à geografia e história da época.

> Ces recours au mythe et à la légende ne sont-ils pas un moyen aisé de condamner ce qu'un examen plus attentif du texte et de l'enchaînement des choses permettrait d'expliquer? Il faut faire la. part du merveilleux dans une oeuvre d'imagination; mais n'y atil pas un fond réel mème dans les paysages qu'anime et que personnine le génie du poète? (LA BLACHE, 1904, p. 23)

Contudo, ao longo do desenvolvimento da Geografia como ciência, esta possível relação de diálogo com a arte foi se tornando cada vez mais difícil de ser realizada, e isto se deu, principalmente, devido à inclusão do paradigma da ciência moderna na formatação da ciência geográfica. É certo que a necessidade de definição do campo e de obtenção dos moldes de rigor era evidente, todavia, em muitos momentos, a ciência geográfica caiu em moldes empiricistas, fragmentários e quantitativos, promovendo leituras de mundo carentes da inserção dos sujeitos.

A Geografia como uma ciência que desde o princípio buscou compreender o mundo e descrevê-lo, nasceu fortemente atrelada as artes. No entanto, buscando estabelecer um discurso científico moderno que estivesse alinhado ao contexto de um paradigma racionalista, vivenciou ao longo da história tensões e disputas principalmente quanto as metodologias de análise.

> A geografia foi desde a antiguidade responsável pela descrição e pela criação de uma imagem de mundo. Assim, enquanto descrição e imagem de mundo, o discurso geográfico procura, na modernidade, ser um discurso científico e moderno. Ele reproduz, assim, as características fundamentais da época e acompanha todas as suas modificações. A história da ciência geográfica pode, então, ser considerada como a história *imago mundi* da própria modernidade. (GOMES, 1996, p.28)

Moreira (2006) afirma que nos séculos XIX e XX teremos a emergência de uma Geografia fragmentária, pautada pela modernidade industrial, momento histórico que influencia diretamente a construção da Geografia como saber sistematizado, período este que corrobora com a emergência do paradigma dominante explicitado por Santos (2010). Pautada pelo modelo newtoniano-cartesiano de ciência, a Geografia passará a definir sua esfera de estudo pelo que é inorgânico, setorizando-se em grandes campos como a geologia, a geomorfologia e a climatologia.

A Geografia clássica pautou-se no positivismo transmutando esta visão empiricista e naturalista aos seus estudos, nos quais a descrição, enumeração e classificação dos fatos, juntamente com a máxima da existência de um único método de interpretação comum a todas as ciências, advindo dos estudos da natureza, tornou-se a principal perspectiva de análise. Essas bases promovem a naturalização dos fenômenos humanos e os dualismos que perpassam todo o pensamento geográfico tradicional (Geografia Física - Geografia Humana, Geografia Geral- Geografia Regional, entre outros segmentos) e que durante muito tempo foram princípios tomados como inquestionáveis.

Assim, influenciada pelo paradigma da ciência moderna, a Geografia como saber científico e institucionalizado encaminha-se a uma estrutura fragmentária, quantitativa e cada vez mais árida. No que diz respeito à concepção da natureza, ela é reduzida a uma esfera inorgânica, onde o homem, por sua vez, passa a ser externalizado, em uma abordagem na qual, inclusive, respaldará o modelo de produção capitalista, que tomará a natureza como recurso e o conceberá homem como mera força de trabalho. Dessa forma, nos remetemos a Santos (2010) quando afirma que o projeto de modernidade da ciência encontra-se a serviço do modelo de produção capitalista.

Tal modelo fragmentário da Geografia entrará em crise principalmente a partir das décadas de 1960 e

1970. Iimpulsionados também pela crise ambiental, diversos autores desenvolverão estudos criticando a Geografia teorético-quantitativa, o que se conformará em um importante momento na renovação, a partir do que se convencionou chamar de *segmento da Geografia crítica*. Yves Lacoste e Pierre George buscarão desenvolver uma Geografia pautada no materialismo histórico-dialético, e outros autores se referenciarão na fenomenologia dando um pontapé inicial na produção da Geografia cultural e humanista no Brasil - momento marcado pelos esforços de uma leitura crítica do espaço e que também priorizasse os sujeitos. A perspectiva do que se desenhou como geografia cultural e a Geografia humanista, com as respectivas contribuições de autores como Carl Sauer e Yi fu Tuan, promoveram esforços para a leitura das geografias dos sujeitos e aproximaram novamente o diálogo entre os diferentes campos da Arte e a Geografia.

Geografia e Literatura : tensões e aproximações

Vimos, até o momento, a forma pela qual o paradigma da ciência moderna influencia diretamente na produção científica da Geografia, gerando dificuldades em sua aproximação com a arte, no entanto, levantaremos agora as dificuldades de relação entre a Literatura - campo da arte no qual daremos enfoque – em relação à ciência geográfica, visto que nosso objetivo consiste em não encará-la apenas como um objeto, um recurso à serviço da Geografia, mas como um campo que necessita ser analisado caso desejemos de fato realizar uma aproximação coerente. Como já dito, as artes, dentre elas a Literatura, e a Ciência nascem plasmadas de um mesmo impulso inerente à condição humana : a imaginação. A Arte e a Literatura possuem um caráter fundamental, assim como uma necessidade à existência humana.

Segundo Mello e Souza (1972, p. 81), a Literatura possui uma força humanizadora, como algo que exprime o homem e depois atua em sua própria formação, exercendo certo tipo de função psicológica, onde, além disso, não consiste apenas na produção de obras, mas também como experiência humana. O homem necessita da ficção e da fantasia, e a "fantasia nunca é pura. Ela se refere constantemente a alguma realidade: fenômeno natural, paisagem, sentimento, fato, desejo de explicação, costumes, problemas humanos, etc."

Embora Literatura e ciência estejam intimamente relacionadas como experiência e como necessidade humana, ambas distinguem-se profundamente sobre *o que* e *como* pretendem comunicar aquilo que desejam. A Geografia busca a sistematização dos estudos pela via da abstração e da construção de conceitos, já a Literatura não possuirá esta preocupação, pois não objetiva responder às questões do mundo via experimentação, conceituação e rigor, ao contrário, objetiva a fruição. Cabe-nos ressaltar que mesmo que esta não seja uma preocupação da Literatura, isto não significa dizer que ela não pode conter em si saberes, e, nessa perspectiva, Barthes (1992, p.17) nos auxilia quando afirma que "a Literatura assume muitos saberes."

Sobre a Literatura, o autor afirma que ela "não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe de alguma coisa; ou melhor; que ela sabe algo das coisas — que sabe muito sobre os homens" (Barthes, 1992, p.18). Nesse sentido, percebemos que o autor afirma que esta possibilidade existe, no entanto, fica claro que essa *possibilidade não é uma finalidade*, procurando sempre estabelecer uma autonomia da Literatura como manifestação artística.

Assim, entendemos que a Literatura, como um campo da arte, não objetiva responder às questões do mundo como faz a Geografia, no entanto, isso não quer dizer que ela não possa frequentemente fazer boas perguntas ao mundo, interrogá-lo e questioná-lo. Sobre a possibilidade de representação do mundo na Literatura, Barthes

recorre ao estruturalismo, corrente na qual esta questão foi bastante discutida:

> Vê-se, pois, por que é necessário falar de atividade estruturalista: a criação ou a reflexão não são aqui "impressão" original do mundo, mas fabricação verdadeira de um mundo que se assemelha ao primeiro, não para copiá-lo, *mas para o tornar inteligível***.** (BARTHES, 1992, p.51 grifo nosso.)

Assim, embora distintas (Literatura e Geografia) há em Barthes a percepção de que a Literatura é capaz de auxiliar na inteligibilidade dos fenômenos do mundo e é neste ponto que a interlocução entre essas é possível.

Ao analisar tanto o campo da Geografia como ciência quanto às questões referentes à Literatura, entendemos que desenvolver a aproximação entre ambas não é tarefa simples, pois temos aqui dois campos que realizam leituras de mundo por óticas distintas, que apresentam objeto, métodos e intencionalidades antagônicas. Segundo Lévy (1997, p. 30), o propósito da Literatura é a escrita da condição humana no mundo, o mundo da Literatura é um mundo construído onde o imaginário e o real se esbarram, não sendo o mundo objetivo da ciência, recortado, medido e descrito.

> L'on me rétorquera que ni l'objet, ni les méthodes, ni l'intentionnalité ne sont semblables en littérature et en géographie, et l'on aura partiellement raison. L'objet de la littérature, c'est l'écriture de la condition humaine dans le monde, un monde conçu non pas comme un ensemble géographique continu, borné, à échelle constante, mais dessiné par l'auteur pour les besoins de sa cause, de sa problématique, qui inclut aussi ses bornes, ses limites et ses transgressions. C'est un monde construit, ou reconstitué, où l'imaginaire et le réel se côtoient, ce n'est pas le monde objectivé de la science, découpé, mesuré, décrit et articulé selon des méthodes et des intentions explicites.

Este mundo construído pela Literatura onde o real e o imaginário se embarram converte-se em terreno fértil para a Geografia, permitindo que, através desta relação, os aspectos do mundo, explicados pela via do conceito e da linguagem científica, possam se tornar melhor compreendidos através da contribuição da Literatura. De acordo com Moreira (2008), a Literatura faz sua leitura de mundo privilegiando a linguagem do espaço simbólico, enquanto que a ciência opta pela linguagem do espaço real e acaba menosprezando a primeira, acusando-a de subjetivismo. Sobre a mediação entre o simbólico e o real, o autor problematiza:

> [...]o viver humano é a unidade do simbólico e do real, unidade de um mundo impregnado de imagens e sua pletora de significados. Interpretando o mundo pelo simbólico a literatura apenas se aproveita do que a ciência menospreza, na insuspeição com que esta despreza precisamente o fato de que a história é uma construção do sujeito homem. (MOREIRA, 2008, p.145)

Assim, a vida humana é carregada pela apropriação simbólica dos elementos constituintes do real, já a Literatura, por sua vez, é capaz de expressar paisagens e a interioridade subjetiva através dos personagens, contribuindo, assim, para tornar melhor compreensíveis temáticas extremamente caras à Geografia. Sobre esta relação, Ruy Moreira (2008, p. 145), discorrendo acerca da potencialidade do romance regionalista "vidas secas" de Graciliano Ramos, afirma: "no simbolismo da fala, o semiárido objetivo da paisagem externa é a angústia, opressão, a expulsão do homem da realidade social na paisagem interna e subjetiva do espírito." As vivências subjetivas dos personagens associadas às paisagens descritas promovem uma associação entre espaço interno e externo que "se fundem e se confundem, porque se lêem mutuamente, identificando a unidade objetivo subjetiva das contradições da existência (des)humana do sertanejo." (Ibidem)

Todavia, até que ponto conseguimos trabalhar um texto literário em interlocução com a Geografia? Acreditamos que existem alguns fatores que fundamentais. O primeiro deles corresponde à capacidade da Literatura ser capaz de indicar e tornar inteligível, aspectos que são caros à Geografia; o segundo corresponde à apreensão

metodológica que a Geografia fará com a Literatura, sendo este um aspecto que discorreremos na próxima seção.

A primeira questão na realidade se desdobra em mais duas que se assemelham, mas que não são idênticas, onde nos questionamos sobre até que ponto poderemos relacionar com a realidade um texto literário, além de nos perguntarmos sobre o quanto um texto literário pode produzir uma leitura do real. Sintetizando esse pensamento, as questões seriam: O que é verdade e o que é uma representação da verdade nesta relação entre a Geografia e a Literatura?

Em geral, permeados pelo peso histórico adquirido através do paradigma da ciência moderna, somos conduzidos a pensar que a produção do conhecimento científico, em nosso caso, a produção do conhecimento geográfico, corresponde ao único discurso verdadeiro e irrefutável, enquanto os discursos da arte e da Literatura, por não serem submetidos a moldes de rigor da ciência, correspondem a um discurso subjetivo, falso e sem validade.

Acreditamos que cada discurso atende a uma finalidade e se constrói dentro de moldes que os definem, mas ao mesmo tempo os limitam. O discurso científico possui um limite imposto pelo próprio rigor da ciência, pois a linguagem da ciência não á acessível a todos os sujeitos, e além disso, é necessário problematizar o fato de que a ciência não consiste em uma verdade absoluta e irrefutável, visto primeiro que seu próprio desenvolvimento histórico destrói narrativas e teses que anteriormente eram consideradas verdade – o mundo geocêntrico ficou para trás. Além disso, a ciência não possui uma linguagem neutra, ela atende a uma intencionalidade, de forma que dados matemáticos e científicos por vezes são tratados segundo determinadas finalidades, algumas delas buscando corroborar com dado projeto de poder.

A Literatura, por sua vez, também tem um limite, e este diz respeito ao fato de que ela é uma arte, e, sendo também uma criação/produção humana, mesmo com seus horizontes amplos, possui limites em seu dizer. Afinal, nem todo leitor alcança toda Literatura, logo, o limite da sua comunicação está em elementos intrínsecos a ela, mas também na relação com o outro. Todavia, a liberdade do discurso da Literatura - liberdade na qual a Ciência não possui - permite que ela realize leituras de mundo, de paisagens, de subjetividade, que a Geografia não faz, e isso nos demonstra que a Literatura diz verdades que a Ciência/Geografia não alcança.

Não pretendemos aqui hierarquizar ambas no sentido de dizer qual delas é capaz de expressar de forma mais "correta" a captação do real, mas sim entender que, mesmo atendendo a padrões diferentes de composição, tanto Geografia quanto Literatura, podem expressar uma leitura de mundo. "Simplesmente, são modos diferenciados de referenciar e mediatizar o mundo experenciado por meio do corpo, de exprimir intelectualmente o imediato e, assim, de pela fala dele, ganhar conhecimento e consistência." (MOREIRA, 2008, p.149) Talvez essa diferença seja a maior riqueza presente na aproximação entre Geografia e Literatura.

> A literatura não é, assim, alheia à realidade humana, e se dela fala com a linguagem subjetiva do signo, nem por isso dela fala menos como realidade que a ciência. São falas sobre o mundo tanto o discurso da literatura quanto o da geografia, da história, da sociologia, da química, da física ou da psicologia, todos eles não sendo mais que modos de interpretação-representação do real. (MOREIRA, 2008, P.146)

Nesse sentido, Bertrand Lévy apresenta que se procurarmos entender a mensagem da essência literária,

iremos perceber que a Literatura, sob objetivos cientificamente não declarados, pode apresentar tanta objetividade, veracidade e rigor quanto um discurso aparentemente científico e objetivo, e que pode haver tanta verdade ou falsidade, tanto em uma linguagem (literária) quanto na outra (científica);

> [...] le corpus littéraire possède un contenu géographique assez riche pour que le géographe y trouve matière à enseignement. Si l'on cherche à saisir l'essence du message littéraire, l'on s'apercevra que la littérature, sous des objectifs scientifiquement non déclarés, peut receler autant d'objectivité, de véracité et de rigueur qu'un discours apparemment scientifique et objectif sous lequel se dissimulent parfois l'arbitraire et la prise de décision intellectuelle singulière. L'on a tendance à croire, dans notre société, davantage aux vertus des chiffres qu'à celles de la poésie; il peut y avoir autant de véracité ou de fausseté dans l'une ou l'autre forme de langagem. (LÉVY, 1997, p.30)

Moreira (2008, p.149) também estabelece uma proposição semelhante quando, discorrendo sobre os romances regionalistas, afirma que eles podem narrar "com a mesma riqueza e objetividade da ciência, o movimento das formas do mundo, o devir como estado de realidade" enquanto que a Ciência pode descrever "o fenômeno com mesma riqueza de subjetividade do romance", e finaliza afirmando que "desde a física relativista de Einstein tudo depende do ponto de referência do olhar".

Vamos agora à segunda questão: Até que ponto um texto literário é capaz de representar o real ou torná-lo inteligível? Não é possível responder a ela sem debruçar nossos esforços teóricos sobre o campo da teoria literária, a questão da representação da realidade na Literatura é tratada a partir da contribuição da *mimèsis* (mimese ou mímesis).

A *mimèsis* é o termo mais geral e corrente sob a qual se conceberam as relações entre Literatura e realidade. Trata-se de um conceito caro à teoria literária e que se desdobra na forma pela qual se analisa a Literatura. A noção de *mimèsis* está presente originalmente ao longo de toda a obra "A poética" de Aristóteles (2008, p.37), livro que consiste em notas de aula ministradas pelo seu mestre Platão. O termo *mimèsis* – proveniente do grego - significa imitação, de forma que "a poética e a arte seriam uma imitação do real ou um reflexo da realidade". "A epopeia e a tragédia, bem como a comédia e a poesia ditirâmbica e ainda a maior parte da música de flauta e de cítara são todas, vistas em conjunto: imitações."

> Assim como uns imitam muitas coisas, reproduzindo-as (por arte ou por experiência) através de cores e figuras, e outros através da voz, assim também, nas artes mencionadas, todas realizam imitação por meio do ritmo, das palavras e da harmonia, separadamente ou combinadas.

Aristóteles afirma que a imitação é uma condição natural ao homem, todavia a relação da ideia de *mimèsis* com a arte sempre foi motivo de significativos debates, pois, mesmo em sua gênese, não há uma unanimidade. Pereira (2008, p.10) comenta no prefácio de "A poética" que Platão chega a condenar a *mimèsis* e, consequentemente, a poesia.

> [...]de acordo com o plano educativo para a cidade ideal, o autor condena sucessivamente as imitações de tudo o que não for perfeito, e termina por declarar que a *mimesis* está três pontos afastada da natureza, logo, distante da verdade. O desfecho desta argumentação conduz a um dos passos mais célebres do diálogo: a condenação da poesia.

No que tange aos debates da teoria literária, Compagnon (2010, p.106) demonstra o quanto o tema foi discutido e combatido. As tendências mais modernas na teoria literária entraram em conflito com a *mimèsis* e com o realismo, afirmando que o segundo não seria um reflexo da realidade, "mas um discurso que tem suas regras

e convenções, como um código nem mais natural nem mais verdadeiro que os outros." A Literatura foi sendo colocada como autônoma frente à realidade, ao passo que não deveria ser uma cópia ou representação do real.

> Mas a *mimèsis* foi questionada pela teoria literária que insistiu na autonomia da literatura em relação à realidade, ao referente, ao mundo, e defendeu a tese do primado da forma sobre o fundo, da expressão sobre o conteúdo, do significante sobre o significado, da significação sobre a representação, ou ainda, da *sèmiosis* sobre a *mimèsis.* Com a intenção do autor, a referência seria uma ilusão que impede a compreensão da literatura como tal. O auge desta doutrina foi atingido com o dogma da autorreferencialidade do texto literário, isto é, com a ideia de que "o poema fala do poema" e ponto final. (COMPAGNON, 2010, P.93)

Em sua obra, Compagnon (2010, p.111) fará um resgate das correntes na teoria literária que serão a favor e contra a *mimèsis*, uma conforme "a tradição aristotélica, humanista, clássica, naturalista e mesmo marxista" que tem por finalidade representar a realidade, e outra segundo a tradição mais moderna da teoria literária, onde "a referência é uma ilusão, e a Literatura não fala de outra coisa senão de Literatura." Assim, no campo da teoria literária, o tema referente a quanto um texto literário pode carregar o realismo é extremante debatido. Barthes, por exemplo, buscará firmar a Literatura como não possuindo necessariamente um referente no real, afirmando que a obra trabalhada e criada é um produto ambíguo do real.

Fazendo um paralelo com a Geografia, notamos que ela também padece percalços quanto à questão a representação. A Geografia, desde a sua gênese, teve por objetivo realizar uma leitura de mundo e do real. Para realizar essa grafia, escrita, leitura e representação do mundo a Geografia recorreu às artes, principalmente à pintura e à mediação entre ciência e arte promovida pela cartografia.

No campo da Geografia vale destacar as contribuições do campo humanista, tendo como precursor a obra "O homem e a Terra" de Eric Dardel (2015, p. 33). O autor concebe que a realidade geográfica é a do mundo vivido e constrói uma narrativa com contornos poéticos, para ele "a geografia não é de início um conhecimento; a realidade geográfica não é, então, um objeto", mas entende que a ciência geográfica pressupõe que o mundo seja conhecido geograficamente e que a realidade geográfica se materializa através da experiência e dos lugares que os homens experimentam e firmam sua existência.

É importante ressaltar a distância temporal de quase 60 anos que separa a publicação do texto original em francês pelo autor (1952) e a publicação da primeira versão do texto em língua portuguesa, realizada apenas no ano de 2011 pelo professor Werther Holzer. Acreditamos que essa distância interferiu de certa forma no aprofundamento do debate, de forma que ainda hoje a questão do método de análise, bem como a perspectiva no interior da Geografia utilizada para realizar a aproximação entre Geografia e Literatura, é campo de disputas.

A questão que se coloca repousa na mediação entre Geografia e Arte e no que elas podem fazer entre o real e o sujeito cognoscente. A partir do momento em que há a busca em representar o real, a fim de que ele se torne inteligível, seja essa representação realizada através da pintura, da Literatura, dos mapas ou na própria ciência, enfrentaremos problemas, pois é impossível representar a totalidade do real de forma fidedigna sem que existam distorções. Eu penso que seu enfoque fica mais no campo da mediação que, tanto arte quanto ciência podem fazer entre o real e o sujeito cognoscente.

A cartografia, por exemplo, submete-se a modelos matemáticos na busca por se aproximar ao máximo de uma representação de mundo, onde essa representação não é o mundo. Sempre, independente dos critérios matemáticos e das projeções escolhidas, haverá distorções, todavia o fato de existirem distorções não desqualifica

a capacidade de a cartografia realizar uma representação que promova uma leitura de mundo que se aproxime do real, desenvolvendo o aprendizado das espacialidades naquele que se propõe a ler o mapa.

É claro que, quando comparamos a cartografia tradicional com a Literatura, estamos cientes de que falamos de ciência e arte. A cartografia, como ciência, realiza seu produto – o mapa – de acordo com critérios matemáticos e projeções, uma vez que a Literatura, como produto artístico, atende à necessidade de fruição. Todavia o que buscamos sinalizar é: no que tange à questão da representação, tanto ciência como arte experimentarão dificuldades, visto que uma representação nunca será fiel ao real; será sempre uma demonstração que torne o mundo inteligível e que promoverá uma leitura do real por parte do sujeito que entra em contato com o mapa ou com o texto literário.

Ressaltamos que esse tensionamento a respeito da representação foi sinalizado por Besse (2006, p.87), tendo a Geografia uma possível saída através do método fenomenológico:

> A noção de *espaço vivido* e, bem mais amplamente, a de *representação*, conduziram a geografia a uma flexibilização considerável das suas concepções de espaço, e foi preciso que a geografia reconhecesse como legítimas as práticas e as representações cotidianas. A geografia contemporânea teve que reconhecer que as frequentações comuns do espaço põem em ação significações originais irredutíveis à ordem das construções teóricas. O ponto de vista fenomenológico encontrou então um eco epistemológico no próprio domínio da geografia, que contribuiu para renovar, alargar e de fato dar mais complexidade às análises geográficas do espaço.

Dessa forma, quando analisamos um texto literário, entendemos que não é possível desconectar totalmente o mundo, a sociedade, as contradições, as correntes estéticas e literárias vigentes da prática do autor que produz um texto literário. Balzac procurou expressar em sua obra que as contradições da sociedade burguesa em ascensão na França estabeleceram seu referente no real, no conteúdo, e sua escrita realista, ao mesmo tempo ficcional, atendia a uma intencionalidade de denúncia legítima. Outros autores, de tendências mais modernas, buscarão os referentes no próprio texto não recorrendo a nenhuma representação ou demonstração do real, apenas buscando a pura fruição do mundo ficcional, pois "acreditam numa certa *autorreferencialidade* da literatura, num textualismo intransitivo, numa imanência do texto, cisto como sistema autotélico." (JOBIM, 1999, p. 210)

Todas estas são correntes diferentes dentro da teoria literária, todavia identificá-las não significa negá-las. Além disso, dar o direito aos autores construírem suas obras literárias com liberdade é fundamental, uma vez que não podemos chegar ao ponto de amordaçar a prática criativa e literária segundo critérios estéticos. Compagnon (2010, p.123. Grifo nosso), sobre esse denso debate no campo da teoria literária a respeito da mimèsis e do realismo na Literatura, busca uma posição de mediação:

> Assim, reintroduzir a realidade em literatura é, uma vez mais, sair da lógica binária, violenta, disjuntiva, onde se fecham os literatos – ou a literatura fala do mundo, ou então a literatura fala da literatura -, e voltar ao regime do mais ou menos, da ponderação, do aproximadamente: o *fato de a literatura falar da literatura não impede que ela fale também do mundo*. Afinal de contas, se o ser humano desenvolveu suas faculdades de linguagens, é para tratar de coisas que não são da ordem da linguagem.

Assim, as obras ficcionais podem também falar sobre o mundo e nos permitir realizar uma análise social, histórica e geográfica de um texto literário, sempre fazendo isso dando à Literatura seus devidos créditos: sua liberdade de ser arte. Se coloca aqui um debate no campo dos limites entre o real e o ficcional.

> O grau de dependência em relação aos recursos do real afeta a maneira de perceber e definir no âmbito da ficção. O *mundo ficcional* é criado (e visto) a partir dos limites do *mundo real.* Um texto é considerado "realista" porque constrói um mundo que é, de alguma forma,

> visto como análogo a ou *derivado do mundo real*. Em outras palavras: é exatamente este caráter analógico e derivativo que acaba sendo a característica básica atribuída aos textos "realistas". (JOBIM, 1999, p. 210)

A questão que se coloca e que é a nossa preocupação, quando procuramos aproximar Geografia e Literatura, é o fato de que é necessário fazer a análise do texto, visto que "as classificações de textos apontam para vários graus de *realismo* que podem ser atribuídos a estes textos, de acordo com as noções de real vigentes no contexto em que se processam essas atribuições." (JOBIM, 1999, p. 210)

Desde Mello e Souza (1972) e Lukás (1965) temos a sinalização das diferenças entre as correntes estéticas na Literatura, dizendo que muitas delas, inclusive as de inspiração marxista entenderão a Literatura, sobretudo, como uma forma de conhecimento mais do que uma forma de expressão e uma construção de objetos semiologicamente autônomos. A grande contribuição de Mello e Souza está no fato de compreender que estas três proposições são verdadeiras: A Literatura é uma forma de conhecimento; é expressão e é uma construção semiológica autônoma, sendo a grande questão analisar o texto e determinar qual desses aspectos é dominante e mais característico na produção literária na qual nos debruçaremos nos estudos em Geografia.

Assim, entendemos que a Literatura, como produção artística, não tem por finalidade ser referenciada em seu conteúdo no real, porém isso não significa dizer que ela não pode demonstrar o real através de diferentes níveis de realismo construídos pelo narrador em sua obra. Concordamos com Barthes (1992, p.21) quando entendemos que o real pode ser "demonstrável" na Literatura e que esta é capaz assumir muitos saberes históricos e geográficos. Nessa demonstração, o leitor é capaz de, através da Literatura, mediar questões em seu próprio mundo real. Esta é uma das maiores qualidades da literatura, como nos sinaliza Jobim (1999, p.207):

> No caso da literatura, uma de suas qualidades mais apontadas é a capacidade de criar novos horizontes, de prover acesso a uma versão de mundo que vai além da que conhecemos. A vivência do *poder-ser* de mundos ficcionais e a apreensão dos interesses, objetivos, projetos e quadros de referência destes mundos pode alargar o horizonte do ser-dado, do nosso mundo conhecido.

Assim, entendemos que o texto literário pode conter níveis diferentes de realismo, visto que "como arte do dizer na forma da palavra escrita, a literatura é, também, uma voz sobre o real." (CHAVEIRO, 2015, p.44), e que "por meio da palavra, desenvolve imagens e representações cujo dever é gerar uma ação estética sobre o mundo." (ibidem) Essa produção de imagens e representações que a Literatura é capaz de desenvolver, facilita as análises em Geografia, pois na maioria das vezes os textos acadêmicos não são capazes de ofertar significação desta qualidade.

A partir do texto ficcional em interlocução com a Geografia, o leitor é capaz de intermediar o mundo ficcional da Literatura com a sua realidade vivida, promovendo a criação de imagens, a significação, a sensibilidade e o maior entendimento do mundo. Por fim, mais uma vez reforçamos o fato de que a Geografia consiste numa ciência que necessita dialogar com outras formas de linguagem para construir as imagens e significações do mundo, consistindo em um "dizer múltiplo" (CHAVEIRO, 2015, p.41), que é feito não somente de textos científicos, mas também de mapas, gráficos, ensaios e obras literárias. Através desta associação de linguagens está a potência de compreensão dos fenômenos do mundo pois "ao alargar o modo geográfico de dizer, igualmente estamos alargando o modo de ver." (CHAVEIRO, 2015, p. 49)

O dialogismo entre Geografia e Literatura

De forma geral, notamos que quando são realizadas análises de textos literários em Geografia, há a tendência de o texto ser utilizado a serviço da ciência geográfica como um procedimento metodológico para a análise de algum conceito ou alguma categoria específica na qual o pesquisador deseje desenvolver. Notamos que o texto literário pode se tornar um mero recurso, o que promove uma leitura da Literatura técnica e objetiva, atitude esta que acreditamos se configurar em uma violência ao texto literário, pois, fazendo isso, "amordaçamos" a Literatura e tiramos dela sua potência e liberdade, seu caráter artístico fundamental.

Marc Brosseau (2007) traz profundas contribuições a respeito da relação entre Geografia e Literatura. Discorrendo sobre a possibilidade de interlocução do gênero romance com a Geografia, apresenta uma proposta de conceber a Literatura como um sujeito, partindo de uma perspectiva dialógica, abordagem esta que se ancora em Bakhtin.

Mikhail Bakthin (2020, p. 118) em "os gêneros do discurso" posiciona-se frente a uma linguística tradicional na qual o ouvinte limitava-se a ouvir, nunca desempenhando função de falante. Em toda a concepção "bakhtiniana", a linguagem humana é vista sob um prisma dialógico, pois, segundo o autor, independente do gênero, quaisquer discursos suscitam o diálogo, visto que "todo enunciado é dialógico, ou seja, é endereçado a outros, participa do processo de intercâmbio de ideias: é social". Sendo assim, todo o enunciado - que corresponde à unidade primária do discurso, se compõe em suas modalidades que se associam à função e à relação. "Há modalidades de enunciados segundo a função (o discurso cotidiano, o científico, o ficcional, etc.), e modalidades segundo a relação com o ouvinte: o diálogo, o monólogo e o relativismo dos dois". (BAKHTIN, 2020, p. 115).

Partindo dessas contribuições de Bakhtin, Brosseau busca realizar um esforço de método propondo a não objetificação da Literatura e o estabelecimento na relação com a Geografia de um método dialógico que a concebe como sujeito passível de diálogo.

> A ideia de diálogo parece surgir da constatação: eu, enquanto geógrafo (no interior das ciências humanas), e o romance (no interior da literatura) constituímos duas esferas autônomas, duas totalidades, até mesmo dois sujeitos; somente um "método" dialógico pode fazer com que se comuniquem. (BROSSEAU, 2007, p.89)

Nessa perspectiva dialógica, a busca não é encontrar conceitos geográficos dentro da Literatura, mas compreender que a Literatura tem algo a dizer e que só pode dizer porque é o que é: livre. Dar autonomia à Literatura é compreender que ela pode nos dizer algo sobre o mundo e sobre os sujeitos a seu modo, este que é diferente da forma pela qual a ciência geográfica lê o mundo. Dialogicamente elas podem promover níveis de leitura de mundo mais profundos.

> O diálogo não é senão outra estratégia que permite que o geógrafo entre em contato com o romance, interrogando sua própria relação com a linguagem e a escritura graças a um encontro com esse outro, sem procurar assimilá-lo. Colocar o romance como sujeito, como "totalidade", não significa dizer que ele é impermeável para nós, e sim que ele tem uma maneira própria (e isso pode ser verdadeiro para cada romance particular) de produzir sentido, uma coerência de sentido que *resiste* aos mais sutis esforços do analista para transformá-lo em objeto. (BROSSEAU, 2007, p. 89. Grifo nosso)

Sendo assim, a Literatura resiste. Ela não permite ser amordaçada, porque não lê o mundo e responde às questões do mundo da mesma forma que a Geografia, ao contrário, ela nos oferta, nos "presenteia" uma

leitura de mundo a partir do artista. Ao realizar análises entre Geografia e Literatura sob a perspectiva dialógica, conseguiremos receber as contribuições da arte, visto que seremos capazes de ouvi-la, entrar em contato íntimo com ela através do diálogo, haja vista que "o interesse por uma relação dialógica reside na sua vontade de reconhecer o outro enquanto outro, isto é, a recusa de transformá-lo em objeto, de homologá-lo" (BROSSEAU, 2007, p.81). Assim, receberemos as contribuições que só o seu dizer cálido podem promover, e, nessa interlocução, um canal de trocas, percepções e significações se abre, no qual os dizeres de ciência e arte se associam e se complementam.

Assim, torna-se importante que nós, pesquisadores e pesquisadoras em Geografia, dediquemos atenção e zelo ao tomar o discurso literário em nossas análises, sendo o principal cuidado o ato de não "amordaçar" a Literatura como um objeto de análise que busque ler o mundo segundo os moldes de ciência geográfica. Para nós, a forma verdadeiramente enriquecedora de aproximação entre o discurso geográfico e a Literatura diz respeito a tomar a segunda como um sujeito. A Literatura como um sujeito que fala a seu modo, resguardando exatamente assim a sua riqueza. Um dizer que se difere do científico, mas que é sensível e potente, onde diz sem "dizer" que sabe. Dessa forma teremos uma interlocução entre Geografia e Literatura mais rica, respeitosa e significativa.

Considerações finais

Entendemos que a Geografia tem por objetivo situar os sujeitos no mundo. Segundo os princípios de síntese do geográfico, busca compreender a localização, distribuição e espacialidade dos fenômenos. O ofício do geógrafo consiste em auxiliar a inteligibilidade do mundo - mundo este construído na interrelação entre sujeitos e espaço, composto por diferentes formas de comunicação e múltiplas linguagens. O mundo não cabe nas palavras, mas ele pode ser explicado, mensurado, significado através dessas múltiplas linguagens.

A linguagem científica da Geografia corresponde a uma forma de leitura e apresentação do mundo, o que não significa dizer que essa forma de linguagem seja sozinha a única capaz de torná-lo inteligível. O cientista precisa ter a consciência do objetivo principal que direciona sua produção intelectual, que é, de fato, trazer à luz do conhecimento os fenômenos. Para tanto, entendendo os limites do discurso científico, é necessário inserir na análise as múltiplas linguagens que direcionem aqueles que entram em contato com a ciência geográfica em um nível de compreensão de totalidade dos fenômenos.

A ciência geográfica, na busca por representar o espaço, criar imagens mentais e promover a leitura dos fenômenos, recebeu a contribuição da linguagem das artes, dentre elas a Literatura e a Pintura. No entanto, com o peso do paradigma da ciência moderna, além da necessidade de produzir um conhecimento ancorado no positivismo, experimentamos o "endurecimento" de nosso campo fazendo com que muitas vezes desenvolvêssemos análises de uma ciência sem homens e sem a possibilidade de interlocução com outras linguagens.

Sobre a Literatura, podemos dizer que ela não se submete a tais procedimentos de rigor, não possui um compromisso com a verdade, no entanto, isso não quer dizer que ela não possa promover uma leitura de mundo perpassada por valores de verdade. O fato de a arte não necessitar se "engessar" sobre um rigor de método, faz com que ela possa apontar, a seu modo, verdades que a Ciência não alcança.

Assim, entendendo os limites e as possibilidades desses discursos, acreditamos que a aproximação da Geografia em estudos associativos com a Literatura não deve objetificar e "amordaçar" o texto literário em seu sentido fundamental que é a fruição, mas estabelecer uma relação dialógica que entenda a potência existente na associação dos discursos e suas ricas contribuições às leituras geográficas de mundo.

REFERÊNCIAS:

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. 1ª ed., 3ª reimpressão. - São Paulo: Editora 34, 2020.

BARROS, Manoel de. **O livro sobre o nada**. 3ª ed.- Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

BARTHES, Roland. Aula. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1992.

BROSSEAU, Marc. **Geografia e Literatura**. IN: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). Literatura, Música e Espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Dizibilidades literárias: a dramaticidade da existência nos espaços contemporâneos**. Geograficidade, Rio de Janeiro/RJ, v.5, n.1, 2015.

COMPAGNON, Antoine. **O Demônio da Teoria: Literatura e Senso Comum**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: ed. Perspectiva, 2015.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A Mobilidade das Fronteiras – inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte. Editora da UFMG, 2002.

JOBIM, José Luis. **A ficção dos limites e os limites da ficção**. In: Máscaras da mimesis: a obra de Luiz Costa Gomes. org. Hans Ultich Gumbrecht, João Cezar Castro Rocha. – Rio de Janeiro: Record, 1999.

KHUN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. Ed. São Paulo : Editora Perspectiva S.A, 1997.

LA BLACHE, Paul Vidal. **La Géographie de L'odyssée**. In: Annales de Géohraphie. Paris: Librairie Armand Colin, 1904.

LÉVY, Bertrand. **Géographie humaniste, géographie culturelle et littérature**. Position épistémologique et méthodologique. In: Géographie et cultures, 1997, vol. 21, p. 27-44.

LUKÁCS, Georg. **Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels**. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Cultura, arte e literatura: textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARCONDES, Danilo. e JAPIASSÚ, Hilton. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

MELLO E SOUZA, Antônio Candido. **A literatura e a formação do homem**. Ciência e Cultura. n° 9, vol. 24, São Paulo, 1972.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 1ª ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. Prefácio. In: Aristóteles. **A Poética**. Ed. da Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2008.

RATZEL, Friedrich. Sobre a **Interpretação da Natureza [Über Naturschilderung]**. Revista GEOgraphia, Vol. 12 n°23, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um Discurso sobre as Ciências**. 5ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

NOTAS

[1] Comte começou a desenvolver a ideia de que os métodos das Ciências Naturais deviam e podiam ser entendidos aos estudos das questões humanas, e que os fenômenos humanos podiam ser classificados e medidos. A manifestação da filiação positivista se encontra na "redução da realidade ao mundo dos sentidos", circunscrevendo o trabalho científico "ao domínio da aparência dos fenômenos." Dessa forma, segundo a perspectiva positivista, o estudo científico dos fenômenos deve "restringir-se aos aspectos visíveis do real, mensuráveis, palpáveis. Como se os fenômenos se demonstrassem diretamente ao cientista, o qual seria um mero observador." (Moraes, 2007, p. 39)

[2] "Essas crenças no mito e na lenda, não são elas um meio conveniente de condenar o que uma análise mais atenta do texto e do encadeamento das coisas permitiria explicar? É necessário fazer a parte do maravilhoso em uma obra de imaginação; mas não tem ela um fundo real mesmo nas paisagens que animam e personificam o gênio do poeta?"

[3] "Doutrina filosófica que considera a noção de estrutura fundamental como conceito teórico e metodológico. Concepção metodológica em diversas ciências (linguística, antropologia, psicologia, etc.) que tem como procedimento a determinação e a análise das estruturas." (MARCONDES; JAPIASSÚ, 1991, P. 90);

[4] "A réplica é que nem o objeto nem os métodos, nem a intencionalidade são semelhantes na literatura e na geografia, e teremos parcialmente razão. O propósito da literatura é a escrita da condição humana no mundo, um mundo concebido não como um conjunto geográfico contínuo, limitado à uma escala constante, mas desenhado pelo autor para as necessidades de sua causa, sua problemática, que também inclui seus terminais, seus limites e transgressões. Este é um mundo construído ou reformado, onde o imaginário e o real se esbarram, não é o mundo objetivo da ciência, recortado, medido, descrito e articulado segundo os métodos e as intenções explícitas."

[5] "...o corpus literário possui um conteúdo geográfico bastante rico para que o geógrafo encontre matéria suficiente para ensinar. Se alguém procura entender a essência da mensagem literária vai perceber que a literatura, sob os objetivos cientificamente não declarados, pode abrigar tanta objetividade quanto veracidade de rigor quanto um discurso aparentemente científico e objetivo sob o qual, por vezes, se dissimulam o arbitrário e a tomada de decisão singular e intelectual. Nós tendemos a acreditar em nossa sociedade, em virtude dos números mais do que os da poesia; pode haver tanta verdade ou falsidade em uma como na outra forma de linguagem."

[6] BARTHES, R. O Efeito do real. In: Literatura e semiologia: perspectivas semiológicas. Org: Genette, G, et al. Ed. Vozes. Petrópolis, 1972.

REVISTA DA ANPEGE. V. 18. Nº. 35 — ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X 25
DOI 10.5418/ra2022.v18i35.15423

OS “VIÚVOS” DA CANA: o fim das migrações sazonais para os canaviais do agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP)

THE ‘WIDOWS’ OF CANE: the end of seasonal migrations for sugarcane plantations of hydroagricultural in the administrative region of Presidente Prudente (SP)

LOS ‘VIUDOS’ DE LA CAÑA: el fin de las migraciones estacionales a los campos de caña en el agrohidronegócio en la región administrativa de Presidente Prudente (SP)

Fredi dos Santos Bento

Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT),
Presidente Prudente (SP)
fredi.sousuke@gmail.com

Antonio Thomaz Junior

Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT),
Presidente Prudente (SP)
thomazjr@gmail.com

RESUMO

Neste texto temos a intenção de realizar apontamentos e aprofundamentos relacionados ao presente instante vivenciado pelo agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), que se localiza no que estamos denominando enquanto "Polígono do Agrohidronegócio" no Centro-Sul brasileiro. O objetivo fulcral deste texto diz respeito ao debate sobre os (re) arranjos que se apresentam em uma fase pontuada pela transição técnica/tecnológica nos canaviais dessa região nessa década, com destaque para o redesenho das rotas (trajetórias) migratórias dos trabalhadores que percorrem o território brasileiro, que ao não mais conseguirem se empregar no corte e plantio manual da cana-de-açúcar, passam a condição de 'viúvos da cana', em meio a um cenário de terceirização irrestrita, anulação de direitos, processo de adoecimento e despojamento destes trabalhadores. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e relatos orais junto aos trabalhadores e suas instâncias de representação, os sindicatos dos empregados e trabalhadores rurais.
Palavras-chave: Viúvos da cana. Migrações. Agrohidronegócio canavieiro. Região Administrativa de Presidente Prudente (SP).

ABSTRACT

In this text we intend to make notes and deepenings related to the present moment experienced by the sugarcane agrohydrobusiness in the Administrative Region of Presidente Prudente (SP), which is located in what we are calling the "Hydroagricultural Polygon" in the Center-South of Brazil. The main objective of this text concerns this way, towards the debate on the (re)arrangements that are presented in a phase punctuated by the technical/technological transition in the sugarcane plantations of this region in this decade, with emphasis on the redesign of the migratory routes (trajectories) of workers who travel through Brazilian territory, who are no longer able to employ themselves in the manual cutting and planting of sugarcane, become 'sugarcane widowers', amidst a scenario of unrestricted outsourcing, annulment of rights, process of illness and deprivation of these workers. For this, semi-structured interviews and oral reports were carried out with workers and their representation bodies, employee unions and rural workers.
Keywords: Widows of the cane. Migrations. Sugarcane hydroagricultural. Administrative Region of Presidente Prudente (SP).

RESUMEN

En este texto pretendemos hacer apuntes y profundizaciones relacionadas con el momento presente que vive el agrohidronegocio cañero en la Región Administrativa de Presidente Prudente (SP), que se encuentra en lo que llamamos el "Polígono de Agrohidronegocio" en el Centro-Sur de Brasil. El principal objetivo de este texto se refiere, de este modo, al debate sobre los (re)ordenamientos que se presentan en una fase marcada por la transición técnico/tecnológica en los cañaverales de esta región en esta década, con énfasis en el rediseño de las rutas migratorias (trayectorias) de los trabajadores que transitan por el territorio brasileño, que ya no pueden trabajar en el corte manual y la siembra de caña de azúcar, se convierten en 'viudos de caña de azúcar', en medio de un escenario de tercerización irrestricta, anulación de derechos, proceso de enfermedad y privación de estos trabajadores. Para ello se realizaron entrevistas semiestructuradas e informes orales a trabajadores y sus órganos de representación, sindicatos de empleados y trabajadores rurales.
Palabras-clave: Viudos de la caña. Migraciones. Agrohidronegocio cañero. Región Administrativa de Presidente Prudente (SP).

INTRODUÇÃO

Neste texto temos a intenção de realizar apontamentos e reflexões sobre o período vivido pelo agrohidronegócio[1] canavieiro neste início da terceira década do século XXI, no "Polígono do Agrohidronegócio", que é composto pelos maiores produtores da cana-de-açúcar, situado no Centro-Sul do Brasil. O objetivo fulcral do texto diz respeito assim, a discussão em consideração aos (re) arranjos que se configuram no período marcado pela transição técnica/tecnológica[2] nos canaviais dessa região, com ênfase para o (re) desenho das rotas (trajetórias) migratórias dos trabalhadores que percorrem o território brasileiro, que ao não mais conseguirem se empregar no corte e plantio manual da cana-de-açúcar, passam a condição de 'viúvos da cana', em meio a um cenário de terceirização total, perda de direitos, processo de adoecimento e descarte de sua força de trabalho.

Tal cenário é parte da consolidação da atuação do capital e suas personificações sobre as melhores terras para plantio, com boa fertilidade e relevo pouco acidentado do país, com um bom aporte de recursos hídricos e modais de transporte e logística. Há o rompimento dos obstáculos para o crescimento em escala nacional, já que 85% das terras com lavouras de cana-de-açúcar, ou seja, 10,5 milhões de ha (hectares), se localizam nessa fração do território do país situada no Centro-Sul do mesmo, com ênfase para a área com plantio irrigado de cana que é de 3,5 milhões de ha (CONAB, 2019).

Em contrapartida, também chamamos a atenção para a elaboração de um discurso astucioso erigido pelo agrohidronegócio canavieiro, permeado pelas mudanças nas condições laborais, edificado sob maneiras recentes de controle e gestão de seu trabalho, além da empregabilidade - resultante da mecanização -, através do aperfeiçoamento profissional, empreendimento de tecnologias sofisticadas, pautadas inclusive pela automação do ato produtivo, bem como respeito às leis trabalhistas e possibilidade de que as formas mecanizadas de plantio e colheita da cana não causem danos à saúde dos trabalhadores.

A reestruturação produtiva do capital[3] firmada nos idos de 1970, resulta em transformações profundas no processo de acumulação, engendrando transformações nas relações de trabalho[4], sob consequências lamentáveis para os trabalhadores, ainda mais depauperados pelo capital por conta da adoção do aumento de produtividade, enxugamento da força de trabalho, gestão flexível, da ampliação da produtividade agrícola, do aumento da terceirização[5] e impacta no (re) desenho dos corredores migratórios para o trabalho no corte e plantio da cana-de-açúcar, migrantes estes que visualizamos na condição de 'viúvos', devido as mudanças pelas quais passa o agrohidronegócio canavieiro, com a transição tecnológica em voga nas etapas de corte e plantio, como temos apreendido na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP).

É importante o destaque também para o aparecimento de um discurso astucioso para com o aperfeiçoamento profissional como alternativa de manterem-se no mercado de trabalho, que tem permitido a abertura da via a recriação e modernização de formas análogas de trabalho escravo (CARVALHAL,2004; THOMAZ JUNIOR, 2011; PERPETUA, 2016; THOMAZ JUNIOR, 2018a).

Com respeito as sinalizações práticas da reestruturação produtiva, podemos inquirir e analisar tais agravos não somente como gestão e elaboração laboral, mas também nos instrumentos retrógrados regressivos no que diz respeito à saúde dos trabalhadores, em razão do crescimento cada vez mais considerável do percentual de trabalhadores adoecidos dentro e fora do trabalho, sob o crescimento exponencial das 'doenças ocupacionais', em particular a partir da intensificação das práticas de pulverização aérea com agrotóxicos[6].

Então, depreendemos que em meio à reestruturação produtiva nos canaviais (plantio e colheita da cana), bem como da solidificação de uma alternativa químico-dependente, vem crescendo a degradação sistêmica do trabalho, em virtude, principalmente, do processo de adoecimento e descarte de trabalhadores, que no caso dos migrantes temporários, recebem a alcunha de viúvos desta lavra, como temos acompanhado em nossas pesquisas.

Ou melhor, as personificações do capital ao mesmo tempo em que empreendem a inovação tecnológica no campo, restauram formas de trabalho regressivas, à exemplo da colheita manual cana-de-açúcar, trabalho avulso, com registro precário etc., que resultam não em aprimoramento das condições de vida e trabalho, porém o oposto disso, resultam na inclusão marginal e desvalimento, ocorrendo assim, a coexistência de formas espectrais, pautadas pelo avanço tecnológico (trabalho *part time*, *pejotizado*, *uberizado*, intermitente, sem direitos) e regressivas, haja vista o controle (exploração/subordinação) do trabalho nos canaviais, como resultante dos *novos territórios da degradação sistêmica do trabalho*, que não são tão 'novos'(THOMAZ JUNIOR, 2017;2019).

Dessa maneira, neste texto chamamos a atenção para um dos desdobramentos que compõem os territórios da degradação sistêmica do trabalho, que diz respeito as migrações para o trabalho no agrohidronegócio canavieiro neste início da terceira década do século XXI, pois para além de serem privados do trabalho nos canaviais por não haver mais o mesmo (corte manual), esses trabalhadores estão na realidade privados de qualquer lavra, como discutiremos neste texto, ou seja, privados de manter o movimento migratório, dadas as consequências de um 'casamento' que lhes significou o adoecimento e seu posterior descarte dos canaviais da Região Administrativa de Presidente Prudente-SP.

No entanto, para deslindarmos as incongruências e conflitos que permeiam o trabalho nos canaviais da Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), é vital que possamos desfrutar de um aporte teórico e metodológico que dê vazão as mutações que se apresentam para os trabalhadores em geral neste início do século XXI. Ao passo que, temos procurado abarcar a dinâmica conjuntural e estrutural, não só realizamos trabalhos de campo em nossa região de estudo, pois vislumbramos nos trabalhos de campo "um laboratório por excelência dos geógrafos", que adjacente às investigações concluídas por meio de entrevistas semiestruturadas, nos permite analisar a trajetória laboral e familiar dos trabalhadores que pudemos entrar em contato (THOMAZ JUNIOR, 2005).

Em consideração a pesquisa realizada, os resultados presentes neste texto advém de entrevistas semiestruturadas para com os trabalhadores (cortadores manuais, fiscais, tratoristas, motoristas, operadores de colheitadeira e demais trabalhadores empregados, além dos trabalhadores descartados e desempregados, sob o interesse de colhermos relatos orais dos mesmos), essas entrevistas visaram elucidarmos questionamentos à respeito a suas condições de trabalho e saúde, devido a transição tecnológica que se apresenta no agrohidronegócio canavieiro na região de enfoque da pesquisa.

Foram entrevistados assim, 28 trabalhadores migrantes no corte e plantios manuais, 36 trabalhadores regionais nas mais diferentes funções descritas acima. Para os gráficos contidos neste texto que fazem menção aos trabalhadores migrantes, estamos considerando o universo de n=28 entrevistados, para aqueles que consideram outras funções, o universo de n=36 trabalhadores.

Além disso, tentamos desvendar assimetrias em um contexto em que está presente a colheita e plantio manual e os procedimentos e práticas empreendidos no plantio e colheita mecanizados. Da mesma forma, realizamos

entrevistas para com às instâncias de representação dos trabalhadores como os STR's (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), SER's (Sindicato dos Empregados Rurais), além de pesquisas em bancos de dados secundários a exemplo da rede DataLUTA e DataCETAS, etc. todos em escala regional, ou melhor, que abrangem os municípios de enfoque e levantamento bibliográfico em consideração ao temário em apreço deste texto.

Com relação ainda às entrevistas, nos atemos aos pressupostos estabelecidos por Colognese; Melo (1998), já que ao entrevistarmos, realizamos, partindo do princípio de que o trabalhador informante possua informações nos auxiliem no entendimento dos impactos da transição tecnológica no agrohidronegócio canavieiro para os trabalhadores na região de enfoque. Por isso, é que nos utilizamos de entrevistas semiestruturadas e relatos orais, por causa da efetividade destas últimas como uma conversa com finalidade, unificando questões fechadas e abertas, em uma conversa desprovida de impedimentos presentes caso nos guiássemos por um questionário fechado (MINAYO, 2005; SANTOS, et. al, 2014).

Assim, os resultados das investigações realizadas descritas acima serão apresentados neste texto em três seções. A primeira seção versa a discussão sobre a transição tecnológica no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), que têm como um de seus desdobramentos a inclusão da região enquanto parte dos corredores migratórios para o trabalho nos canaviais do país.

Entretanto, com o advento da transição tecnológica, tal realidade começa a ser modificada e passa a ocorrer o fechamento dessas rotas e isso impacta no cenário a ser debatido na segunda seção do texto, com a existência do que estamos pontuando enquanto 'viúvos da cana', considerando os trabalhadores, que não mais conseguem se empregar no agrohidronegócio canavieiro. No que tange aos desdobramentos para estes trabalhadores, que para além do adoecimento, também passam a lidar com o descarte de sua mão de obra, e é isso que esmiuçaremos na terceira seção deste texto, ou seja, uma discussão para com a situação laboral/ ocupacional destes trabalhadores.

A transição tecnológica no agrohidronegócio canavieiro na região administrativa de Presidente Prudente (SP) e os desdobramentos para o trabalho

Em meados de 2003, o agrohidronegócio canavieiro experiencia um novo *boom* no que que tange à expansão[7]dos investimentos e atenções com o desenvolvimento dos automóveis com a tecnologia *flex fuel*, que permite a utilização de etanol ou gasolina. Tal expansão deve-se a um novo panorama do comércio interno e externo, elevação dos preços internacionais do petróleo, crescimento da reivindicação interna pelo álcool hidratado, graças ao sucesso dos novos modelos *flex fuel*, "movidos a etanol e gasolina" e os efeitos do Protocolo de Kyoto, que impõe a redução por parte dos países signatários, das emissões de CO_2.

Na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), a territorialização do agrohidronegócio canavieiro transparece o conteúdo de contradições que frisam a gestão do território efetivada pelo agrohidronegócio canavieiro, tendo em consideração as manifestações e modos que essas personificações do capital vêm realizando a monopolização do território, ou por via da aliança capital/Estado, bem como pelo conflito direto com os camponeses e trabalhadores que laboram nos canaviais da região etc.

Essa região tem sido alvo nestas primeiras décadas do século XXI, do reordenamento territorial promovido pelo agro hidronegócio canavieiro que marcaram (marcam) o território, historicamente permeado pelo *conflito*, associados ao processo de ocupação das terras, que vem ocorrendo desde meados do século XIX, alicerçado à manutenção da presença de terras griladas (LEITE, 1998).

Para tanto, ao trazermos este recorte, é vital destacarmos que a região é disposta em 53 municípios[8], 03 escritórios de desenvolvimento regional (EDR) (Presidente Prudente, Presidente Venceslau e Dracena-SP) e 03 regiões de governo, em uma área de aproximadamente 23.779, 11 mil quilômetros quadrados com uma densidade populacional estimada em 35, 58 (habitantes/km²) (Figura 01).

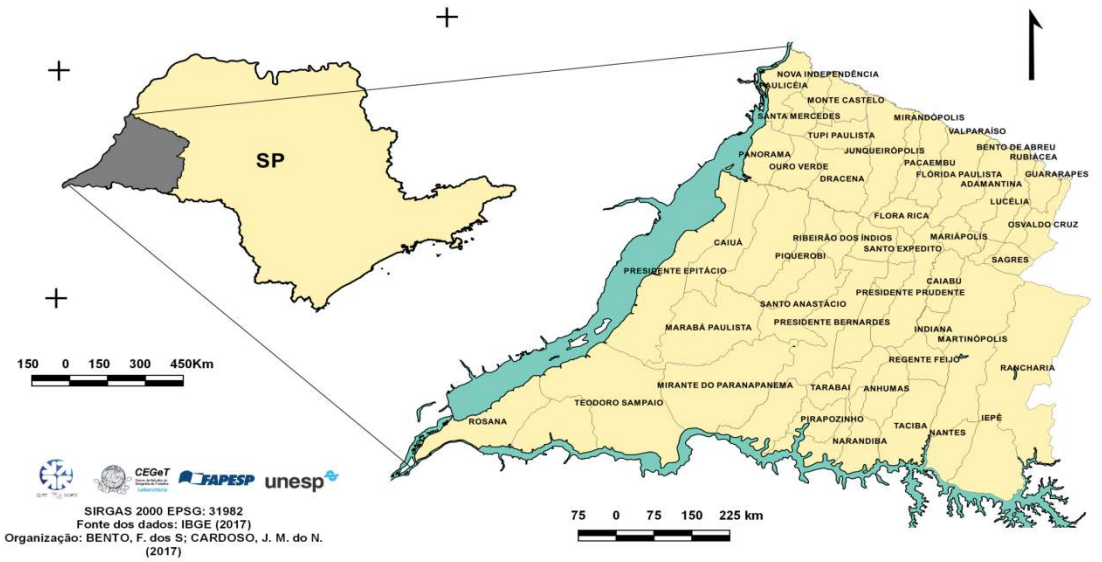

Figura 01- Região Administrativa de Presidente Prudente (SP). Fonte: Pesquisa de Campo (2018). Organização: Autor (2019).

Ao analisarmos os conflitos territoriais que caracterizam essa região, em outros estudos, podemos reforçar a necessidade de entendimento do que Thomaz Junior (2017) assinala como degradação sistêmica do trabalho. Esse autor leva em consideração as conexões entre adoecimento mental e físico dos trabalhadores no agrohidronegócio canavieiro, em meio a grande flexibilização de sua mão de obra, associada às novas formas de administrar e monitorar a força de trabalho empregada (diga-se de passagem: perda de direitos, ampliação do ritmo de trabalho e jornada, desligamentos, desemprego, o não cumprimento da legislação trabalhista), além de ficarem reféns de (contaminação, intoxicação, mutilações), com o aumento do uso de agroquímicos (maturadores, agrotóxicos, adubos, etc.).

A região passou por mudanças consideráveis no que diz respeito a expansão do agro hidronegócio canavieiro após a segunda fase do PRÓALCOOL[9] (Programa Nacional do Álcool), entre 1979 e 1985, com as vantagens creditícias ofertadas para que se desse o cultivo da gramínea, ao mesmo tempo em que, a região viveria o primeiro *boom* do setor, com a implantação de unidades processadoras. Em meados de 2005, se destacaria um segundo grande momento, com os apoios estatais empreendidos, bem como pela ampliação da fabricação de automóveis que dispõem de tecnologia *flex fuel*, havendo então, não somente a expansão da lavoura canavieira, mas a implantação de novas unidades processadoras (BARRETO; THOMAZ JUNIOR, 2012).

A transição técnica/tecnológica é outro processo pelo qual a região tem vivenciado nestas primeiras décadas do século XXI, e isso se notabiliza pelo crescimento do índice de mecanização do corte da cana na região, que já superou a marca dos 90% no ano de 2017, consoante dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA), e rebate na diminuição do número de trabalhadores no corte manual da cana, que no ano supracitado foi

de 3.592 trabalhadores, com 2.020 pertencentes ao EDR de Presidente Prudente, 1.357 ao EDR de Dracena e 215 trabalhadores ao EDR de Presidente Venceslau (Figura 02).

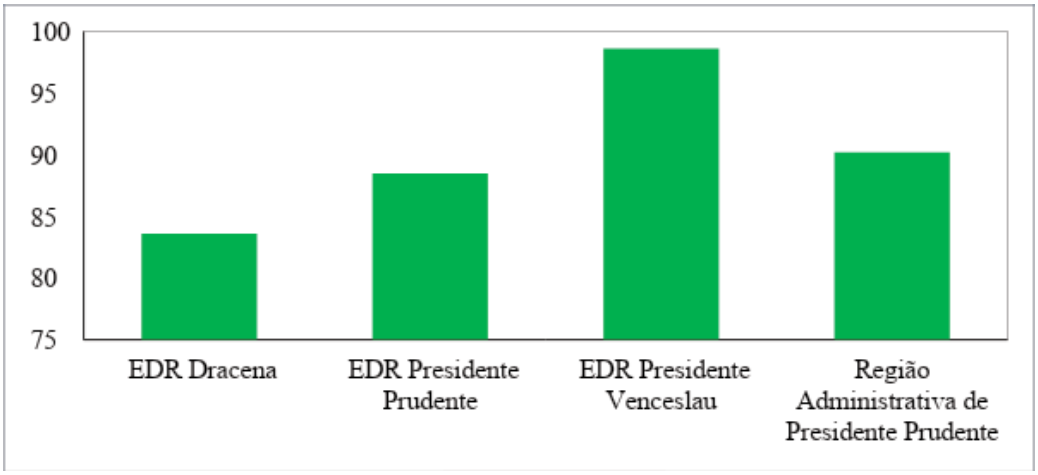

Figura 02- Índice de mecanização por EDR e Região Administrativa Safra 2016/2017. Fonte: IEA (2017). Organização: Autores (2021).

Em contrapartida, deve se ressaltar que a produção mecanizada na safra 2016/2017 referente àquele ano, atingiu a cifra de 35.109.093 milhões de toneladas, enquanto a produção referente a colheita manual, foi de apenas 3.997.776 milhões de toneladas. Esse cenário de brusca diminuição da colheita manual, tem como impacto principal, a ampliação dos desligamentos de trabalhadores em referência as admissões no agrohidronegócio canavieiro não somente na região, por todo o estado paulista (Figura 03).

Admissões e desligamentos no agrohidronegócio canavieiro paulista em 2019 por R.A.			
Regiões Administrativas	**Desligados**	**Admitidos**	**Saldo (Emprego/Desemprego)**
Araçatuba	-7517	7741	-224
Barretos	-6664	7137	473
Bauru	-4840	3871	-969
Campinas	-10983	8645	-2338
Central	-3798	3668	-130
Franca	-3470	3378	-92
Marília	-5378	4647	-731
Presidente Prudente	-4246	4120	-126
Registro	-1	2	1
Ribeirão Preto	-11041	10626	-415
São José dos Campos	-26	49	23
Santos	-2	1	-1
São Paulo	-219	182	-37
São José do Rio Preto	-14354	11700	-2654
São Paulo (Estado)	-72539	65767	-6772

Figura 03- Admissões e desligamentos no agrohidronegócio canavieiro no estado de São Paulo em 2019 por R.A. (Região Administrativa).Fonte: CAGED Estatístico, 2021. Org. Autores (2021).

Isso se percebe nos dados apresentados no quadro da Figura 03, em que o saldo de trabalhadores admitidos e desligados no agrohidronegócio canavieiro, na maioria das regiões administrativas do estado, revela um encolhimento no contingente de trabalhadores, inclusive a de Presidente Prudente (SP), em que foram desligados 4.246 trabalhadores, ao mesmo tempo em que 4.120 foram admitidos, indicando uma diminuição de 126 vagas de trabalho.

Outro desdobramento do processo de transição técnica/tecnológica na região, diz respeito ao aumento do contingente de trabalhadores adoecidos e descartados do setor canavieiro, pois além de não mais conseguirem se empregar, devido a constante diminuição das ofertas de trabalho no corte manual, estes trabalhadores também tem sido vitimados pelo espectro do adoecimento e descarte de sua mão de obra. No entanto, é interessante ressaltar que o processo de adoecimento não atinge somente esta mão de obra, como também os trabalhadores que estão permanecendo, ou seja, aqueles que têm conseguido se empregar no corte e plantio mecanizados, em um processo que passa geralmente por acidentes de trabalho anteriores ao desenvolvimento do processo de adoecimento (Figura 04).

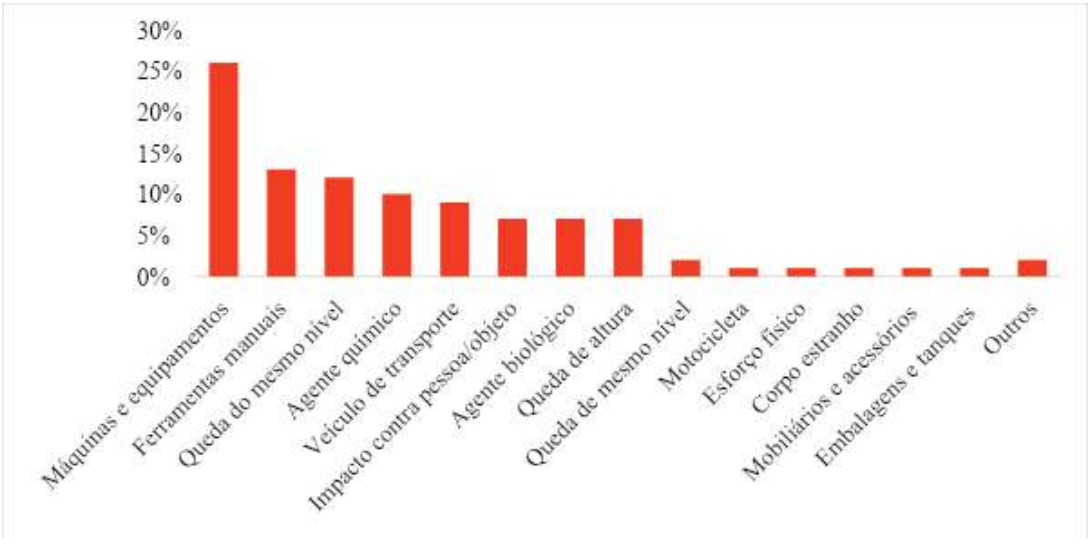

Figura 04- Grupo de agentes causadores dos acidentes de trabalho no cultivo de cana-de-açúcar no estado de São Paulo em 2020. Fonte: INSS-Instituto Nacional do Seguro Social, tratamento e análise: SmartLab, 2020. Organização: Autores (2021).

O gráfico contido na Figura 04 revela que não apenas as ferramentas manuais (corte e plantio manuais), com 13% dos acidentes de trabalho, correspondentes a 97 casos de acidentes em universo de 749 notificados em 2020, como também as máquinas e equipamentos estavam envolvidos em 26% dos acidentes de trabalho, correspondentes a 194 casos, de acordo com dados apresentados pelo INSS, através do Observatório Digital de Segurança e Saúde do Trabalho, estas relacionadas ao plantio e corte mecanizados. Isso se enfatiza, ao analisarmos também as principais funções com casos de notificação por acidentes de trabalho no agrohidronegócio canavieiro paulista, pois não apenas funções relacionadas ao plantio e corte manuais, mas também mecanizados, merecem destaque e despontam com os maiores números de casos registrados. (Figura 05).

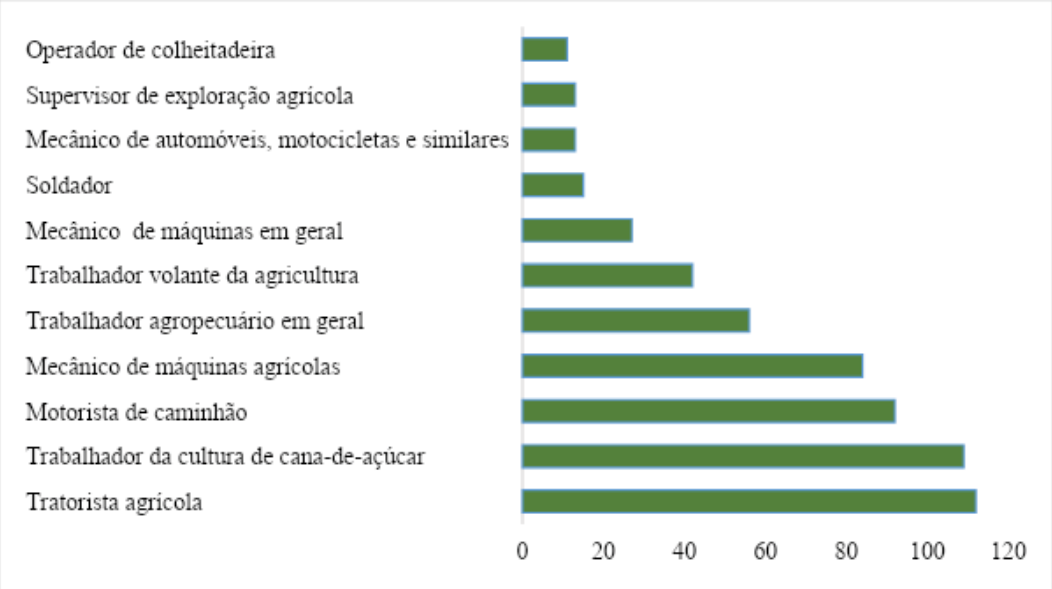

Figura 05- Funções laborais com maior número de casos de notificação de acidente de trabalho no cultivo da cana-de-açúcar no estado de São Paulo em 2020. Fonte: INSS-Instituto Nacional do Seguro Social, tratamento e análise: SmartLab, 2020.

As funções laborais com mais casos de notificação de acidente de trabalho se mesclam entre 'velhas' e 'novas' formas de trabalho, se considerarmos que dentre as funções com mais casos estão: tratorista agrícola com 112 casos registrados, trabalhador da cultura de cana-de-açúcar com 109 casos, além disso, comparecem funções relacionadas ao corte e plantio mecanizados, à exemplo da função de operador colheitadeira, com 11 casos, sendo importante enfatizar que os acidentes de trabalho podem resultar em afastamentos que são registrados ao se contabilizarem os pedidos de auxílio doença acidentário (B91).

Assim, neste processo de transição técnica/tecnológica são marcantes os afastamentos por acidente de trabalho e por doenças ocupacionais, que são os que caracterizam os pedidos na categoria B91[10], e que nos ajudam a clarificar os casos de adoecimento/descarte nas funções relacionadas ao agrohidronegócio canavieiro paulista. É importante pontuarmos que estes afastamentos ocorrem principalmente devido a fraturas ao nível do punho e da mão (CID[11] 10 S-62), do antebraço (CID 10 S-52), da perna incluindo o tornozelo (10 S-82) e lesões no ombro (10 M-75), dentre outras, como comparece nas estatísticas divulgadas pelo Observatório Digital de Segurança e Saúde do Trabalho para o ano 2020 (Figura 06).

Afastamentos CID-B91 no estado de São Paulo no cultivo de cana-de-açúcar em 2020	
Categorias	**Percentual**
S-62 Fratura ao nível do punho e da mão	14%
S-52 Fratura de antebraço	12%
S-82 Fratura da perna incluindo tornozelo	9%
M-75 Lesões do ombro	5%
S-63 Luxação, entorse e distenção das articulações	5%
S-43 Luxação, entorse e distenção das articulações dos ligamentos da cintura	5%
S-72 Fratura do fêmur	5%
S-92 Fratura do pé exceto tornozelo	5%
S-68 Amputação traumática ao nível do pé e da mão	5%
Outras	35%

Figura 06- Afastamentos CID-B91 no estado de São Paulo no cultivo de cana-de-açúcar em 2020.
Fonte: INSS-Instituto Nacional do Seguro Social, tratamento e análise: SmartLab, 2020.

Ao observarmos o quadro da Figura 06, notamos que dentre as principais causas de afastamento no cultivo da cana-de-açúcar, estão lesões e fraturas relacionadas a atividade repetitiva que caracterizam o corte e plantio manual, como as fraturas em nível da mão e do punho, do antebraço, da perna incluindo o tornozelo, lesões no ombro, luxações, entorses, etc., e que não apenas tem potencial para levar aos pedidos de afastamentos, como também a um estágio de adoecimento que façam estes trabalhadores não mais conseguirem permanecer nesta função laboral.

Os episódios de adoecimento e descarte destes trabalhadores em meio a transição técnica/tecnológica perfazem o que logramos pontuar como um processo de *desenvolvimento destrutivo das forças produtivas* no agrohidronegócio canavieiro paulista, eclipsado pelo discurso que se pauta na modernização tecnológica e gerencial que desconsidera as condições salubres de produção, para privilegiar unicamente a redução de custos de produção, o aumento da produção, erradicação da força de trabalho nos canaviais e diminuição dos salários.

Tal perspectiva ocorre pela vinculação entre o trabalho e a saúde que nos dedicamos a produzir, sem deixar de lado os significados atuais que a degradação que recobre as relações sociais de trabalho e de produção, que rebatem também para o ambiente, para a saúde ambiental[12] e que nos possibilita agregar elementos em nossa leitura sobre o fenecimento dos trabalhadores (THOMAZ JUNIOR, 2017).

Dessa forma, a territorialização do agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente-SP, se tem feito a partir da ampliação dos números de produtividade dos trabalhadores, com a racionalização do processo produtivo ao dispor de tecnologias recentes nos canaviais, obtendo assim, ainda mais sobretrabalho. Tal configuração faz parte do processo de reestruturação produtiva no setor e que tem como característica marcante a instabilidade do emprego gerado, pautado pelo estímulo à competição e a produtividade com menor contingente de trabalhadores (PERPETUA; HECK; THOMAZ JUNIOR, 2018).

Assim, apesar de as promessas efetivadas pelo agrohidronegócio canavieiro, à exemplo da qualificação profissional, criação de oportunidades de trabalho na colheita e plantio mecanizados, estímulo em procurar por vagas de operador de transbordo, colheitadeira, tratorista etc., e que se apreende nos canaviais *de jure*, é a degradação e posterior descarte do trabalho, e isso se amplifica ao constatarmos a existência de trabalhadores avulsos na cana-de-açúcar, que para além de polivalentes, são multiprofissionais, caracterizados também por sua

frágil relação de trabalho e pela exigência de silêncio dos mesmos para com a sua situação laboral (BARRETO, 2018; THOMAZ JUNIOR, 2019).

Para além disso, também têm se ampliado as metas de produção/produtividade no setor, que acima das estipuladas na colheita manual, se apresentam na colheita e plantio mecanizados, incentivados pela diminuição dos gastos de produção e crescimento da produção em cada vez menos tempo, numa equação perversa caracterizada pela tecnologia x trabalho, sendo que o estímulo a ampliação da produtividade no corte e plantio manual da gramínea, é efetivado principalmente pelos trabalhadores migrantes temporários, enquanto um dos principais componentes desta equação nas últimas décadas, cenário que passa a transmutar, com estes trabalhadores passando à condição de 'viúvos da cana' como discutiremos na próxima seção.

Os 'viúvos da cana': o fim das migrações sazonais para os canaviais do agrohidronegócio na região administrativa de Presidente Prudente (SP)

Nestas primeiras décadas do século XXI, a Região Administrativa de Presidente Prudente-SP, tem visto crescer a mecanização do plantio e colheita da cana-de-açúcar relacionada as estratégias pelo acesso à terra, a força de trabalho e os recursos hídricos, e que reverberam no destaque para as agroprocessadoras mais tecnificadas, ao mesmo tempo em que se intensificou a precarização do trabalho naquelas que não conseguiram, ou não conseguem, acompanhar o avanço dos demais, no que tange a tecnificação, sendo que é para essas últimas que tem se direcionado as migrações do trabalho para o capital na região.

Quando tergiversamos em respeito a mão-de-obra migrante, faz-se necessário pontuarmos o que estamos concebendo por migração, ou qual tipo de migração estamos tratando, além do que analisamos essas migrações enquanto migrações do trabalho para o capital, sendo necessário a realização de um debate em consideração ao temário das migrações.

Ao propugnarmos o entendimento dessas migrações do trabalho para o capital nestas primeiras décadas do século XXI, é vital que situemos que as teorias basilares que envolvem as migrações partem de uma perspectiva macroeconômica e que não dão conta de objetar inúmeros questionamentos que o fenômeno migratório tem ensejado na presente década, e nessa perspectiva é que Saquet; Mondardo (2008, p.118) apreendem as migrações como produtor e produto de uma "complexa trama territorial entre os territórios de origem e destino" dos trabalhadores migrantes.

Herrera (2012) enfatiza que a temática migratória não é algo de novo ao sol, pois pesquisas relacionadas ao deslocamento populacional, se fazem presentes há décadas na literatura especializada, com ênfase para um viés dito 'modernizador' das migrações, ligada a fatores de expulsão e atração, alusivo a variáveis econômicas, existindo uma divisão entre locais de destino e origem, e esses entendidos como 'unidades sociais autônomas'.

Então, estamos concebendo as migrações do trabalho para o capital, como migrações forçadas, sendo primordial considerarmos o deslocamento em boa parte do ano pelas rotas migratórias no território nacional, empreendido por esses trabalhadores enquanto mão de obra barata para as mais diversas frações do capital no âmbito do território brasileiro, com destaque para sua participação no agrohidronegócio canavieiro, ponto fulcral de nossa análise.

Silva; Menezes (2006, p.04) enseja a interpretação do processo migratório como um processo social e os

trabalhadores migrantes como agentes desse processo, ao mesmo tempo em que, as migrações podem ser lidas pelas autoras como um acontecimento histórico, que tange os que partem e aqueles que escolhem permanecer, através de "elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais e subjetivos, vis-à-vis as organizações sociais de classe, gênero e raça/etnia".

Silva (2005, p.23) ao conjecturar acerca do temário das migrações temporárias, as qualifica como uma estratégia, solução material de duplo sentido, pois se assalariar "permite a compra de alimentos, garantindo, assim, um patamar mínimo de sobrevivência; por outro, a saída da terra corresponde à volta, já que o trabalho assalariado é temporário".

A leitura construída pela autora supracitada, ao compreender as migrações enquanto uma estratégia, é também por nós compartilhada, apesar de nosso entendimento das mesmas vinculado as necessidades do capital em servir-se da força de trabalho. Todavia, não devemos deixar de reflexionar sobre uma série de outros fatores que carecem de serem pontuados ao analisarmos os motivos, bem como as perspectivas dos trabalhadores ao executarem o movimento migratório, enquanto parte do que apreendemos como migrações do trabalho para o capital.

Nesse ínterim, com o avanço da transição tecnológica/técnico-ocupacional no plantio e colheita mecanizados, manifesta-se para a força de trabalho migrante sazonal, reconhecida pelo caráter exploratório que aduz ao corte e plantio manual da cana-de-açúcar, um ambiente permeado pela super exploração do trabalho, que resvala no adoecimento, e o consequente descarte desses trabalhadores no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente-SP.

Deve se considerar ainda, a (i)mobilidade que a cana-de-açúcar tem imposto a eles em seus locais de origem, imobilização essa totalmente atrelada a longa exposição ao ambiente danoso para sua saúde física e psíquica nos canaviais da região ao efetuarem o movimento migratório nos anteriores ao descarte de sua força de trabalho.

E é nessa perspectiva que retratamos esses trabalhadores como viúvos da cana-de-açúcar neste início do século XXI, pois mais que privados do trabalho nos canaviais por não existir mais o mesmo (corte manual), diferente do quadro pintado nas últimas décadas, marcado pela intensa utilização da mão-de-obra migrante, esses trabalhadores estão na realidade privados de qualquer lavra, ou seja, impossibilitados de manter o movimento migratório, dadas as consequências de um 'casamento' que lhes significou o adoecimento e seu posterior descarte dos canaviais nos locais de destino, à exemplo da Região Administrativa de Presidente Prudente-SP.

O recente período de transição tecnológica/ técnico-ocupacional no agrohidronegócio canavieiro que estamos debatendo neste texto, possibilita uma melhor visualização, quando considerados os protocolos firmados para com o término da atividade de queima (despalha) da gramínea, e que nos aquiesce a questionar os significados do uso da força de trabalho migrante e as implicações para a região, que compõem parte dos destinos migratórios do trabalho para o capital e as causas que tem levado a Região Administrativa de Presidente Prudente-SP a ser um desses destinos.

Com respeito ao redesenho das rotas migratórias dos trabalhadores que percorrem o território brasileiro, é vital manifestarmos nossa compreensão desses trabalhadores como "viúvos da cana", em referência ao que foi noticiado pelo Jornal Folha de São Paulo, no dia 02 de julho 2017, apresentando assim, o fim das rotas migratórias

costumeiras para o plantio e corte manual da cana-de-açúcar, em virtude da transição técnico-ocupacional que o agrohidronegócio canavieiro vivencia nestas primeiras décadas do século.

Barreto (2018) salienta que a atualização da estrutura produtiva no agrohidronegócio canavieiro apresenta duas fases que se entrelaçam, uma ligada ao trabalho vivo e a necessidade de sua substituição pela máquina, com o estabelecimento do controle sobre os trabalhadores, visando a ampliação de sua produtividade através de táticas como a da incorporação de tratores, caminhões, tecnologia de comunicação de ponta e colhedeiras nos canaviais.

A matéria do Jornal acima referido, leva em consideração os trabalhadores descartados pelo agrohidronegócio canavieiro, sob o ímpeto da mecanização do plantio e colheita da gramínea e faz alusão a uma série de depoimentos dos mesmos em respeito a situação vivenciada nos municípios de origem, em virtude da não possibilidade de continuarem a migrar pelo território brasileiro.

> 'Seu sonho era ter uma vida melhor. Para isso, deixava sua família por até nove meses por ano e viajava mil quilômetros até o "eldorado". Hoje 34 anos depois da primeira viagem, acumula dores no corpo e não consegue mais trabalhar. Ainda que conseguisse, não encontraria as vagas de antigamente' (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

O texto do Jornal permite-nos tatear alguns questionamentos já empreendidos ao longo desta pesquisa, tendo em consideração o ambiente de adoecimento e descarte que caracteriza o trabalho nos canaviais do agrohidronegócio canavieiro, especialmente em São Paulo (estado), sendo importante considerar ainda que:

> 'Eles [os trabalhadores] não foram derrotados só pela tecnologia, mas perderam espaço também devido a um acordo que restringiu a queima da palha da cana, responsável por fumaça, fuligem e gases tóxicos, e obrigou as usinas a se mecanizarem cada vez mais' (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

Ao tratar dos casos de adoecimento desses trabalhadores a matéria ajuda a referenciar o que debatemos na primeira seção deste texto, apresentando o expediente regressivo que caracteriza o trabalho nos canaviais, e que são parte de uma realidade não exclusiva apenas dessa região, como se evidencia na matéria do Jornal:

> 'Com mulher e cinco filhos, precisava tentar de novo. Tomava remédio direto e nem cirurgia espírita ajudou, disse Moreira, que mora em Berilo-MG e cortava em média 16 toneladas de cana. Por dia. Conseguiu trabalhar nas safras seguintes, mas, em 2015, começou a perder os movimentos do braço direito usado para cortar a cana. É esforço demais, uma hora o corpo não aguentaria mesmo. Aqui, cria-se vaca, boi e galinha, chove muito pouco, não dá para plantar nada. Tem de tentar fora, e eu conseguia R$ 2.600 com a cana. Hoje vivo na Previdência' (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

> 'Fui cortador e tive colegas que hoje não têm emprego e ficam barrados na Previdência para obter benefício devido às dores. Concedem a eles 90 dias e cobram exames que não temos como oferecer pelo SUS, diz. Há ainda o desgaste psicológico. Sem emprego, entra em depressão. Não temos a quem recorrer para gerar empregos' (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

Ao examinarmos os depoimentos dos trabalhadores no Jornal, é importante depreender que a Região Administrativa de Presidente Prudente-SP, costumava ser uma das rotas migratórias desses trabalhadores advindos de municípios como Berilo, Araçuaí e Francisco Badaró-MG, pois em nossas pesquisas pudemos nos deparar com trabalhadores migrantes estabelecidos advindos destes municípios em Tarabaí e Narandiba-SP, municípios estes que compõem nossa região de enfoque.

A designação desses trabalhadores enquanto viúvos, toma por base o significado etimológico da palavra que não somente diz respeito aqueles a quem o cônjuge faleceu e que não contraíram novo matrimônio, mas

também : desamparo, privação, desconsolo e solidão, sensações e sentimentos que estão vivamente presentes na rotina daqueles que vivenciaram não somente o desterro de suas cidades de origem, e que, neste momento histórico, vivenciam também o rompimento de uma trajetória de vida e laboral que mantiveram ao longo dos últimos anos de suas vidas, ao se deslocarem pelos mais diferentes corredores migratórios para trabalhar em diferentes funções, à exemplo do trabalho no agrohidronegócio canavieiro e que agora encontram-se adoecidos:

> 'Foram 12 anos de cana, estou arrebentado da coluna. Com dor e sem emprego, o melhor foi vir embora. Sofrer por sofrer, melhor sofrer por aqui, disse ele, que usa o terreno da cana para promover festas aos finais de semana' (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

Os viúvos da cana são, então, trabalhadores que, sem a possibilidade de continuarem a migrar pelo território brasileiro, precisam agora enfrentar duas situações distintas, em que aceitem serem cooptados por um discurso pautado na qualificação profissional, ou não mais realizarem o movimento migratório, como consta na reportagem do Jornal Folha de São Paulo, ficando premente assim, o sentimento de desamparo (concernente as perspectivas de sustentação familiar, e de prosseguir na terra, para aqueles que se utilizavam da migração como estratégia para manter-se na mesma).

O sentimento de privação (concernente ao fechamento dos corredores migratórios até então disponíveis e o reordenamento das rotas migratórias) e o desconsolo e a solidão (atinente ao rastro de destruição deixado pelo corte da cana no que tange a saúde dos trabalhadores), também merecem destaque e tomam proporções novas quando tomamos por base a mecanização do corte e plantio da cana, em consequência de os agravos tolherem os trabalhadores inclusive de se empregarem em outras funções dentro e fora dos canaviais.

> P: O que você pensa do corte mecanizado?
>
> E: Foi pior né...porque diz lá que a máquina corta por oitenta peões...imagina esses 80 peões sem serviço, ela tomou a vaga de oitenta trabalhadores do eito, fica ruim é pra nós, põe a máquina lá e vai mandando embora, onde vamos arranjar serviço, bom pra quem controla a máquina, porque sempre vai ter serviço..., mas pra nós não tem... (INFORMAÇÃO VERBAL, Samuel, 25/05/2016)[13].

Os viúvos da cana fazem parte de uma configuração real e perversa que avança sobre os trabalhadores que ao mesmo tempo em que já não encontram a oportunidade de lavra nos canaviais da região, também padecem devido a uma série de agravos para com sua saúde, com o descarte de sua força de trabalho, além de sua invisibilização que nos remete a outro significado dado a palavra "viúvo", que é o da solidão, pois os trabalhadores já não são capazes de enxergar uma 'luz no fim do túnel', no que tange a possibilidade de não apenas manterem-se na terra, quando consideramos os trabalhadores migrantes de origem camponesa, mas também de sobrevivência, ao estendermos o enfoque para os que vivem na cidade.

Ao passo que não devemos desconsiderar que há um elemento/fator de raça-etnia que precisa ser levado em conta nesses deslocamentos, pois boa parte dos trabalhadores que têm realizado o movimento migratório para os canaviais do agrohidronegócio canavieiro, são pretos ou pardos, considerando uma classificação empreendida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Isso nos leva para uma série de preconceitos e estigmas que esses trabalhadores são submetidos, não podendo distanciar nossa leitura do que verifica Fanon (2008), pois "o negro é um homem negro; isto quer dizer que, devido a uma série de aberrações afetivas, ele se estabeleceu no seio de um universo de onde será preciso

retirá-lo" (p.26).

Tal consideração é crucial, porquanto o mesmo autor assevera que duas dimensões marcam os trabalhadores negros, uma delas atinente a seus semelhantes e outra para com os brancos, e isso se reflete na relação entre os trabalhadores e seus superiores, e a condição que obriga ao tratamento para com seus semelhantes de forma diferenciada, como apresentado na relação entre fiscais e cortadores de cana de pele negra que pudemos constatar em nossas pesquisas.

Os viúvos da cana também vivenciam o trânsito entre tempos, relações e contradições sociais diferentes, o que nos permite enxergar nessas migrações temporárias, a materialidade de um processo social que considera ainda, questões referentes aos sentimentos para com as experiências migratórias e as marcas deixadas, já que o retornar periodicamente não garante que se possa efetuar a territorialização perdida no momento da partida (IAMAMOTO, 2001; MARTINS, 2002).

Para com esse aspecto, faz se mister voltarmos nossa atenção à realidade existente na Região Administrativa de Presidente Prudente-SP, que como destacado anteriormente, é uma das rotas desses trabalhadores nessas décadas iniciais do presente século e nos instiga a inquirir quem são os sujeitos migrantes temporários que todos os dias alienam sua mão de obra nos canaviais paulistas, e que neste momento estamos considerando enquanto viúvos da cana.

Quem são os viúvos da cana na região administrativa de Presidente Prudente (SP) em meio a um horizonte de adoecimento e de descarte de sua força de trabalho

Originários sobretudo da região Nordeste do Brasil e do Norte do estado de Minas Gerais, são normalmente (Figura 07), homens negros, pouco escolarizados (ensino fundamental incompleto), na faixa etária entre 18 e 35 anos, e são parte primordial da estratégia de territorialização do agrohidronegócio canavieiro, pois a utilização da força de trabalho migrante nesses tempos de transição tecnológica/técnico-ocupacional, como vimos até aqui, tem se ampliado e isso é perceptível quando olhamos para os municípios da Região Administrativa de Presidente Prudente-SP, com ênfase para aqueles que possuem e/ou possuíam unidades processadoras em estado falimentar.

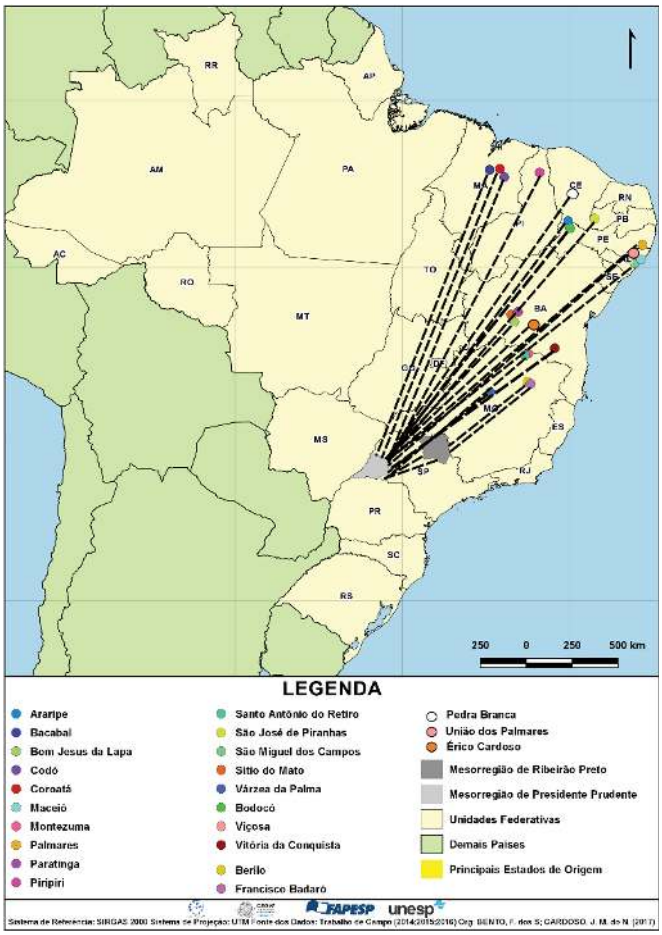

Figura 07- Origem dos trabalhadores migrantes para os canaviais da Região Administrativa de Presidente Prudente (SP).
Fonte: Pesquisa de Campo (2016-2019). Organização: Autores.

No mapa que compõe a Figura 07, estão projetadas as principais cidades de origem que foram pontuadas pelos trabalhadores migrantes entrevistados em nossas pesquisas, de modo que é possível depreendermos que boa parte desses, advém de municípios do Nordeste e da região Norte de Minas Gerais. Importante frisar que sua trajetória laboral muitas vezes perpassa outra Região Administrativa Paulista, com grande presença migrante, que é a de Ribeirão Preto-SP.

Outra face do trabalho nos canaviais empreendido pelos viúvos da cana, leva em conta a precarização e superexploração de sua mão-de-obra em municípios em que ainda se efetua o corte e plantio manual da gramínea, como ficou evidente em nossas pesquisas, ao acompanharmos trabalhadores em situação degradante, pois como ressaltado anteriormente, o fechamento dos corredores migratórios, obriga os mesmos a submeterem-se a uma série de condições semelhantes aquelas existentes há duas, três e quatro décadas atrás, vivendo assim em alojamentos insalubres, com seus direitos trabalhistas negados, em condições de quase escravidão, além de serem coagidos a colherem ainda mais toneladas da gramínea para compensarem a não utilização das máquinas agrícolas.

Em nossas pesquisas nos ocuparam os casos ocorridos nos municípios de Flórida Paulista-SP e Martinópolis-SP, que fazem parte da Região Administrativa de Presidente Prudente-SP, cuja presença desses trabalhadores tem sido acentuada neste início de século. Isso nos provoca a tentar buscar entendimentos em respeito à forma que o

capital exerce o controle social sobre os mesmos dentro e fora dos canaviais, seja através do gato (agenciador), ou seja, através de si próprios, tendo em consideração o controle e vigilância que fazem a si próprios.

Em Flórida Paulista-SP, nos chamou a atenção a participação do STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) do município, pois foi a ele que os trabalhadores recorreram ao perceberem que foram enganados pela usina Cia. Flórida em 2016, que trouxe através de agenciadores (gatos), um contingente de quatrocentos trabalhadores (algo em torno de oito a dez turmas de trabalhadores) advindos dos estados do Piauí, Alagoas e Maranhão (Figura 08).



Figura 08-Movimento grevista conduzido por trabalhadores migrantes em Flórida Paulista-SP.
Fonte: Pesquisa de Campo (2016-2019). Organização: Autores (2021).

Esses trabalhadores experienciaram um verdadeiro inferno, a começar pelo fato de terem sido blindados em alojamentos escondidos no município de Flórida Paulista-SP, inclusive em um distritos rural pertencente ao mesmo, Indaiá do Aguapeí, sendo controlados por agenciadores que além de intimidarem os trabalhadores, ainda os mantinham em alojamentos insalubres, escuros, sem água potável e sem acesso a alimentação, sujeitos a uma série de doenças, bem como a total pauperização, dadas as condições que pudemos constatar em fevereiro de 2016.

Havia assim, alojamentos com até cinquenta e três trabalhadores, sendo estes utilizados enquanto estratégia da usina após ter dispensado cerca de quinhentos trabalhadores regionais, estes despedidos através de telefonemas, e posteriormente contratando os trabalhadores migrantes, que foram agenciados inclusive por figuras conhecidas do município. Na realidade, o golpe aplicado nos trabalhadores regionais e migrantes, começou bem antes de sua contratação, pois em anos anteriores, os trabalhadores agenciados atuavam em outra unidade da empresa no estado de Goiás, como informado pelos representantes sindicais do município que acompanharam o caso.

É dessa maneira, que figura a estratégia do agrohidronegócio canavieiro, pois para exercer o controle sobre os trabalhadores, primeiro vem as promessas de emprego, bons salários e em dia, que posteriormente são travestidos em precarização, blindagem, contratação sem anuência das leis trabalhistas e invisibilização em alojamentos (Figura 09), bem como por sua superexploração nos canaviais.



Figura 09-Alojamento em condições precárias em Indaiá do Aguapeí. Fonte: Pesquisa de Campo (2016-2019). Organização: Autores (2021).

Esse cenário de superexploração do trabalho nos canaviais, nos permite dar seguimento ao entendimento em respeito a situação desses trabalhadores, que ao não mais encontrarem a oportunidade de trabalho nos canaviais paulistas, acabam traçando novas rotas migratórias e se submetendo a uma série de atividades disponíveis nas regiões de destino, como é o caso verificado na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP).

Afinal, se por um lado, alguns trabalhadores migrantes se qualificaram e passaram a exercer outras funções no agrohidronegócio canavieiro, outros estão empregados em funções extremamente precarizadas, trabalhando enquanto avulsos em fazendas com lavouras de cana, ou na diária, colhendo gêneros como batata-doce, como pudemos testemunhar em nossas pesquisas na região e por fim há aqueles que não tem tido outra escolha que não seja a do retorno para a terra natal, fazendo parte do grupo que estamos considerando enquanto viúvos da cana (Figura 10).

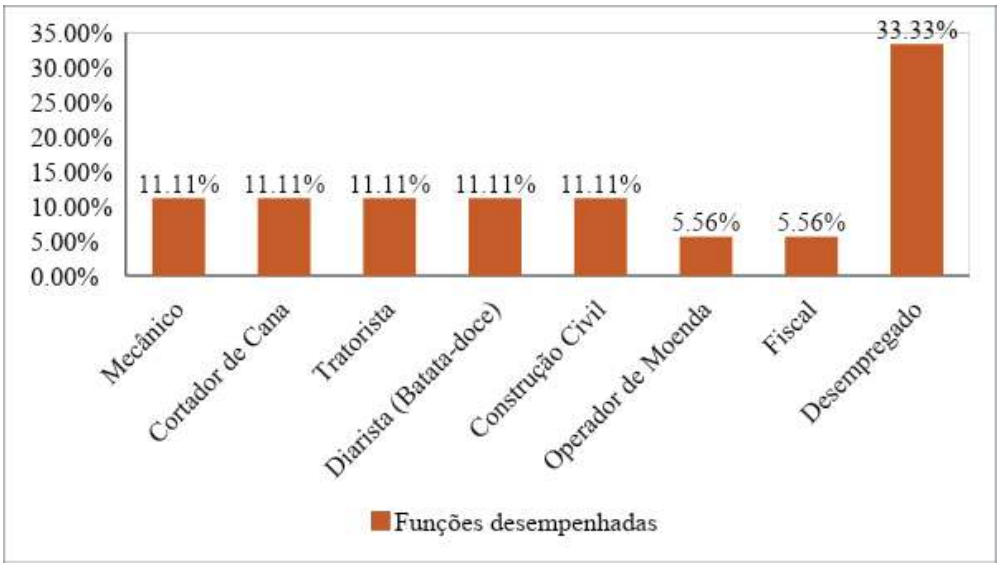

Figura 10- Funções desempenhadas pelos trabalhadores entrevistados. Fonte: Pesquisa de Campo (2016-2019). Organização: Autores (2021).

O gráfico contido na Figura 10 salienta outro lado do processo de transição tecnológica nos canaviais da região, que é o do desemprego, com 33% dos trabalhadores entrevistados, encontrados nesta situação, visto que se o adoecimento e o descarte de trabalhadores são duas das faces do atual período vivenciado pelo setor canavieiro, o desemprego é um aspecto que está enraizado em todos os outros, em virtude de atingir não apenas os trabalhadores regionais, como também os viúvos da cana, que apesar da constante mudança de lavra a que se submetem, não mais tem êxito em empregarem-se nos canaviais paulistas, salvo nas condições descritas em Flórida Paulista-SP, em situação degradante.

Para tanto, é crucial frisarmos que dentre os principais motivos que continuam a levar os viúvos da cana a migrarem, estão a busca por melhores oportunidades de trabalho, melhoria de vida e de remuneração e consequentemente o cenário de desemprego a que são submetidos. Apesar do período marcado pelo descarte e adoecimento dos trabalhadores no agrohidronegócio canavieiro, mantém-se assim, a perspectiva de se aferir melhores oportunidades de trabalho e busca pela 'mudança de vida', em razão das parcas oportunidades em seus municípios de origem.

> P: Quais seus objetivos ao migrar?
>
> E: Eu estava desempregado lá também e todo mundo falando, falando...porque tipo assim você vai ganhando dinheiro aqui [local de destino], só que fica um pouco...lá o dinheiro só vai...e quando acabar o dinheiro, como é que vou sobreviver, porque tenho mãe e irmã...então eu tenho que cair no mundo... (INFORMAÇÃO VERBAL, Samuel, 20/05/2016).

Ao refletirmos sobre as declarações realizadas por esses trabalhadores, é preciso nos atermos ainda ao fato de que boa parte dos mesmos não possuem sequer o ensino fundamental completo (Figura 11), o que nos consente estocar novamente o discurso da qualificação profissional, posto que os viúvos da cana não têm a possibilidade de realizar esses cursos, pois na realidade, sequer tiveram a oportunidade de ir à escola regular.

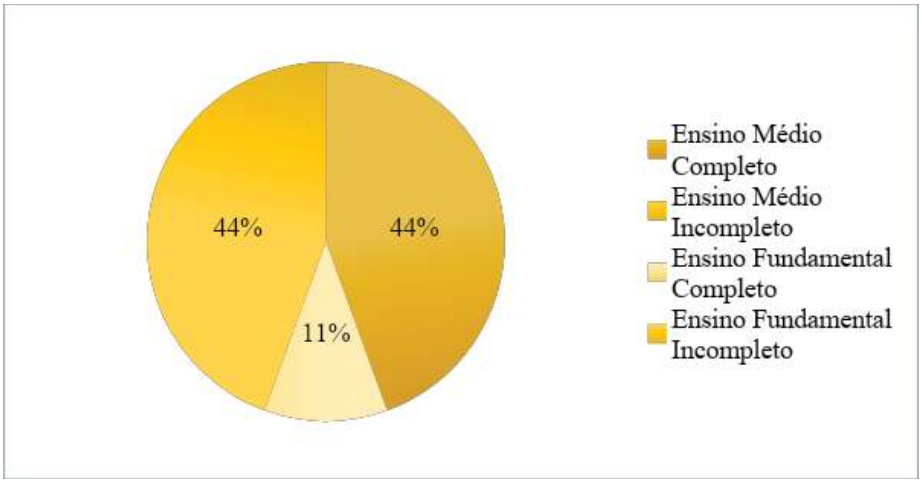

Figura 11 - Escolaridade dos trabalhadores migrantes entrevistados. Fonte: Pesquisa de Campo (2016-2019). Organização: Autores (2021).

O gráfico contido na Figura 11 nos assente a compreensão de que apesar de 45% dos trabalhadores migrantes entrevistados possuírem ensino médio completo, cerca de 44% não possuíam sequer o ensino fundamental completo na data da entrevista, de modo que dificilmente conseguiriam começar um curso de aprimoramento profissional daqueles propalados pelo agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente-SP.

Esses argumentos nos aquiescem na construção de uma leitura do perfil dos viúvos da cana na região, porquanto o amplo quadro de adoecimento e descarte e isso se expressa quando se põe em debate a presença de incômodos e doenças ocupacionais vivenciadas pelos mesmos e que se apresentam enquanto empecilhos não apenas para a realização de sua lavra, como também na própria manutenção do movimento migratório como destacado anteriormente.

Entre as incômodos e doenças ocupacionais prevalecentes na classe trabalhadora brasileira, principalmente para aqueles trabalhadores que realizam movimentos e ações repetidos, sendo esse o caso do trabalho no agrohidronegócio canavieiro, citamos as bursites, tendinites, câimbras, lombalgias e dores de cabeça, assim como quadros mais graves envolvendo hérnias, e que nos possibilitam estabelecer que para além do despojamento dessa força de trabalho, ocorre também, a condenação desses trabalhadores a uma vida 'cheia de dor e sofrimentos', em virtude dos danos gerados para com a saúde dos mesmos durante anos de lavra nos canaviais da região (Figura 12).

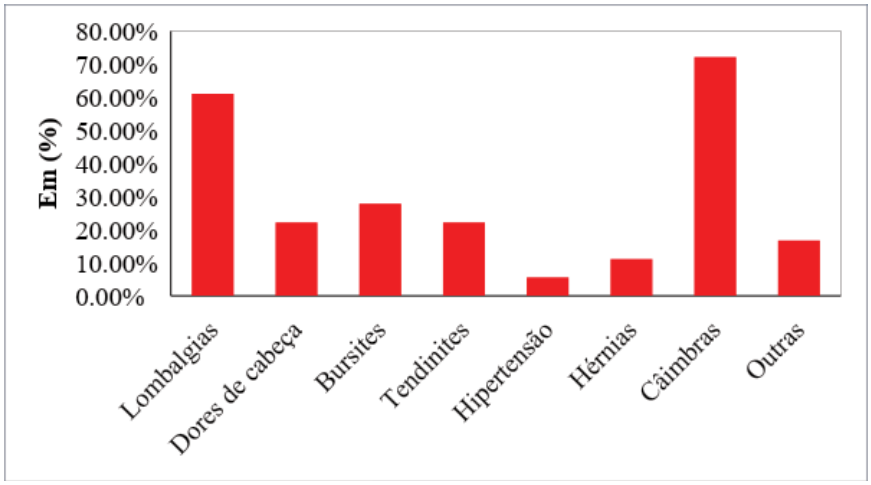

Figura 12- Principais doenças e incomodações ocupacionais que afetam os trabalhadores migrantes entrevistados.
Fonte: Pesquisa de Campo (2016-2019). Organização: Autores (2021).

Por esse viés, destacamos não somente a insegurança do trabalho efetivado por esses sujeitos, como também as relações sociais travadas, uma vez que a subordinação desses a um grande contingente de limitações para com sua autonomia e liberdade, à exemplo da condição visualizada em alojamentos paupérrimos comprovada nas nossas pesquisas, com a ocorrência de trabalhadores impedidos de efetuarem necessidades basilares de higiene pessoal, bem como da liberdade de circulação, que não estivesse autorizada pelos arregimentadores que os monitoravam.

Os viúvos da cana estão expostos assim, a uma série de contradições encimadas na superexploração de sua força de trabalho nos canaviais, seja através de contratos fraudulentos, visto que ao chegarem aos municípios de destino e não conseguirem a oferta de trabalho esperada nos canaviais, os mesmos se sujeitam a uma série de atividades laborais sem quaisquer amparos em leis trabalhistas, como é o caso dos trabalhadores avulsos citados anteriormente.

> P: Quais as condições de trabalho desses trabalhadores?
>
> E: Ônibus quebrado...era pra eles chegarem sete e meia-oito horas da noite, esses caras que era para o Ministério do Trabalho pegar...esses caras contratam por três meses, cada três meses num lugar, numa fazenda, aí quando dá três meses, eles mudam de lugar, mudam de fazenda, e fazem um contrato com a fazenda...não é com o trabalhador [mudança de expressão na face]...o

> trabalhador é avulso, o contrato é com a fazenda...pra terminar o serviço da fazenda...e esses são os verdadeiros aliciadores de pessoas.
>
> E:Ou seja, não tem nada...ônibus irregular, EPI's não tem...avulsos eles socam lá no fundão... [do ônibus], no meio dos migrantes tinham os avulsos, mas também haviam migrantes trabalhando enquanto avulsos (INFORMAÇÃO VERBAL, STR de Flórida Paulista, Roseli, 28/06/2017).

Esses trabalhadores terminam assim, enquanto parte das estatísticas de adoecimento que tem como resultado final, o descarte de sua força de trabalho pelo agrohidronegócio canavieiro, de maneira cada vez mais rápida, com trabalhadores afastados muitos anos antes de terem direito à aposentadoria, em consequência de não terem a idade necessária para solicitar tal benefício, além das dificuldades colocadas para a solicitação ou manutenção do auxílio doença[14].

> P: Há registro de trabalhadores migrantes estabelecidos que recebem auxílio-doença por conta de adoecimento no trabalho na agroindústria canavieira?
>
> E:Muito né...têm vários...muitos anos trabalhando, eles tem aquela artrite, artrose...coluna, têm muitos né..., aí vai diretamente para o INSS, aí fica um tempo encostado, outros veem que não tem condição de voltar a trabalhar, aí eles aposentam, agora a mão de obra tem pouca gente... com o avanço do maquinário... mas quando era mão de obra...o que tinha de gente encostada... era muita gente...coitadas das pessoas que estão sendo cortadas, e estão tendo que trabalhar sem aguentar... (INFORMAÇÃO VERBAL, STR Flórida Paulista, Roseli, 28/06/2017).

Em contrapartida, para os trabalhadores que ainda conseguem manterem-se migrando, é necessário estabelecermos uma relação com o que Menezes (2012) assinala enquanto necessidades de consumo das famílias dos mesmos, seja através da compra de bens, móveis, terrenos, como até mesmo um projeto mais ambicioso, que é o de não mais precisarem migrar, ou seja, o projeto de 'ficar' em seus municípios de origem.

Outro ponto que deve ser enfocado, diz respeito a socialização desses trabalhadores desde muito jovens no trabalho na terra, em uma perspectiva defendida por Silva (2011), haja vista, que esses trabalhadores desde pequenos "manuseiam enxadas, enxadões, machados e desempenham tarefas sob o sol forte, chuvas etc... ainda que sejam analfabetos ou possuam pouca escolaridade, preenchem os requisitos exigidos pelas empresas" no corte da cana ou em outras atividades (p.06).

Lizarazo (2018) aponta para os herdeiros e órfãos da gramínea, afirmando que os trabalhadores migrantes mais jovens, designados pelo autor enquanto 'herdeiros da cana', são responsáveis pela construção de um novo perfil mais voltado para a escolaridade e o ritmo de trabalho colocado pelo corte e plantio mecanizados.

Em alusão a essa afirmação, é importante sinalizarmos para o fato de que nem todos esses trabalhadores mais jovens e qualificados, serão absorvidos pelo setor, fazendo parte do exército de mão-de-obra reserva, como temos comprovado em nossas pesquisas, pois muitos encontram-se desempregados ou trabalhando em outras funções laborais como apresentado neste texto, seja como trabalhadores avulsos, ou enquanto diaristas nas mais diferentes lavouras.

Essas e outras indagações nos fomentam a continuar a apreender tal cenário no agrohidronegócio canavieiro da Região Administrativa de Presidente Prudente-SP à luz de uma leitura geográfica do trabalho, encimada na discussão em respeito as migrações do trabalho para o capital, em razão da urgência dos temas que analisamos neste texto, além dos desdobramentos que tem se desenhado para os viúvos da cana, no que toca a manutenção do seu movimento migratório em meio a um cenário de adoecimento e descarte de sua força de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trabalharmos com a perspectiva de entendermos esses trabalhadores migrantes temporários, enquanto viúvos da cana, tivemos a intenção de chamar a atenção para aqueles trabalhadores que se encontram à margem, visto que apesar de muitos ainda resistirem e tentarem migrar, há, não somente o fechamento dos corredores migratórios, como também o próprio fechamento da possibilidade dos mesmos, não apenas de migrarem, mas de desempenharem qualquer atividade laboral, devido ao espectro de adoecimento que ronda esses trabalhadores.

Outra consideração importante, remete-se a nomenclatura por nós utilizada, ao visualizarmos esses trabalhadores enquanto viúvos da cana e não somente como 'órfãos', como destacado na matéria do Jornal por nós apresentada neste texto, pois nós estamos qualificando um tipo de função laboral que tende a desaparecer, ao mesmo tempo em que difere dos chamados 'herdeiros' da cana, pois o que de fato os viúvos da cana têm herdado em sua maioria, são doenças e incômodos ocupacionais e outras doenças relacionadas ao corte e plantio manual e o consequente descarte de sua força de trabalho nos canaviais.

E se os trabalhadores migrantes temporários são os viúvos da cana, não podemos deixar de considerar que alguns deles também poderem ser em uma leitura de Lizarazo (2018), herdeiros da mesma, haja vista, sua perspectiva de manterem-se migrando, e isso se reflete na busca pela qualificação profissional que em tempos de reestruturação produtiva, atrai principalmente os trabalhadores mais jovens.

Entretanto, os viúvos da cana não podem ser entendidos somente pelo trabalho manual nos canaviais, mas também o mecanizado, posto o que pudemos apreender, dados os agravos para a saúde física e psíquica desses trabalhadores também existirem no corte e plantio mecanizados, e que nos possibilita refletir que os 'herdeiros' da cana, também podem ser os futuros viúvos da mesma, em razão de que o adoecimento e o descarte de trabalhadores, não ocorre somente nas funções manuais, ocorrendo conjuntamente nas funções caracterizadas pelo trabalho mecanizado.

Ao refletirmos assim, com a noção de viúvos da cana, não estamos realizando uma leitura semelhante àquela do Jornal Folha de São Paulo, trazida neste texto, que pontua enquanto 'órfãos', os trabalhadores que não mais têm acesso ao corte manual, seja por ele não mais existir, como pelo próprio adoecimento e descarte sob os quais esses trabalhadores se encontram. Porém, quisemos ir além, já que o ser viúvo, está relacionado com a impossibilidade desses trabalhadores em continuar a alienar sua mão-de-obra no agrohidronegócio nas mais diversas funções, e não somente o corte e plantio da cana-de-açúcar, embora grande parte desses trabalhadores migrem com o intuito de trabalharem nestas funções.

REFERÊNCIAS

BARRETO, M.J.; THOMAZ JÚNIOR, A. O cenário do agronegócio canavieiro na região do Pontal do Paranapanema-SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21, 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: [s/n], 2012

BARRETO, M.J. **Novas e velhas formas de degradação do trabalho no agrohidronegócio canavieiro nas regiões administrativas de Presidente Prudente e Ribeirão Preto**. 2018.377f. Tese (Doutorado em Geografia) -Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

BENTO, F.S.; THOMAZ JUNIOR, A. A dinâmica geográfica do trabalho encimada nas migrações sazonais para os canaviais do Pontal do Paranapanema (SP), no início do século XXI. **PEGADA**-A Revista da Geografia do Trabalho, v. 16, n. 1, 2015.

BENTO, F.S.; THOMAZ JUNIOR, A. Os desafios para a construção de uma Geografia do Trabalho no início do século XXI em meio ao adoecimento e descarte de trabalhadores no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP). **PEGADA**-A Revista da Geografia do Trabalho, v. 20, n. 1, 2019.

BRAY, S.C.; FERREIRA, E.R.; RUAS, D. G.G. **As políticas da agroindústria canavieira e o PROÁLCOOL no Brasil**.1. ed. Marília: Editora da UNESP, 2000, 104p.

CARVALHAL, M.D. **A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo**: a ação dos sindicatos. 2004.347f. Tese (Doutorado em Geografia) -Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

COLOGNESE, S.A; MÉLO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar**. Segundo levantamento – Safra 2019/19, Brasília, v. 7, n. 2, 2020. Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cana/boletim-da-safra-de-cana-de-acucar/Downloads/BoletimZCanaZ1ZLevantamentoZ19-20.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Órfãos da cana**, domingo, 02 de julho de 2017.

HESPANHOL, I. Um novo paradigma para a gestão de recursos hídricos. São Paulo, **Estudos Avançados**, n.63, vol.22, p.131-158,2008.

HERRERA, G. La migración vista desde el lugar de origen. **Revista de FLACSO**-Ecuador, n.15, enero, 2003.

IAMAMOTO, M. **Trabalho e indivíduo social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2001, 294p.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. 1. ed. São Paulo: Hucitec: Fundação UNESP, 1998, 202p.

LIZARAZO, R.P. **Mobilidade territorial do trabalho de jovens rurais em territórios do agrohidronegócio de cultivos flexíveis**. Palma de azeite nos Departamentos de Meta e Casanare (Colômbia) e cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (São Paulo, Brasil). 2018.391f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências

e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

LUKÁCS, G. **Por uma ontologia do ser social I**. 1.e.d. São Paulo: Boitempo, 2012, 434p.

MARTINS, J.S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, 228p.

MENDONÇA, M. R.; MESQUITA, H. A. O agro-hidro-negócios no cerrado goiano: a construção das (re) sistências. II ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DE BARRAGENS, Salvador, 2007. **Anais...,** Salvador, 2007.

MENEZES, M.A.M. Família, juventude e migrações. **Revista Anthropológicas**, Recife, vol.23, n.1, p.113-136, 2012.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S.G. SOUZA, E. R.(orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagens de programas sociais.1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005,244p.

PERPETUA, G.M. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha**: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo.2016. 370f.Tese (Doutorado em Geografia) -Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

PERPETUA, G.M.; HECK, F.M.; THOMAZ JUNIOR, A. Território, trabalho e saúde do trabalhador: uma aproximação necessária. Goiânia, **Boletim Goiano de Geografia**, v.38, n.1, jan-abr.,2018, p.27-48.

RIGOTTO, R. Saúde ambiental e saúde dos trabalhadores: uma aproximação promissora entre o verde e o vermelho. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, vol.6, n.4, p.388-403, 2003.

ROSA, I. F.; PESSOA, V. M.; RIGOTTO, R. M. Introdução: agrotóxicos, saúde humana e os caminhos do estudo epidemiológico. In: RIGOTTTO, R.M. et al. **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe-CE, 2011.

SANTOS, J. B. F. dos; OSTERNE, M. do S. F.; ALMEIDA; R. de O. A entrevista como técnica de pesquisa do mundo do trabalho. In: ALVES, G. A. P.; SANTOS, J. B. F. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho**. 1 Ed. Bauru: Editora Praxis, 2014. v. 1. 203p.

SARON, F.A.; HESPANHOL, A.N. A expansão recente do setor sucroenergético no Brasil: velhas e novas questões. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 22, 2014, Natal. **Anais...**Natal, p.813-825, 2014.

SAQUET, M.A.; MONDARDO, M.L. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista Mera**, Presidente Prudente, ano 11, n.13, p.118-127, jul-dez, 2008.

SILVA, M.A.M. Trabalho e trabalhadores na região do "mar de cana e do rio de álcool". **Revista Agrária**, São Paulo, n.2, p.02-39, 2005.

SILVA, M.A.M. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. **Revista Perspectivas**, São Paulo, vol.39, p.11-46, jan-jun, 2011.

SILVA, M.A.M.; MENEZES, M.A. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. In: **Revista Eletrônica do NEAD**, Brasília, no prelo, 2006.

TORRES, A.T.G. **A luta de classes pela água**.2007.179f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande.

THOMAZ JUNIOR, A. **Geografia passo-a-passo**: (ensaios críticos dos anos 90). 1. ed. Presidente Prudente: Editorial Centelha/CEGeT, 2005, 176p.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e limites teóricos). 2009. 997f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. Uberlândia, **Revista Campo-território**, vol.5, n.10, p. 92-122, agosto de 2010.

THOMAZ JUNIOR, A. Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas. **Revista da ANPEGE**, vol.7, n.1, número especial, p.307-329, outubro de 2011.

THOMAZ JUNIOR, A. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. **Mercator**, Fortaleza, vol.16, 2017.

THOMAZ JUNIOR, A. Geografia do Trabalho por Inteiro, **PEGADA**-A Revista da Geografia do Trabalho Presidente Prudente, V.19, N. 2, 2018a, p.6-56. Disponível em: http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6000

THOMAZ JUNIOR, A.**Os novos territórios da degradação sistêmica do trabalho**. Mimeog., 2019 Disponível em: http://gege.fct.unesp.br/thomaz/Geografia%20do%20Trabalho%20-%202019/THOMAZ%20-%20Novos%20Territ%F3rios%20da%20Degrad%20Sist%EAmica%20do%20Trabalho-Final.pdf

NOTAS

[1] Ao falarmos do agrohidronegócio, destacamos o Polígono do Agrohidronegócio que contempla diversas formas de expressão do agronegócio (soja, milho, eucalipto) e está assentado sobre a Bacia do Paraná em um território que compreende o Oeste de São Paulo, o Leste do Mato Grosso do Sul, Norte-Noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro e Sul-Sudoeste de Goiás, em que comparece a maior área com plantação de cana-de-açúcar do Brasil, havendo também a maior concentração de plantas agroprocessadoras e de produção de etanol e açúcar do país. Thomaz Junior (2009;2010) postula que o agronegócio não pode ser apenas relacionado à monopolização das terras, como também pelo acesso ao controle da água, além das demais cadeias produtivas, comercialização, sendo parte de um processo em que as frações do território em disputa têm expressado uma nova Geografia da cana no espaço agrário, consolidando o poder de classe do capital sobre as melhores terras agricultáveis e planas do país, com melhor disponibilização dos recursos hídricos. Na Geografia, sinalizamos em relação a essa discussão, pesquisas em que comparecem termos como hidroterritórios, em que há a inter-relação entre o controle do território e da água como os realizados por Torres (2007), bem como a discussão feita por Mendonça; Mesquita (2007) enfatizando os agro-hidro-negócios e as (re) existências no Cerrado, além dos estudos realizados por Hespanhol (2008) em "Um novo paradigma para a gestão dos recursos hídricos".

[2] Neste texto ao tratarmos do processo de transição técnica/tecnológica, o analisamos como expressão da reestruturação produtiva no agrohidronegócio canavieiro neste início da terceira década do século XXI, materializada na mudança do corte e plantio manual para o mecanizado, nos canaviais brasileiros, além das transformações no que diz respeito as relações de trabalho e qualificação de trabalhadores dentro e fora dos canaviais (BENTO, 2015; 2019).

[3] Nossa compreensão da reestruturação produtiva parte das mudanças constantes e rápidas nos processos produtivos reestruturados, com a disseminação da terceirização, desespecialização e polivalência dos operários qualificados que se transformam em multifuncionais, havendo ainda superqualificação/desqualificação do trabalho e intensificação da exploração do trabalho, horas extras, fim das Comissões de Fábrica, além da existência dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), ligado à participação nos lucros e nos resultados (PLR), sindicalismo por empresa etc. (THOMAZ JUNIOR, 2019).

[4] Neste texto, consideramos o trabalho como condição de existência do homem, visto que o trabalho apresente uma dupla transformação, haja vista ao mesmo tempo em que o homem que trabalha é transformado por seu trabalho, ele também atua sobre a natureza e a transforma, relação que configura a interação dos homens com a natureza a partir do trabalho. É necessário destacar que o trabalho permite a passagem do ser em si do homem para ser para si, permitindo a "transformação material da realidade material. Todavia, também estamos considerando o trabalho como categoria fundante para o entendimento da estrutura espacial, da dinâmica territorial, ou do espaço geográfico, pois a totalidade do trabalho se constitui no edifício teórico-político-ideológico da dinâmica geográfica das lutas e dos embates de classe" (LUKÁCS, 2012, p.285-286; THOMAZ JUNIOR, 2017).

[5] Com relação a terceirização, sinalizamos o Decreto 9.507/2018, que permite a terceirização do setor público.

[6] A partir de 2008, o Brasil passou a ser o maior consumidor mundial de agrotóxicos, sendo que uma vez absorvidos, estes podem causar uma série de desordens na saúde humana, de natureza aguda , subaguda ou crônica,

podendo ser caracterizados com relação a sua periculosidade como: altamente, muito, pouco ou apenas perigoso, classificados a partir dos organismos vivos a serem combatidos: inseticidas, fungicidas, herbicidas, raticidas, acaricidas, desfolhantes, fumigantes, nematicidas e molusquicidas, bem como pelo grupo químico: organoclorados , organofosforados, carbamatos, piretróides, piretrinas, derivados de ácido fenoxiacético, dinitrofenóis, dipiridílicos, ditiocarbamatos, triazinas, glifosatos etc. (ROSA; PESSOA; RIGOTTO; 2011).

[7] A expansão do agrohidronegócio canavieiro se faz estipulada pela incorporação de terras ou arrendamento das mesmas e o controle sobre a água, que abarca um novo ciclo de modernização e que tem permitido a territorialização em áreas não tradicionais, além de ter aberto espaço para a participação de capitais estrangeiros. Devem ser destacados os investimentos empreendidos por grupos como ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus, UMOE AS, Shree Renuka e Shell através de joint venture com a Cosan, em que nasceu a Raízen, e outros grupos como o Tereos que adquiriu ações da Guarani Açúcar e Álcool, em Olímpia, anteriormente pertencente à Petrobras, etc. Outro destaque vale para a abertura de capitais na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro de São Paulo (BM&F Bovespa) (THOMAZ JUNIOR, 2010; SARON; HESPANHOL, A., 2014).

[8] A Região Administrativa de Presidente Prudente (SP) é formalizada pelos seguintes municípios: Adamantina, Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Dracena, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Flora Rica, Iepê, Indiana, João Ramalho, Junqueirópolis, Lucélia, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Monte Castelo, Nantes, Narandiba, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Panorama, Pauliceia, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santa Mercedes, Santo Anastácio, Santo Expedito, São João do Pau-d'alho, Tupi Paulista, Taciba, Tarabaí e Teodoro Sampaio.

[9] A ação do governo do estado de São Paulo na região se destacou através da instalação do Pró-Oeste (Procana), em 1980, que tinha por direcionamento a implantação de novas destilarias, além da criação de uma política energética, que se remeteu na instalação de agroindústrias canavieiras durante o auge do PRÓALCOOL. Todavia, o Pró-Oeste se notabilizou não pela expansão do setor nas chamadas 'áreas prioritárias', à exemplo da Região Administrativa de Presidente Prudente (SP), tendo então um efeito oposto, com o fortalecimento de áreas tradicionais do estado para o cultivo da gramínea (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000).

[10] O auxílio doença acidentário (B91) se caracteriza pela incapacidade relacionada obrigatoriamente com a atividade que o trabalhador exerce e que tem como causa acidentes de trabalho, trajeto e doenças ocupacionais relacionadas a função.

[11] A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), ou Classificação Internacional das Doenças (CID 10), é publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e objetiva a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde, e é largamente utilizada pelo INSS para a concessão de benefícios de auxílio doença acidentário e aposentadorias por invalidez relacionadas a função laboral.

[12] Em consideração a saúde ambiental, estamos levando em consideração as transformações no meio ambiente, alterações estas no nível bioquímico e que representam um grande risco para a saúde pública, tornando necessário o monitoramento de águas, solos, ar e alimentos, sendo importante considerar os diferentes tipos de indicadores biológicos para inferir efeitos na saúde humana.

[13] Usamos pseudônimos para proteger o anonimato dos trabalhadores entrevistados., sendo que em nossas entrevistas, nos utilizamos das nomenclaturas, P=pesquisador, E=entrevistado.

[14] Há aqui referência a um pente fino realizado pela Previdência Social durante o Governo Temer (2016-2018) que previa o corte de mais da metade dos benefícios por Auxílio –Doença, e que continua a ser realizado no Governo Bolsonaro (2019-2022).

REVISTA DA ANPEGE. V. 18. Nº. 35 — ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X 25
DOI 10.5418/RA2022.V18I35.14982

PÓS-REFORMA AGRÁRIA: a quem pertencem os projetos de assentamento do INCRA?

POST-AGRARIAN REFORM: whose are the INCRA settlement projects?

POST-REFORMA AGRARIA: ¿a quién pertenecen los proyectos de asentamiento del INCRA?

Marcelo Fernando Terence

Instituto Federal de São Paulo (IFSP)
marcelo.terence@ifsp.edu.br

RESUMO

Este artigo expõe os resultados de uma pesquisa sobre concentração de lotes em Projetos de Assentamentos (PAs) a partir do cruzamento de dados do Cadastro Ambiental Rural com dados do Incra, relacionados aos PAs do município de Novo Repartimento/PA, situado na área sob jurisdição da Superintendência Regional do Sul do Pará. Objetiva-se, em primeiro lugar, detectar o grau de concentração de lotes existente nos PAs desse município e verificar se são assentados, ou não, os sujeitos sociais que estão adquirindo e concentrando lotes nessas localidades. Outra questão investigada pela pesquisa é a da grilagem familiar, uma forma de apropriação de terras públicas realizadas por grupos familiares, em áreas de domínio federal, e já detectadas em outros trabalhos. Aqui será investigada sua existência nos PAs do referido município. Em relação aos casos de grilagem familiar encontrados, seus dados georreferenciados foram cruzados com dados do Inpe/Prodes para se verificar o desmatamento praticado nessas apropriações ilegais de terras.
Palavras-chave: Amazônia; acumulação originária; grilagem de terras.

ABSTRACT

This article presents the results of a research on the concentration in Settlement Projects based on the crossing of data from the Rural Environmental Registry with data from Incra, related to the PAs located in the municipality of Novo Repartimento/PA, located in the area under the jurisdiction of Regional Superintendence of the South of Pará. The objective is detect the degree of concentration existing in the PAs of this municipality and verify the social subjects who are concentrating are settled. Another problem investigated by the research is that of family land *grilagem*, a form of appropriation of public lands carried out by family groups that has been detected in areas of federal domain in other works and its existence in the PAs of that municipality will be investigated. Regarding the cases found, they were crossed with data from Inpe/Prodes to verify the deforestation practiced in these illegal appropriations of land.
Key words: Brazil´s Amazon; previous accumulation; land *grilagem*

RESUMEN

Este artículo presenta los resultados de una investigación sobre la concentración de lotes en Proyectos de Asentamiento (Pas) a partir del cruce de datos del Registro Ambiental Rural con datos del Incra, de los PAs en el municipio de Novo Repartimento/PA, ubicado en el área bajo la jurisdicción de la Superintendencia Regional del Sur de Pará. El objetivo es detectar la concentración de lotes existente en los PAs de este municipio y verificar si los sujetos sociales que están concentrando lotes están asentados. Otro tema de la investigación es el del acaparamiento familiar de tierras, una forma de apropiación de tierras públicas realizada por grupos familiares que ya ha sido detectada en áreas de dominio federal y que su existencia en las PAs de ese municipio será investigada. En cuanto a los casos encontrados, se cruzaron con datos de Inpe/Prodes para verificar la deforestación en estas apropiaciones ilegales de tierras.
Palabras clave: Amazonas, acumulación primitiva, el acaparamiento de tierras.

Introdução

A concentração de lotes em Projetos de Assentamentos (PAs) é um problema já constatado em outros estudos (TORRES, 2012 e TERENCE, 2018). O debate sobre este assunto tornou-se ainda mais relevante pelo fato de, nos últimos anos, ter aumentado a pressão por parte de setores ligados aos ruralistas no sentido da regularização das apropriações ilegais de terras públicas federais, seja dentro, ou fora, dos PAs. Esta pressão deu resultado e acabou se concretizando em alterações de normas legais que regem o assunto.

É o caso da mudança realizada em trechos da Lei nº 8629/93. Em dezembro do ano de 2016, o governo Temer assinou a medida provisória nº 759, alterando uma série de leis que tratam da questão fundiária. Esta MP, com algumas modificações, foi convertida na Lei nº 13.465, em junho do ano seguinte. A novidade mais destacada pelos seus comentadores à época de sua promulgação, sem dúvida alguma, foi a alteração em parte da Lei nº 11.952/09, esta última sancionada pelo presidente Lula. O limite máximo permitido para a regularização fundiária de imóveis rurais situados em terras públicas federais passou de 1.500 hectares para 2.500 hectares, e essa ação passou a ser possível em todo o território nacional, enquanto a lei de 2009 circunscrevia essa possibilidade à região da Amazônia Legal. Menos destaque teve outra providência determinada pela Lei nº 13.465 que possibilitou uma tolerância em relação à concentração de lotes nos PAs federais, apontando na direção da flexibilização das regras para a titulação de lotes da reforma agrária. Ao modificar trechos da Lei nº 8629/93, a nova Lei do ano de 2017 determinou o seguinte:

> Art. 18-A. § 1º Fica o Incra autorizado, nos assentamentos com data de criação anterior ao período de dois anos, contado retroativamente a partir de 22 de dezembro de 2016, a conferir o título de domínio ou a CDRU relativos às áreas em que ocorreram desmembramentos ou remembramentos após a concessão de uso, desde que observados os seguintes requisitos:
>
> I - observância da fração mínima de parcelamento e do limite de área de até quatro módulos fiscais por beneficiário (…).
>
> IV - o desmembramento ou o remembramento seja anterior ao período de dois anos, contado retroativamente a partir de 22 de dezembro de 2016.

Esta regularização de apropriações antes ilegais se coloca como ponto de partida para a consecução de um objetivo presente nas políticas fundiárias dos últimos governos. Pelo menos desde o ano de 2011 havia a intenção de uma titulação em massa nos PAs brasileiros, como forma de se consolidar o processo de reforma agrária e de desincumbir o Incra da gestão das referidas áreas. No entanto, para que a titulação ocorra nos limites legais, é necessário que todos os lotes estejam ocupados regularmente, sem desrespeitar as divisões e os limites estabelecidos pelo órgão fundiário quando da criação dos PAs, e como a realidade das áreas reformadas é permeada de remembramentos e desmembramentos de lotes haveria que se ter uma lei que tornasse de direito a situação de fato já existente em relação à ocupação dos lotes.

Nos PAs na região do Sudeste Paraense, área sob jurisdição da SR-27 do Incra e na qual se localiza o município de Novo Repartimento, recorte territorial desta pesquisa, os remembramentos, como são denominadas pela burocracia estatal as reconcentrações de lotes, são recorrentes. Em relação a estes casos, a flexibilização estabelecida pelo artigo 18 da Lei nº 13.465, citado acima, suscita a seguinte discussão: que tipos de sujeitos sociais seriam beneficiados com tal medida? Seriam camponeses que conquistaram a terra e conseguiram se estabelecer e comprar mais lotes para seus filhos, ou para ampliar a produção? Ou seriam especuladores - fazendeiros, comerciantes, ou pequenos empresários das cidades - aproveitando dos preços mais baixos das terras nos PAs para

ganhar dinheiro? E ainda, a referida norma legal será capaz de possibilitar a titulação massiva de lotes ao admitir certo grau de concentração, ou a realidade da concentração de lotes nos PAs está além do que a nova lei permite regularizar? São questões que se pretende responder a partir da pesquisa aqui apresentada.

Em algumas regiões do Brasil, como o Sudeste Paraense, com um número considerável de PAs criados, tais processos de regularização fundiária promovidos e prometidos pelos últimos governos não poderiam minar os esforços de mais de 30 anos de lutas e de avanços da luta camponesa pela terra, ainda que se admitam as insuficiências e as carências da reforma agrária? Para se ter uma ideia das dimensões do que está em disputa por trás da regularização/titulação das terras de PAs, só a SR-27 foi responsável, nas últimas três décadas, pela criação de 514 PAs, com uma capacidade de mais de 90.000 lotes e ocupando uma área de 4,2 milhões de hectares, seja em áreas obtidas a partir de terras particulares – por meio de compra ou desapropriação – ou em terras que já eram públicas e ocupadas por posseiros. Mas antes de atentarmos à questão da concentração dos lotes e do desmatamento nos PAs de Novo Repartimento, é importante relembrarmos alguns aspectos da história da criação dos PAs na região para melhor compreendermos quem foram os sujeitos sociais que conquistaram estas terras para a reforma agrária.

A luta camponesa e a conquista dos PAs

Esses projetos de assentamento foram criados após um longo processo de organização e luta camponesa contra a apropriação de terras públicas na região para a formação de grandes fazendas. Estivessem presentes apenas os estímulos estatais e as ações de fazendeiros e capitalistas, haveria na mesorregião do Sudeste Paraense uma formação territorial caracterizada exclusivamente pela presença de grandes propriedades.

Pois os chamados "centros da mata" ou as "terras absolutas", formas camponesas de ocupação da terra, enfrentaram o avanço da ocupação capitalista e da privatização das terras, principalmente após o início da construção da Rodovia Belém-Brasília em meados dos anos 1950 e a sua conclusão no ano de 1960. Expansão capitalista, diga-se, que sempre contou com o apoio estatal. Mesmo antes da ditadura civil-militar instalada no ano de 1964, milhões de hectares de terras públicas foram transferidos pelo Estado para particulares por meio da venda destas terras para grandes especuladores (SILVA, 2007).

Tinha início, na região, um processo que pode ser chamado de *acumulação espacialmente expansiva*[1], uma modalidade de acumulação originária que propiciou a formação e o incremento de capitais, e acabou por beneficiar especuladores, aventureiros, fazendeiros locais e, também, proprietários e acionistas de grandes empresas de outras regiões do país.

É nesse contexto que surge a SUDAM, criada no ano de 1966 pela Lei nº 5.173, órgão de fundamental importância na incorporação da região sul e sudeste do Pará ao território capitalista e responsável por uma extensa gama de concessões de crédito e de subsídios voltados a estimular a presença de empresas do Centro-sul do Brasil na Amazônia como um todo, mas tendo a região aqui estudada como principal território de suas ações.

Buscava-se a consolidação de uma formação territorial cujo padrão favorecido era a grande propriedade voltada para a pecuária extensiva e para os grandes projetos de mineração, conforme o planejamento estatal previsto, por exemplo, no II Plano Nacional de Desenvolvimento. Uma mudança radical no padrão de ocupação até então existente:

> A floresta passou a ser abatida para dar lugar à formação de fazendas com padrões criatórios diferentes daqueles predominantes na Amazônia até então, cuja cultura pastoril era de origem nordestina. As novas fazendas implantadas pelos paulistas assemelhavam-se mais com as modernas fazendas dos estados do centro-sul, com pastagens artificiais e rebanhos consideravelmente melhorados por cruzamentos (MOREIRA NETO, 1960, p.90).

Às famílias camponesas restavam poucas opções após a pilhagem de suas terras. Ou avançar pela floresta para áreas mais remotas, o que de fato aconteceu consideravelmente, ou resistir. Segundo Pereira (2004), a reação camponesa a essa estratégia governamental aliada ao grande capital monopolista do Centro-sul do país dividiu-se em duas fases: na primeira delas o objetivo principal era evitar a acumulação por expropriação das terras, praticadas pelas grandes empresas. Nessa fase as táticas principais eram as roças coletivas e a união das famílias nas terras onde moravam para tentarem se proteger do assédio e dos ataques de capangas contratados por fazendeiros. O mesmo autor destaca que, a partir de meados dos anos 1970, teve desenvolvimento uma de segunda fase da luta camponesa. Com o aumento dos migrantes sem terras vindos da região Nordeste e dos camponeses expropriados pelas titulações realizadas pelos governos, surgiu um movimento de ocupações das fazendas formadas. Se até esse momento os camponeses se organizavam e lutavam para não serem expropriados, a partir de então, somando forças com grandes contingentes de migrantes que chegavam do Nordeste em busca de terras, passaram a lutar para entrar nas terras privatizadas pelos governos estadual e federal, ou apropriadas ilegalmente por grileiros. Durante os anos 1970 começaram as ocupações dos antigos castanhais da oligarquia local e das áreas compradas por grupos de fora, como o exemplo da ocupação da fazenda Bamerindus, localizada no município de Eldorado de Carajás/PA. Era o início de um longo período de ocupações de fazendas e pressão junto aos órgãos estatais para que fosse garantido o direito à "terra de trabalho" das famílias camponesas. Durante o período militar, no entanto, a resposta às lutas camponesas foi, do ponto de vista institucional, a criação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT) e, do ponto de vista prático, a remoção de numerosos grupos de camponeses para regiões nas quais a pressão por terras era menor. Promoveu-se o que Martins (1984) denominou de militarização da questão agrária na Amazônia. Foi nesse período que a violência no campo se alastrou de forma inédita. Ocupações de terras, ameaças e mortes de camponeses, ou suas lideranças, tornaram-se fatos cotidianos:

> Analisando informações da CPT de Conceição do Araguaia, detalhadas em fichas, relatórios, ofícios e relatos de trabalhadores, foi possível constatar que de 1975 a 1990 ocorreram 211 ocupações de terras em onze municípios do Sul do Pará. Quase todas essas ocupações tiveram alto índice de conflito e violência como foi o caso das Fazendas Canaã, Tupã-ciretã, Vale da Serra, Joncon, Batente, Pecosa, Bela Vista, Colônia Verde Brasileira etc." (PEREIRA, 2010, p. 7).

Essa "invasão" armada, praticada por capitalistas do Centro-sul do país e por fazendeiros locais induziu alguns autores, inclusive, a preverem o fim do campesinato na região. No final dos anos 1970, Ianni (1978), por exemplo, se referia à "descamponeização" e à "proletarização" definitiva dos posseiros expropriados de suas terras. De acordo com esse autor, eles se transformariam em trabalhadores rurais assalariados nas fazendas, ou migrariam para as cidades.

De forma geral, no entanto, devido à luta camponesa, não foi o que aconteceu. Esta conseguiu adaptar as táticas de organização e de enfrentamento ao latifúndio às novas circunstâncias. Dada a inferioridade no confronto armado com forças policiais e paramilitares, os posseiros continuaram a resistir de outras formas. Se de início predominava, como forma de luta camponesa, o confronto aberto e direto com os fazendeiros, buscando rapidamente ocupar lotes e iniciar a produção da terra, posteriormente, e até devido ao grande número de vítimas

entre as famílias camponesas, passou-se à busca de maior apoio de entidades e movimentos de luta pela terra – CPT, STTR, MST – e à formação de grupos maiores que se organizavam em acampamentos, ocupando apenas parte da fazenda e reivindicando ao Estado o apoio contra a violência – muitas vezes praticadas por agentes estatais - e a formação de PAs.

A obstinada luta camponesa na região começou a surtir efeito do ponto de vista do reconhecimento do Estado em relação ao direito à terra de trabalho apenas a partir da redemocratização do país, na década de 1980, não havendo nenhum PA criado antes desse período. E é apenas em meados dos anos 1990 que os Projetos de Assentamentos começaram a ser criados em maior número, conforme o Gráfico 1:

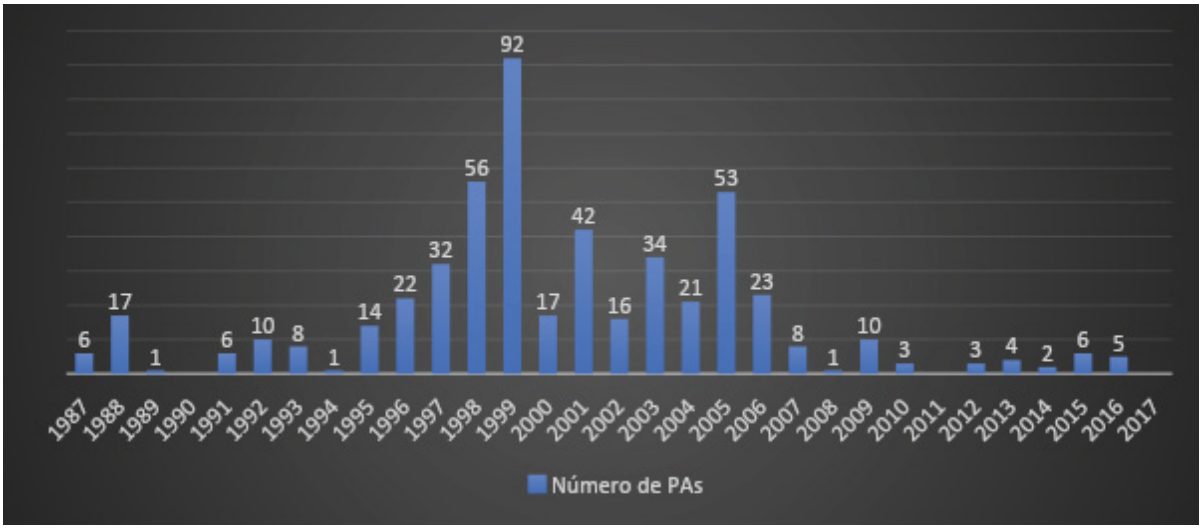

Gráfico 1 – Número de PAs criados, por ano, pela SR-27
Fonte: Incra, 2018. Org. O autor.

Em que pese a enorme conquista representada por tais números, há problemas significativos em relação à permanência das famílias camponesas em seus lotes, situação que se reflete nos números relacionados à rotatividade dos assentados nos PAs.

A compra, a venda e a concentração de lotes

A compra e venda de lotes em PAs tornou-se fato comum e destacado em diversas matérias da imprensa e relatórios de órgãos de controle[2]. O próprio Incra, por meio dos seus dados oficiais, já apresenta o problema: de acordo com o Sistema de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA) há 93.696 lotes de reforma agrária nos 514 Pas da SR-27, mas apenas 72.162 famílias assentadas, ou seja, haveria uma disponibilidade de 21.534 lotes nestes PAs. No entanto, como os próprios assentados costumam se referir, "não há terra vazia, desocupada ou abandonada", e sim lotes que são vendidos pelos ocupantes originais e que, na presença de impedimentos legais para os compradores serem incluídos na Relação de Beneficiários (RB), ficam em uma condição de uso informal por esses que adquiriram a terra mediante pagamento. As situações em que isso ocorre são as mais diversas e já foram tratadas por alguns autores sob óticas distintas. Há quem veja, por exemplo, uma espécie de rentismo dos pobres na venda de lotes por assentados. A situação da comercialização de lotes em assentamentos seria, de acordo com Martins, decorrente de uma "cultura do parasitismo social cercada de esforços notáveis para construir um arcabouço de justificação social e ética dessa modalidade de inserção no sistema de apropriação e distribuição da

riqueza" (2003, p. 35). Nessa visão, muitas famílias camponesas se aproveitariam da falta de fiscalização por parte do Estado para obter renda com a venda do lote, e a própria luta pela terra ficaria maculada, pois a organização e a ocupação de fazendas seriam feitas apenas com essa finalidade.

Em um sentido oposto ao autor supracitado, Hebétte (2004), ao analisar a compra e venda de lotes por assentados, encontra uma justificativa histórica para esse comportamento das famílias camponesas:

> Se ele (o assentado), comercializa esse lote após tê-lo recebido, como acusam-no de fazer, é porque fizeram desse lote, à revelia dele, uma propriedade privada, com direito dela usar e abusar – uma mercadoria. Antigamente, um desses produtores que não pudesse ou não quisesse mais trabalhar na sua terra, simplesmente a deixava; hoje, a vende, segundo ensinaram-no a fazer (HEBÉTTE, 2004).

Não cabe, no espaço deste artigo, uma discussão mais aprofundada sobre os motivos de venda dos lotes por parte dos assentados dos PAs da SR-27. Mas vale acrescentar, além das causas já apontadas pelos autores acima, a incongruência entre os modelos estabelecidos para os PA com o modo de reprodução da vida camponês e com a hegemonia da economia da pecuária extensiva na região, em nada apropriada para o tamanho das terras conquistadas pelas famílias assentadas. Por outro lado, é possível, a partir da vivência com a realidade dos assentados e baseado em pesquisas anteriores, notar que há uma variedade significativa do ponto de vista da motivação, da finalidade e dos sujeitos sociais envolvidos nas situações de compra de lote em PAs, envolvendo ou não a concentração de lotes. Vejamos algumas dessas situações:

a) Compra de lote por uma família camponesa: uma família camponesa sem terras, mas que possui uma pequena soma em dinheiro, compra um lote de outra família camponesa que está vendendo. A família compradora do lote consegue ser cadastrada legalmente pelo Incra, se estiver cumprindo alguns critérios: "cultura efetiva", "morada habitual" e exploração econômica com trabalho familiar.

b) Compra de lotes por famílias assentadas para o estabelecimento de seus filhos no mesmo assentamento: esses casos acabam entrando em R.B., desde que os filhos realmente morem no lote comprado. Em muitos casos essa compra de um lote é uma forma de reestabelecer a proporção entre os fatores terra e força de trabalho, no caso do aumento do número de trabalhadores da família, nos termos expressos por Chayanov (1985).

c) Família que vende seu lote em um assentamento e compra em outro assentamento: vários casos desse tipo foram detectados nos PAs do Complexo de Assentamentos Lindoeste e Sudoeste, localizados no município de São Félix do Xingu, no ano de 2011. São famílias que venderam lotes em regiões mais valorizadas e mudaram para localidades distantes, conseguindo adquirir um lote por um preço que as possibilitou poupar uma parte do recurso obtido para aplicá-la na compra de gado, ou no início de algum cultivo. Em levantamento ocupacional realizado pelo Incra em PAs do município de São Félix do Xingu foram encontradas muitas famílias que declaravam já ter possuído regularmente terras em assentamentos nos municípios de Tucumã/PA ou de Xinguara/PA, nos quais, à época, a terra tinha um preço bem mais alto do que aquelas situadas em São Félix do Xingu/PA, para onde haviam se mudado. Nesses casos, o Incra, seguindo a norma legal, não pode regularizá-los, independente do tempo que já estejam na terra. São tratados como ex-beneficiários.

d) Compra de lotes por assentados que "crescem" economicamente: são situações nas quais a compra de lotes por um assentado ocorre para serem explorados com a utilização de trabalhadores assalariados. São assentados que, por diversas circunstâncias (melhores solos, alguma poupança obtida anteriormente ao ingresso na

terra, alguma oportunidade vantajosa na comercialização etc.) acumulam vantagens competitivas e se aproveitam da fragilidade econômica de outros assentados para adquirir terras a preços mais baixos que os das terras tituladas, por serem comercializadas à revelia da lei e sem documentação. Levantamentos ocupacionais em PAs, realizados pela SR-27 do Incra, detectaram casos desse tipo, por exemplo, em PAs como o Pecosa, o Canarana, o Joncon Três Irmãos, o Arraias, o São João do Araguaia, o Rio Gelado, o Sudoeste, o Lindoeste e outros. Esses lotes têm sido cada vez mais alvo de disputas com os demais assentados, que não veem como legítima essa apropriação privada de vários lotes dentro do assentamento, ainda que por parte de outro assentado.

e) Compra de lotes por fazendeiros e capitalistas da região: é outra situação importante do ponto de vista da instabilidade gerada dentro dos assentamentos. Mesmo sem terem direito ao título e numa transação absolutamente ilegal, existem inúmeros casos de políticos, fazendeiros, ou capitalistas da região que, apostando na incapacidade estatal de controlar seus próprios assentamentos, investem recursos na compra de terras de assentamentos, muitas vezes com a conivência dos presidentes das associações. Há nos levantamentos ocupacionais realizados pela SR-27 registros desse tipo de concentração de lotes, inclusive mostrando que, em algum deles, a retomada dos lotes é realizada pelos próprios assentados, ou por famílias camponesas sem terras. É o aumento significativo do preço da terra titulada na região que faz com que fazendeiros e comerciantes de cidades próximas aos PAs optem por, ilegalmente, comprar lotes de famílias assentadas. Este artigo se refere a casos desse tipo quando trata da pressão do mercado de terras como elemento de instabilidade dos assentamentos.

De maneira sintética são essas as principais modalidades de transferência de lotes verificadas nos assentamentos do sul e sudeste do Pará, sendo que apenas nas hipóteses relatadas nos itens "d" e "e" é que se verifica uma possibilidade de concentração de lotes mais significativa e que podem caracterizar a chamada *acumulação espacialmente expansiva* por visar criar as condições para a acumulação capitalista e, distintamente das demais formas, não ter como objetivo principal a reprodução da vida por meio do trabalho familiar.

Materiais e métodos

Os dados principais deste trabalho a respeito das concentrações de lotes em PAs no município de Novo Repartimento foram obtidos a partir de cinco fontes principais:

a) Cadastro Ambiental Rural (CAR.), criado pela Lei nº 12.651/2012, visando a fiscalização e a possibilidade de regularização dos imóveis do ponto de vista ambiental. Note-se que este cadastro é declaratório e visa tão somente a regularização do ponto de vista ambiental, não tendo relação direta com questões ligadas ao domínio da terra. Até por isso os dados do CAR servem como um parâmetro da ocupação, mas não são absolutamente precisos, posto que há imóveis não declarados e há, nas declarações realizadas, algumas sobreposições entre os imóveis;

b) Relação de Projetos de Assentamento do Incra com informações georreferenciadas dos polígonos dos PAs de Novo Repartimento;

c) Relação de Beneficiários (RB) do Incra dos PAs de Novo Repartimento, com os dados de todas as famílias assentadas no município;

d) Dados georreferenciados produzidos pelo Inpe/Prodes sobre o desmatamento acumulado, entre os anos de 1988 e 2018, nos PAs do município de Novo Repartimento/PA;

e) Dados georreferenciados do Programa Terra Legal que reúne todos os pedidos de regularização fundiária feito por ocupantes de terras públicas federais e que já tiveram as áreas requeridas georreferenciadas ou pelo próprio órgão fundiário ou por técnicos contratados pelos requerentes;

Já restou demonstrada a possibilidade de utilização dos dados georreferenciados do CAR como um instrumento capaz de apontar a usurpação de terras públicas federais, sobretudo quando esse cadastro é cruzado com os dados do Programa Terra Legal referente às solicitações de regularização fundiária. (TORRES, 2012 e TERENCE, 2018). Os dados do CAR, no caso desta pesquisa, foram cruzados com os dados do Incra sobre os PAs e com os dados de desmatamento produzidos pelo Inpe. Além disso, os dados do CAR, para os imóveis rurais a partir de 4 MF, foram cruzados um a um com as Relações de Beneficiários (RB) do Incra de todos os PAs do município de Novo Repartimento.

Com tais procedimentos metodológicos foi possível obter resultados referentes aos seguintes questionamentos propostos pela presente pesquisa em relação aos PAs existentes no município de Novo Repartimento: a) a quantidade e o grau de concentração de lotes existentes; b) o desmatamento praticado por grupo de tamanho dos lotes; e c) identificar se os concentradores de lotes eram os ocupantes originais assentados pelo Incra.

É possível verificar, por exemplo, se tais concentrações se enquadram ou não nos parâmetros da Lei nº 13.465/17, que estipula, como vimos, em quatro módulos fiscais o limite máximo do remembramento dos lotes. Além disso, obteve-se a resposta se esses maiores detentores de terras dentro dos PAs eram assentados pelo Incra que foram obtendo mais lotes dentro do PA ou se foram sujeitos sociais outros que se aproveitaram dos preços mais baratos das terras de PAs. Por fim, foram identificados casos do que chamamos de *grilagem familiar* em relação aos quais serão expostos o tamanho das áreas apropriadas e o grau de desmatamento provocado pelos detentores das terras.

Resultados e discussão

O município de Novo Repartimento foi criado no ano de 1991 a partir de desmembramentos dos municípios de Tucuruí/PA, Jacundá/PA e Marabá/PA (IBGE, 2020) com um território de 1,51 milhão de hectares, possuindo atualmente uma população estimada em 79.915 habitantes (IBGE, 2019).

Este município vem se destacando por apresentar altas taxas desmatamento florestal e um ritmo acelerado de crescimento do rebanho bovino em seu território. Dentre os municípios do Sudeste Paraense é o que teve maior percentual de crescimento no rebanho bovino entre os anos de 1998 e 2018. Conforme a Tabela 1, podemos observar um crescimento muito acima da média do Sudeste Paraense – que é a mesorregião com maior efetivo de gado bovino no Brasil - e ainda mais acima da média brasileira, se estabelecendo como o 8º município no ranking dos maiores rebanhos do Brasil:

Tabela 1 - Evolução do rebanho bovino, em cabeças de gado, no período entre 1998 e 2018, no Brasil, no Sudeste Paraense e no município de Novo Repartimento/PA

Ano	1998	2008	2018	Crescimento 1998-2018 (%)
Brasil	163.154.357	202.306.731	213.523.056	30,80
Sudeste Paraense	5.678.766	10.657.708	13.851.186	143,91
Novo Repartimento	142.200	381.628	970.857	582,74

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal, IBGE (2020). Org. O autor.

Muito provavelmente por causa do avanço da pecuária, Novo Repartimento/PA é o município do Sudeste Paraense que apresenta o maior crescimento da taxa de desmatamento em relação ao percentual de área de seu território[3], conforme os dados da Tabela 2:

Tabela 2 - Evolução do desmatamento no município de Novo Repartimento/PA, em hectares e em percentual do território, entre os anos 2000 e 2018

Ano	2000	2008	2018
Área desmatada	310.500	648.880	812.600
Percentual do território desmatado	20,13%	42.05%	52,66%

Fonte: INPE/PRODES, 2020. Org. O autor.

Por outro lado, o município de Novo Repartimento é o município que mais possui famílias assentadas em toda a área de jurisdição da SR-27, com 7.907 famílias em RB, para um número de lotes de 8.817, perdendo nesse último quesito apenas para Marabá, município polo da região. São 36 PAs do Incra somando uma área total de 575.723 ha, com uma média de 65,30 hectares por lote. No município há dois PAs que se destacam em relação ao tamanho e à capacidade de famílias, o Tuerê e o Rio Gelado, conforme a Tabela 3:

Tabela 3 - Dados sobre os Projetos de Assentamento Tuerê e Rio Gelado

Projetos de Assentamento	Tuerê	Rio Gelado
Capacidade (nº de lotes)	2.988	2.500
Famílias em R.B. (unidades)	2.955	2.474
Área total (ha)	240.895	196.985
Média da área dos lotes (ha)	80,00	78,00

Fonte: Incra, 2018. Org. O autor.

A Figura 1 abaixo expõe a concentração de lotes nos PAs existentes no município de Novo Repartimento:

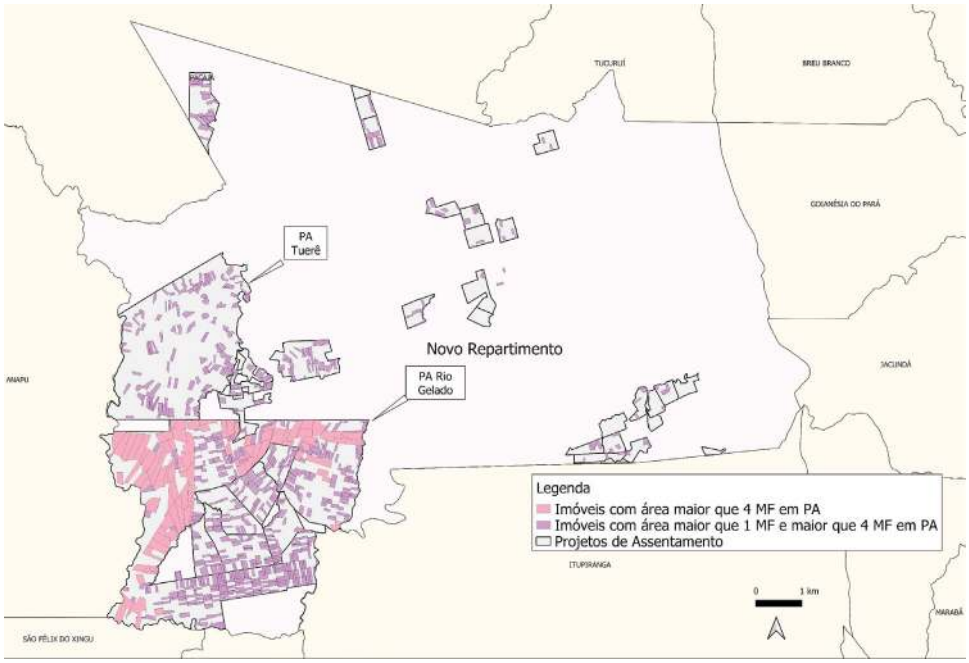

Figura 1 – Concentração de lotes em Projetos de Assentamentos no município de Novo Repartimento/PA.
Fonte: MMA/CAR, 2020 e Incra/Painel de Assentamentos, 2020. Org. O autor.

Os dados obtidos a partir do mapa acima estão expressos na Tabela 4:

Tabela 4 - Número de imóveis rurais, área ocupada e área média, nos Projetos de Assentamentos do município de Novo Repartimento/PA, por tamanho, em módulos fiscais (MF)

Tamanho dos imóveis	Número de imóveis	Área ocupada	Área média
Menor que 1 MF	3.149	146.510	46,52
Entre 1 e menos que 4 MF	809	96.666	118,00
Maior que 4 MF	111	75.279,30	678,12

Fonte: MMA/CAR, Painel dos Assentamentos/Incra, 2020. Org. Fonte: autor.

Um achado importante da pesquisa é que de todos 111 cadastros com os maiores imóveis rurais dentro de PAs do município de Novo Repartimento – aqueles com mais de 4 MF - apenas 4 deles encontram-se cadastrados na Relação de Beneficiários do Incra para esse município, mesmo assim com área acima do limite estabelecido pela Lei nº 13.465/17. Portanto, os demais não são beneficiários do Incra que conseguiram se estabelecer e "crescer", como dizem os próprios assentados, e devem ser classificados, a partir dos critérios estabelecidos acima sobre os sujeitos sociais que concentram lotes nos Projetos de Assentamentos, como capitalistas/rentistas (fazendeiros, comerciantes, industriais) que compram lotes dentro dos PAs para ampliar suas possibilidades de acumulação a partir da produção pecuária, atividade praticada em todas essas áreas, como consta declarado no CAR. Esses casos se enquadram dentro do padrão da denominada *acumulação espacialmente expansiva*, que depende basicamente da apropriação de novas áreas para se consumar. Chama a atenção que 13 destes imóveis rurais cadastrados no CAR

estão além dos 15 MF, compondo, portanto, grandes propriedades rurais, conforme definido na Lei nº 8629/93[4].

Já em relação às concentrações de lotes com tamanho entre 1 e 4 módulos fiscais, que somam 68 imóveis rurais em Novo Repartimento/PA, são 12 famílias na RB do Incra e acreditamos que quanto menor o tamanho dos lotes, maior será o percentual de famílias cadastradas como assentadas.

Assim, temos uma situação em que boa parte da área total dos PAs está concentrada em médias e grandes propriedades, com destaque para o PA Rio Gelado, onde se situa a maioria destas concentrações de lote. Tais resultados apontam, inclusive, para a relativização de afirmações presentes - seja em análises mais globais como a contida em Alencar et alli (2016), ou em análises que levam em conta um número menor de PAs, como em Farias, Beltrão, Santos e Pimenta (2017) sobre o desmatamento realizado em terras de PAs. Afinal, seriam apenas os camponeses que estão desmatando as florestas dentro dos PAs? Tais questões só podem ser respondidas de forma precisa se a concentração de lotes dentro dos PAs for considerada, ou corre-se o risco, como nas pesquisas supracitadas, de se imputar a responsabilidade pelo desmatamento a sujeitos sociais distintos daqueles que efetivamente cometem o crime ambiental, e que dependem desse crime para reproduzir e ampliar a pecuária extensiva, avançando sobre as áreas de mata.

Mas há uma outra situação camuflada entre os imóveis com mais de 4 MF: um número significativo de imóveis dessa dimensão possui área muito próxima aos 15 MF (14,99, 14,95, 14,50 MF), provavelmente cadastradas no CAR antes da promulgação da Lei nº 13.465/17, quando esse era o limite permitido para regularização fundiária em terras públicas federais, fora dos PAs, evidenciando o fracionamento destes imóveis rurais para enquadrá-los nos limites legais e a expectativa de que o limite de 15 MF fosse validado também para as áreas dos PAs. Prova disso é que dentre estes imóveis foram identificados alguns casos da chamada *grilagem familiar*, quando membros de uma mesma família possuem imóveis contíguos e concentram milhares de hectares em terras públicas e, no caso, dentro de projetos de assentamentos federais, áreas reformadas que deveriam abrigar apenas agricultores que utilizam a força de trabalho familiar para produzir na terra conquistada pelos movimentos sociais e concedida pelo governo federal. Na Figura 2 estão apresentados os cinco maiores casos de *grilagem familiar* identificados no município de Novo Repartimento, todos eles no PA Rio Gelado:

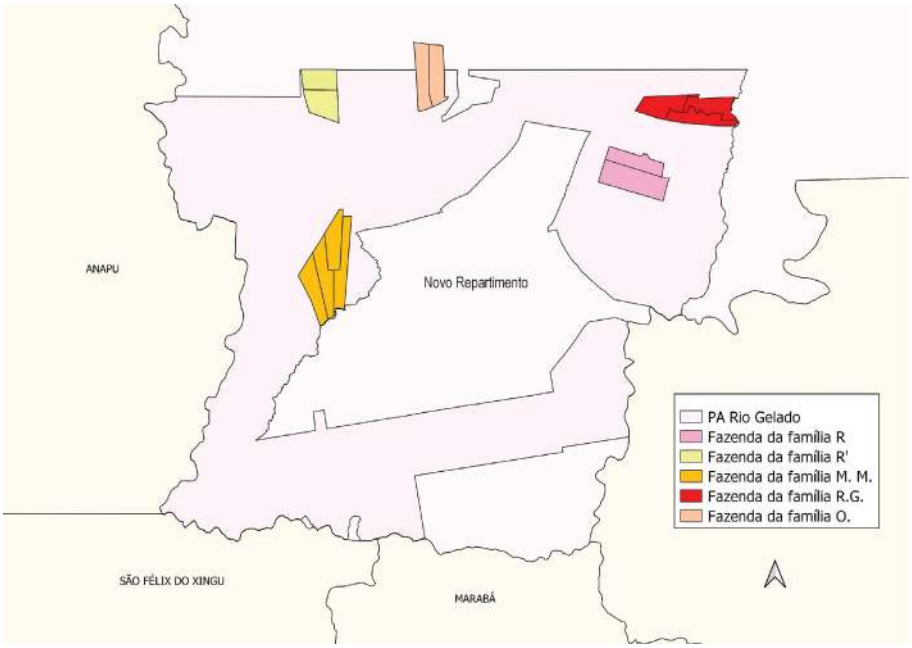

Figura 2 - Casos de *grilagem familiar* no PA Rio Gelado. Fonte: CAR/MMA, 2020 e Painel de Assentamentos/Incra, 2020. Org. O autor.

Como veremos nos mapas individualizados para cada uma dessas concentrações de terras, são grandes fazendas ocupando milhares de hectares em terras públicas destinadas para a reforma agrária. São ocupações ilegais à espera da anistia do Estado brasileiro, aguardando que novas leis sejam criadas, ainda mais permissivas que as anteriores em relação aos grileiros de terras públicas.

O cruzamento dessas informações, obtidas a partir das próprias declarações desses detentores de terras ao CAR, com os dados do INPE/PRODES sobre desmatamento acumulado na região amazônica possibilita a verificação da área ocupada para a pecuária e o desmatamento acumulado em cada um destes cinco maiores casos identificados de *grilagem familiar* no município de Novo Repartimento, todos eles situados no PA Rio Gelado:

a) Grilagem da família M.M.: esta família possui quatro imóveis rurais contíguos declarados ao CAR, conforme o Figura 3:

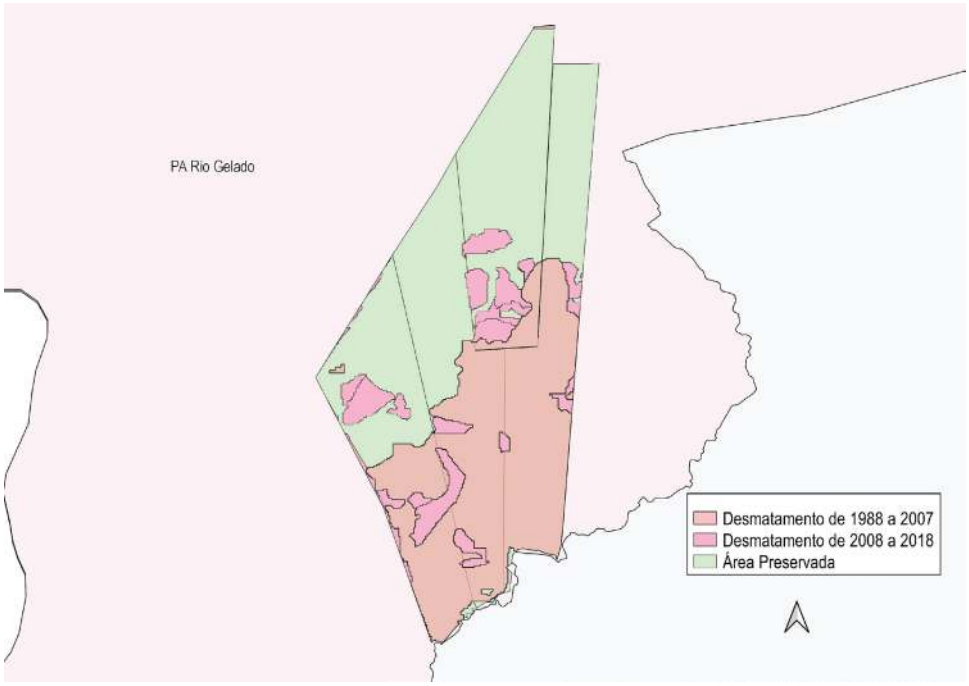

Figura 3 – Imóveis rurais sob controle da família M.M., no PA Rio Gelado, no município de Novo Repartimento/PA. Fonte: CAR/MMA, 2020 e INPE/PRODES, 2020. Org. O autor.

As fazendas Marina (1.021,58 ha ou 14,59 MF), Icatam (1.028,38 ha ou 14,69 MF), Princesinha (904,95 ha ou 12,92 MF) e Estância Morena (1.046,79 ha ou 14,95 MF), todas elas cadastradas em nome de integrantes da família M.M., possuem um total de 4.001,69 ha ou 57,15 mf, com uma área acumulada de desmatamento de 2.032 ha, um pouco superior a 50% do total da área somada dos imóveis. No CAR, a área de reserva legal proposta total é de 2.230,00 ha e consta a informação de que os quatro imóveis são destinados à atividade pecuária. Se levado em consideração o preço médio de R$ 3.969,05 o hectare, levantado em pesquisa feita pelo Incra para as terras Novo Repartimento, teríamos um preço total de R$ 15.882.907,69 para as terras controladas pela família M.M, integralmente situadas em terras públicas federais pertencentes ao PA Rio Gelado[5].

b) Grilagem da família R.G.: são três imóveis rurais contíguos sob o controle dessa família, conforme o Figura 4:

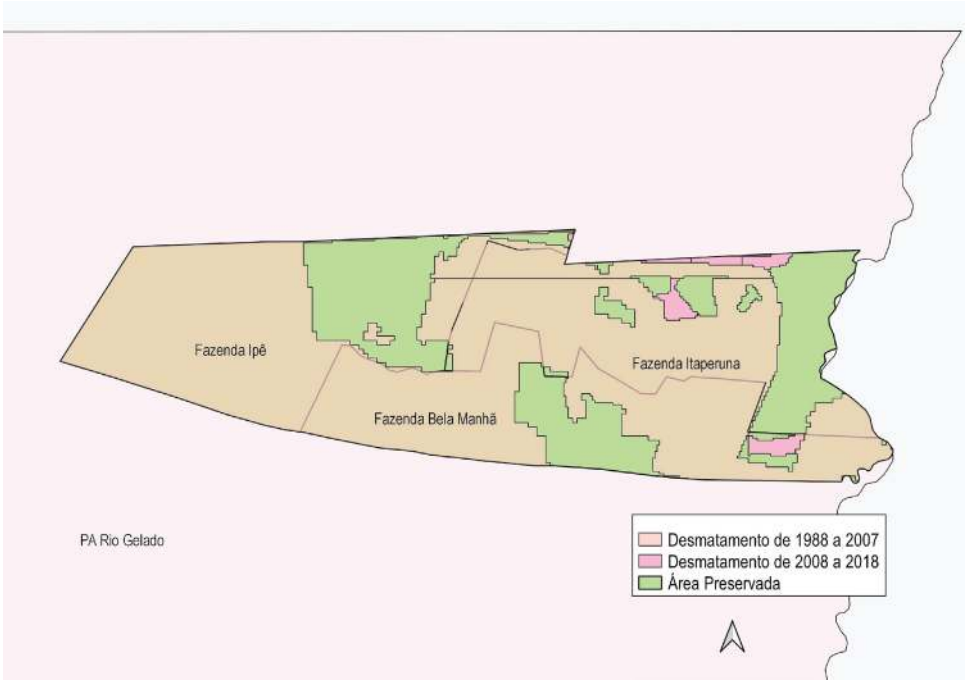

Figura 4 – Imóveis rurais sob controle da família R.G., no PA Rio Gelado, no município de Novo Repartimento/PA. Fonte: MMA/CAR e INPE/PRODES, 2020. Org. O autor.

As fazendas Ipê (14,35 MF ou 1.004,61), Itaperuna (12,75 MF ou 893,08) e Bela Manhã (863,74 ou 12,40 MF), todas destinadas à atividade pecuária de acordo com o declarado no CAR pelos seus detentores, possuem uma área total de 2.761,43 ha ou 39,44MF, dos quais 2.080 ha foram desmatados até o ano de 2018 (PRODES, 2020). Segundo dados do CAR. A área de Reserva Legal proposta pela família é de 1.398,10. Se levarmos em consideração o preço médio do hectare calculado pelo Incra para Novo Repartimento, estas terras estariam avaliadas em R$ 10.960.253,74.

Grilagem da Família R.: são apenas dois imóveis contíguos sob o controle da família R., as fazendas Gaúcha (974,00 ou 13,91 MF) e a fazenda Boi Branco (1.779,89 ou 25,42 MF). No entanto, esta última é o maior imóvel rural cadastrado junto ao CAR e que se situa dentro dos PAs no município de Novo Repartimento, e o único dos casos analisados a superar a marca de 15 MF e que, portanto, já pode ser classificado como uma grande propriedade. Nesse caso, ou os detentores aguardam que o limite da regularização fundiária de 2.500 ha estabelecido pela Lei nº 13.465/17 seja estendido para as terras de PAs, ou a intenção é continuar engordando gado indefinidamente, posto que as ações de retomadas de terras públicas ilegalmente ocupadas, a despeito das determinações legais existentes, não são realizadas pelo Incra. A Figura 5 mostra os imóveis rurais controlados pela família R:



Figura 5 – Imóveis rurais sob o controle da família R, no PA Rio Gelado, no município de Novo Repartimento/PA.
Fonte: MMA/CAR e INPE/PRODES. Org. O autor.

As duas fazendas possuem um total de 2.753,89 ha e um preço de R$ 10.930.327,10 de acordo com os dados do Incra de 2017. A área desmatada registrada pelo Inpe/Prodes é de 1.263 ha.

d) Grilagem da família R': as fazendas Nossa Senhora de Fátima I (816,98 ha ou 11,67 MF) e II (989,80 ha ou 14,14 MF) somam um total de 1806,78 ha, ou 25,81 MF e um preço de R$ 7.171.200, de acordo com o preço médio do hectare pesquisado pelo Incra. Na Figura 6, os imóveis rurais sob controle da família R':

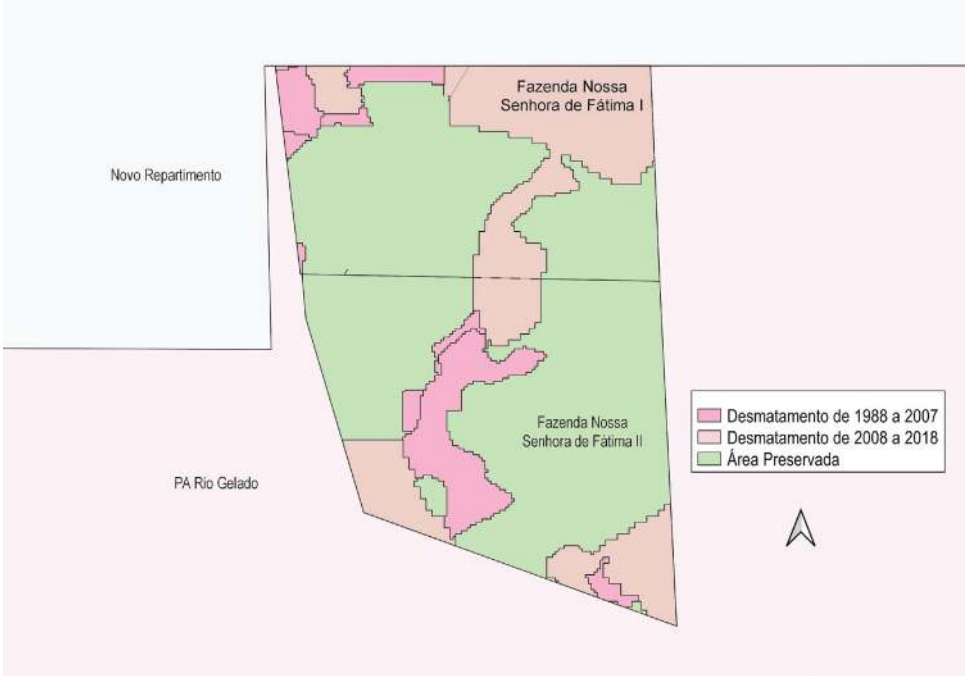

Figura 6 – Imóveis Rurais sob o controle da família R', no PA Rio Gelado, no município de Novo Repartimento/PA.
Fonte: MMA/CAR e INPE/PRODES. Org. O autor.

Dos processos de grilagens familiares aqui apresentados este é que apresenta a menor área desmatada. São 631 ha desmatados registrados pelo PRODES/INPE até o ano de 2018 e uma proposta de Reserva Legal cadastrada no CAR de 1.171,11 ha. Essa foi a única família, entre os casos de *grilagem familiar* detectados, a entrar com um pedido de regularização fundiária junto ao Programa Terra Legal, no caso, para a fazenda Nossa Senhora de Fátima I.

e) Grilagem da família O.: são duas as fazendas contíguas apropriadas por esta família, a fazenda Barra Mansa (1.019,90 ha ha ou 14,57 MF MF) e a fazenda Barra do Dia (14,55 MF 1.018 ha), somando um total de 2.037,90 ha. Segundo dados do PRODES/INPE, desse total, 1.334,00 ha foram desmatados até o ano de 2018, sendo que a proposta de Área de Reserva Legal cadastrada no CAR é de 1.004 ha. Esses dois imóveis rurais são os únicos, dentre os 5 casos de *grilagem familiar* citados neste trabalho, que possuem áreas que extrapolam os limites do PA Rio Gelado e, no entanto, estas áreas se encontram situadas na Gleba Pública Federal Carajás I, portanto em áreas de domínio federal, como mostra a Figura 7:

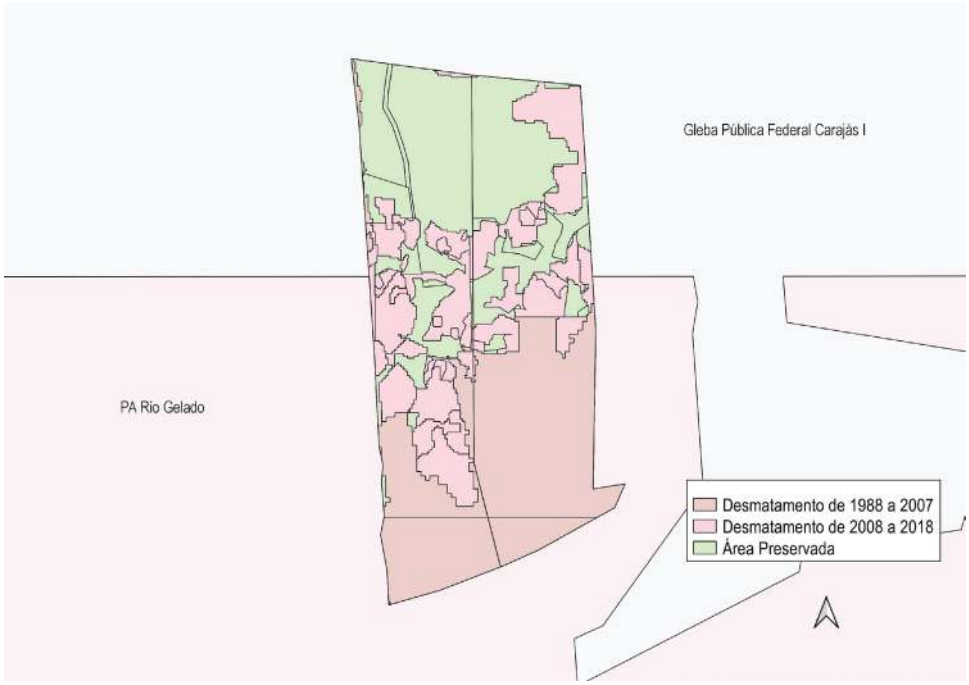

Figura 7 – Imóveis rurais sob o controle da família O, no PA Rio Gelado, no município de Novo Repartimento/PA.
Fonte: MMA/CAR e INPE/PRODES. Org. O autor.

Em todos os cinco casos de *grilagem familiar* demonstrados acima há evidência de um desmatamento contínuo com a expansão das áreas voltadas para a pastagem. Reforçando a ideia de uma forma de reprodução e ampliação da acumulação que ocorre fundamentalmente pela expansão das terras utilizadas para a pecuária e se utilizando de métodos extraeconômicos, o que venho denominando de *acumulação espacialmente expansiva*.

Os resultados apontados mostram ainda a necessidade de um aprofundamento das ações do Incra em relação aos seus PAs, tanto no sentido de apoiar a permanência dos assentados, - incrementando a produção e garantindo a comercialização – quanto no de reforçar sua fiscalização. Demonstram ainda que a discussão sobre o desmatamento em áreas de PAs tem que levar em consideração o tamanho dos lotes desmatados, sob pena de se

responsabilizar, de forma equivocada, o trabalho das famílias camponesas como os principais responsáveis por essa ação. Por fim, comprovam a acumulação realizada a partir da expansão territorial da pecuária em terras públicas federais, no caso aqui estudado, terras que deveriam estar destinadas à reforma agrária. Explicita-se assim uma das formas da acumulação originária que serve como condição indispensável para a expansão da pecuária capitalista no município estudado. É esse gado que depois irá abastecer os modernos mercados nacional e internacional da carne, abastecendo os grandes frigoríficos instalados na região[6].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apontou que a dinâmica da realidade dos PAs, em se tratando da compra e venda de lotes, está muito além das previsões legais e burocráticas. Pelas mais diversas razões, lotes são vendidos e comprados sem que o órgão fundiário federal tome conhecimento, ou consiga coibir quando os fatos lhe são reportados. Observa-se que milhões de hectares conquistados pela luta camponesa estão em disputa dentro dos PAs e diversos sujeitos sociais, inclusive grandes fazendeiros, se apropriam ilegalmente dessas terras públicas desvirtuando as finalidades do processo de Reforma Agrária, impondo a produção pecuária extensiva e o desmatamento em áreas reformadas que deveriam estar destinadas ao trabalho familiar e à produção de alimentos voltada para a garantia da soberania alimentar da população. A acumulação por expropriação, que ocorre pela apropriação ilegal das terras, pela expansão da agropecuária capitalista por meio de métodos ilegais, acontece com o Estado buscando formalizar tais processos e, deliberadamente ou não, os incentivando.

Ainda que, em alguns casos, a Lei 13.465/17 beneficie médios produtores assentados que conseguiram crescer dentro dos PAs, uma parcela daqueles que possuem até 4 MF, é de fazendeiros que fracionam as terras que detêm para se enquadrar no limite legal. No mais, a criação de leis voltadas à regularização fundiária de apropriações de terras públicas federais, ainda que nem sempre se refiram às terras de PAs, tendem a aguçar ainda mais a fome por terras de fazendeiros, especuladores e aventureiros, à espera da anistia estatal para a realização do que vem sendo denominado neste texto de *acumulação espacialmente expansiva*.

Uma conclusão importante que se pode deduzir dos resultados encontrados é que a estagnação do processo de reforma agrária é uma realidade há alguns anos e o que está em jogo agora é a reversão das terras de PAs em grandes fazendas, é a reconcentração destas terras e a destinação delas para atividades capitalistas e, especificamente no caso do município de Novo Repartimento e de praticamente de toda a área sob jurisdição da SR-27, para a pecuária extensiva, com todas as consequências previsíveis deste tipo de atividade, como a concentração de terras e o desmatamento contínuo e significativo das florestas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, A., PEREIRA, C. , CASTRO, I., CARDOSO, A., SOUZA, L., COSTA, R., BENTES, A. J., STELLA, O., AZEVEDO, A., GOMES, J., NOVAES, R. **Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia**: Histórico, Tendências e Oportunidades. Brasília: IPAM, 2016.

CHAYANOV, Alexander V. La organizacion de la unidad econômica campesina. Buenos Aires: Editora Nueva Vision, 1985.

HEBÉTTE, Jean. **Cruzando a fronteira** – 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. 4. Um novo campesinato amazônico e o papel das instituições científicas e seus pesquisadores. Belém: EDUFPA, 2004.

IANNI, Octavio. **História social da terra e da luta pela terra em uma área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

INCRA. **Relatório de Análise de Mercado de Terras**. Superintendência Regional do Sul do Pará (SR-27). Marabá, 2017. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/relat-rios-de-anlise-de-mercados-de-terra-ramts-/sr-27---sul-do-par---marab- /ramt_sr27_mba_jun_2017.pdf. Acesso em 24/03/2018.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1984, 134p.

O sujeito oculto – Ordem e Transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

MOREIRA NETO, Carlos Araújo. "A cultura pastoril do Pau D'arco". Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. nº 10. Nova Série, INPA, CNPq. (março) 1960.

PEREIRA, Airton dos Reis. **O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense**: O caso da fazenda Bela Vista. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

Conflitos de terra e violência no sul do Pará (1975-1990). In: X Encontro Nacional de História Oral. Testemunhos: História e Política. UFPE, 2010.

SILVA, Fábio Carlos da. **A economia pastoril e os primórdios do capitalismo na região do Araguaia paraense**. Novos Cadernos NAEA, vol. 10 nº 1, pp. 5-22, 2007.

TERENCE, Marcelo. **Acumulação capitalista entre o sangue e a imundice** – processos de privatização de terras públicas federais no Sudeste Paraense. Departamento de Geografia, São Paulo: FFLCH/USP, 2018.

TORRES, Maurício. **Terra Privada, Vida Devoluta**. Tese de doutorado. Departamento de Geografia, São Paulo: FFLCH/USP, 2012.

NOTAS

1 Seria uma das formas de acumulação originária bastante comum no processo de formação territorial no Brasil e que ocorre por meio da apropriação sempre crescente de terras públicas, sobretudo as terras ermas e desocupadas ou ocupadas por camponeses, indígenas, quilombolas, áreas de conservação etc. Independentemente de estar ou não dentro dos parâmetros legais, a principal característica desta modalidade de acumulação originária é a territorialização do capital e a utilização de meios extraeconômicos para sua realização como, por exemplo, a fraude e a violência. Para mais detalhes ver Terence (2018).

2 Ver, por exemplo, o acórdão nº 000.775/2016-0 do Tribunal de Contas da União (TCU).

3 Além de ser o 9º município da Amazônia Legal que mais desmatou no ano de 2020 e o 5º lugar em relação ao desmatamento acumulado até esse mesmo ano.

4 E extrapolavam, portanto, os limites estabelecidos pela Lei nº 11.952/09, que determinava o máximo de 1.500 hectares ou 15 mf como o máximo permitido para a regularização fundiária, limite que só foi alterado para 2.500 ha no ano de 2017 com a Lei nº 13.465/17. Isso evidencia que, em muitos casos, a intenção desses detentores de fazendas dentro dos PAs não é buscar a regularização senão permanecer indefinidamente ocupando e utilizando tais terras mesmo que de forma ilegal.

5 E se levarmos em consideração o fato de que as terras no Município de Novo Repartimento tiveram em aumento significativo nas últimas décadas, com o hectare, segundo pesquisa feita pelo Incra, passando de R$ 189,00 no ano de 2001 para R$ 2.927,00 no ano de 2016, é possível entender o anseio expansionista destes pecuaristas detentores de terras que ganham muito dinheiro com o mero controle ilegal de terras públicas, mesmo se nelas não produzirem (INCRA, 2017).

6 Ver, por exemplo, a reportagem do site APublica sobre as relações entre a grilagem, o desmatamento e o fornecimento de carne para grandes frigoríficos. Disponível em: https://apublica.org/2021/06/gado-de-fazendas-ligadas-a-narcopecuarista-foi-vendido-a-jbs-e-frigol/. Acesso em 05/07/2021

REVISTA DA ANPEGE. V. 18. Nº. 35 — ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X 25
DOI 10.5418/RA2022.V18I35.13822

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO LARANJA DOCE, MATO GROSSO DO SUL

ENVIRONMENTAL DIAGNOSIS OF THE LARANJA DOCE STREAM WATERSHED, MATO GROSSO DO SUL

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DE LA CUENCA HIDROGRÁFICA DEL ARROYO LARANJA DOCE, MATO GROSSO DO SUL

Lorrane Barbosa Alves

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
lorrane.geo@gmail.com

Charlei Aparecido da Silva

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
charleisilva@ufgd.edu.br

Rafael Brugnolli Medeiros

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
rafael_bmedeiros@hotmail.com

RESUMO

Realizar um diagnóstico ambiental envolve compreender realidades que, reiteradamente, são conflituosas. Isto posto, este artigo objetivou desenvolver um diagnóstico ambiental da Bacia Hidrográfica do Córrego Laranja Doce (BHCLD), localizada no Mato Grosso do Sul, sendo a qualidade das águas superficiais do córrego Laranja Doce um dos principais indicadores responsáveis em expor as principais atividades com potencial poluidor. Realizou-se a análise de parâmetros físico-químicos em sete pontos de amostragem, enquadrando-os segundo as legislações vigentes, além do processamento digital de imagens, usado para classificar a cobertura e uso da terra. Os resultados apontaram que os trechos avaliados se enquadraram na Classe I, III e IV, com oxigênio dissolvido reduzido e condutividade elétrica elevada. A área urbana de Dourados, a Estação de Tratamento de Efluente e a agricultura se apresentaram como vetores das degradações ambientais registradas. Com isso, há necessidade de se implantar um ordenamento físico-territorial a fim de contribuir no uso racional dos recursos hídricos.
Palavras-chave: Recursos hídricos. Gestão territorial. Legislação ambiental. Cobertura e uso da terra. Qualidade das águas superficiais.

ABSTRACT

Making an environmental diagnosis involves understanding realities that, repeatedly, are conflicting. This being said, this article aimed to develop an environmental diagnosis of the Laranja Doce Stream Watershed (BHCLD), located in Mato Grosso do Sul, being the quality of surface water of the Laranja Doce stream one of the main indicators responsible for exposing the main activities with polluting potential. The analysis of physical and chemical parameters was carried out in seven sampling points, framing them according to the current legislation, in addition to digital image processing, used to classify the use and coverage of the land. The results indicated that the stretches evaluated fit into Class I, III and IV, with low dissolved oxygen and high electrical conductivity. The urban area of Dourados, the effluent treatment plant and agriculture were the main causes of the environmental degradation registered. Thus, there is a need to implement a physical-territorial planning in order to contribute to the rational use of water resources.
Keywords: Water resources. Territorial management. Environmental legislation. Land cover and use. Surface water quality.

RESUMEN

Realizar un diagnóstico ambiental implica comprender realidades que, reiteradamente, son conflictivas. Dicho esto, este artículo tuvo como objetivo desarrollar un diagnóstico ambiental de la Cuenca Hidrográfica del Arroyo Laranja Doce (BHCLD), ubicada en Mato Grosso do Sul, siendo la calidad del agua superficial del arroyo Laranja Doce uno de los principales indicadores responsables de exponer las principales actividades con potencial contaminante. El análisis de los parámetros físico-químicos se realizó en siete puntos de muestreo, encuadrándolos según la legislación vigente, además del tratamiento digital de las imágenes, utilizado para clasificar el uso y la cobertura del terreno. Los resultados indicaron que los tramos evaluados encajan en las clases I, III y IV, con bajo oxígeno disuelto y alta conductividad eléctrica. El área urbana de Dourados, la Estación de Tratamiento de Efluentes y la agricultura se presentaron como vectores de degradación ambiental registrados. Por lo tanto, es necesario implementar una planificación físico-territorial para contribuir al uso racional de los recursos hídricos.
Palabras clave: Recursos hídricos. Gestión territorial. Legislación ambiental. Cobertura y uso de la tierra. Calidad de las aguas superficiales.

Introdução

A água é, provavelmente, o único componente natural que está relacionado a todos os aspectos da civilização, desde o desenvolvimento agrícola e industrial aos valores culturais e religiosos na sociedade (Projeto Brasil das Águas, 2003/2014). A partir dessa abordagem, torna-se fundamental o uso racional das águas, evitando-se o desperdício, a contaminação e a poluição – condição pouco alcançada em diversos países do mundo, incluindo o Brasil.

Na atualidade, verifica-se uma série de estudos voltados à preservação, conservação e manutenção da qualidade e quantidade das águas superficiais, bem como a compreensão de suas dinâmicas para além do ciclo hidrológico, aos quais tem se demonstrado cada vez mais complexas no território brasileiro, dentre vários estudos destacam-se, no Estado de Mato Grosso do Sul, Pinto, Oliveira e Pereira (2009), Lelis et al. (2015), Alves (2019) e Brugnolli et al. (2020).

Na prática, observa-se uma realidade na qual se constatam ações inadequadas quanto ao uso e ocupação de bacias hidrográficas, que acarretam impactos irreversíveis aos mananciais. Alguns desses impactos ocorrem, sobretudo, pela deficiência nos processos de gestão e manejo, que são representados pela ausência de saneamento básico, com a presença de esgotos clandestinos; despejo de resíduos sólidos (em grande parte domésticos) nas margens dos rios, córregos e nascentes; além do desmatamento, contaminação do solo e da água, e a ocorrência de impactos negativos nas Áreas de Proteção Permanente (APPs). Toda esta ineficiência manifesta-se na qualidade das águas superficiais, com as alterações de seus aspectos físicos, químicos e biológicos.

Percebe-se que o uso intenso na agricultura, pecuária e a proximidade com o ambiente urbano são, destacadamente, os principais fatores que desencadeiam processos irreversíveis, inviabilizando, muitas vezes, esse recurso para consumo humano (Branco, 1983; Libânio, 2005). Condição esta, aplicada à Bacia Hidrográfica do Córrego Laranja Doce/MS (BHCLD), que passa por um profundo processo de ocupação ligado à monocultura da soja e pecuária.

A BHCLD foi escolhida por englobar o município com a segunda maior população do Estado Mato Grosso do Sul, isto é, Dourados, além de Douradina, e abranger uma área que evidencia um complexo processo de uso dos mananciais hídricos e ocupação das terras, com a presença de aldeias indígenas e áreas com diferentes características naturais. Esse quadro fomenta o interesse na realização do diagnóstico ambiental da bacia hidrográfica em questão.

De acordo com Soares Filho, Comunello e Ribeiro (2012, p. 227), o diagnóstico ambiental "fornece o mínimo de conhecimento necessário para o entendimento da dinâmica espaço-temporal do ambiente em questão, e conhecer o ambiente implica estudar o espaço geográfico e os aspectos ambientais nele inseridos". Zanatta (2014, p. 15), por sua vez, afirma que "o diagnóstico consiste na avaliação do potencial dos recursos, do estado de deterioração geoecológica, da avaliação da eficiência de uso e impacto atual, bem como a identificação dos problemas atuais". Na mesma perspectiva, Santos (2004, p. 72-73) descreve que "o diagnóstico envolve, pelo menos, três fases, cada qual compreende um processo: a seleção e obtenção dos dados de entrada, a análise integrada e a elaboração de indicadores que servirão de base para a tomada de decisão".

Visto a importância desse estudo na compreensão das relações entre os componentes a serem tratados na BHCLD, vale destacar que o diagnóstico ora proposto teve como objetivo central avaliar as águas superficiais da BHCLD e identificar impactos ambientais, isso por meio de uma visão integrada, na qual a articulação sistêmica

se faz presente.

Frente ao exposto, nota-se a necessidade de um monitoramento amplo e processos de gestão que visem identificar a contaminação e/ou poluição dos mananciais da BHCLD. Isso gera possibilidades, prognósticos e melhorias na qualidade das águas disponíveis, enfatiza a importância do enquadramento dos mananciais hídricos, bem como, preconiza seus usos para determinados fins, reduzindo os agravos causados pela ação humana.

No que tange ao enquadramento, segundo a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005 e suas alterações do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, o mesmo se relaciona à classificação das águas doces, salinas e salobras brasileiras por meio de parâmetros físico-químicos e biológicos, que no caso dessa pesquisa, utilizou-se os parâmetros relacionados às águas doces. Além disso, estabelece normas para seu enquadramento e preconizações de uso dessas águas. Tal análise traz consigo uma noção clara da atual situação dos recursos hídricos diante de possíveis contaminações (CONAMA, 2005). Partindo da premissa das águas superficiais como importantes indicadores ambientais das bacias hidrográficas, tais estudos admitem diagnosticar e antever situações ameaçadoras do equilíbrio ambiental, que, juntamente à resolução supracitada, auxiliam na classificação das águas como viáveis ou não em relação ao seu uso (Batista e Cabral, 2017).

De tal forma, a partir de inquietações a respeito da qualidade das águas superficiais e da influência que as principais atividades sociais exercem sobre as águas da BHCLD, procurou-se analisar o enquadramento do córrego Laranja Doce. Objetivou-se desenvolver um diagnóstico ambiental expondo as principais atividades com potencial poluidor e que são capazes de alterar os parâmetros físico-químicos das águas superficiais do manancial em questão.

Frente ao exposto, pontos de amostragem foram selecionados previamente a fim de averiguar parâmetros físicos e químicos, sendo eles: turbidez, oxigênio dissolvido - OD, potencial hidrogeniônico - pH, sólidos totais - ST, sólidos totais dissolvidos - STD, salinidade e condutividade elétrica - CE. Os limites de concentração de cada parâmetro foram estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 357 e suas alterações na esfera federal, e pela Deliberação do Conselho Estadual de Controle Ambiental - CECA/MS Nº 36/2012, na esfera Estadual. Um modelo de cobertura e uso da terra tornou-se referência por permitir traçar as correlações necessárias para o diagnóstico, e por expor as variáveis que compõem a dinâmica da BHCLD.

Os municípios de Dourados e Douradina possuem uma população estimada em 227.990 e 6.025 habitantes, respectivamente (IBGE, 2021). Dourados é o 2° município mais populoso de Mato Grosso do Sul, com uma dimensão de 4.062.236 km², no qual há oito distritos: Guaçu, Itahum, Panambi, Picadinha, Vila São Pedro, Indápolis, Vila Formosa e Vila Vargas (IBGE, s/d). O município possui 56.574 domicílios localizados na área urbana e 4.272 na área rural, conforme o censo de 2010. Em contrapartida, Douradina é um dos municípios com menor população residente, com apenas 6.025 habitantes e uma dimensão territorial de 280 km², composto por dois distritos: Bocajá e Cruzaltina. O município possui 1.065 domicílios localizados na área urbana e 576 na área rural (IBGE, 2021).

O Córrego Laranja Doce é afluente da margem direita do Rio Brilhante, que por sua vez, se une aos rios Vacaria e Dourados, formando o rio Ivinhema, esta é uma das principais bacias hidrográficas do estado. A área da BHCLD localiza-se nos municípios de Dourados (79,36%) e Douradina (20,64%), com uma dimensão territorial de 652,10 km² (Figura 1).

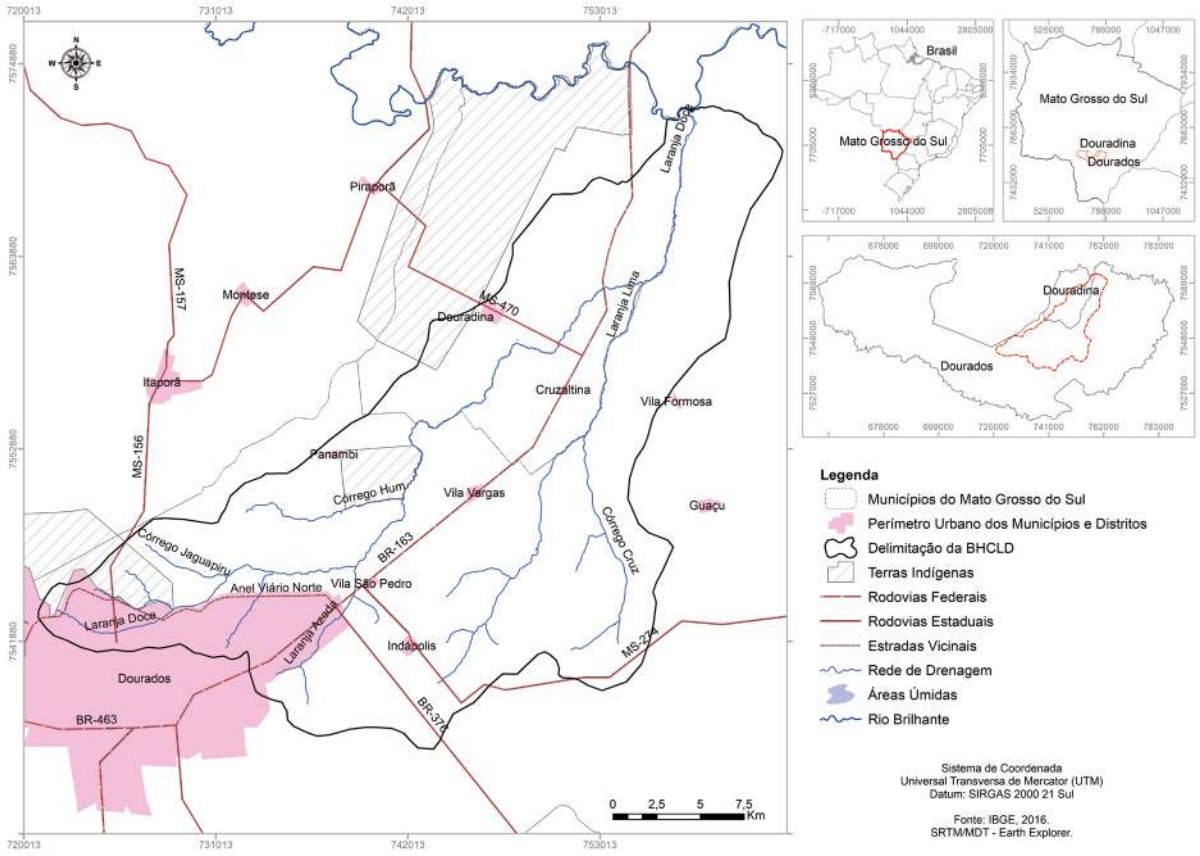

Figura 1 - Localização da Bacia Hidrográfica do Córrego Laranja Doce/MS, Brasil

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021

Materiais e Métodos

Os procedimentos metodológicos incluem elementos de reflexão teórico-conceitual, aplicação de técnicas específicas e o levantamento empírico de dados primários em campo. A articulação das etapas e dos processos estão representados no fluxograma da Figura 2, essa tem a finalidade em expor a estrutura, organização e as etapas de execução do estudo, norteando assim, o diagnóstico ambiental da BHCLD.

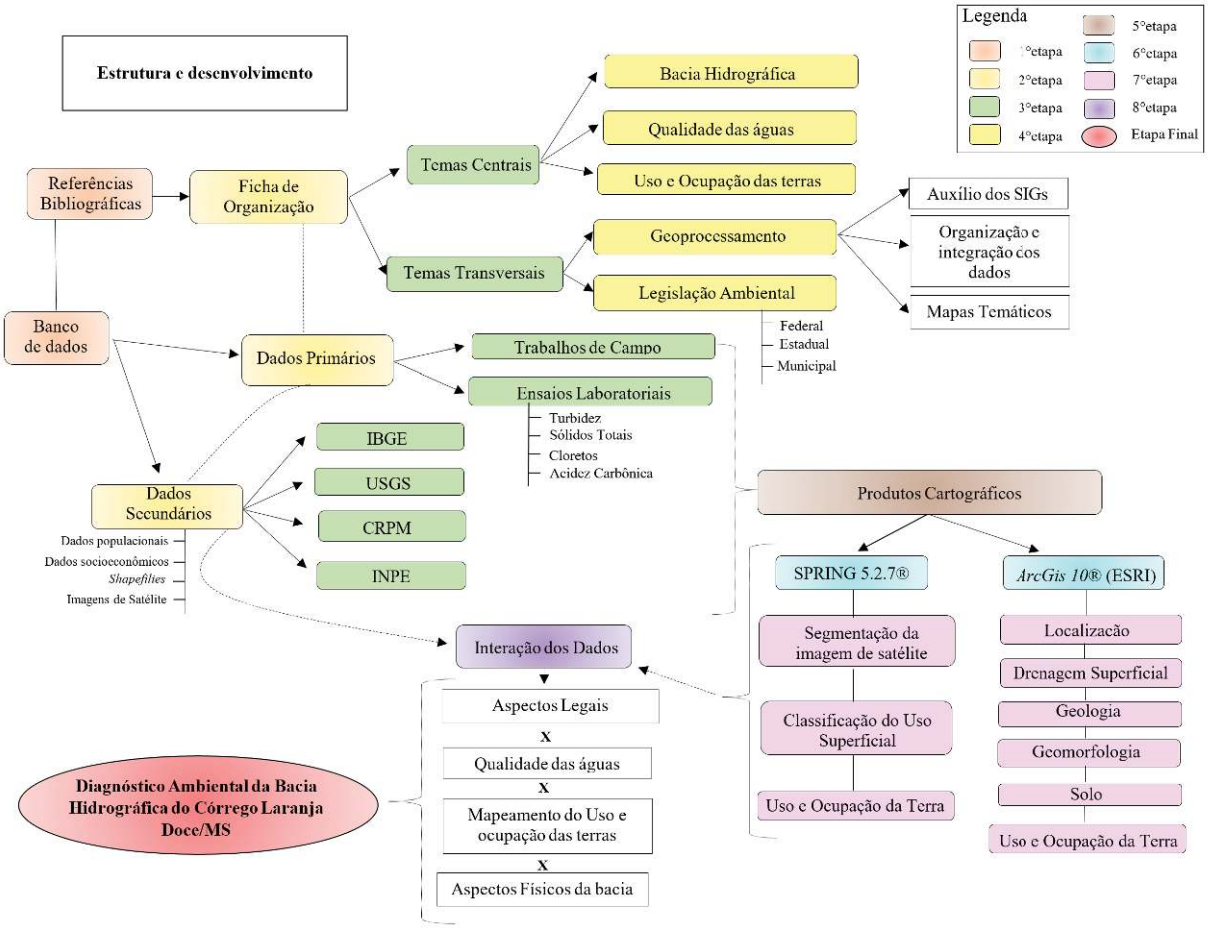

Figura 2 - Roteiro teórico-metodológico: fases de organização, desenvolvimento e execução do diagnóstico ambiental da BHCLD-MS Fonte: Elaborado pelos autores, 2021

Em um primeiro momento, realizou-se o levantamento bibliográfico, com foco em referências sobre qualidade das águas superficiais no Brasil; a influência do cobertura e uso da terra, responsável pela alteração dos parâmetros físicos e químicos das águas superficiais; trabalhos que retratassem a BHCLD como área de estudo e; por fim, o auxílio das geotecnologias no processo digital de imagens de satélite, na produção cartográfica, e na análise e interpretação dos componentes da BHCLD, o que possibilita identificar impactos gerados por ações naturais e/ou antrópicas.

Sabe-se que o manancial não enquadrado, segundo o Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul, pertence a Classe II, como é o caso do córrego Laranja Doce. Frente a esta classificação, foram observados os resultados dos paramentos físico-químicos trabalhados, avaliando se os tipos de usos estão em concordância com sua respectiva classe. A fim de enquadrar os trechos analisados, tomou-se como base o parâmetro que apresentou característica mais restritiva.

Os parâmetros físico-químicos contribuíram na construção do banco de dados, sendo estes dados primários. Para a aquisição das amostras das águas superficiais brutas do córrego Laranja Doce foram realizados trabalhos de campo na BHCLD, atentando-se em identificar as principais atividades econômicas presentes na área e que são capazes de alterar as características do manancial hídrico ao longo de sete pontos de coleta das amostras de água

superficial bruta (Figura 3). A aquisição de dados secundários em sites governamentais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, United States Geological Survey - USGS, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM (2006), dentre outros, também foram utilizadas para enriquecer o banco de dados.

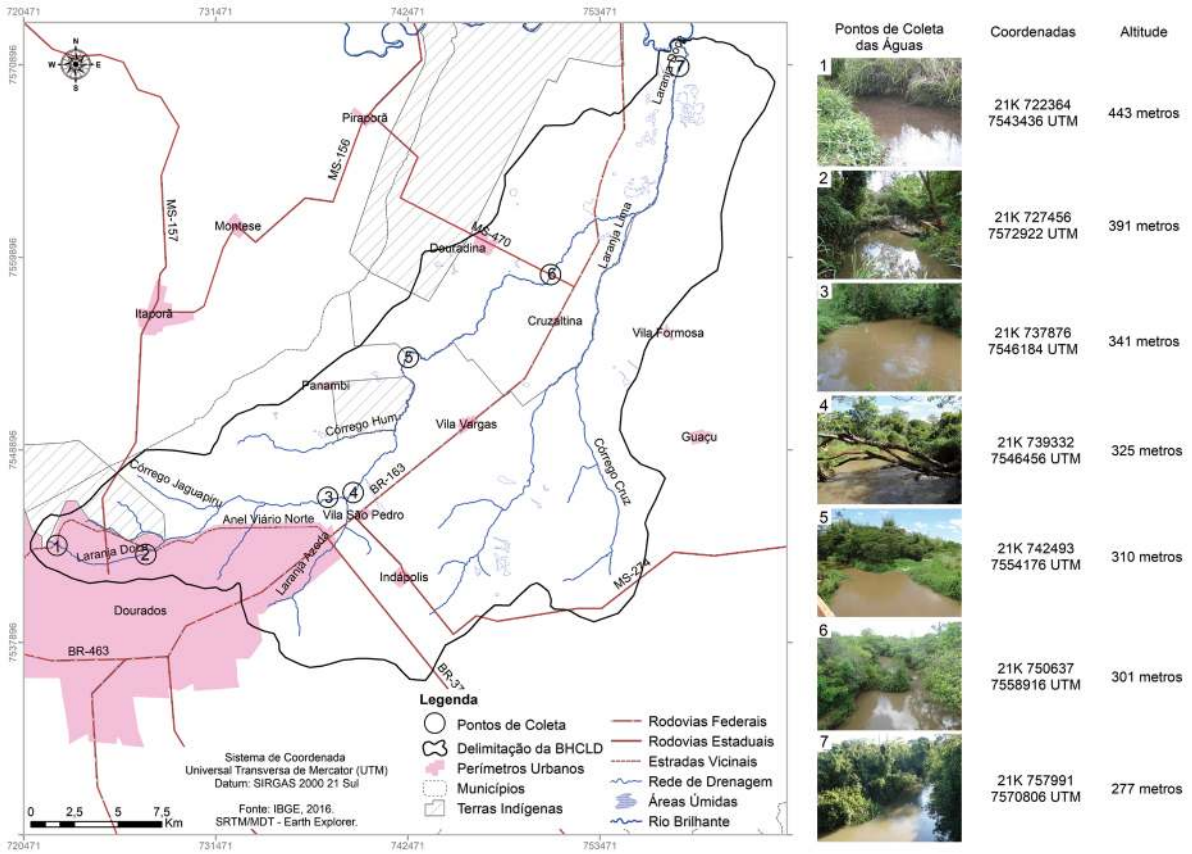

Figura 3 - Localização dos Pontos de Coleta das Águas Superficiais Bruta do Córrego Laranja Doce/MS, Brasil
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

A partir da elaboração deste banco de dados, houve a espacialização das informações com o auxílio do ArcGis 10®, que objetivou efetuar uma análise integrada da área de estudo, expondo as possíveis influências na qualidade das águas superficiais da BHCLD.

Na coleta de dados in situ utilizou-se a sonda YSI Professional Plus na medição dos parâmetros de temperatura da água, oxigênio dissolvido, pH, sólidos totais dissolvidos, condutividade elétrica e salinidade. Foi efetuada sua calibração, seguindo as orientações do manual de fábrica, garantindo assim a confiabilidade dos resultados. Em seguida, no laboratório físico-químico, realizou-se as análises laboratoriais do que não foi aferido pela sonda, isto é, a turbidez e sólidos totais, iniciando-se assim a avaliação da qualidade das águas do córrego Laranja Doce. Todas as coletas seguiram as recomendações do Guia Nacional de Coleta e Preservação de Amostras (2011), elaborado pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), tendo como apoio a Agencia Nacional de Águas em sua construção (CETESB/ANA, 2011).

Os softwares utilizados no processamento dos produtos cartográficos foram o ArcGis 10® (ESRI) e o SPRING 5.2.7® (INPE, 2015), auxiliando no manuseio do modelo digital de terreno – MDT/SRTM e no processamento digital de imagens de satélite para classificar a cobertura e uso da terra por meio da imagem

Sentinel-2B, do mês de maio de 2018, ambos os dados adquiridos, gratuitamente, junto ao Serviço Geológico dos Estados Unidos – USGS.

Após a espacialização da cobertura e uso da terra efetuou-se a construção dos raios de influência, com uma dimensão de três quilômetros (3km), em que o ponto central desses raios são os pontos de coleta das águas, iniciando-se o processo de identificação das principais atividades presentes no entorno dos pontos de coletas, avaliando se estas influenciam diretamente na qualidade das águas superficiais.

Com isso, a elaboração do diagnóstico ambiental seguiu as três etapas citadas por Santos (2004), que envolveram: a) a seleção e obtenção dos dados de entrada, com trabalhos de campo, ensaios laboratoriais e dados governamentais; b) a análise integrada, que utilizou as geotecnologias na espacialização destes dados e no processamento dos produtos cartográficos; c) elaboração de indicadores que servirão de base para tomada de decisão.

Resultados e discussões

A partir da elaboração dos produtos cartográficos (Figura 4), constatou-se que a BHCLD está inserida no compartimento geotectônico da Bacia Sedimentar do Paraná, composta por 77,37% de unidades geoecológicas da formação Serra Geral, constituída dominantemente por basaltos do Grupo São Bento, além de terraços aluvionares e depósitos aluvionares que representam 4,77% e 17,87%, respectivamente. Foram identificados, ainda, falhas geológicas recorrentes de uma ruptura que excedeu o limite de plasticidade das rochas.

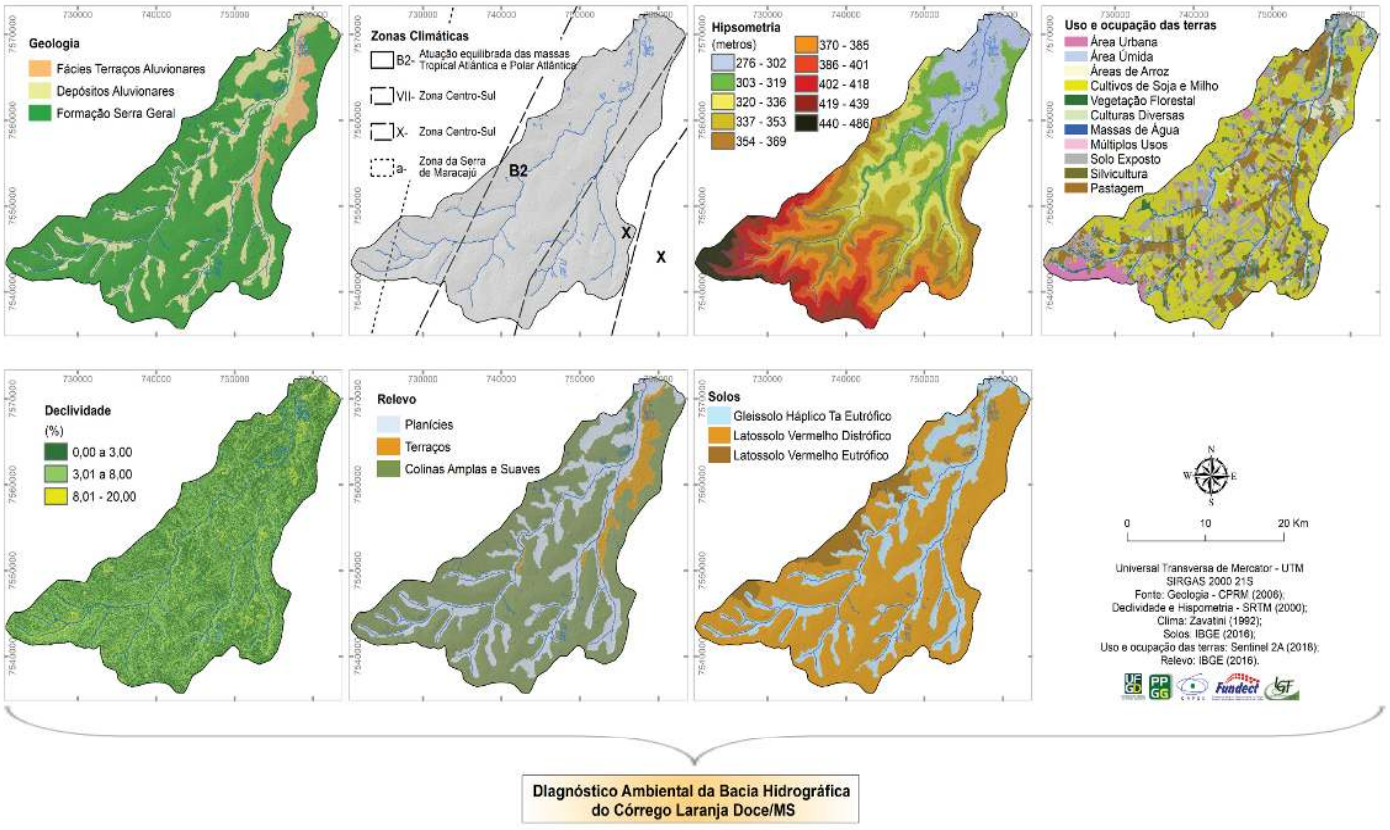

Figura 4 - Componentes físicos e sociais utilizados na elaboração do Diagnóstico Ambiental da BHCLD

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

A rede de drenagem exibe uma configuração dendrítica, classificada como exorréica, com sua nascente inserida na aldeia indígena Jaguapiru, com amplitude altimétrica de 200 metros de sua nascente a foz, com isso, a altimetria do relevo da BHCLD possui cotas que variam de 280 a 480 metros. Evidencia-se a inexistência de cachoeiras e diques, que favoreceriam a oxigenação das águas.

O clima da área de estudo, segundo Schneider e Silva (2014, p. 5), é marcado pelo predomínio da atuação de três massas de ar durante todo ano, sendo estas: a Massa Polar Atlântica (mPa), a Massa Tropical Continental (mTc) e a Massa Tropical Atlântica (mTa). Os volumes pluviométricos, segundo Zavattini (1992), variam de 1500 a 1700 mm e, em algumas ocasiões, podem ultrapassar os 2000m. Há uma predominância de verões quentes e úmidos e invernos com temperaturas amenas e secas. Essas condições são essenciais para a existência de uma agricultura intensa e altamente especializada.

Outro aspecto físico abarcado nas análises da BHCLD foram os declives do relevo, com 44,11% apresentando características planas, com declives entre 0,00% a 3,00%. Outros 50% da área de estudo apresentaram declives que variam de 3,00 a 8,00%, classificando-o como um relevo suavemente ondulado e, por fim, foram constatados na bacia 5,90% de terrenos com declividades que variam entre 8,00 a 20,00%, sendo estes considerados relevos ondulados.

É fato que o relevo pode dificultar ou se tornar um obstáculo na utilização e ocupação das terras, tornando-se essencial sua caracterização na compreensão da dinâmica dessa bacia, portanto, diante da predominância de relevos com características planas e suavemente onduladas na BHCLD compreendeu-se a facilidade em se trabalhar com maquinários na produção de monocultura.

A área é composta por 76,07% de latossolos distróficos, sendo estes desenvolvidos em áreas de relevo plano e suavemente ondulados, responsável por grande parte da produção de grãos do país, propiciando a mecanização agrícola (EMBRAPA, 2006). Além de ser composta por 6,07% de raros Latossolos Eutroférricos e Gleissolos, que corresponderam a 17,87%.

Tais componentes físicos e antrópicos (sociais) caracterizados, são base na contextualização do diagnóstico ambiental, expondo informações relevantes para a elaboração do ordenamento, planejamento e a gestão do território, cuja a qualidade das águas adentra veemente na discussão, possibilitando tomadas de decisão do Poder Público diante de possíveis agentes e ações capazes de promover alterações nos parâmetros físico-químicos das águas do córrego Laranja Doce.

Nesse contexto, foram identificadas onze classes no mapeamento da cobertura e uso da terra da BHCLD, sendo elas: área urbana, área úmida, cultivo de arroz, culturas diversas, cultivo de soja e milho, massas de água, múltiplos usos, pastagem, silvicultura, solo exposto e vegetação florestal (Figura 5).

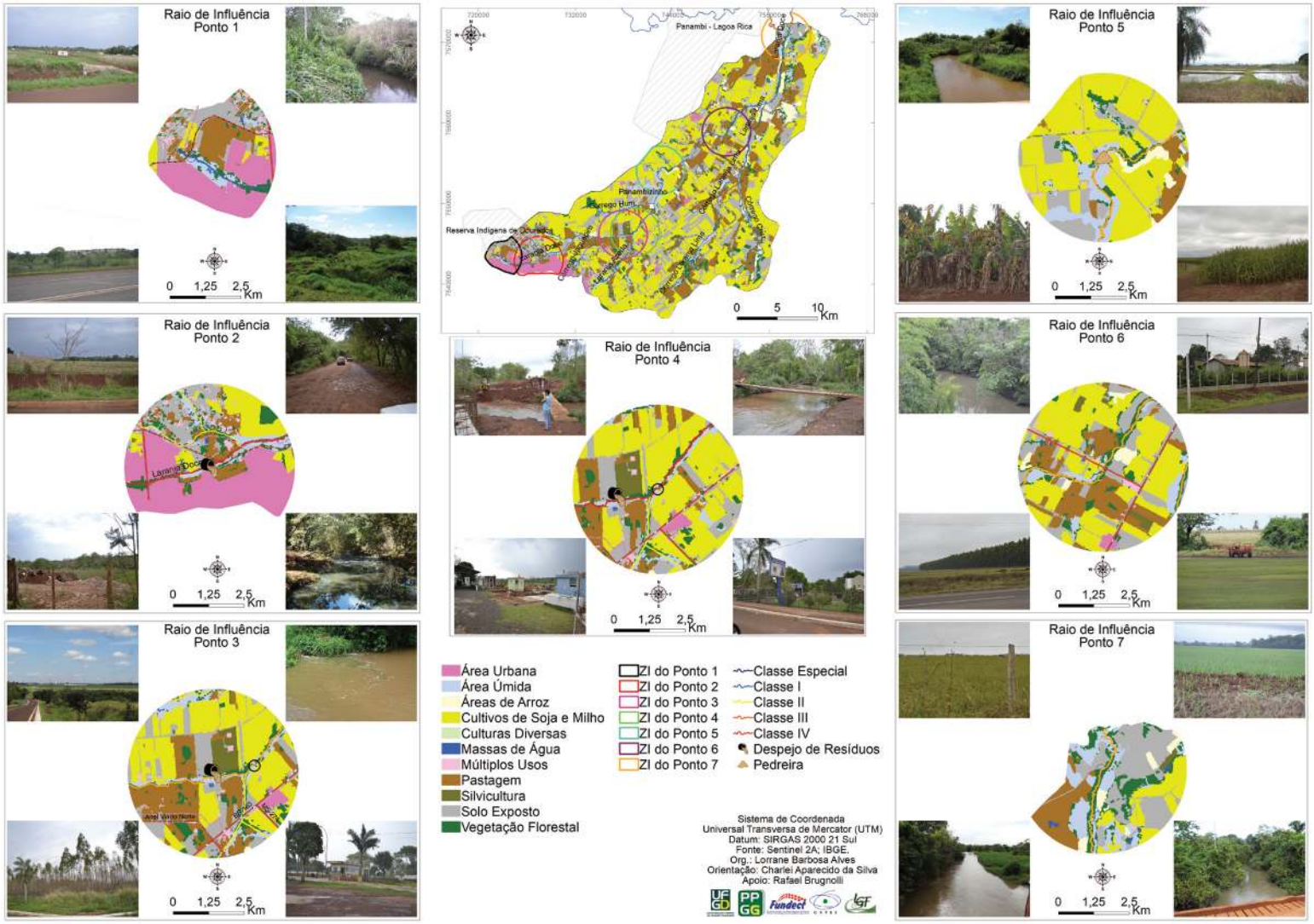

Figura 5 - Cobertura e uso da terra da Bacia Hidrográfica do Córrego Laranja Doce/MS

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Finalizada a caracterização da bacia, direcionou-se as análises para a qualidade das águas superficiais da BHCLD. Ressalta-se que os dados aqui apresentados foram comparados com os limites dos padrões de qualidade das águas presentes na resolução CONAMA 357/05 com suas alterações e a deliberação CECA/MS n°36/2012. A partir do enquadramento de cada ponto, foi avaliado se a classe estipulada condizia com a legislação e seus respectivos usos.

As análises dos dados dos ensaios laboratoriais e *in situ* dos parâmetros físico-químicos selecionados tiveram o auxílio da ciência limnológica e do mapa síntese da BHCLD (Figura 5). Observa-se que o diagnóstico do entorno do ponto de coleta se faz necessário, uma vez que existe um aumento exacerbado cobertura e uso da terra nas proximidades dos pontos de coleta e, segundo Silva (2013), tal fato pode acarretar em uma multiplicidade de impactos que exigem diferentes tipos de avaliação.

De tal forma, o diagnóstico ambiental da BHCLD se inicia com o ponto 1 de coleta das águas, que se

localiza próximo da reserva indígena de Dourados, onde situa-se a nascente do córrego Laranja Doce. O ponto foi definido como referência para análise dos demais, pois foi o melhor enquadramento das águas, com parâmetros físico-químicos mais próximos do ideal, segundo a legislação. Fato esse que ocorreu devido à baixa influência das atividades antrópicas. Verificou-se nesse local os maiores teores de oxigênio dissolvido, parâmetro essencial na manutenção e qualidade da vida aquática. Destaca-se que a solubilidade dos gases, incluindo o oxigênio dissolvido, é inversamente proporcional à temperatura (Branco, 1983), na maioria dos casos.

Em ambos os meses de coleta, o OD apresentou valores acima de 6 mg/L, isto é, padrão exigido para a Classe I de enquadramento. Diante da presença do alto teor de OD, com valores de 10,86 mg/L no mês junho e 8,66 mg/L no mês de setembro, foi possível afirmar que não houve contaminação por matéria orgânica, pois as bactérias utilizam o OD presente nas águas para consumir esta matéria orgânica (Alves, 2019; Brugnolli, Berezuk e Pinto, 2019), assegurando uma qualidade à população indígena que se beneficia diretamente das águas do córrego Laranja Doce.

Outro indicador essencial no metabolismo da vida aquática é o pH, sendo estipulado uma variação entre os pH 6 e 9 para a manutenção e proteção da vida aquática, segundo a resolução CONAMA 357/2005. No caso do ponto 1, o pH apresentou-se ligeiramente alcalino, isto é, 7,61 pH (junho) e 7,70 pH (setembro), mas manteve-se na Classe I.

Frente aos dados que revelaram uma baixa turbidez, ou seja, 8,79 UNT (junho) e 6,41 (setembro), acreditou-se estar associado com as formas do relevo, isto é, em sua maioria, plana e suavemente ondulada, com predomínio da infiltração das águas e pouco escoamento superficial. A turbidez do ponto 1 representou os menores valores, justificando esse resultado pela proximidade com a nascente.

No que se refere a condutividade e os sólidos totais dissolvidos, ambos exibiram condições de Classe I, com valores que variaram 48,2 μS/cm e 35,1 mg/L no mês de junho e 46,8 μS/cm e 31,20 mg/L no mês de setembro. O teor de salinidade desse ponto foi de 0,02 mg/L em ambos os meses analisados, ressaltando sua relação com a condutividade elétrica, pois este último está correlacionado com a quantidade de sais dissolvidos na água que, em alguns casos, são condutores de eletricidade (Alves, 2019; Brugnolli et al., 2020). Como registrou-se uma condutividade baixa no ponto 1, consequentemente a salinidade também possui a mesma característica, atendendo-se as exigências das águas doces, de acordo com o CONAMA, isto é, uma salinidade igual ou inferior a 0,5%.

Ao analisar o entorno deste ponto de coleta averiguou-se questões que trazem preocupações a qualidade das águas, pois além da inexistência de mata ciliar em vários pontos (Figura 6), há a ausência de saneamento básico e do gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos na aldeia, que podem ocasionar impactos negativos de diversas magnitudes.



Local da amostragem do ponto 1



Entorno do Ponto – Anel viário



Aldeia Indígena – ocupações, áreas de retomada

Figura 6 - Ponto 1 e seu entorno
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

O ponto 1 apresentou-se na Classe I de enquadramento, preconizando assim seu uso para consumo humano mediante tratamento simplificado, além da proteção das comunidades aquáticas, recreação de contato primário, irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvam rentes ao solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de película (CONAMA, 2005). Frente ao enquadramento, é válido destacar que "os corpos d'água em terras indígenas devem apresentar enquadramento na Classe I" (ANA, 2009, p.38), e diante das informações dispostas pelos parâmetros, observou-se que esse trecho segue as condições exigidas pela ANA.

O ponto 2, por sua vez, foi considerado o mais impactado da BHCLD, com o OD e condutividade elétrica não condizentes com as exigências estipuladas pela Classe II. Esse ponto situa-se próximo a ETE Laranja Doce, localizada na região Norte da cidade de Dourados. Como apresentado na Figura 5, as principais pressões exercidas decorrem da malha urbana, a qual representa 42,70%, além do cultivo de soja/milho e o solo exposto, esses representando 13,73% e 12,99%, respectivamente. Notou-se, antes do ponto de coleta, um trecho sem mata ciliar, que é um agravo a qualidade das águas deste ponto.

Caracterizado como degradado, o ponto 2 apresentou 4,25 mg/L de OD no mês de junho e 3,98 mg/L no mês de setembro, isso leva a crer a introdução de matéria orgânica (esgoto doméstico ou correlato) no córrego, causando sua contaminação, principalmente, pontual. O excesso de matéria orgânica é comprovado devido as

altas concentrações de sólidos totais dissolvidos e uma elevação dos sólidos totais, que consomem o oxigênio no processo de deterioração da matéria orgânica. Outro fator identificado, que também altera os teores de OD, foi o represamento das águas do manancial devido à tubulação, que transcorre sob a via de acesso à área urbana de Dourados (Figura 7), isso reduz a velocidade de fluxo, impactando no OD por conta da redução do turbilhonamento das águas. Dessa forma, a água permanece com baixa velocidade e não transporta a matéria orgânica em seu curso fluvial, intensificando o consumo de oxigênio dissolvido.

Com a elevação da matéria orgânica houve o acréscimo da condutividade, chegando a valores alarmantes, 254,9μS/cm (junho) e 205,7μS/cm (setembro), enquadrando-os na Classe IV. A condutividade provocou alterações na salinidade, que registrou os maiores valores da análise das águas do córrego Laranja Doce, mas tais resultados não extrapolaram os recomendados pela resolução 357/2005.

Diante da informação referente a quantidade de OD presente neste ponto, observou-se que os valores se encaixaram na Classe III no mês de junho e Classe IV no mês de setembro. Frente a estas classes, percebeu-se a redução das possibilidades de uso, em que as águas se demonstram impróprias para o consumo humano.



Local da amostragem do ponto 2 | Entorno do ponto, depósito de resíduos

Via de acesso a área urbana de Dourados | Corredeira a jusante, eutrofização da água

Figura 7 - Ponto 2 e seu entorno.
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Sobre o parâmetro de turbidez, constatou-se que a partir deste ponto de coleta houve uma elevação em

todos os pontos consecutivos, mas, no ponto 2, a elevação deste indicador ocorreu devido ao aumento dos sólidos totais e da matéria orgânica existente. Dentro dessa perspectiva, lançou-se duas hipóteses com o intuito de apontar tal degradação, isto é, a insuficiência no tratamento dos efluentes da estação e/ou a presença de esgotos com ligações clandestinas ao sistema de drenagem pluvial, depositando no manancial resíduos com alta carga de matéria orgânica, sólidos totais, sólidos dissolvidos e sais, o que acarreta na elevação da condutividade e diminuição do OD, enquadrando este trecho na Classe IV.

Nos registros realizados em campo, evidenciou-se, a poucos metros a jusante do ponto 2, um turbilhonamento das águas que promove o aumento do OD devido a oxigenação das águas, fato comum em ambientes lóticos (Figura 7) e que impacta em pontos posteriores, como se verificará na análise do ponto 3.

No ponto 3 constatou-se, também, o descarte de resíduos de ETE, denominada Harry Amorim, identificada no raio de 3 km do ponto de coleta (Figura 5). Soma-se a intensa presença da agricultura, pecuária e silvicultura, compondo 38,48%, 21,24% e 4,04%, respectivamente, no qual observa-se a retirada da vegetação florestal nativa para a instalação de tais atividades. Merece destaque a presença de solo exposto, que representa 18,01%.

O ponto de coleta fica próximo ao presídio de Dourados, localizado na região Oeste do município, a ETE citada anteriormente é responsável em atender o presídio cuja população carcerária ultrapassa mil pessoas. Ao analisar os parâmetros de qualidade da água, verificou-se uma relativa autodepuração, isso diante do que foi registrado no ponto 2. No ponto 3 registrou-se o aumento do OD para 7,91 mg/L no mês de junho e 7,06 mg/L no mês de setembro, e uma diminuição dos teores de condutividade, STD, ST e salinidade. Foi detectado no primeiro trabalho um efluente com coloração esverdeada, o qual não apresentava uma cor natural, porém, neste dia não houve coleta de amostras de água (Figura 8).



Local da amostragem, efluentes da ETE



Entorno do ponto, silvicultura



Penitenciária no entorno do ponto	ETE localizada no raio do ponto 3

Figura 8 - Ponto 3 com seus possíveis causadores de contaminação e o uso em seu entorno
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

A turbidez, em ambos os meses, permaneceu dentro das exigências da Classe II. Contudo, diante da identificação das principais atividades desenvolvidas no entorno deste ponto, entende-se que o motivo da elevação da turbidez, se comparado com o mês de setembro, seja devido a exposição dos solos associado a precipitação. O solo quando exposto gera desagregação de partículas, que facilita seu carreamento ao córrego, essencialmente quando há a ocorrência de chuva, mesmo que seja em pouco volume (Alves, 2019), condição registrada no período de amostragem.

Portanto, o ponto 3 não apresentou a degradação constatada no ponto 2, apesar de terem em comum o descarte de efluentes. No ponto 3 todos os parâmetros foram enquadrados na Classe I, exceto a condutividade que ficou na Classe III.

Os parâmetros amostrados permitiram classificar as águas do manancial em níveis aceitáveis, exceto a condutividade, e acredita-se que isso ocorreu em função do volume de água disponível no manancial e por meio de processos de diluição e depuração. Outro elemento que influenciou na dinâmica de tais parâmetros foi a mata ciliar bem composta em ambas as margens e que atua como um filtro natural. A depuração ocorre tanto pela distância entre os pontos quanto pelo volume das águas, somou-se a isto as corredeiras existentes, que facilitam a oxigenação das águas e a diluição de contaminantes.

Já o ponto 4 foi selecionado por estar próximo a confluência de um dos principais tributários do córrego Laranja Doce, o córrego Laranja Azeda, isso a fim de averiguar as consequências advindas do processo de cobertura e uso da terra dessa sub-bacia. O córrego Laranja Azeda apresenta uma vazão elevada, se comparado ao volume do córrego principal, as pressões exercidas neste ponto são provenientes da agricultura, pecuária, silvicultura e da área urbana da Vila São Pedro.

Observou-se que o pH, no mês de junho, apresentou características próximas a neutralidade, isto é, 7,45 de pH, já o mês de setembro apontou característica alcalina, com registro de 7,99 no pH. O OD, se comparado com o ponto 3, manifestou uma estabilidade no mês de junho, mas uma queda no mês de setembro, que a fez variar de 7,06 mg/L para 5,81 mg/L, respectivamente.

No ponto 4 foi verificado o segundo maior registro de condutividade no mês de setembro, com 158,7 μS/cm. Ao observar os tipos de uso no raio de influência (Figura 5), certificou-se que a agricultura e a pecuária

predominaram, levantando a hipótese da alta condutividade devido a contaminação por agroquímicos, além de fezes e urina dos animais. Nota-se que a atividade predominante na foz do córrego Laranja Azeda é a agricultura, com ocupações nas planícies de inundação e a presença de solo exposto, soma-se a supressão das matas ciliares em algumas porções. Acredita-se que tais características tenham influenciando o aumento da condutividade elétrica das águas superficiais analisadas.

O mês de junho expôs dados com pouca variação do ponto 3 para o ponto 4 de turbidez e ST, com valores de 25,6 UNT e 282 mg/L para 25,8 UNT e 292 mg/L (Figura 9). Já o mês de setembro registrou uma variação de 18,7 UNT e 164 mg/L do ponto 3 para 22,1 UNT e146 mg/L, no ponto 4.



Figura 9 - Ponto 4, impactos na qualidade das águas superficiais do córrego Laranja Doce
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

As planícies de inundação possuem elevado grau de fragilidade, expondo os recursos hídricos a possíveis contaminações, lançando-se assim mais uma hipótese para o aumento da condutividade elétrica do ponto 3 para o ponto 4. Outro fato que deve ser destacado é a presença de um cemitério a poucos metros do córrego.

Devido a construção de uma ponte sobre o córrego Laranja Doce pela prefeitura de Dourados, próximo

ao ponto de coleta, foi constatada uma considerável oscilação do ponto 4 para o ponto 5 no mês de setembro, isso para turbidez e os sólidos totais. Salienta-se que as amostras das águas do ponto 4 foram coletadas antes do local de manutenção da ponte, isso a fim de minimizar a influência direta da ação da obra em si sobre a qualidade das águas (Figura 9).

Em trabalho de campo certificou-se uma mata ciliar bem composta em ambas as margens, respeitando o que é exigido pelo Código Florestal (Brasil, 2012), além da considerável velocidade de fluxo das águas, que promove um turbilhonamento das águas, identificado após o ponto de coleta, que acarreta uma maior oxigenação das águas, o que decompõe possíveis contaminantes e melhoram sua qualidade. Diante dos dados apresentados, os parâmetros pH, turbidez, STD e salinidade, em ambos os meses de coleta foram enquadrados na Classe I. O OD apresentou Classe I no mês de junho e Classe II no mês de setembro. A condutividade não apresentou características satisfatórias, se enquadrando na Classe III em junho e Classe IV em setembro.

O ponto 5 de coleta foi nominado "Pedreira", pois próximo a ele registrou-se a extração de britamento de rochas e outros materiais para a construção civil. A agricultura é a principal atividade responsável em pressionar os recursos hídricos no raio de influência desse ponto, ocupando 62,26%, seguida da pastagem, com 5,65%. Frente as ações antrópicas promovidas no ponto 4 no mês de setembro, e diante das descrições das características dos indicadores selecionados, certificou-se que há uma alteração da turbidez de 22,1 UNT no ponto 4 para 28,5 UNT no ponto 5. Os ST variaram de 146 mg/L no ponto 4 para 211 mg/L, no ponto 5.

A condutividade, STD e salinidade apresentaram comportamentos análogos, havendo um pequeno declínio dos resultados deste ponto, em ambos os meses, visto que a condutividade apresentou 134 μS/cm (junho) e 158, 7 μS/cm (setembro) no ponto 4 para 106,3 μS/cm (junho) e 115,3 μS/cm (setembro), no ponto 5. Já o STD constatou um teor de 98,15 mg/L no ponto 4 e 78 mg/L no ponto 5 no mês de junho, entretanto, em setembro os valores foram de 105,3 mg/L no ponto 4 e 77,35 mg/L no ponto em análise.

Houve uma elevação do OD no mês de setembro, do ponto 4 para o ponto 5, com uma concentração de 5,81mg/L para 7,22 mg/L, justificando tal aumento devido ao turbilhonamento das águas identificada a poucos metros a jusante do ponto 4 (Figura 9), que oxigena a água. O aumento deste indicador pode ser explicado, também, pela presença densa da vegetação localizada na margem direita do córrego, que dificulta a introdução de materiais que possam consumir o oxigênio das águas superficiais, atuando como um filtro natural aos sedimentos. Além disso, a não ocupação das áreas úmidas até o ponto de coleta faz com que os impactos promovidos pela agricultura, principal atividade no raio de influência, seja reduzido. A análise dos parâmetros permite constatar que todos apresentaram características de padrões Classe I, exceto a condutividade, que apresentou Classe III, sendo este ponto, portanto, enquadrado na Classe III.

O ponto 6 de coleta está localizado próximo à área urbana de Douradina, com a predominância da monocultura de soja/milho e pecuária, com uma proporção de 43,07% e 18,80%, respectivamente. Identificou no raio analisado a criação de gado em áreas úmidas e a presença de uma granja, a qual possui um potencial de contaminação relevante, pois tal atividade - granja - possui relação íntima com o lançamento de resíduos e carreamento da matéria orgânica para os mananciais, impactando negativamente na qualidade hídrica (Pereira et al., 2020), como consta na Figura 10.



Local de amostragem

Agricultura, monoculturas



Granjas localizadas no raio de 3 km



Área úmida com a presença da pecuária na margem direita do manancial

Figura 10 - Ponto 6 e possíveis contaminantes em seu entorno
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Logo, observou-se que o leito fluvial apresentou um volume considerável de água, o que facilita a diluição de possíveis contaminantes, mesmo não apresentando grande velocidade de fluxo. O OD se mostrou elevado, isto é, 8,25 mg/L e 7,80 mg/L em junho e setembro respectivamente, portanto, enquadrado na Classe I em ambas as análises. Ao verificar a Figura 5 e a Figura 10, notou-se extensas matas ciliares, principalmente na margem direta, o que faz cumprir sua função, além da não ocupação das áreas úmidas por monocultura na margem esquerda, o que facilita a compreensão do elevado OD.

O pH apresentou uma ligeira redução em relação ao ponto anterior, com 7,24 em junho e 7,35 em setembro, permanecendo em níveis aceitáveis. Ao avaliar o parâmetro turbidez, constatou-se uma elevação gradativa no decorrer do curso do córrego Laranja Doce, devido a entrada de sedimentos carreados ao longo da bacia hidrográfica, tanto da área urbana quanto rural, mas que também se manteve em níveis aceitáveis, com características de Classe I.

A condutividade ganha destaque em função dos valores apresentados, com 100,7μS/cm e 101,8μS/cm em junho e setembro, respectivamente, enquadrando este trecho na Classe III. Essa condutividade elétrica pode ser

resultado de diversos fatores, entre eles, a contaminação em consequência das atividades da agricultura, da criação de gado e aves no entorno do ponto de coleta, além do contato direto dos solos ricos em ferro (Alves, 2019).

O último ponto de coleta (ponto 7) foi caracterizado pela predominância de solo exposto, com proporção de 32,76% e por nele se constatar a monocultura de arroz, a qual ocupa 4,06%. A monocultura de arroz foi expressiva em função das características da área, nela há declives suaves, grande presença de área úmida e as altitudes mais baixas da BHCLD.

Ao verificar as oscilações da turbidez ao longo do curso do córrego, constatou-se a elevação deste indicador, que refletiu as extensas áreas de solo exposto e das atividades econômicas predominantes, como a agricultura e pecuária (Figura 11). As características dos solos também influenciaram nesses resultados, por constatar latossolo e gleissolo na BHCLD, onde o primeiro não é extremamente frágil, porém é altamente intemperizado, já o segundo possui características de solos muito argilosos, saturados em água e de coloração escura, com aspectos frágeis. Com a retirada da vegetação e da presença de atividades que desagregam as partículas do solo, facilita-se a introdução destas partículas nos recursos hídricos, justificando o aumento da turbidez.



Local da amostragem



Pecuária



Presença da cultura de arroz na planície de inundação do córrego Laranja Doce

Figura 11 - Ponto 7 e possíveis contaminantes em seu entorno
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

No que se refere ao OD, verificou-se que este apresentou uma estabilidade com relação aos pontos

anteriores, observando a presença densa da mata ciliar na margem esquerda do córrego. Em ambos os meses ocorreu a diminuição dos teores de OD, pressupondo tal resultado devido à presença de fezes de animais, por conta da criação de gado identificada na margem esquerda do córrego, mas é válido destacar que as variações constatadas não ocorreram de forma considerável. Já o pH, tanto do mês de junho quanto do mês de setembro, apresentou uma faixa próxima da neutralidade, com 6,95 a 7,46 respectivamente. Logo, todos os parâmetros abordados neste ponto apresentaram características de Classe I, estando de acordo com o enquadramento estipulado pela legislação, exceto a condutividade, que permaneceu na Classe III e, consequentemente, enquadrando este trecho na Classe III.

Há de ressaltar que a condutividade elétrica é estritamente correlacionada com íons presentes na solução aquosa, como já mencionado, e sua correlação é frutos de várias questões, destacando: o embasamento rochoso; os indícios de contaminação por fontes pontuais e difusas, tendo como exemplo a descarga de efluentes (fonte pontual), e o escoamento superficial, carreando fertilizantes e agroquímicos aos mananciais (fonte difusa); e a temperatura da água, quando se eleva observa-se uma tendência ao aumento da condutividade elétrica.

As duas primeiras questões necessitam de ênfase nesta discussão, pois as águas do córrego Laranja Doce perpassam sobre embasamento basáltico, que são rochas típicas da Formação Serra Geral, com elevados índices de bicarbonatos e de $CaCO_3$ (carbonatos de cálcio). Esse contato das águas com o substrato rochoso dessa característica eleva a presença de íons e, consequentemente, a condutividade elétrica. Porém, ao avaliar as oscilações da condutividade ao longo do córrego pode-se verificar que o ponto 1, antes da área urbana, expôs valores baixos, se comparado com os outros pontos, sendo este considerado o mais próximo das características naturais da bacia, por apresentar pouca influência das principais atividades ora mencionadas. Em contrapartida, ao longo de seu percurso sobre rochas com essas características, a presença da pecuária, da agricultura e da área urbana verificou-se o aumento dos valores deste parâmetro. Em campo observou-se fortes indícios de contaminação e eutrofização, condições que justificaram os valores de CE aumentarem exponencialmente, alterando a classe I (ponto 1) para a classe IV (ponto 2). Portanto, apesar do entendimento da influência do embasamento rochoso sobre o aumento da condutividade elétrica, as análises da CE a partir do ponto 2 indicaram contaminações por agentes exógenos, que resultaram em valores que se encaixaram na classe IV e III dos 7 pontos analisados.

Conclusões

As informações e os dados adquiridos ao longo do estudo permitem afirmar que há um imbricado processo de cobertura e uso da terra da BHCLD que influencia diretamente na qualidade das águas. Ao elaborar o mapa síntese (Figura 05), foi possível evidenciar as principais pressões exercidas sobre os pontos de coleta. As análises físico-químicas permitiram constatar ocupações e usos das terras com elevado potencial poluidor, esses promoveram alterações na composição natural das águas do córrego Laranja Doce, cita-se as áreas urbanas, a pedreira, a granja, as ETE's e os arrozais.

Os parâmetros de condutividade elétrica, turbidez, oxigênio dissolvido, pH, sólidos totais, sólidos dissolvidos e salinidade se demonstram eficientes para o objetivo proposto nesta pesquisa, assim como as técnicas e os métodos utilizados na espacialização dos dados e das informações. A decisão de compreender as dinâmicas territoriais da BHCLD por meio do mapeamento da cobertura e uso da terra foi determinante. Soma-se o uso da legislação como elemento de referência, tanto a resolução CONAMA 357/2005 quanto a deliberação CECA/MS

n°36/2012, que permitiram incorporar elementos políticos essenciais no âmbito do diagnóstico ambiental proposto.

A BHCLD tem sua economia voltada principalmente para a agricultura, atividade que sabidamente utiliza agroquímicos em larga escala, e diante dessa constatação tornou-se essencial as análises da condutividade elétrica, tendo como referência de limite deste padrão os trabalhos de Pinto, Oliveira e Pereira (2009), Lelis e Pinto (2014), Lelis et al. (2015) e Brugnolli (2020). A associação desse parâmetro com os demais demonstrou-se um ganho tendo em vista a ampliação do espectro de análise e correlações possíveis.

Diante das análises, os indicadores evidenciaram variações pontuais ao longo do curso fluvial principal da BHCLD. O diagnóstico ambiental permite concluir a importância da Reserva Indígena de Dourados na preservação das áreas de nascente da BHCLD, ponto 1, que foi enquadrado na Classe I. A cobertura e uso da terra neste caso foi um elemento dos mais importantes.

Os trechos dos pontos 2 e 4 foram enquadrados na Classe IV, considerados os mais impactados negativamente, sendo necessário atenção especial dos órgãos responsáveis na gestão dos recursos hídricos, isso visando a melhoria da qualidade das águas disponíveis. Registra-se que o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Mato Grosso do Sul, prevê que a BHCLD deve ser enquadrada na Classe II. Aqui é notória o descumprimento da legislação.

Os pontos 3, 5, 6 e 7 foram enquadrados na Classe III, com o parâmetro de condutividade elétrica essencial para tal enquadramento, pois encontrou-se variações entre 100 a 150 uS/cm. Esta constatação indica a necessidade da implementação de medidas mitigadoras. Ao analisar o raio de influência destes pontos, verificou-se que as principais atividades presentes são homogêneas, o cultivo de soja/milho e pastagem. A partir deste enquadramento foi possível confirmar que seus respectivos usos condizem com a classe estabelecida, ou seja, para irrigação de culturas arbóreas, cerealíferas e forrageiras e a dessedentação de animais (DELIBERAÇÃO CECA N° 36/2012).

O diagnóstico ambiental realizado reforça a necessidade de se pensar o ordenamento territorial como um elemento de gestão pública e subsidiário das tomadas de decisões. As análises disponibilizadas podem ser utilizadas por gestores no uso racional dos recursos hídricos. Sabe-se que dados e informações são a base para a realização de planejamentos e projetos, condição que corrobora com os objetivos pensados no início da pesquisa, os quais visaram criar condições para o debate acerca da importância da BHCLD e da necessidade real de uma melhoria da qualidade ambiental e social hoje verificada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Implementação do enquadramento em bacias hidrográficas no Brasil; Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) no Brasil:** arquitetura computacional e sistêmica. Agencia Nacional de Águas. Brasília: ANA, 2009, 145 p.

ALVES, Lorrane Barbosa. **Diagnóstico ambiental da Bacia Hidrográfica do Córrego Laranja Doce - MS.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados. 2019.

BATISTA, D. F.; CABRAL, J. B. P. Modelos Matemáticos para Avaliação do Índice de Qualidade de Água: Uma Revisão. **Revista Acta Geográfica**, Boa Vista, v.11, n.25, jan/abr. de 2017. pp. 111-136.

BEREZUK, A. G.; SILVA, C. A.; LAMOSO, L. P.; SCHNEIDER, H. Climate and Production: the case of the administrative region of Grande Dourados, Mato Grosso do Sul, Brazil. **Climate**, 2017, 5, 49.

BRANCO, S. M. **Poluição:** a Morte dos Nossos Rios. 2. ed. São Paulo (SP): ASCETESB, 1983.

BRASIL. CONAMA. **Resolução 357/2005**, Enquadramento dos Corpos Hídricos Superficiais no Brasil. Governo Federal, Brasília. Publicada no DOU n 92, de 13 de maio de 2011, Seção 1, 89 p. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res05/res35705.pdf. Acesso: 05 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº. 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no. 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, 25 maio 2012.

BRUGNOLLI, R. M.; BEREZUK, A. G.; BOIN, M. N.; ALVES, L. B. O carste e a qualidade das águas superficiais da bacia hidrográfica do rio Sucuri, Bonito/MS. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 61, p. 499-514, 2020.

BRUGNOLLI, R. M.; BEREZUK, A. G.; PINTO, A. L. Qualidade e enquadramento das águas superficiais da bacia hidrográfica do rio Mimoso, Bonito/MS. **Revista Ciência Geográfica**, v. 28, p. 184-195, 2019.

BRUGNOLLI, R. M. **Zoneamento Ambiental para o Sistema Cárstico da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, Mato Grosso do Sul. 2020.** 403p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Guia de coleta e preservação de amostras de água**. São Paulo, 1987. 150 p. (Séries Guias).

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Guia nacional de coleta e preservação de amostras:** água, sedimento, comunidades aquáticas e efluentes líquidos/ Companhia Ambiental do Estado de São Paulo; Organizadores: Carlos Jesus Brandão...[et al.]. – São Paulo: CETESB; Brasília: ANA, 2011. 326 p.

CPRM, Serviço Geológico do Brasil. **GeoSGB**. 2006. Disponível em: http://geosgb.cprm.gov.br/geosgb/downloads.html. Acesso em: 23 jan. 2018.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** Brasília, 1999. 412 p.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** 2. ed. – Rio de Janeiro: EMBRAPA-SPI, 2006. 306 p.

ESRI 2011. **ArcGIS Desktop:** Release 10. Redlands, CA: Environmental Systems Research Institute.

GROEN ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA. **Plano Municipal de Saneamento Básico Dourados - MS Diagnóstico Técnico-Participativo**. Dourados/MS, 2016, 480 p. Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/wpcontent/uploads/2017/04/DiagnosticoTecnicoParticipativo.pdf> Acesso em: jan. 2019.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico.** 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso: 15 abril. 2019.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual de uso e ocupação da terra.** Manuais Técnicos em Geociências. Brasil número 7. 3° ed., Rio de Janeiro, 2013. 171 p.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades.** s/d. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso: 15 abril. 2019.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Por cidades e Estados.** 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html. Acesso: 15 mar. 2018.

IMASUL, INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL. **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MS.** s/d. Disponível em: http://www.imasul.ms.gov.br/recursos-hidricos/conselho-estadual-de-recursos-hidricos-cerhms/. Acesso: 15 mar. 2018

INMET, INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. **Rede de Estações**, 2018. Disponível em: http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=estacoes/mapaEstacoes Acesso em: 22 de. 2018.

LELIS, L. R. M.; PINTO, A.L. Qualidade das águas superficiais da Lagoa Maior de Três Lagoas. **Avaliações ambientais em bacias hidrográficas** / Sandra Medina Benini, Leonice Seolin Dias e Elisângela Medina Benini (Organizadores). – Tupã: ANAP, 2014.

LELIS, L. R. M.; PINTO, A. L.; SILVA, P. V. da; PIROLI, E. L.; BRUGNOLLI, R. M.; GOMES, W. M. Qualidade das águas superficiais da bacia hidrográfica do rio Formoso, Bonito - MS. **Revista Formação**, v. 2, p. 279-302, 2015.

PEREIRA, M. A. B.; ALVES, W. dos S.; OLIVEIRA, L. D. de; MORAIS, W. A.; LIMA, L. O.; NUNES, N. da C. Qualidade Hídrica da Cachoeira do Rio São Tomás, no Município de Rio Verde, Goiás, Brasil. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 13, n. 1, p. 377-390, 2020.

LIBÂNIO, M. **Fundamentos de qualidade e tratamento de água.** Campinas, SP: Átomo, 2005.

MATO GROSSO DO SUL. **Deliberação CECA/MS n. 36**, de 27 de junho de 2012. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água superficiais e estabelece diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como, estabelece as diretrizes, condições e padrões de lançamento de efluentes no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

NASA. **Imagens de Radar SRTM**. *In:* USSG: Science for a Changing World. Disponível em: http://dds.cr.usgs.

gov/srtm/version2_1/SRTM3/South_America/. Acesso em 10 de jun. de 2018.

PINTO, A. L.; MEDEIROS, R. B.; OLIVEIRA, G. H.; MIGUEL, A. E. S.; SOUZA, L. O. Eficiência da utilização do oxigênio dissolvido como principal indicador da qualidade das águas superficiais da bacia do Córrego Moeda, Três Lagoas/MS. **Geografia (Rio Claro. Impresso),** v. 39, p. 541-551, 2014.

PINTO, A. L.; OLIVEIRA, G. H.; PEREIRA, G. **Avaliação da Eficiência da Utilização do Oxigênio Dissolvido como Principal Indicador da Qualidade das Águas Superficiais da Bacia do Córrego Bom Jardim, Brasilândia/MS.** *In:* Anais... II Seminário de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul: Recuperação de Áreas Degradadas, Serviços Ambientais e Sustentabilidade. IPABHi. Taubaté, Brasil, 2009, pp. 553-560

PROJETO DAS ÁGUAS. **A Importância das Águas.** 2003/2004. Disponível em: http://brasildasaguas.com.br/educacional/a-importancia-da-agua/. Acesso em: 29 jun. 2018.

SANTOS, R. F. **Planejamento Ambiental:** teoria e prática. São Paulo: Oficina de Texto, 2004, 184 p.

SCHNEIDER, H.; SILVA, C.A. As características do clima de Dourados/MS e a adjacências a partir da série histórica de 1980 a 2009. **Revista Geografares.** n° 16, 2014, p.01-21.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (CPRM). Glossário Geológico. **Basalto**. 2018. Disponível em: <https://www.cprm.gov.br/publique/media/gestao_territorial/geoparques/Aparados/glossario_geologico.htm#Basalto> Acesso em: 03 nov. 2018.

SILVA, H. A. S. **Dinâmicas da Paisagem na Microbacia Hidrográfica do Rio Mojuí, Oeste do Estado do Pará.** 2013, 85 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Faculdade de Ciências Agronômicas/UNESP – Botucatu. Botucatu/SP, 2013.

SOARES FILHO, A.; COMUNELLO, É.; RIBEIRO, Â. F. do N. Geotecnologias na caracterização espaço-temporal do uso do solo em Bacias Hidrográficas. In: Chalei Aparecido da Silva (Org.). **Geografia e natureza: experiências e abordagens de pesquisa.** Dourados: Ed. UFGD, 2012, 256 p.

SPRING. **Integrating Remote Sensing and GIS by Object-Oriented Data Modelling**. Camara G, Souza RCM, Freitas UM, Garrido J Computers & Graphics, 20: (3) 395-403, May-Jun 1996.

UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY - USGS. **Earth Explorer.** Disponível em: http://earthexplorer.usgs.gov. Acesso em: 11 de abr. 2018.

YSI A XYLEM BRAND. **Professional Plus (Pro Plus) Multiparameter.**

ZANATTA, F. A. S. **Diagnóstico Visando Planejamento Ambiental da Alta Bacia do Ribeirão Areia Dourada, Marabá Paulista (SP).** 142 f. Rio Claro/SP, 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências e Ciências Exatas/Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro/SP, 2014.

ZAVATTINI, J. A. **Dinâmica Climática no Mato Grosso do Sul.** Geografia, Rio Claro, 17(2): 65-91, outubro/1992.

REVISTA DA ANPEGE. V. 18. N°. 35 — ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X 25
DOI 10.5418/RA2022.V18I35.15558

A QUESTÃO AMBIENTAL E AS OCUPAÇÕES IRREGULARES EM LONDRINA: reflexões a partir dos fóruns de participação popular para revisão do Plano Diretor (2018-2028)

THE ENVIRONMENTAL ISSUE AND IRREGULAR OCCUPATIONS IN LONDRINA: reflections from popular participation forums to review the Master Plan (2018-2028)

LA QUESTION ENVIRONNEMENTALE ET LES OCCUPATIONS IRREGULIERES A LONDRINA: réflexions des forums de participation populaire pour la révision du plan directeur (2018-2028)

Léia Aparecida Veiga

Universidade Estadual de Londrina (UEL)
lveiga.geo@gmail.com

Ideni Terezinha Antonello

Universidade Estadual de Londrina (UEL)
antonello.uel@gmail.com

Alan Alves Alievi

Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)
alan.alievi@uenp.edu.br

RESUMO

A questão ambiental constitui-se em uma das dimensões do planejamento urbano, estando diretamente imbricada a temas como saneamento ambiental, habitação, mobilidade e uso do solo. Objetiva-se discutir os aspectos referentes a questão ambiental traçados pela população no decorrer dos fóruns de participação popular no processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Londrina, em 2018, tendo como preocupação central os problemas vivenciados na cidade concreta. De abordagem qualitativa, foram utilizadas fontes primárias e secundárias. Verificou-se que a vozes da população e o trabalho dos técnicos podem ajudar na identificação dos problemas ambientais e na proposição de ações para o enfrentamento da problemática ambiental. Conclui-se que nos fóruns de participação popular da revisão do PDML (2018-2028), a quantidade mínima de moradores presentes indicou questões e soluções referentes as questões ambientais a partir da realidade imediata vivenciada cotidianamente, e não de todo o recorte espacial delimitado pelo IPPUL em cada fórum popular.
Palavras-Chave: Áreas de risco; Questão ambiental; Déficit habitacional; leitura comunitária; PDML.

ABSTRACT

The environmental issue constitutes one of the dimensions of urban planning, since it is directly linked to issues such as environmental sanitation, housing, mobility and land use. The objective is to discuss the aspects related to the environmental issue outlined by the population, during the popular participation forums in the review process of the Londrina Municipal Master Plan, in 2018, having as central concern the problems experienced in the concrete city. With a qualitative approach, primary and secondary sources were used. It was found that the voices of the population and the work of technicians can help in the identification of environmental problems and in proposing actions to face the environmental problem. It is concluded that in the popular participation forums of the PDML review (2018-2028), the minimum number of residents present indicated questions and solutions regarding environmental issues from the immediate reality experienced daily and not from the entire spatial outline defined by IPPUL in every popular forum.
Keywords: Risk areas; Environmental issue; Housing deficit; community reading; PDML.

RÉSUMÉ

La question environnementale c´est une des dimensions d´urbanisme, car elle est directement liée à des enjeux tels que l'assainissement d´environnement, le logement, la mobilité et l'utilisation des sols. Le but de cette étude est de discuter des aspects liés au problème environnemental signalé par la population, lors de forums de participation populaire au processus de révision du Plan Directeur Municipal de Londrina (PDML) , en 2018, ayant pour préoccupation centrale les problèmes rencontrés dans la ville. La recherche est guidée par une approche qualitative basée sur la méthode du matérialisme dialectique, en termes de procédures méthodologiques des sources primaires et secondaires ont été utilisées. Il a été constater que les voix de la population et le travail des techniciens peuvent aider à identifier les problèmes environnementaux et à proposer des actions pour faire face au problème environnemental. Il est conclu que dans les forums de participation populaire à l'élaboration du PDML (2018-2028), le nombre minimum de résidents qui ont participé a contribué avec des questions et des solutions aux problèmes environnementaux basés sur la vie quotidienne et pas dans les régions proposées par l'IPPUL (Institut de Planification et de Recherche Urbaine de Londrina).
Mots clés: Zones à risque; Problème environnemental; Déficit de logement; Lecture communautaire; PDML.

Introdução

A cidade, em particular num contexto capitalista de produção, é parte fundamental no processo de (re)produção da estrutura social sendo o *lócus* da (re)produção da sociedade capitalista, ou seja, a cidade é um produto, bem como uma condição e um meio de reprodução da própria sociedade.

Esse entendimento vai ao encontro das discussões realizadas por Carlos (2001), que concebe o espaço urbano como "[...] condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade" (CARLOS, 2001, p. 11).

A cidade, enquanto uma materialidade do urbano, sendo este último um processo no qual as abordagens e pontos de vistas atingem uma complexidade maior (LENCIONI, 2008), é entendida por Carlos (2001) como representação do "[...] trabalho materializado; ao mesmo tempo em que representa uma determinada forma do processo de produção e reprodução de um sistema específico, portanto, a cidade é também uma forma de apropriação do espaço produzido".

A cidade é fragmentada na medida em que apresenta no seu interior uma diversidade de usos. Usos estes que são articulados por fluxos diversos (de pessoas, de informações, de capitais, de mercadorias, etc.). Além disso, é importante destacar que é reflexo e condicionante social pelo fato dessa diferenciação do uso do solo estar intimamente relacionada aos interesses de diferentes segmentos que compõem a sociedade, sendo, portanto, um resultado das relações capitalistas estabelecidas, um reflexo social e desigual (CORRÊA, 1989).

Produzida e apropriada segundo o interesse de diferentes agentes produtores do espaço urbano, a qualidade de vida na cidade será maior, ou menor, em função da exposição a determinados tipos de problemas ambientais, variando entre as diferentes frações de classe.

Assim, em se tratando de problemas ambientais, os mesmos estão diretamente correlacionados a outros que assolam o cotidiano da sociedade, tais como saneamento ambiental, habitação, mobilidade e uso do solo. E, essa forma de entendimento dos problemas ambientais, demanda uma visão ampla de sustentabilidade urbano-ambiental, vinculada a política pública de desenvolvimento urbano.

O Plano Diretor Municipal/PDM é a concretização dessa política, ao passo que carrega consigo o escopo de pensar as diretrizes do ordenamento do território municipal em uma prospectiva que vise a qualidade de vida da população. Tal ideia é o princípio que centraliza o Estatuto da Cidade, lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 (BRASIL, 2001), o qual no seu Art. 1º "[...] estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental".

No momento que a Lei geral, que regula as prerrogativas dos planos diretores municipais, define como pressuposto o equilíbrio ambiental, torna-se necessário realizar pesquisas voltadas para avaliação das diretrizes da questão ambiental traçadas nos PDMs, principalmente, trazer para o foco da análise as vozes da sociedade, essas vozes que precisam ser ouvidas e levadas em consideração no planejamento urbano, já que é a sociedade no seu cotidiano que produz e vivencia o espaço tanto urbano quanto o rural, pois o "[...] Plano Diretor seja de fato uma ferramenta útil, deve dialogar com a cidade real, com os problemas e com a efetiva capacidade de gestão do município" (SANTOS; MONTANDON, 2011, p. 48).

Em Londrina no norte do Paraná, desde os anos de 2017-2018, vem ocorrendo o processo de revisão do Plano diretor municipal (em estágio de revisão das leis complementares em 2020), que envolveu técnicos, pesquisadores e sociedade civil para discutirem diversos problemas existentes no cotidiano da cidade real.

É com base nas questões ambientais que emergiu a problemática dessa pesquisa, norteada pela seguinte pergunta: quais foram os pontos de vista traçados em relação a temática ambiental no decorrer dos fóruns de participação popular na revisão do Plano Diretor Municipal de Londrina de 2018, tendo como preocupação central a "cidade real", presente nas vozes da sociedade?

Objetiva-se discutir os aspectos referentes a questão ambiental traçados pela população, no decorrer dos fóruns de participação popular (leitura comunitária) no processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Londrina, em 2018, tendo como preocupação central os problemas vivenciados na cidade concreta.

O texto final encontra-se estruturado em dois eixos centrais. No primeiro realizou-se uma análise das áreas de risco ambiental identificadas no território de londrinense, com o intuito de se ter uma visualização geral desta problemática no cotidiano da população, dando ênfase a questão habitacional, particularmente com foco nas ocupações irregulares, que permeia o aspecto ambiental, tendo em vista que uma grande parte dessas ocupações localiza-se em áreas de preservação ambiental. No segundo eixo apresentou-se os problemas e as propostas da população sobre a questão ambiental lançadas e debatidas, na execução da leitura comunitária no processo de revisão do PDML (2018-2028).

Reflexão sobre as condições ambientais em Londrina: moradias em áreas de riscos

Nas ciências sociais o risco é considerado um objeto social visto que se pauta na concepção de que ele parte de uma sociedade que o percebe como tal. Portanto, para que exista a compreensão de que alguma situação possa ser considerada de risco, deve-se considerar que o risco constitui na percepção do perigo possível em relação à uma sociedade que, segundo Veyret e Richenmond (2007), compreende este risco por meio de representações mentais e com ele convive por meio de práticas específicas.

O risco se traduz em uma ameaça, ou perigo para aquele que está sujeito a ele e o percebe como tal, sendo passível então, por parte do sujeito (pessoa, grupo, sociedade) de uma avaliação acerca de seu potencial de dano à população, para que sejam implementadas ações, ora preventivas, ora mitigadoras, quando aquele risco se apresenta como dano efetivo.

Na literatura acerca dos riscos ambientais, as áreas de risco apresentam-se como porções do espaço em que se constituem o que se denomina como *hazards* (perigo), ou seja, são situações (ou locais) em que há algum tipo de perigo que afete a sociedade. É muito importante afirmar que "[...] um *hazard* não é natural em si, mas trata-se de um evento que ocorre na interface sociedade-natureza» (MARANDOLA JR; HOGAN, 2004, p. 98).

Castro, Peixoto e Rio (2005, p. 27), ao discutirem sobre risco ambiental afirmam que "[...] não se pode pensar em risco sem considerar alguém que corre risco, ou seja, a sociedade". Esta ideia baseia-se no raciocínio de que o risco pode ser vinculado a um acontecimento que pode realizar-se ou não, mas que somente se constitui quando "[...] há a valorização de algum bem, material ou imaterial, pois não há risco sem a noção de que se pode perder alguma coisa".

De qualquer forma, o risco é uma situação futura e possível e que pode causar dano à população e, portan-

to, está relacionado ao planejamento e gestão do território. Haja vista a maneira pela qual as sociedades ocupam e utilizam os territórios, os riscos podem provocar danos com intensidade e frequência diferenciados no espaço, sendo os mesmo complementados pela ideia de vulnerabilidade, posto que em função do uso do solo e infraestrutura de uma determinada área, o dano em função de um *hazard* (enchentes, deslizamento) promove graus diferenciados de vulnerabilidade, conforme a situação social e econômica das populações atingidas.

Nesse sentido, considerando-se a sociedade exposta a estas áreas de risco, a necessidade de se criar ou promover instrumentos que permitam uma avaliação das situações adversas encontradas no espaço analisado, têm uma importância fundamental na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento urbano que interfere nas condições de saúde da população local.

Na cidade de Londrina/PR, há inúmeras áreas de riscos, apontadas pelos técnicos do IPPUL (Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbana de Londrina) e pela população que participou dos fóruns de participação popular de revisão do PDM de Londrina em 2018 (Figura 1).

Verifica-se na figura 1 que dentre os problemas ambientais existentes até 2018 na cidade de Londrina, os principais levantados durante o processo de revisão do plano diretor municipal com potencial de risco ambiental foram: cemitérios, aterro de resíduos sólidos, atividades industriais com potencial poluidor, emissão de efluentes, danos na infraestrutura por eventos naturais, as ocupações irregulares e o descarte irregular de resíduos sólidos urbanos, principalmente, em áreas de fundos de vale[16]. Salienta-se que embora em trabalhos consultados termos como favelas (CASTRO, 2018) e assentamentos precários (IPPUL, 2018) tenham sido utilizados, nessa pesquisa adotar-se-á o termo ocupações irregulares, conforme a Cohab de Londrina.

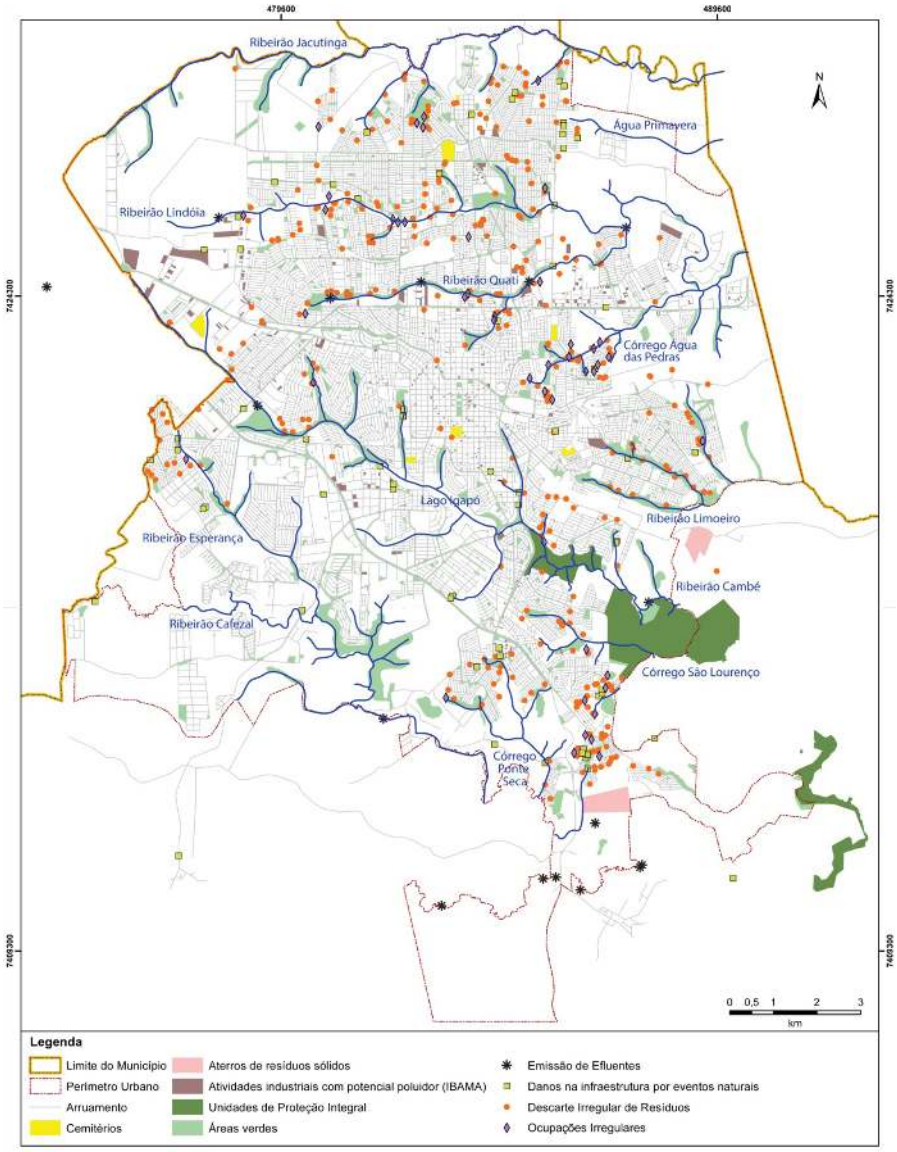

Figura 1. Em destaque as áreas de risco ambiental em Londrina/PR, 2018.
Fonte: Adaptado de LONDRINA - IPPUL, 2018. Org. Os autores, 2019.

Ainda tomando por base a figura 1, é possível visualizar que Londrina tem seu sítio urbano assentado em uma porção com inúmeros córregos, que tem sido *lócus* de grande parte dos problemas referentes a ocupações irregulares e deposição incorreta de resíduos sólidos urbanos.

No caso desta pesquisa, chama-se a atenção para as áreas de risco relacionadas às ocupações irregulares em fundos de vale (Figuras 1), que estão ligadas a questão habitacional e, essa por sua vez, está vinculada diretamente a estrutura fundiária urbana concentrada, que fomenta uma exclusão socioterritorial, no momento que a população sem poder aquisitivo tem que se submeter a viver em condições precárias, ao ter como a única alternativa de morar as ocupações irregulares.

Esse processo de expansão do espaço urbano londrinense é a matriz de um ordenamento do território assentado em um desenvolvimento geograficamente desigual próprio do modo de produção capitalista, que comanda a produção do espaço urbano mediante a concentração da estrutura fundiária e do poder político, econômico nas

mãos de uma elite que assume as diretrizes desta matriz. Assim sendo, Villaça (2011, p. 37) destaca que "[...] nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado/compreendido se não for considerada a enorme desigualdade econômica e de poder político que ocorre em nossa sociedade".

Por conseguinte, a desigualdade vincula-se intrinsecamente a segregação urbana, fruto das contradições gritantes que afloraram deste processo, ou seja, "[...] o enorme desnível que existe entre o espaço urbano dos mais ricos e o dos mais pobres" (VILLAÇA, 2011, p.37).

A cidade de Londrina apresenta desde seu projeto inicial essa segregação urbana, visto que foi criada como um empreendimento capitalista com diferentes preços de terra urbana. Criada em 1929, em um período de intensa incorporação de terras a produção cafeeira no norte do Paraná e de fundação de cidades por empresas loteadoras de terras.

A terra foi tornada mercadoria, via ação do Estado e de inúmeras empresas privadas que se autodenominavam empresas colonizadoras (LOPES, 1982). Monbeig (1984, p. 237-241), ao discutir sobre a ação das empresas colonizadoras no norte do Paraná destacou que não passava de uma transação comercial, um negócio para inúmeras empresas. E Tomazi (1997, p. 203) destaca que além das empresas imobiliárias, o Estado "[...] também foi um colonizador direto [...] o governo paranaense esteve sempre presente na formulação de uma legislação que beneficiou as empresas/concessionárias e principalmente a CTNP".

Rosaneli (2009) destaca que empresas de diferentes portes e com capital oriundo de diversos países atuaram no processo de comercializar terras no norte paranaense, na expansão da fronteira do café. E a ação dessas empresas imobiliárias não estava restrita somente ao parcelamento rural, ao passo que as mesmas também realizavam o parcelamento de terras urbanas. Chama-se a atenção para o papel do Estado e das empresas imobiliárias, entendidos como agentes produtores do espaço (CAPEL, 1974; CORRÊA, 1989) que ao parcelarem terras foram auferindo a renda da terra.

Assim, nesse contexto de parcelamento de terras e com a função de ser "o mercado de abastecimento e exportação" (MONBEIG, 1945, p. 12), Londrina foi projetada em 1929 para abrigar cerca de 20.000 habitantes no seu sítio urbano. E já apresentava em seu projeto urbanístico certa especialização das áreas e também as primeiras evidências de segregação urbana, revelada por uma distinção de valores, que se concretizou em diferentes usos e padrões (LINARDI, 1995). Müller (1956), ao discutir sobre a planta inicial de Londrina, chamou a atenção para áreas ocupadas pelo comércio atacadista e com fins residenciais.

Assim como ocorreu na gênese da cidade, a expansão da área urbana de Londrina continuou a ser impulsionada pelo o capital imobiliário e fundiário nas décadas seguintes. Paula et al (2013, s/p) destacam que além dos agentes privados, houve a participação da gestão municipal nesse processo comercialização de lotes urbanos, "[...] uma vez que os lucros obtidos com os altos preços dos lotes urbanos e com a especulação imobiliária eram elevados". Entre os anos de 1937 e 1970 foram aprovados 222 loteamentos na cidade (LUIZ, 1991), ampliando assim a área urbana de Londrina.

Chama-se a atenção para a expansão da cidade como uma forma de apropriação fundiária e dos diferentes tipos de renda da terra por parte de grupos ou agentes produtores do espaço urbano, conforme discutido por Capel (1974), Correa (1989), Harvey (2013). A renda da terra urbana "[...] é pagamento feito aos proprietários pelo direito de usar a terra e seus pertences (os recursos nela incorporados, os prédios nela construídos etc.)" (HARVEY,

2013, p.428).

Assim, voltando o olhar para a terra urbana, a produção de moradias e expansão da malha urbana, fica evidente que em um contexto capitalista onde se tem a ação de agentes (Estado e proprietários fundiários, imobiliários, dentre outros) e um mercado de terras, que a cidade é transformada em um grande empreendimento capitalista.

E por ser a segregação elemento importante nesse processo capitalista de produção de moradias com captura da renda da terra por alguns grupos, a mesma foi intensificada nas décadas de 1950 e 1960 em Londrina. A área central além dos casarões da elite, passou a apresentar os primeiros edifícios da cidade, sendo o primeiro o Santo Antônio, construído em 1949. Os edifícios passaram a ser uma das formas de reinvestimentos de lucros e rendas de atividades diversas, dentre as quais, a cafeicultura. Portanto, a área central, teve acentuada sua característica de residência de parcela da elite local que investia seus lucros e rendas na produção de edificações horizontais e verticais de modo a atestar sua ascensão social (LINARDI, 1995; FRESCA, 2007).

E na periferia encontrava-se a maior parte das moradias da classe trabalhadora, tendo inclusive as ocupações irregulares, que foram sendo criadas, em um primeiro momento, próximas a área central na década de 1950 e, posteriormente, conforme foi ocorrendo o processo de mecanização das lavouras, as ocupações foram sendo instaladas em diferentes porções da cidade, preferencialmente em áreas de fundo de vale.

A partir da década de 1970, em meio às transformações na agropecuária no norte paranaense, com substituição da cafeicultura e dos gêneros alimentícios por culturas mecanizadas intimamente ligadas à produção e reprodução do capital industrial (PADIS, 1981; LOPES, 1982; GRAZIANO, 1998), cidade e campo no norte novo passaram por transformações, impulsionando a partir do final de 1960 a fixação de pessoas na área urbana em detrimento da rural.

Salienta-se que a expansão urbana de Londrina continuou nas seguintes a ocorrer (e ainda mantém esse padrão nos dias atuais) via ação de três agentes produtores do espaço urbano, a saber: dos promotores imobiliários com residências de alto padrão horizontal e vertical na porção sul e sudoeste, dos grupos excluídos que foram ocupando áreas irregulares principalmente nas zonas Sul, Leste e Norte em porções de fundo de vale e, via a gestão municipal local, com a criação dos conjuntos habitacionais, na zona Norte e em outras porções na periferia da cidade.

Com foco nas ocupações irregulares nos dias atuais, as mesmas encontram-se localizadas nas margens dos rios que cortam o espaço urbano londrinense, ou seja, em áreas de preservação ambiental (figura 2). De acordo com Castro (2018), até o ano de 2017 havia o total de 10.656 moradores nessas áreas de ocupações irregulares. De acordo com o mapeamento realizado pela autora, a maior parte dos londrinenses que moram nessas ocupações se encontra na Zona Norte da cidade. Ressalta-se que na figura 2 não foram identificadas pela autora áreas com ocupações irregulares em processo de regularização fundiária pela Cohab de Londrina.

A Companhia de Habitação de Londrina/COHAB de Londrina apresentou números semelhantes ao de Castro (2018), de residentes nessas áreas de ocupações irregulares, aproximadamente 10.867 pessoas, agrupadas em 3.160 famílias (LONDRINA - COHAB, 2017). O número maior levantado pela Cohab pode ser explicado pelo fato da mesma ter incluído os moradores do Residencial Flores do Campo[17] como ocupação irregular.

O mapeamento da Cohab de Londrina em 2017, utilizando famílias e a zona da cidade na qual se encontra

a ocupação irregular, indicou que a maior parte das famílias em áreas de ocupação encontra-se na Zona Norte da cidade, com 49,93% (1.578 famílias), seguida pela Zona Sul 30,82% (974 famílias), Zona Leste com 14,77% (467 famílias) e, por fim, tem-se as Zonas Oeste e Centro, respectivamente os percentuais de 3,79% (120 famílias) e 0,66% (21 famílias) nas ocupações (LONDRINA - COHAB, 2017).

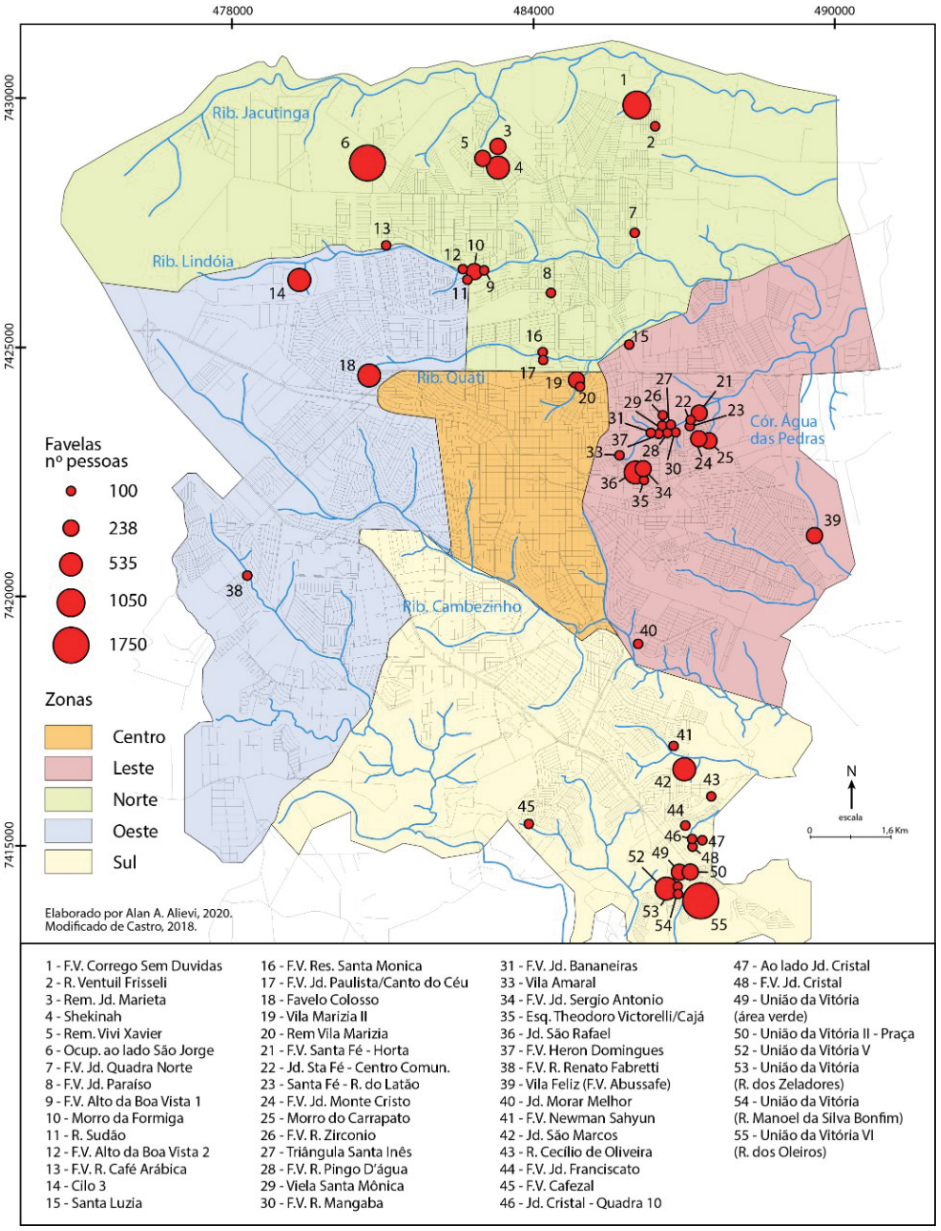

Figura 2. Áreas de ocupações irregulares em Londrina/PR segundo a quantidade de pessoas 2017.

Fonte: Adaptado de Castro, 2018. Org. Os autores, 2019.

Por outro lado, em se tratando das áreas de estudo para regularização fundiária, o maior número de famílias a ser atendidas encontra-se na Zona Leste, sendo 342 famílias que residem em 5 ocupações. Do universo de 56 ocupações com 3160 famílias em 2017, o estudo para efeito de regularização fundiária em curso pela Cohab de Londrina, atenderá aproximadamente 23,21% de famílias em 23,30% do total de ocupações.

Tendo em vista a carência de habitação voltada para a população de baixo poder aquisitivo em Londrina,

ela não se reduz somente a esse contingente das ocupações irregulares. É certo que estas demandam atenção urgente devido à precariedade, mas levando em consideração todas as famílias cadastradas no sistema da Companhia de Habitação de Londrina - COHAB/LD, havia em 2017 aproximadamente 69.062 inscritos.

Desse total, segundo Souza (2018, p. 77), cerca de 57.492 inscritos ainda não receberam atendimento à moradia. Conforme dados levantados pela autora, dentre as faixas de renda dos inscritos, chama a atenção para aqueles situados nas faixas de R$ 0,00 a R$ 1.200, 00 e de R$ 1.200,00 a R$ 1.800,00 mensais, por se tratar de famílias que compõem a demanda por habitação de interesse social. Tomando por base esse critério, a autora assinala que do montante de inscrito na COHAB/LD até 2017, aproximadamente 51.093 famílias aguardavam uma moradia. Essa realidade é o desdobramento no territorio municipal da política habitacional brasileira, uma vez que o estudo realizado por Antonello e Veiga (2022, p. 39) sobre a capacidade desta política de atacar a exclusão socioespacial urbana, concluiu que:

> Os resultados da investigação demonstram que essa dinâmica de exclusão se mantem, uma vez que, em 2017, tinha-se um déficit estimado em 7,77 milhões de unidades, alcançando o maior patamar em 10 anos, o que retrata que PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009) não atingiu as metas propostas, já que ocorreu um crescimento constante do déficit desde 2013, atingindo 967.270 unidades habitacionais em condições precárias de habitabilidade e abrange 3.289.948 unidades que sofrem com o ônus de pagar um aluguel para poder viver, sendo o maior percentual dentre esse componente, a coabitação involuntária (3.209.299 unidades), que é fruto da mesma lógica de exploração do trabalhador, isto é, a necessidade de convivência indesejada de mais de uma família no mesmo domicílio, em função da incapacidade de assumir o pagamento de um aluguel de forma individual

Nesse contexto, de acordo com Souza (2018) há uma demanda por habitação de interesse social em Londrina. E, no interior desse grupo, há famílias com maior urgência de atendimento em relação ao acesso a casa própria, por estarem vivendo em áreas irregulares. O número de famílias em áreas impróprias, de acordo com a COHAB/LD (LONDRINA, 2017), voltou a crescer a partir de 2014.

Os levantamentos realizados pela Cohab de Londrina evidenciam que a partir de 2013 passou a ocorrer aumento no número de ocupações, de família em áreas irregulares em Londrina/PR. Houve incremento de 93% no total de ocupações, de 303% de família e 329% de quantidade de pessoas em 2017 em comparativo a 2013. Ressalta-se que no mapeamento da Cohab de Londrina, o número de ocupações em 2017 era de 56 e não 55 áreas conforme apresentado por Castro (2018) na figura 2, por ter acrescentado o Residencial Flores do Campo como ocupação irregular.

A população ao residir em ocupações irregulares, independentemente da localização, já se encontra exposta a uma série de perigos por dispor de condições insuficientes de infraestrutura, saúde e segurança. Além disso, no caso das ocupações em Londrina, a urgência é maior devido a fragilidade ambiental reforçada pelo fato da maior parte estar próximas a córregos urbanos.

Castro (2018) ao discutir sobre moradias em fundos de vale, ou seja, em áreas ambientalmente frágeis em Londrina, pontuou que [...] a ausência de infraestrutura urbana [...] em áreas de fundo de vale aliada a precariedade dos materiais de construção das moradias amplia a condição de vulnerabilidade destes locais, onde os riscos de inundações e movimento de massa são ainda maiores (CASTRO, 2018, p. 108).

Essa realidade foi destacada no texto técnico do Plano Diretor Municipal de Londrina (Revisão 2008-2028), que reforçou a problemática ao destacar que na cidade de Londrina há inúmeras áreas em fundos de vale com ocupações irregulares, com famílias vivendo em "[...] condições inadequadas de infraestrutura e serviços ur-

banos, tais como rede de abastecimento de água, rede coletora de esgoto, rede de drenagem, coleta de lixo, limpeza pública, entre outros [...]" (LONDRINA, 2018, p. 44).

Essa precariedade habitacional se cristaliza em áreas de risco ambiental, uma vez que a população está à mercê de riscos com vulnerabilidade a doenças e violência, em uma constante exposição da vida em todos os sentidos.

A esse respeito, Lima e Mendonça (2001), colocam que a problemática habitacional perpassa e é perpassada pela questão ambiental, pois:

> Antes mesmo de melhoria dos padrões habitacionais existentes, visando otimização do consumo de energia, ou utilização de materiais e processos que causem menos impacto ao ambiente, devem-se verificar as condições de pobreza extrema, em que os cidadãos utilizam-se de subabitações, configurando-se um problema social e de responsabilidade do Estado (LIMA; MENDONÇA, 2001, p. 142).

A parir das ideias dos autores, é possível afirmar que o planejamento e a gestão urbana de Londrina, tendo como foco a gestão local não estão atuando de forma de combater essa problemática. Tal constatação é visível quando se trata das áreas fragilidade socioambiental no território, o que remete a falta de articulação entre as diretrizes ambientais com as demais políticas setoriais.

Utilizando-se das palavras de Costa, Campante e Araujo (2011), pode-se afirmar que os planos diretores acabam por não expressar "[...] uma abordagem integrada para questões ambientais e demais políticas setoriais, as quais continuam sendo tratadas de maneira segmentada e muitas vezes conflitantes, sem mecanismos efetivos de compatibilização" (COSTA; CAMPANTE; ARAUJO, 2011, p. 177).

Acredita-se ser de suma importância realizar o planejamento urbano e, em particular, a revisão do plano diretor, de forma integrada com as demais políticas públicas, tendo em vista que o plano diretor municipal tem essa característica de elaborar as diretrizes do ordenamento do território de forma integrada.

Assim, pautando-se neste pressuposto, no próximo tópico focou-se no debate realizado sobre a problemática ambiental no processo de revisão do Plano Diretor de Londrina (2018-2028), com olhar direcionado para as proposições e sugestões da população em relação as medidas e ações para o enfrentamento da problemática ambiental em busca da preservação ambiental, visando a qualidade de vida atual e futura.

Material e métodos

Essa pesquisa é fruto de um projeto de extensão iniciado em 2017 e finalizado em dezembro de 2021, que buscou acompanhar todo o trabalho de participação e acompanhamento do processo de revisão do Plano Diretor de Londrina (2018-2028), que em 2022 encontra-se na etapa de revisão das leis complementares. A lei geral do PDML foi enviada em dezembro de 2018 para a Câmara Municipal de Vereadores de Londrina e, até o momento (janeiro de 2022) está sendo objeto de emendas propostas por grupos empresariais diretamente ligados ao mercado imobiliário.

Essa pesquisa pode ser caracterizada como de abordagem qualitativa, na qual a atenção dos pesquisadores/as não esteve única e exclusivamente nos dados pelos dados, mas sim nos aspectos da realidade não quantificáveis, com foco na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Tendo por base Minayo (2001), entende-se que a pesquisa qualitativa tem o olhar direcionado para um espaço mais profundo das relações, dos processos

e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Os procedimentos de pesquisa para o levantamento de informações foi pautado em fontes secundárias e primárias, a saber: levantamento bibliográfico para elaboração de um arcabouço teórico-metodológico sobre a temática da pesquisa, posteriormente a sua análise e discussão; e a realização da pesquisa empírica que concretizou o monitoramento e a avaliação do processo participativo de revisão do PDML (2018-2028) que ocorreu mediante a execução de estudo de campo (trabalho de campo), por meio da participação em todas as Etapas participativas colocadas em prática pelo IPPUL (Instituto de pesquisa e planejamento urbano de Londrina).

As etapas foram as seguintes: etapa I com discussão e organização da metodologia de revisão do Plano Diretor (segundo semestre de 2017), tendo como participantes técnicos do IPPUL e inúmeros técnicos de diversas instituições de ensino superior, de órgãos públicos e de associações diversas. Para as demais etapas foi prevista a participação da população londrinense no decorrer dos fóruns de participação popular, organizados da seguinte forma: a) etapa II destinada para avaliar e pontuar os problemas vivenciados no cotidiano, b) etapa III objetivava retomar os problemas pontuados nos fóruns anteriores e, a partir disso, projetar melhorias necessárias, por meio de propostas e, por fim, c) a etapa IV consistia na definição dos aspectos importantes que, posteriormente, somariam na minuta de lei (decorrer do ano de 2018).

O olhar da população para a cidade real e as propostas indicadas para a questão ambiental: leitura comunitária

Em Londrina, nos anos de 2017 e 2018, foi realizado o processo de revisão do plano diretor municipal ano 2018-2028. Os trabalhos foram organizados e conduzidos em quatro etapas por uma equipe multidisciplinar de técnicos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL) de Londrina, tendo por direcionamento a dimensão democrática contemplando objetivos e indicativos do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), como forma de dar continuidade ao caráter participativo iniciado na revisão do PDM de Londrina (2008-2018).

Esse direcionamento já previsto na metodologia pensada, em 2017, para a revisão do plano diretor (etapa I) é entendido no âmbito dessa pesquisa como uma forma de elaborar um PDM com vistas a tornar-se uma ferramenta útil para a gestão municipal, conforme discutido por Antonello (2013) ao defender que o planejamento do território tem que ter como sustentáculo a participação da sociedade para se colocar em prática uma gestão que vise o direito a qualidade de vida para toda a população municipal.

Assim, tentando viabilizar a participação popular, os fóruns em termos espaciais, foram organizados no território municipal a partir de agrupamento de porções da área urbana (norte, sul, leste, oeste e centro) e os distritos rurais, organizado pela equipe do IPPUL.

É importante pontuar alguns aspectos que podem ter comprometido em termos quantitativo a participação popular nos fóruns realizados para cada porção delimitada pelos técnicos do IPPUL. Levando-se em consideração a extensão territorial do município, a quantidade de habitantes e as singularidades existentes no interior de cada uma desses nove recortes espaciais, a participação popular acabou por ser baixa, para não dizer ínfima, tendo na etapa II destinada ao levantamento dos problemas da cidade real, a participação de apenas 427 pessoas e na etapa III cerca de 462 londrinenses (LONDRINA, 2018), de um total de 506.701 habitantes (IBGE, 2010).

A partir da coordenação de técnicos do IPPUL, os moradores que participaram dos fóruns nas etapas II

e III, foram motivados a verbalizarem as potencialidades e os problemas vivenciados no cotidiano sejam na área urbana sejam na rural (etapa II) e, apontarem possíveis formas de enfrentamento dos problemas (etapa III).

Na etapa II as discussões foram conduzidas a partir de material cartográfico e de questões norteadoras do tipo aberta, que perpassavam quatro grandes temas, a saber: atendimento social (Identificar possíveis dificuldades ou deficiências em relação ao acesso e à estrutura dos serviços), transporte e vias de circulação (Identificar problemas de circulação, pontos de conflitos, manutenção e ampliação das vias e transporte coletivo), economia e meio ambiente (Identificar condicionantes à urbanização e aptidão para atividades produtivas; Identificar áreas deficitárias ou prioritárias para preservação ambiental), estrutura urbana (Identificar padrões de uso/ocupação do solo e tendências de expansão urbana) (LONDRINA – IPPUL, 2018).

No decorrer dos fóruns dessa etapa de levantamento dos problemas e potencialidades, a partir de objetivos e questões previamente estabelecidos pelos técnicos do IPPUL, as reflexões sobre a realidade vivida pela população residente no distrito sede ou nos aglomerados dos distritos rurais foram direcionadas, ora com maior intensidade para a zona urbana, ora para o campo, quando se tratava dos fóruns nos distritos rurais.

Os participantes foram agrupados segundo os grandes temas em salas e acompanhados por um grupo de técnicos do IPPUL, munidos de instrumento cartográfico e visual bem como de material para registro. Tendo por base os questionamentos lançados pelos técnicos do IPPUL, os participantes foram discutindo e anotando no material cartográfico os apontamentos que julgaram importantes. Em seguida, foi realizada uma breve exposição aos demais do grupo, momento no qual os técnicos do IPPUL procederam com anotações da síntese em um cartaz maior, para posterior exposição à plenária, junto às demais equipes de trabalhos que estavam trabalhando com os outros temas.

Ao término dessa etapa II e com os levantamentos acerca dos aspectos positivos e negativos vivenciados pela população na cidade de Londrina, os técnicos do IPPUL trabalharam no sentido de agrupar bairros e destacar os problemas indicados pelos participantes em cada zona da cidade.

Em se tratando do distrito sede, para a realização da etapa III, foi organizada uma nova subdivisão tendo por base os bairros com maior número de habitantes, estando os menores englobados no recorte espacial que seria nomeado a partir de dois ou três bairros apenas.

Essa reorganização, diferente daquela utilizada pelo IPPUL na etapa anterior, foi utilizada para nortear o agrupamento da população que participaria da etapa III, realizada de 11/06/2018 a 21/06/2018, em diferentes salas de aulas de cada escola municipal utilizada para receber a população. Isso facilitou no sentido que moradores de um mesmo bairro que se fizeram presentes no fórum puderam sentar-se em um mesmo grupo e retomar a discussão dos problemas e fazer propostas na construção do plano de ação dos PDM.

Por outro lado, o deslocamento das pessoas continuou dificultado, conforme ocorreu na etapa II, tendo em vista que mesmo havendo mais subgrupos, o local para o fórum popular continuou a ser realizado em apenas uma escola municipal por grande zona.

Os problemas mensurados pela população na etapa II foram filtrados e agrupados segundo a intensidade de ocorrência, resultando em: crescimento urbano e imóvel vago; emprego e habitação; mobilidade urbana; preservação ambiental; infraestrutura e serviços públicos; participação popular.

Tomando por base o item preservação ambiental na voz da população, verificou-se no decorrer dos fóruns de participação popular da revisão do PDM de Londrina em 2018, na etapa II realizada nas zonas delimitadas pelo IPPUL no distrito sede, cidade de Londrina, a população apontou uma série de problemas, estando alguns diretamente correlacionados a problemática habitacional, como as áreas de fundos de vale com ocupações irregulares e degradação ambiental nas áreas de fundo de vale, APPs (Área de Preservação Permanente)[18] e áreas verdes. Outros problemas indicados pela população presentes na etapa II foram o descarte de resíduos sólidos da construção civil de pequenos geradores forma irregular em fundos de vale e áreas de bota fora nos bairros; necessidade de gestão da arborização urbana; o grande número de animais abandonados.

Tais problemas mencionados pela população foram o ponto de partida para as propostas na etapa III, a partir dos subgrupos de bairros, conforme novo recorte espacial proposto pelos técnicos do IPPUL. No quadro 1, em relação temática ambiental/preservação ambiental, foram agrupados os problemas referentes a fundos de vale e as propostas para apresentadas pela a comunidade.

Quadro 1. Fóruns de participação popular na revisão do PDM de Londrina/PR em 2018: Foco a questão ambiental

Zona	**Desafios (síntese da cidade real – etapa II)**	**Subgrupos**	**Propostas para superar os desafios (cidade que queremos - etapa III)**
Centro--Leste	Fundos de vale: ocupações irregulares em fundo de vales/ descarte irregular de entulhos/comprometimento da área de preservação (mata ciliar e faixa sanitária);	Shangrilá, Vila Casoni, Centro	Realocar as famílias que residem em fundos de vale na zona leste da cidade; Incentivar à habitação de interesse social; Revitalizar as pistas de caminhadas e áreas verdes próximas a córregos; Preservar nascentes urbanas; Criar políticas de turismo em áreas verdes próximas a fundo de vale; Fiscalizar o descarte irregular de entulhos;
		Aeroporto, Califórnia	Fiscalizar os parcelamentos irregulares principalmente em áreas de preservação ambiental; Preservar áreas ambientais na cidade.
		Lindoia, Fraternidadee Antares.	Mapear ocupações irregulares e ver as possibilidades reais dessa população ser atendida por moradia popular; Plantar árvores frutíferas próximas a fundos de vale.
Sul	Fundos de vale: ocupações irregulares em fundo de vales/ descarte irregular de entulhos/comprometimento da área de preservação (mata ciliar e faixa sanitária);	Palhano, Vivendas	Repensar o zoneamento pra proteger o fundo de vale dos Tucanos; Urbanizar com pistas de caminhadas próximas ao córrego dos Tucanos.
		Inglaterra, Indústrias, Cafezal, Nova Esperança	Alterar o zoneamento no entorno dos fundos de vales, para proteção dos mesmos; Criar áreas de lazer ao longo do Ribeirão Cafezal;

Oeste	Fundos de vale: ocupações irregulares em fundo de vales/ descarte irregular de entulhos/comprometimento da área de preservação (mata ciliar e faixa sanitária);	Leonor, Ouro Verde	Realocar as famílias que residem nos fundos de vale na zona Oeste da cidade (avenida Clarice de Lima Castro, rua São José, Rua Annibal Balarotti entre Santo André e Vista Bela); Recuperar a área de APP do córrego do Tobo (Vista Bela) entre as ruas São José, Santo Antonio e Annibal Balarotti; Criar política de revitalização dos fundos de vale em consonância a preservação ambiental;
		Bandeirante, Presidente	Instalar equipamentos de lazer nos afluentes do Ribeirão Cambé; Criar programa que vise à preservação de áreas de nascentes/mananciais/ APPs;
		Olímpico, Esperança	Implantar calçadas nos fundos de vale (pistas de caminhada e academia ao ar livre), manutenção e iluminação;
Norte	Fundos de vale: ocupações irregulares em fundo de vales/ descarte irregular de entulhos/comprometimento da área de preservação (mata ciliar e faixa sanitária);	Bella Vista, Parigot	*Somente foram indicadas propostas para a questão dos animais abandonados.*
		Vivi Xavier, Alpes	Atribuir uso de lazer nos fundo de vale;
		Cinco Conjuntos	Criar políticas que visem à preservação de mananciais e fundos de vale.

Fonte: LONDRINA – IPPUL, 2018. Org. Autores, 2019.

Pelo fato do sítio urbano de Londrina estar assentado em uma porção repleta de corpos hídricos, tais como nascentes e córregos (figura 2) e, diante da histórica carência habitacional na cidade, os fundos de vale encontram-se no centro das discussões quando se trata qualidade de vida e preservação ambiental. Essa percepção da sociedade encontra respaldo na análise de Fernandes (2011) sobre a questão dos assentamentos informais nas cidades da América Latina, ao defender que essa forma de habitação se traduz em fardos (jurídico, social, ambiental, político e economicamente), uma vez que são prejudiciais às cidades, atingindo a população em geral e, claro as pessoas que tem que submeter a essa forma de existência, para poder sobreviver.

De tal modo, essa realidade expressa no fardo social está imbricada como: "[...] o fardo urbano ambiental, expresso por fragmentação e precarização das cidades, em que os assentamentos precários são marcados profundamente por diferentes riscos de saúde, segurança, degradação ambiental, poluição e condições sanitárias inadequadas (FERNANDES, 2011, p.7). Os pressupostos levantados por Fernandes se materializam no espaço concreto observado e vivido pela população londrinense, o que foi possível apreender nos debates desenvolvidos no processo participativo da revisão do PDM.

No quadro 1 consta os desafios envolvendo as questões ambientais nas zonas urbanas da cidade de Londrina (etapa II) e as propostas para eles (etapa III). Verifica-se que as propostas giraram em torno de ocupação irregulares, de melhorias no entorno dos córregos e da necessidade da preservação das APPs e faixa sanitária[19] nos

fundos de vales da cidade.

Nos subgrupos da Zona Centro-Leste, foi unânime dentre os participantes a questão das moradias irregulares nas margens dos córregos. Nesta porção da cidade, somente nas proximidades do córrego Água das Pedras, existe mais de 16 ocupações irregulares, que somadas as demais existentes na zona Centro-Leste, totalizavam em 2017 cerca de 19 ocupações segundo os levantamentos da Cohab de Londrina em 2017.

Em termos de famílias, somando aquelas que moravam em todas as ocupações do subgrupo da Zona Leste-Centro, havia aproximadamente 467 famílias somente na Leste e 21 no Centro (LONDRINA – COHAB, 2017). Para as moradias precárias foram propostos mapeamentos das ocupações irregulares em fundos de vale e a realocação das famílias em áreas adequadas do ponto de vista socioambiental na maioria dos subgrupos delimitados pelos IPPUL para os fóruns populares da etapa III.

A Zona Sul, no subgrupo Palhano e Vivendas, bairros esses com moradores de poder aquisitivo, foi destacado apenas o córrego Tucanos, afluente do Ribeirão Cambé como um corpo hídrico que merece atenção do poder público e moradores. No subgrupo nomeado com os bairros Jd. Inglaterra, Parque das Indústrias, Jd. Cafezal e Nova Esperança, os presentes apontaram o córrego Cafezal, como corpo hídrico que demanda atenção na Zona Sul. Chama-se a atenção para o fato de não aparecer termos que indicam diretamente a problemática das ocupações irregulares, principalmente em afluentes do córrego Cafezal.

Segundo dados da Cohab de Londrina (2017), havia aproximadamente 14 ocupações irregulares com 974 famílias e, embora os fundos de vales tenham sido apontados como problemática devido as moradias precárias na etapa II, na síntese das propostas dos participantes do fórum popular na etapa III do grupo da Zona Sul, foram indicadas as seguintes propostas: Repensar o zoneamento pra proteger o fundo de vale dos Tucanos; Urbanizar com pistas de caminhadas próximas ao córrego dos Tucanos; Alterar o zoneamento no entorno dos fundos de vales, para proteção dos mesmos; Criar áreas de lazer ao longo do Ribeirão Cafezal (quadro 1). Embora entre as propostas o enfrentamento da problemática habitacional não tenha sido destacado, as medidas indicadas pelos os participantes do fórum, evidenciam que eles conhecem a realidade e estão incomodados com a situação.

O contrário aconteceu no fórum de participação popular da Zona Oeste. Nessa grande porção, segundo levantamentos da Cohab de Londrina em 2017, havia um dos menores números em comparativo as demais, cerca de 5 ocupações irregulares com 120 famílias. E no subgrupo dos bairros Leonor e Ouro Verde, foi indicada a proposta de Realocar as famílias que residem nos fundos de vale na zona Oeste da cidade (Avenida Clarice de Lima Castro, rua São José, Rua Annibal Balarotti entre Santo André e Vista Bela) (quadro 1).

Trata-se do córrego Lindóia onde encontram-se algumas ocupações irregulares (figura 2). A população dos bairros Leonor e Ouro Branco, fez menção a uma das seis ocupações, no caso a Cilo 3 apontada com o número 14 na referida figura.

Por fim, na Zona Norte, nos subgrupos dos bairros Bella Vista e Parigot, Vivi Xavier e Alpes, Cinco Conjuntos, não foram indicadas propostas que envolvessem diretamente as ocupações irregulares, mas de forma indireta ao indicarem ser necessário atribuir uso de lazer nos fundo de vale bem como criar políticas que visem à preservação de mananciais e fundos de vale.

As ocupações irregulares na Zona Norte, em termos de quantidade, totalizaram cerca de 18 áreas em 2017,

com aproximadamente 1578 famílias (LONDRINA - COHAB, 2017). Com a maior quantidade de pessoas vivendo em situação precária na cidade e com inúmeras ocupações ao longo de afluentes dos córregos Jacutinga e Lindóia, os problemas apontados na etapa II não se fizeram presentes em meio as propostas na síntese final da etapa II.

Em linhas gerais, conforme as propostas do quadro 1, a minimização dos problemas ambientais está diretamente correlacionada a ações direcionadas para a questão do déficit habitacional, como a viabilização de habitação de interesse social, o mapeamento das ocupações irregulares e a criação de instrumentos no Plano diretor que possam inibir a destinação de lotes urbanos para especulação imobiliária, que tem resultado em grandes vazios urbanos. Ações referentes a preservação de fundos de vale, de nascentes, de áreas verdes e de proteção ambiental, e outros que estão diretamente correlacionados ao problema da ocupação irregular em fundos de vale e questão habitacional foram apontadas pela população nos fóruns de participação popular.

É importante destacar que tanto nos fóruns ocorridos na cidade como nos distritos rurais, foi indicada a importância da educação ambiental junto a população bem como na formação de professores.

Entende-se que além do conhecimento da problemática cotidiana que perpassa a questão ambiental, a população que vivencia a cidade real com seus aspectos positivos e negativos pode contribuir na elaboração de propostas de ações.

Essa parceria, técnicos e população no planejamento municipal, pode minimizar a continuidade de diversos problemas de cunho socioambiental e assim evitar a formação de áreas de risco a partir de fenômenos oriundos justamente na inter-relação sociedade-natureza, conforme discutido por Marandola Jr e Hogan (2004).

A partir da visão da sociedade de Londrina, ou melhor, do universo da população que participou do processo de revisão do PDM, cabe retomar a análise de Fernandes (2011) sobre os fardos que envolvem os assentamentos informais, ao se pensar que esse fardo é engendrado pela lógica capitalista da produção social do espaço urbano, na qual sobressai o valor de troca, sendo que a habitação é incorporada no mundo da mercadoria, gerida pelo princípio da propriedade privada da terra. Tal fato remete ao fardo jurídico, pois a "[...] informalidade significa principalmente a falta de segurança total da posse, que expõe os residentes de assentamentos informais ao risco permanente de despejo pelas autoridades públicas ou proprietários de terrenos" (FERNANDES, 2011, p.7).

Essa condição vincula-se ao fardo econômico e tributário, que segundo Fernandes não tem atenção devida, já que custos sociais são altos. Tendo em vista, a defesa do autor que a informalidade não contribui para uma gestão urbana eficiente em termos de custos dos programas de regularização, ao se comparar com programas habitacionais dentro da legalidade. Nesse contexto, pode-se acrescentar o custo ambiental presente no fardo urbano- ambiental.

A condição de instabilidade jurídica e a vulnerabilidade socioeconômica que a população que sobrevive em assentamentos irregulares se encontra, agrega ao fardo político, que se expressa na manipulação política, ou seja, nas "[...] formas de clientelismo político tradicionais -onde políticos fazem promessas eleitorais para resolver os problemas que afetam os assentamentos informais - tendem a perpetuar a informalidade (FERNANDES, 2011, p.7).

Considera-se que a questão ambiental vinculada aos assentamentos irregulares remete ao planejamento urbano que tem no plano diretor municipal o seu principal instrumento para atacar essa realidade marcada pelos fardos evidenciados por Fernandes (2011), os quais precisam ser discutidos, para se criar estratégias de ações que

atuem para reverter esses fardos, que são responsabilidade da população geral. Nesse aspecto ganha relevância a participação social na elaboração e no monitoramento das políticas de desenvolvimento urbano, na luta pela concretização da função social da propriedade urbana.

Considerações finais

A análise do mapa de risco ambiental produzido pelos técnicos do IPPUL e dos problemas ambientais da "cidade real" segundo as vozes dos sujeitos que vivem na mesma, corroboram com a ideia de que o planejamento municipal realizado de forma democrática e com participação da população pode resultar em um plano diretor mais condizente com a realidade municipal.

Os trabalhos nos fóruns populares evidenciaram dois aspectos importantes no tocante a participação da população. Primeiro ficou claro que os sujeitos ao participarem, acabaram por contemplar o entorno da realidade que vivenciam cotidianamente, mediatizada pelos usos de equipamentos urbanos e demais disponíveis bem como nas relações que estabelecem com diferentes grupos sociais.

Dessa forma, muitos pontos de vistas acerca de problemas e propostas externalizadas evidenciaram a íntima relação com essa realidade que, por vezes, não estava relacionada com aquela vivenciada pela população de todo o recorte espacial de bairros utilizado pelo IPPUL nos fóruns populares.

Tal ideia pode ser verificada nos grupos de trabalhos com a questão ambiental, no tocante as moradias em fundos de vale, ao passo que em algumas porções a realidade das moradias precárias mesmo estando presente na problemática levantada no fórum II, não foi contemplada em propostas no fórum III. Assim, em grande parte das vozes, prevaleceu o interesse dos grupos presentes, que estavam preocupados e organizados para apresentarem propostas voltadas para o abandono de animais, arborização, urbanização (pista de caminhada, academia ao ar livre, iluminação, calçamento) dos fundos de vale, dentre outras, denotando assim lacunas no entendimento da relação da questão ambiental com habitacional em Londrina.

O segundo aspecto importante no tocante a participação popular, diz respeito ao recorte espacial para formação dos grupos de discussões nos fóruns, ou seja, a efetiva presença dos moradores. A participação foi ínfima na etapa II e na III. Essa afirmação está pautada no percentual de presentes que correspondeu respectivamente a 0.045% e 0,051% do total de habitante do município em cada etapa. Esses percentuais indicam que grande parte da população esteve ausente nos fóruns de participação popular, o que nos levar a perguntar: os problemas levantados e as respectivas propostas atendem a grupos de quais porções de Londrina?

A participação popular não é algo que se atinge de imediato, é um processo, um exercício constante, sendo um dos grandes desafios para a efetivação de uma gestão democrática. Mesmo tendo esses aspectos negativos como a fraca presença de moradores em cada recorte espacial delimitado pelo IPPUL, há que se destacar que a iniciativa de dar voz aos munícipes pode contribuir para a construção da consciência ambiental, desde que acompanhada de um processo contínuo e não restrito somente ao momento de revisão do PMD, que tem ocorrido de 10 em 10 anos.

REFERÊNCIAS

ANTONELLO, I. T. Potencialidade do planejamento participativo no Brasil. **Soc. & Nat.,** Uberlândia, 25 (2): 239-254, mai/ago/2013.

ANTONELLO, I. T.; VEIGA, L. A política pública habitacional brasileira: cidades excludentes, negação do direito de cidadania In: Henriques, M. R.(organizador). **Desafios e Tendencias do Estado de Direito na Democracia no Século XXI**.1 ed. Coimbra: JUS XXI & DEE Internaciel Publishinglda, 2022, v.6, p. 37-52. Disponível em *https://just2021.pt/obra-tematica/?utm_campaign=just_-_newsletter_publicacoes_ptf&utm_medium=email&utm_source=RD+Station*. Acesso em março de 2022.

BRASIL. **O Estatuto da Cidade**. Lei Federal n° 10.257 de 10/07/2001. Diário Oficial da União, Seção I (Atos do Poder legislativo). Edição n° 133 de 11 /07/2001.

CAPEL, H. Agentes y estratégias em la produción del spacio urbano español. **Revista de Geografia, Barcelona**, v. 8, n. 1-2, p. 19-55, jan./dez.1974.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1994.

CASTRO, C. M. de; PEIXOTO, M. N. de O.; RIO, G. A. P. do. Riscos Ambientais e Geografia: Conceituações Abordagens e Escalas. **Anuário do Instituto de Geociências** - UFRJ, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p.11-30, 06 dez. 2005.

CASTRO, L. **Invisibilidade das favelas de Londrina nos dados censitários do IBGE**: implicações nos diagnósticos urbanos de vulnerabilidade. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2018.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, H.S.M., ARAUJO, R.P.Z., CAMPANTE, A.L.G. A dimensão ambiental nos Planos Diretores de municípios brasileiros: um olhar panorâmico sobre a experiência recente. In: SANTOS Jr., O.A.; MONTANDON, D.T. (Org.). **Os Planos Diretores Municipais pós Estatuto da Cidade:** balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles/IPPUR/UFRJ, 2011.

FERNANDES, E. **Regularização de assentamentos informais na América Latina.** Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2011. Disponível em: http://www.iabrj.org.br/morarcarioca/wp-content/ uploads/2012/12/3-Regularization-of-Informal-Settlements-Portuguese.pdf. Acesso em: maio 2020.

FRESCA, T. M. A área central de Londrina: uma análise geográfica. **Geografia – Londrina.** v. 16, n. 2, jul./dez. 2007 .

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo. Editora Atlas S.A, 2012.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1998.

HARVEY, D. **Para entender O capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

LENCIONI, S. Observações sobre o Conceito de Cidade e Urbano. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, *[S. l.]*, v. 12, n. 1, p. 109-123, 2008.

LIMA, C. de A.; MENDONÇA, F. Planejamento urbano-regional e crise ambiental Região Metropolitana de Curitiba. **São Paulo em Perspectiva**, SP, vol 15 (1), p.136-143, 2001.

LINARDI, M. C. N. **Pioneirismo e Modernidade**: a urbanização de Londrina-PR. 1995. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

LONDRINA. Câmara Municipal de Londrina, Prefeitura Municipal de Londrina. **LEI Nº 11.996, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013**. Disponível em: https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-ambiente/diretoria-operacional/22942-lei-11996-2013-1/file. Acessado em: 10/06/2020.

LONDRINA. Companhia de Habitação de Londrina/COHAB**. OCUPAÇÕES IRREGULARES - MUNICÍPIO DE LONDRINA** – levantamento realizado em 2017 (relatório). 2018.

LONDRINA. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE LONDRINA/IPPUL. **Plano Diretor Municipal**. Relatório Etapa 2. 2018. <http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/ippul/RELATORIOS/ETAPA_2-CADERNO_DE_ANEXOS/PLANO_DIRETOR_DIGITAL.pdf>. Acesso em: maio 2020.

LOPES, A. Y. D. Paulino. **Pioneiros do capital**: a colonização do norte do Paraná. 1982. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

LUIZ, A. N. **A evolução urbana de Londrina/PR no período de 1957 a 1980 através de fotointerpretação.** 1991. 155 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia).

Departamento de Geociências. Centro de Ciências Exatas. Universidade estadual de Londrina, 1991.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D.J. Natural hazards: o estudo geográfico dos riscos e perigos. **Ambiente & Sociedade,** Campinas, 2004.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MÜLLER, N. L. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**, n.22, p.55-97, março, 1956.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica:** o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981

ROSANELI, A. F. **Cidades novas da fronteira do café:** história e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no norte do Paraná. 2009. 182 f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, O. A dos Junior; MONTANDON, D. T (org.). **Os Planos Diretores Municipais Pós- Estatuto da Cidade:** balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório as Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011. Disponível em: www.observatoriodasmetropoles.net/download/miolo_plano_diretor.pdf. Acesso em maio de 2015.

SOUZA, T. A. de. **A habitação de interesse social:** sua trajetória no período de 2009 a 2017 – Londrina/PR. 2018. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharelado em Serviço Social), Centro de Estudos Sociais Aplicados, Departamento de Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, 2018. Disponível em: http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/THAIS%20APARECIDA%20DE%20SOUZA.pdf

TOMAZI, N. D. "**NORTE DO PARANÁ**": HISTÓRIA E FANTASMAGORIAS. 1997. 342 f. Tese (Doutor em História). Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, 1997.

VEYRET, Y.; RICHEMOND, N. O Risco, os Riscos. In: VEYRET, Y. (Org.) **Os Riscos** – o Homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 25, nº 71. 2011.

REVISTA DA ANPEGE. V. 18. N°. 35 — ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X 25
DOI 10.5418/RA2022.V18I35.16031

RESENHA

Educação, Território e Desenvolvimento regional

Aristides Moysés

Professor (Aposentado)
PUC GOIÁS/MDPT – Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial
Observatório das Metrópoles - Núcleo Goiânia
arymoyses@uol.com.br

Terezópolis de Goiás, 02 de junho de 2022

Para começo de conversa, devo dizer que nunca me atrevi a fazer resenha alguma. De repente, chega em minha caixa de correio eletrônico um convite desafiador. Esse convite veio de onde? Do Estado do Tocantins. E quem foi que se atreveu a me tirar do comodismo de uma aposentadoria, após muitos anos em sala de aula na PUC - GOIÁS e na Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Goiânia? Adão Francisco de Oliveira, figura ímpar, com quem tenho convivido há muito tempo em vários momentos de minha vida profissional e acadêmica.

Meu primeiro contato com o Adão foi no serviço público, no antigo IPLAN, uma autarquia encarregada de pensar o Planejamento Urbano de Goiânia, posteriormente transformado em Secretaria de Planejamento, órgão da Administração Direta. Lá enfrentamos muitos desafios. Essa história não será contada aqui. Resumidamente, além do olhar pragmático sobre uma cidade que queríamos que fosse para todos, exercemos a experiência de observar o fenômeno urbano em suas dimensões empírica e teórica. Éramos uma equipe. Um grupo de sonhadores que acreditava que as cidades pudessem oferecer espaços de integração e de interação a seus moradores. Os integrantes dessa equipe se transformaram, no decorrer do tempo, em pesquisadores. Alguns se tornaram doutores e estão ensinando e pesquisando em várias IES do Brasil.

Ao se deslocar de Goiânia para o Tocantins, como docente concursado no Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins, se inseriu de corpo e alma na vida do povo tocantinense como professor, intelectual, militante social e pai de família. Levou consigo a experiência adquirida no serviço público de Goiânia e a militância social e intelectual conquistada na Universidade Federal de Goiás. Fez carreira, de historiador a sociólogo e, por fim geógrafo, se me permitem os próceres dessas ciências. Olhando para as águas mansas do Lago do Tocantins, que lambe as bordas da UFT, na condição de docente torna-se referência. Não demorou muito, a convite, assumiu o cargo de Secretário de Estado da Educação. Não precisa dizer muito, mas resistiu por um certo tempo. As incongruências que um cargo dessa natureza provoca na vida e na militância de um intelectual orgânico das camadas mais fragilizadas da sociedade tocantinense não permitiriam que permanecesse por muito tempo. Voltou para a planície – a sala de aula, as ruas -, suas praias preferidas.

O livro *Educação, Território e Desenvolvimento Regional*, que ora se coloca à disposição do público, faz parte de uma coletânea de estudos sobre os desafios regionais em geral, sobretudo aqueles do Estado do Tocantins. A referida obra é fruto de reflexões que o autor fez em vários momentos da vida política e social do Brasil e do mundo. São 19 artigos escritos nos anos de 2010, 2015, 2016, 2018, 2019, 2020 e 2021. A maioria deles tem como foco princip*al o Estado do Tocantins, estado adotado por Adão, onde, inclusive, o mesmo* **é protagonista intelectual muito requisitado.**

Dos conteúdos, destaco a maestria do autor em articular várias temáticas que têm como fio condutor três grandes paradigmas que se integram: *educação*, *território* e *desenvolvimento regional*. Adão, com simplicidade e ao mesmo tempo com profundidade, tece reflexões articuladas envolvendo esses três paradigmas com a maestria própria do grande intelectual que é. Reconhece a *Educação* como o instrumento necessário e indispensável para promover o ser humano em todos os sentidos. Com sabedoria, sabe também relativizar a importância da Educação como mola propulsora do desenvolvimento (não do crescimento) econômico, quando diz "... que a Educação, por si só, não é capaz de garantir a superação das desigualdades socioterritoriais e o necessário desenvolvimento regional enquanto demandas coletivas". Em hipótese alguma está assumindo posição antagônica ao processo educativo, muito pelo contrário.

A Educação é fundamental para promover o desenvolvimento de uma nação. Basta ver o que aconteceu com os países mais desenvolvidos, com destaque para o Japão e a Coréia do Sul, que investiram grande parte de seus orçamentos na Educação e na Ciência. Adão, com sua visão holística sobre a humanidade, deixa transparecer em seus escritos que não há possibilidade de o ser humano avançar integralmente apenas por meio da educação, se outras ferramentas não forem articuladas conjuntamente. Nessa perspectiva, para ele, outros paradigmas têm que estar presentes no processo de formação da consciência e da aprendizagem. Essa leitura que faço está presente nos seus escritos deste livro.

Assim, o processo de aprendizagem não pode se omitir do que está ocorrendo no *Território*, sobre o território, sobretudo no Brasil, cheio de contradições que expressam as profundas desigualdades regionais e sociais que afetam sobremaneira as populações mais fragilizadas. Por meio da Educação, e só pela educação, é que o *território* é desnudado, transformado.

Vale dizer que o *Território* é um dos principais termos utilizados pela Geografia, pois está diretamente relacionado aos processos de construção e transformação do espaço geográfico. Sua definição varia conforme a corrente de pensamento ou a abordagem que se realiza, mas a conceituação mais comumente adotada o relaciona ao espaço apropriado e delimitado a partir de uma relação de poder.

A Educação, portanto, para ser emancipadora, precisa dar conta das desigualdades socioterritoriais existentes e indicar caminhos para sua superação. Não só isso, a Educação possibilita também aos desiguais se igualarem e se apropriarem da sua cota de poder e fazer acontecer seus sonhos e seus direitos.

Para o enfrentamento das desigualdades regionais, Adão reconhece que o Estado do Tocantins não está preparado para enfrentá-las, simplesmente porque não tem nem estrutura administrativa nem políticas reais que fomentem o desenvolvimento do Estado. Por conta dessa lacuna, arrisca propor instrumentos de gestão na perspectiva de que o Estado possa ter um aparato de gestão adequado que o qualifique a fazer intervenções necessárias e oportunas para a promoção de seu desenvolvimento. Trata-se de intervenções resultantes da adoção de um Sistema de Planejamento que "integra as várias áreas em ações sistemáticas e se realiza mediante a participação dos agentes fundamentais". Adão ousa concluir: "Ganham os territórios. Ganha o povo".

Insiste, pois, que para haver de fato o desenvolvimento no Estado do Tocantins é necessário que algumas premissas sejam observadas: *"Primeiro, é fundamental que haja um planejamento integrado entre as pastas do Estado, definindo responsabilidades compartilhadas para melhor aplicar os recursos, e que o Estado envolva a sociedade civil local organizada e as prefeituras na organização das ações. Segundo – e aí chegamos no cerne da questão – a Educação colabora com esse projeto de desenvolvimento regional de três formas: i) ensinando às crianças e jovens sobre o Estado do Tocantins (História, Geografia, Biologia, Literatura e Artes); ii) reordenando a formação técnico-profissional do Ensino Médio com cursos baseados nas riquezas locais/regionais que se encontram dormentes; e iii) permitindo a essas crianças e jovens serem mais inteligentes a partir de uma formação humana integral"*.

Enfim, para concluir, convido todos para fazerem uma viagem neste pequeno e profundo livro de pouco mais de 100 páginas, como eu o fiz, como o Adão o fez, não guardando apenas para si os deleites provenientes de suas pesquisas e de suas leituras. Trata-se de uma fantástica viagem pelo Estado do Tocantins, novo, formoso, mas cheio de contradições e de desigualdades sociais.

REVISTA DA ANPEGE. V. 18. N°. 35 — ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X 25
DOI 10.5418/RA2022.V18I35.16032

ENTREVISTA

Entrevista com o professor Horieste Gomes

Weder David de Freitas

Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG
wederfreitas@hotmail.com

Horieste Gomes irá completar em dezembro deste ano [2022] 89 anos de idade. Ainda assim é uma pessoa que está em plena atividade, participando dos encontros do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás - IHGG e da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB / Seção Goiânia, produzindo publicações, atendendo a diversos convites, inclusive em conceder entrevistas. Nestes 89 anos Horieste desenvolveu inúmeras atividades, foi professor das duas maiores Universidades de Goiás (Universidade Federal de Goiás e Pontifícia Universidade Católica de Goiás), participou do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi ativo na AGB, foi um militante aguerrido inclusive exilado durante a ditadura militar e, dentre outras coisas, um grande pensador da Geografia. Ele escreveu diversos trabalhos, livros e artigos sobre a ciência geográfica. É, sem dúvidas, um dos geógrafos brasileiros mais importantes. Dentre todas essas qualidades existe uma que ele sempre exalta, ser torcedor do Atlético Goianiense, o Dragão.

Nesta entrevista ele fala um pouco da sua vida, de como se tornou um militante político forjado no trabalho; de sua formação humana e acadêmica; das relações que construiu durante sua vida; da sua relação com o PCB e com a AGB. Também expõe sobre a Geografia, tanto do ponto de vista da formação, quando do ponto de vista do futuro dessa ciência. É um verdadeiro aprendizado.

Resolvemos deixar a entrevista em uma linguagem informal por entender que ela é um bate papo entre o entrevistador e o entrevistado.

No mais, boa leitura!

WEDER – A primeira questão é entender um pouco sobre sua vida, chegada a Goiânia, inserção no bairro de Campinas, o trabalho. Como se deu isso?

HORIESTE - Certo. Bom a primeira questão é a minha inserção dentro da minha chegada a Goiânia, realmente no bairro de Campinas, cheguei com meus pais em dezembro de 1939, eu tinha nessa época cinco anos de idade. Então a partir dessa época de menino já com cinco, seis anos é que vem a minha caminhada digamos assim de construção, de formação, de formação infanto-juvenil, formação de adolescente e formação de pessoa madura. E aí veio à primeira escola que é muito importante na minha vida, eu considero uma das escolas mais importantes que eu tive que foi o Grupo Escolar Pedro Ludovico Teixeira.

Na sequência, eu tive uma vida ligada ao trabalho, sempre ao trabalho, eu fui marceneiro praticamente doze anos, eu aprendi a profissão com o meu pai que era mestre da marcenaria, todos nós irmãos, eram cinco irmãos, todos nós fomos marceneiros. Depois também eu trabalhei cinco anos em maquina de arroz, então eu tive uma trajetória muito ligada ao trabalho, um trabalho relativamente concreto digamos assim e isso me inseriu dentro daquela comunidade.

Nesse processo de estar ligado ao trabalho e ao estudo a minha ligação com a comunidade de Campinas aumentou. Campinas naquela época já era bairro porque já tinha perdido a sua autonomia em [19]35. Ficamos muito próximos a comunidade de Campinas, e aí vem a ligação com o Dragão, a praça Joaquim Lúcio, os lugares de Campinas, o Lago das Rosas, vêm também os movimentos estudantis.

Me parece que um importante elemento na sua formação foi sua inserção no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Como o senhor se aproximou dessa agremiação?

Minha carreira que está ligada, a partir de 1950, aos movimentos estudantis não só em Campinas e em seguida a

minha inserção no PCB. eu fiquei conhecendo na década de 1950 vários militantes do PCB, a nossa casa tornou-se um local aberto de proteção aos perseguidos políticos, apesar do meu pai não ter nenhuma filiação política, ele permitia ampla liberdade nesse sentido. Nós recebemos vários militantes do PCB, inclusive do Nacional que ficaram alojados lá na casa dos meus pais, e com isso houve uma aprendizagem política, eu tive uma excelente aprendizagem política com aquelas pessoas. Havia vários elementos do comitê nacional, eu lembro bem do Velho, um dos elementos mais respeitados, era praticamente secretário geral, tirando a figura de Prestes era o Velho porque o Prestes foi para fora, foi para União Soviética. Tivemos vários pessoas lá, e com isso, nós tivemos uma aprendizagem também política muito boa. Aqueles indivíduos eram preparados, as falas que eles faziam durante o fim da tarde e à noite, isso ajudou na minha formação**.** E o fato também de nós termos dado abrigo a vários comunistas perseguidos na época. Eu cito no livro [Cela 14] o caso do Badú que foi perseguido e violentado. Quem cuidou do Badú quando ele foi lá em Uberlândia e foi barbaramente espancado, todos eles, foi a minha mãe que cuidou das feridas do Badú. Eu também ia nesse encontro que eles chamavam de piquenique, mas na verdade era um posicionamento político.

É um fato que eu descrevo. Nós tivemos o Carmo Bernardes, o Carlos Santana, era um comunista ligado as forças armadas, ele também ia abrigar lá em casa. Então nós tivemos sempre uma sequência de pessoas. Ai veio a minha formação, nesse ínterim eu já estava me encaminhando para fazer o curso de história, primeiramente eu pensava em fazer o curso de medicina, até peguei o programa da Universidade Fluminense e preparei porque eu fiz o cientifico no Lyceu, falei "eu vou estudar medicina". Depois caí na realidade, eu era trabalhador e não tinha condição nenhuma, tinha que deslocar para o Rio de Janeiro, como que eu ia estudar medicina? Ai eu fui para o lado que me atraia muito, que foi o lado da história e da geografia. Então eu fiz primeiro o curso de história e depois eu complementei, naquela época começava história e geografia, depois separava o curso e depois eu complementei o curso, e fiz o curso de geografia.

Por que o senhor resolveu fazer Geografia?

O meu encontro com a Geografia, melhor falando, com a ciência geográfica, não foi casual. Tive o privilégio de cursar por 5 anos, a partir dos 7 anos de idade, o Prim**á**rio na escola pública Grupo Escolar "Pedro Ludovico Teixeira" do bairro de Campinas, cujo corpo de professoras em termos de conteúdo, didática e pedagogia era de excelente qualidade. Professora Beti, a quem nós meninos e meninas tínhamos uma admiração toda especial pela sua dedicação e afeição em nos ensinar as primeiras letras, está eternamente gravada em nossa memória afetiva. A língua portuguesa, al**é**m da leitura todos os dias no manual, tínhamos diante de nós uma "paisagem" para descrevê-la e fazer uma composição. Aulas de aritmética e geometria eram na tabuada, na lousa e no **á**baco. Conhecimentos gerais, abrangiam noções de astronomia, botânica, zoologia, meio ambiente, história e geografia, eram ministrados no pátio da escola debaixo de uma frondosa árvore. O meu interesse pela história e geografia era acompanhado pela premiação em livros por ter obtido as melhores notas. Fui agraciado algumas vezes com livros infantis de Monteiro Lobato, a exemplo, de Caçadas de Pedrinho, o Sítio do Picapau-Amarelo, o **Sítio de Dona Benta**, o Saci Pererê, entre outros, os quais, por suas histórias e estórias ampliaram o meu interesse pelas narrativas relacionadas ao meio ambiente do território brasileiro. Os "gibis", povoando a minha mente com os seus heróis atuando na América, África, oceanos, cavernas etc. intensificaram a minha busca pelo relato histórico. O período em que cursei o ginásio e o científico no Lyceu de Goiânia consolidou, ainda mais, em minha mente,

essa linha de pensamento que me levou, em 1955, a ingressar no Curso de História da Faculdade de Filosofia de Goiás – ainda não havia curso específico de Geografia – instituição de ensino que adquiriu o *status* de UCG, e, anos depois, de PUC. Cabe aqui registrar que a grade curricular do curso de História, al**ém** de suas disciplinas específicas, possu**ía** um rol de disciplinas geográficas e antropológicas: biogeografia, geografia física, geografia humana, geografia do Brasil, antropologia física e cultural (etnografia e etnologia). Também havia: biologia social, administração escolar, e didática geral e especial de história. Em 1958, terminei o bacharelato em história. No ano seguinte, a licenciatura. Nesse mesmo ano criou-se o Curso de Geografia, o qual vim a completá-lo em 1963, com a didática especial de geografia. Todas as disciplinas eram anuais. Este acasalamento da História com a Geografia e vice-versa, acrescido dos fundamentos da Antropologia, Filosofia e Economia Política foram decisivos na minha formação profissional, especialmente para o meu entendimento do papel do materialismo científico e histórico na interpretação das aspirações da sociedade, também no ensino e na pesquisa geográfica e histórica, à medida em que aprendia o significado do trabalho concreto e do abstrato; do processo da forma**ção** do capital via acumulação primitiva; das teorias da mais-valia, etc., nos trabalhos de Karl Marx e Engels, a exemplo do Manifesto Comunista, da Contribuição à Crítica da Economia Política, do Capital, além de contribuições importantes de Lênin e de outros teóricos marxistas e não marxistas.

Posso afirmar com segurança, que a grande oportunidade que eu tive em trilhar a ciência geográfica e histórica, começou com a minha entrada no Centro de Estudos Brasileiros (CEB) da UFG pelas mãos de Bernardo Élis que me convidou para lecionar Geografia de Goiás nessa nova e modelar instituição de ensino e pesquisa criada em 1962, pelo professor Agostinho da Silva, infelizmente fechada dois anos depois com o advento do golpe militar-civil, de 31 de março de 1964.

Desde essa época, sempre um leitor?

O fato é que a leitura e o incentivo daquelas professoras que estavam bem a frente do seu tempo, eu peguei o gosto pela leitura e a partir dessa época eu comecei a ler, eu comecei ler bastante, pra você vê eu era pequeno relativamente, peguei o gosto realmente.

Como se deu a transição de sua vida como professor do Lyceu para professor universitário?

E quando você se forma na Universidade Católica e você entra para a vida acadêmica, como que se deu essa passagem? Qual a importância do CEB para o senhor.

Bom, ai tem uma passagem interessantíssima, eu era professor do Lyceu de Goiânia, tornei-me um professor, o Diretor era o professor Orlando Vieira Nunes. Ele tinha vindo do Espírito Santo e precisava de imediato um professor para ocupar, no curso cientifico, a cadeira de geografia e de história porque a professora da época não teve realmente condições de permanecer. Eu me dei muito bem tanto que eu fui o paraninfo da turma, naquela época o curso cientifico tinha direcionamento para engenharia, para medicina. O pessoal da turma de engenharia me levou para Belo Horizonte, eu fui o elemento escolhido.

No Lyceu eu lecionava no curso ginasial e no científico. Tinha um aluno que era o filho do Bernardo Élis. Certo dia ele me disse que o pai dele queria falar comigo – eu já sabia quem era o Bernardo Élis, sabia que ele tinha uma tendência para a esquerda, mas não o conhecia pessoalmente apenas como acadêmico, eu acompanhava sempre o lançamento de livros, então eu acho que desde o primeiro livro do Bernardo eu acompanhei. Me encontrei com ele na sua casa e ele me disse: "olha lá na Universidade [UFG] nós criamos o Centro de Estudos Brasileiros, CEB que

é uma espécie de miniatura do ISEB que é o Instituto Superior de Estudos Brasileiros e então nós criamos o Centro de Estudos Brasileiros com a presença do professor Agostinho e nós queremos um professor para lecionar geografia de Goiás". O professor Agostinho veio de Portugal e já tinha tido experiência de criação de centros e ele que foi, digamos assim, o idealizador do Centro de Estudos Brasileiros. O Bernardo continuou. "E eu seguindo o meu filho nas aulas do Lyceu, vi que você tem uma didática muito boa e a gente vê que tem uma forma de tratamento correto da geografia." Eu fazia um esquema de aula, eu sempre usei um esquema como se fosse uma pequena ficha no quadro negro e eles copiavam aquela ficha no caderno e eu lecionava uma geografia mais direcionada para o social, eu nunca dei uma geografia separada do social, nunca.

Talvez a formação de berço, a formação operária, aquela formação de comunidade, a presença do PCB na minha vida, tudo isso me levou sempre a ministrar um tipo de ensino. No CEB nós fizemos muitas pesquisas ligadas ao social. Então o Bernardo Élis falou: "compareça ao Centro". E eu compareci ao Centro recém criado, o diretor era o professor Gilberto Mendonça Teles e eu fui incorporado, contratado, lembro até hoje o meu primeiro salário foi de 72 cruzeiros, tenho esse contrato até hoje, comecei a trabalhar em 1963.

O diretor era o Gilberto Mendonça Teles que morava em Campinas, atleticano, jogava na ponta esquerda, mais ou menos bom de bola, não era muito não (risos). Nós fizemos a faculdade de Filosofia praticamente vindo de Campinas a Goiânia. Essa é a passagem da minha entrada no Centro de Estudos Brasileiros.

E essa escola Horieste, que você cita ai com carinho muito grande, e tem uma influência decisiva lá na sua primeira formação, tem alguma influência na sua militância ou na escolha pela história e a geografia?

Não, naquela época não, mas o que houve foi o despertar dessa consciência da leitura, a partir do grupo escolar Pedro Ludovico Teixeira com aquele excelente corpo de professoras, Dona Maria era a diretora, e aquele processo, é um processo até de emulação para incentivar a gente ao estudo, a premiação, não a premiação para diferenciar um aluno do outro era sempre uma premiação festiva era feito na casa da professora. E a premiação sempre era direcionada a leitura. Agora não era uma leitura naquela época de ponto de vista político, só que houve um caso interessante, eu cito até no meu livro [Cela 14], Naquela época, havia todo um processo de uma ideologia em que o chamado comunismo era um perigo para a sociedade e isso era divulgado pela política norte americana, o macarthismo, que influenciou todo a América Latina, e muito também nos elementos religiosos tanto a igreja católica quanto a igreja protestante tinha o posicionamento de divulgar o anticomunismo e isso me chamou a atenção.

Aconteceu lá no pátio do grupo escolar, quando as professoras falavam, elas eram todas de formação católica, quase todas eram católicas, que naquela época era a religião dominante em Campinas, elas falavam para ter cuidado e não jogar a bola, a pelota para o outro lado do muro porquê tinha o Sr. Romualdo que era um comunista perigoso. O Sr. Romualdo era comunista realmente, e um dia nós brincando lá no pátio a bola passou por cima do muro e caiu do outro lado. Foi um silêncio total, todo mundo achou que a bola não voltava mais, passou um pouquinho e a pelota retorna, o Sr. Romualdo jogou a pelota de volta. Aí eu até coloquei no livro, "o comunista lobo mal não era tão mal assim".

Como foi o curso realizado no CEB com o professor Jacob Gorender e a intervenção militar?

Então nós tínhamos preparado o curso de filosofia, era um curso muito bom, veio o Golpe de 64, e ai o Gorender teve que ser escondido aqui em Goiânia e ficou na casa de um conhecido até ter condições para ir embora.

Então, a minha presença no Centro de Estudos Brasileiros foi importantíssima porque o Centro de Estudos Brasileiros, é bom que se diga, ele, como eu falei no início, ele era uma miniatura do ISEB, o Álvaro Vieira Pinto, comandava o ISEB, o Centro de Estudos Brasileiros era uma realidade muito vinculada ao Brasil, mas principalmente em Goiás para a formação de quadros em Goiás com uma mentalidade mais regional, nacional/regional. Numa perspectiva de posteriormente esses quadros ocuparem a administração pública com uma visão, naquela época, do nacional desenvolvimento. O ISEB tinha essa colocação, mas o Centro foi fechado, muitos foram punidos, Bernardo Elis que era professor de Geografia na Escola Técnica de Goiás, e no Centro, de Geografia do Brasil – eu era professor de Geografia de Goiás – a ditadura aplicou nele a aposentadoria, e a professora Maria Hermano também foi aposentada. A gente teve sorte que ali começou o núcleo da geografia, porque se lecionava geografia do Brasil, geografia regional, geografia de Goiás, o núcleo de geografia na Universidade Federal começou no Centro de Estudos Brasileiros. Logo com o fechamento do curso houve a mudança dos professores para a faculdade de filosofia que estava iniciando, dando os primeiros passos que estava em formação na Federal, lá se criou o curso de geografia. Em seguida veio o concurso público federal para preencher todos os cargos com a criação da faculdade de filosofia, porque a faculdade de filosofia é a base para ser criada, digamos assim, a futura Universidade Federal de Goiás, toda base começa com a faculdade de filosofia, que não era só filosofia, lecionava educação, filosofia, a área de português, a de geografia, história, de antropologia cultural, antropologia física, etc. Eu fiz o concurso e passei, e entrei na universidade, fiz o concurso em geografia humana e passei em primeiro lugar e fiz em geografia do Brasil e passei em segundo lugar, e eu optei pela geografia humana. Comecei a minha carreira, e, ao mesmo tempo, a Católica necessitava de professores então também fui pra Católica é quando vêm a figura do João de Castro, vêm a minha sequência, nesse ínterim eu já tinha uma leitura bem desenvolvida do ponto de vista de obras ligadas a uma visão de mundo, dentro de uma visão digamos mais socialista.

Foi o partido que deu essa visão?

O partido foi importantíssimo, o curso de história fundamental esses são os elementos principais. E a fase anterior é aquela vivência que eu tive na própria casa em contato com aqueles elementos, essa formação minha de uma visão de trabalhar para tentar, via partido político, fazer uma mudança, implantar aqui uma nova forma de sociedade, porque pra mim é a sociedade socialista rumo ao comunismo.

Horieste como era a geografia daquela época, tanto aquela que você foi formado e também a que você trabalhou?

Olha, essa pergunta é muito interessante. É bom que se diga que antes quando eu fui professor do Lyceu, dez anos, eu fui professor do Lyceu de 1958 a 1968, nessa época, a gente já tinha um posicionamento bem definido, devido a minha própria formação, tanto que havia outra professora colega minha que os alunos já faziam uma divisão de áreas, onde se lecionava pró-capitalismo e onde se lecionava pró-socialismo. Quando eu vou para a Universidade que eu tive bons professores ao lado de professores sem a devida bagagem dentro da formação, não só de geografia, mas de história. Eu tive excelentes professores, eu tive um professor por exemplo na área de antropologia, que foi o professor Neiva me tornei um grande amigo dele, e eu gostei muito de antropologia cultural tanto que estudei três anos de antropologia e aprendi muito, porque o Professor Neiva era um professor

desses mais dedicados, ele tornou-se uma das pessoas mais profundas de antropologia dentro do cenário nacional, deixou um excelente livro sobre os índios de Goiás um grosso volume e mais alguns trabalhos, ele era um homem de leitura, ele era um homem acadêmico de muita leitura e eu aprendi muito com ele. Eu tinha um professor de História da América, também excelente, professor Agnelo foi um excelente professor de História da América, apesar de ser um homem formado em farmácia, ele era farmacêutico, mas as aulas dele eram aulas de alto gabarito. Eu tive a Dona Lena Castello Branco, que é da família Castello Branco, ela foi uma pessoa de muita ética e ela foi minha professora de geografia moderna e contemporânea; e é bom que se diga que eu fiz inclusive um dos primeiros trabalhos, uma monografia, naquela época se fazia monografia pra aprovar na disciplina, eu lembrei que eu fiz sobre a Sociedade Soviética, foi o primeiro trabalho que eu fiz com ela, ganhei a nota máxima, então ela sempre foi uma professora muito boa. Quando eu estive preso e precisava do atestado da instituição de que havia sido professor, ela deu um atestado relevando a minha competência, é uma pessoa que eu respeito muito. E ai veio à geografia, tive um professor de Geografia Física que não vou falar o nome mas, ele realmente só dava aquela geografia tradicional, mas eu tive um professor que me despertou e eu gostei muito dele que foi o professor José Gênio que nós fomos professores no Lyceu, a gente trabalhou no Lyceu, ele foi diretor do ensino médio também do Estado, tinha muita força, e ele foi meu professor de geografia, foi um dos professores que eu tive, eu tive dois professores de geografia humana, e ele foi um professor de geografia humana excelente, porque ele introduziu naquela época em que não se falava ainda, isso é da época de 1957, 1958, em 1958 eu já tinha formado em História, e depois eu fiz um curso de licenciatura em 1960 e voltei a estudar e terminar o curso de Geografia em 1963, mas ele já trabalhava com uma visão da geografia que era um livro do Moisés Gicovate e ele já trabalhava uma linha da geografia francesa, uma visão mais dentro do possibilismo geográfico, aquela visão de Paul Vidal de La Blache, Jean Brunhes, Marximiliano Sorre, Max Derruau e outros mais, o professor Gênio já tinha uma visão de geografia mais adiantada do que a anterior, ele não estava com aquela geografia digamos assim numa linha totalmente kantiana, humboltdiana, kantiana que o Quaini crítica, que o Armando também critica, ele estava numa linha mais hegeliana, hettneriana. Foi muito importante, já estava numa linha mais possibilista realmente. Esse professor marcou, como também o professor Neiva, como o professor Agnelo, um importante professor que eu tive, foi o professor de História do Brasil, esse professor era um homem que lecionava com amor, tinha um amor imenso a história, o professor Joaquim. E lá dentro da Universidade aconteceu um fato interessante. Como eu disse o primeiro curso que eu fiz foi o curso de história, naquela época fazia o bacharelado depois que era licenciatura então eu fiz os três anos bacharelado e um ano licenciatura em história depois a geografia, e eu tive um professor de história no primeiro ano, que eu não vou falar o nome dele, mas ele foi um professor interessantíssimo, ele tinha um receio imenso da vigilância dos Padres Jesuítas que eram quem comandava a faculdade de filosofia da Católica, ele tinha um receio imenso, ele dava aula de história antiga. Na verdade quem dava aula pra ele era eu, ele me colocou perante os alunos, ele ficava na porta apenas, eu acho que ele não preparava muito, porque ele era um homem que tinha estudado até o quinto ano de medicina e abandonou, era de família rica em Goiânia, depois se formou em direito e tornou-se na época desembargador, ele aposentou desembargador. Mas eu quem dava aula pra ele no curso de história. Eu dei aula para os meus colegas de história, eu lia muito, eu voltava pra casa e ia estudar até duas horas da manhã, e naquela época a história era pra mim fascinante, eu gostava imensamente de história, então eu fiz uma leitura muito grande de história.

Quando você estava em Goiás, antes do exílio na Suécia, na Universidade Federal existia uma tendência dentro da academia, entre seus pares, no curso de geografia, uma tendência, uma linha critica ou, isso era

muito raro?

Naquela época era o seguinte, temos que colocar realmente tudo dentro da temporalidade, uma relação de espaço e tempo, o espaço era o ambiente da Universidade Federal, o corpo docente, os funcionários, e o tempo que nós tínhamos que dar sequência, se você pega de cinquenta para frente você tem um crescimento de movimento nacionalista, que vai desenvolver até chegar o Golpe de 1964 vai haver uma mudança radical nesse contexto que também passa a ter uma vigilância imensa dentro do ambiente universitário não só da Federal, mas nas demais e também dos educandários, da escola média, dos sindicatos, etc. Lá dentro da Universidade, a época eu entrei na Universidade que eu te falei em 1963, lecionei praticamente quase 32 anos na Universidade Federal de Goiás, e eu tinha uma presença no curso de geografia, no curso de história e no curso de sociologia. Havia, não sei se há mais geografia humana para o curso de sociologia e geografia humana para o curso de história, então eu lecionava nos três cursos a geografia humana, eu tinha uma ligação muito grande com essas áreas dentro da Universidade onde os professores estavam digamos assim na vanguarda das ideias, com a turma de sociologia, então basta dizer que nessa época dava para notar duas tendências realmente, principalmente na época que vai depois de 1964 até 1975 dentro da Universidade, na verdade eu vou até 1972 é quando eu vou ser preso.

Nesse processo principalmente de 1964 a 1968 caminhando para o Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, teve um episódio, eu era o patrono da turma de sociologia da Universidade, não só da sociologia porque fazia naquela época uma festa conjunta, juntava-se os cursos e fazia uma festa conjunta e o ato institucional foi editado naquele dia. O evento foi no auditório da faculdade de filosofia, os corredores estava totalmente tomado e nós achávamos que após aquela cerimônia seriamos conduzidos presos, o padre Pereira era o paraninfo e eu era o patrono e eu tenho até hoje o pequeno discurso que eu fiz naquela época, eu fiz um discurso de posicionamento político, achávamos que nós seriamos presos logo após a cerimônia.

Mas, o fato que você colocou o ambiente da escola, então havia sim um processo que separava, tanto é que se criou dentro da Universidade naquela fase mais aguda que é 1964 a 1968 que é o AI 5. Havia uma separação entre os professores que tinha um posicionamento político vinculado em buscar a liberdade da democracia, autonomia da Universidade, então esses professores se posicionavam nessa busca contra o *status quo* reinante da ditadura e havia aqueles professores que se resguardavam que é do lado da corrente contrária, isso ficou bem delineado dentro do ambiente da faculdade de filosofia que era, digamos assim, a guardiã do pensamento da época que estava todo inserido na faculdade de filosofia devido os cursos. Na geografia nós já tínhamos alguns professores, naquela época eu lembro que um professor que eu consegui levar para a geografia foi o professor Manuel de Jesus que pertenceu até ao PC do B e depois ele foi preso e teve problemas nesse processo. Então nós tínhamos professores ligados a Sociologia, o professor Pedro Wilson que na época foi meu aluno, a companheira dele era professora militante também, nós tínhamos a vanguarda ligada ao movimento da AP – Ação Popular –, ligada a Católica, a Ação Popular mais radical, de certo modo, estava presente, agora dentro da geografia naquela época o que se nota é o seguinte, é preciso lembrar que era uma geografia ainda do contexto de Goiás de estruturação, então você tinha um corpo docente que tinha pessoas com o posicionamento mais avançado e tinha professores como eu falei do lado oposto. Na geografia eram poucos eu citei o Manoel de Jesus, havia uma professora muito boa a Maria Alice, ela foi uma professora de geografia excelente, foi minha aluna, excelente como professora, e a professora Clyce foi uma professora que tinha o posicionamento bom, ligada muito ao movimento da AP, da Católica era uma professora de geografia numa linha progressista que nós tínhamos naquela época, eram poucos professores

evidente, mas nós tínhamos o pessoal da sociologia o professor Itamir que fazia parte do grupo de sociologia, o Pedro Wilson, a Maria Alice, Então havia um grupo de professores na geografia progressistas e tinha alguns outros que eram, digamos, liberais progressistas que não se posicionavam contra o regime e ficavam numa posição de intermediário.

Pensando um pouco na formação que o senhor teve e na que temos atualmente é possível dizer que antes havia uma preocupação maior com a teoria, com disciplinas relacionadas a Filosofia, por exemplo? Isso pode influenciar a produção e a qualidade dos trabalhos na Geografia?

Weder, o seu raciocí**ni**o está perfeitamente correto. Em meus anos de formação como indivíduo, cidadão e profissional na área da História e da Geografia, eu vivi um período em que após a queda da vigência do Estado Novo de Getúlio Vargas, em 1945, seguido da eleição do Gal. Eurico Gaspar Dutra **à** presidência da Rep**ú**blica (1946-1950), governante esse que, de imediato, abriu as portas do Brasil **à** entrada de empresas e capitais privados e públicos vindos do exterior, com predomínio de empresas dos Estados Unidos, sendo portadoras da doutrina do anticomunismo. Foi um período que se estendeu na sequência dos novos governantes, Getúlio Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart e culminou com os golpistas militares-civis no poder por mais de 20 anos, ocasião em que as campanhas nacionalistas-libertárias na cidade e no campo e a luta pela mudança do *status quo* vigente se intensificaram nos sindicatos e associações de bairros, nas universidades e associações de ensino e pesquisa, nos estabelecimentos de ensino do nível médio, nas ruas, avenidas e praças de muitas capitais brasileiras. Sem dúvida, esse estado de acontecimentos foi o grande responsável pela busca de uma, ou mais, teoria que dotasse o profissional do saber geográfico de uma nova ferramenta epistemológica capaz de interpretar corretamente a realidade que vivíamos. A preocupação maior que havia com a teoria e o rol de disciplinas relacionadas a outros saberes, a exemplo da Filosofia, da Economia Política, da Metodologia, da Antropologia, esteve presente nos trabalhos de muitos geógrafos brasileiros e de outros países. Não podemos jamais nos esquecer que todas as ciências, sem exceção, até mesmo as exatas necessitam de aportes de outras ciências, de outros conhecimentos, por n**ão exist**ir ciência pura. No meu raciocínio, n**ão resta a menor dúvida** de que sem o mergulho epistemológico na teoria e a contribuição de outras áreas de conhecimentos, tanto a produção quanto a qualidade científica dos trabalhos geográficos deixa muito a desejar.

Horieste, eu queria que você falasse agora um pouco sobre a participação da AGB nesse momento, e não sei se você participou do encontro de 1978.

Não, em 1978 eu não estava aqui. Eu vou chegar em 1980 e vou participar da AGB no ano da criação.

Da criação da AGB Goiânia?

Horieste: É.

E esse momento do final da década de 1970 e inicio da década de 1980 qual o papel da AGB enquanto fomentadora de uma visão diferente, principalmente depois do marco de 1978.

Tem essa época e é bom colocar esse marco porque tem que ver também as mudanças que a geografia sofreu. Você tem até a década de 1960 e 1970, aquela geografia considerada mais tradicional, mas ao mesmo tempo já caminhando para mudanças efetivas devido à criação da AGB Nacional. Ela vai ter uma presença efetiva a partir de 1934 se não me engano, em 1938 você tem o Conselho Nacional de Geografia, antes era o Conselho só de

Estatística e você tem essa trajetória de pipocar faculdade de filosofia no Brasil a partir da Universidade de São Paulo que foi um modelo da geografia moderna no Brasil e é preciso lembrar a boa contribuição dos franceses, o Pierre Monbeig é um exemplo marcante porque ficou mais de dez anos a frente da AGB e foi um homem extraordinário, eu considero ele, eu posso falar isso mais, como um dos mentores da geografia crítica inicial no Brasil, depois eu falo porque eu considero o Pierre Monbeig. Mas havia uma plêiade de geógrafos importantes que vão surgir nesse processo o Leo Waibel, o Orlando Valverde, o Pierre Monbig, uma série de pessoas que vão ter o papel progressista, digamos assim, de fazer a geografia caminhar para um processo questionador, quando se tem o golpe de 1964 você vê uma geografia praticamente quantitativa sendo implantada no IBGE, uma geografia importada de fora, você vê uma geógrafo, que foi meu professor no Rio de Janeiro, o Speridião Faisol, vai ser o introdutor dessa geografia quantitativa numa visão totalmente dentro de uma geografia empresarial, uma geografia que passa a trabalhar muito o quantitativo. O IBGE para e fica sufocado, é de se lembrar que o IBGE até essa época de 1960 tinha uma presença muito importante no começo da AGB Nacional. Na presença da formação de geógrafos eles tinham uma participação muito grande dentro do contexto da AGB, foi importante para Goiás, com relação aos cursos ofertados. Bom, tem-se então uma geografia quantitativa, cria-se no meu ponto de vista o oponente dela, surgindo a luta dos contrários. Evidente que o próprio IBGE havia outros posicionamentos, por exemplo, do Orlando Valverde, um posicionamento diferenciado e pouco a pouco outros elementos vão começando a engrossar aquele processo, e nesse ínterim, você já tem a presença de geógrafos com a visão de abertura maior, o Ruy Moreira que vai aparecer, o primeiro texto que eu li do Ruy Moreira foi na revista da Civilização brasileira, se não me engano, então o Ruy já apresentava a geografia as questões das máscaras sociais. Tem-se a presença de uma geografia caminhando para um processo de abertura, mas de posicionamento, uma geografia oponente a geografia quantitativista que é uma geografia ligada muito à presença da matemática, da estatística, a presença daquele enfoque do local, mas do local para atender a implantação de empresas. Como o IBGE é uma estrutura política, uma estrutura geográfica mais ligada diretamente ao próprio Presidente da República, você vai verificar pelo congresso de 1978 em Fortaleza que foi o congresso que a geografia naquela efervescência vai romper, que tem aquele posicionamento entre a velha guarda e a nova guarda a presença muito grande dos estudantes, dos jovens, havia uma influência muito grande evidentemente de alguns líderes da geografia no caso o Ruy Moreira teve uma influência muito decisiva de liderança da jovem guarda, das mudanças, então há aquele rompimento. Evidentemente no processo dialético onde você tem um rompimento, ali foi realmente um processo que vai fazer o corte você produz durante muito tempo muitos da velha guarda ficaram afastados, não sentiram, comodamente a participaram mais e se afastaram da AGB, Mas ali foi colocado a base de ter uma geografia de ideias lacostianas e vai ter essa abertura. A minha chegada se deu em 1980 e eu vou me ligar imediatamente a AGB, e ali tinha primeira pessoa que participou muito que foi a Silvia que era geóloga, trabalhou no Radam Brasil e foi uma pessoa extraordinária, com uma visão muito boa. Nós vamos ter ali a formação do primeiro grupo da AGB, o João de Castro estava presente, o Danilo, a Clyce estava ali, tinha um aluno, o Greco que participava e mais alguns elementos e ai começa a fase da geografia da AGB Goiânia que pode ser um marco em 1980. A AGB passa a ter em minha opinião um papel muito decisivo, teve a minha gestão, teve duas gestões seguidas João de Castro, tivemos uma gestão do Itaboraí que vai acabar renunciando. A AGB teve um papel importante nessa fase inicial que foi a nossa fase. Nós nos envolvemos muito com a questão da escola, tanto que nós oferecemos, fizemos o primeiro encontro goianiense de geografia com a presença da escola, principalmente da escola pública de nível médio, naquela época falava escola nível médio, 1º grau, 2º grau e a gente ministrou cursos, nós chegamos ter naquela

época de 1982, 1984 em torno de 400 associados e a AGB cresceu. Tinha um movimento bom, uma presença de cursos e a gente achava que a AGB ia deslanchar nesse processo, mas você sabe que quando se verifica nós fomos ajudados nesse processo, não podemos esquecer que nessa época nós começamos a trazer também pessoas de peso para vir ajudar essa divulgação.

Como eram realizados os cursos da AGB? Quem trazia os palestrantes?

A AGB trazia, ela buscava suporte na própria Universidade pra conseguir alguma coisa, às vezes a gente conseguia no caso da estadia. Veio o Douglas, veio o Ruy algumas vezes, o Diamantino. Dessas presenças, sem dúvida alguma, a presença mais marcante foi do Ruy, porque o Ruy tinha uma inserção muito grande dentro do grupo estudantil, ele participava de todo movimento estudantil no Brasil, a AGB teve um papel muito significativo, a AGB vai fazer crescer a geografia no âmbito da academia. O papel importante foi isso, começaram a surgir valores, eu vou citar aqui valores como a professora Ana Cristina naquela época tinha uma participação importantíssima, o Professor Eguimar foi um elemento marcante, o Zé Henrique Stacciarini, a professora Celene. A professora Estela, pessoa que não pode ficar de fora, nunca escreveu, mas foi uma pessoa que teve uma participação decisiva na AGB, tinha uma visão muito boa dessa geografia nossa de mudanças, sabe? Então, sempre teve um conhecimento digamos assim, mais esclarecido, então é isso. Depois vai chegar essa nova geração, foi chegando, alguns avançaram, outros estacionaram, alguns não tiveram uma presença boa na geografia, até na própria direção da AGB, teve uma época que ela ficou emperrada, que a pessoa utilizou a própria instituição da AGB, mais ou menos assim.

Esses cursos que você mencionou que vieram algumas pessoas de fora, como que eram esses cursos? Qual era o caráter de abordagem?

Olha, todos os cursos que nós tivemos eu tive o prazer de trabalhar com Ruy, com o Douglas, com o Marcos Carvalho, o Bernardino com cursos de especialização. Esses cursos eram de uma geografia já dentro de uma linha que se construía o pensamento de uma geografia crítica, uma geografia crítica, mas não uma geografia caindo no conhecimento vulgar, mas uma geografia crítica na questão do posicionamento que a cada momento que você tem numa relação espaço cultural você tem um avanço, uma situação concreta de uma realidade de pensamento de ideias em que está embutida no pensamento histórico, filosófico, está embutida às vezes na ideologia. Então quando você fala numa geografia crítica é uma geografia de posicionamento pra fazer crescer a visão geográfica, e romper aquela questão mais conservadora, por exemplo, aquela posição de manter um dualismo geográfico, ainda se mantém, é lógico que isso já diminuiu bastante, de se trabalhar muito individualmente só uma determinada disciplina da geografia perdendo aquela visão de conjunto. Porque, a geografia para ser uma geografia crítica tem que fazer essa fusão, eu acho que a Lenira trabalhou bem isso em seu livro, na primeira página do livro ela faz uma crítica inclusive sobre Milton Santos, até sobre o Ruy e sobre uma série de outros, mas ela chama a atenção para a importância de se trabalhar realmente e verificar a questão do trabalho do espaço geográfico. Uma visão do trabalho que o Armando Correa evidenciou bastante aquele processo, digamos assim, antológico. Então essa geografia crítica ela avançou, eu não sei hoje porque como eu estou desligado há alguns anos, eu não sei hoje como está atualmente dentro do corpo docente e discente essa visão geográfica, de se manter uma geografia presa a visão do físico pelo físico, ou fica muito preso a visão apenas ambientalista da geografia, quando na verdade nós temos que ter uma visão de conjunto, uma visão de todo, eu acho isso fundamental, de trabalhar dentro de uma geografia com uma postura de entender o movimento dialético da matéria e nesse caso tudo é matéria, a sociedade é matéria, matéria social e movimento, a natureza é matéria, natural e movimento, se a pessoal tiver essa visão do

materialismo científico de uma visão dialética ele vai trabalhar sempre uma unidade, uma totalidade, quando fala a questão da totalidade essa visão maior de conjunto que se consegue fazer, trabalhar os pares dialéticos e fazer todo o processo de interdisciplinaridade, é trabalhar interdependência.

A geografia crítica hoje é muito questionada, um dos argumentos é dizer que a abordagem não evoluiu, por exemplo, alguns conceitos foram revistos. O Marx do século 19 não pode ser do século 21. Nesse sentido alguns autores vêm se abdicando dessa teoria e adotando outras posturas. Qual o motivo do marxismo perder espaço no debate geográfico hoje?

Essa pergunta sua é muito boa viu Weder. Eu quero responder essa pergunta. Se a pessoa não tem o conhecimento da historicidade geográfica, vou usar esse termo, que é uma visão da construção da geografia, a geografia começa a se delinear e vai desenvolvendo a partir do Marx, do Hettner, do Kant, do Vidal La Blache, do Jean Brunhes e vai por ai a fora, se a pessoa não tem essa visão ela chega aos dias atuais, no século 21, sem entender muito a questão do avanço da geografia e de entender a importância, digamos assim, dessa visão crítica que eu vou colocar no meu pensamento, dentro da linha que eu uso ainda, linha marxista. Eu quero retomar aqui, quando você pega em Goiás, vou pegar Goiás, que você vai buscar, não vou falar que seja o pioneiro, mas tem um homem que entrou na geografia de Goiás, que pra mim ele foi um pioneiro dessa geografia que sofreu mudanças, foi o Pierre Monbeig veio para o Brasil e vai ser o presidente da AGB nacional, vai colocar a geografia moderna na Universidade de São Paulo, na USP e dali vai irradiar o grande Centro de São Paulo, Rio, depois vai irradiar pelo Brasil através das faculdades de filosofia que foram sendo criadas. Podemos ver em Pierre Monbeig quando ele veio a Goiânia, ele veio em Goiânia em 1944, quando veio conhecer a nova capital que era Goiânia que ainda estava em construção, você já nota um pensamento avançado dele, quando ele viu o espaço de Goiânia colocou diante daquela realidade e falou: "Como uma cidade que vai ser centro administrativo, que essa é a função dela, vai se desenvolver dentro dessa realidade se o estado não se desenvolver?" Então ele começa a apontar a necessidade de levar todo o processo de comunicações, a necessidade de utilizar o Rio Araguaia como via de turismo para canalizar pessoas vindo para o Centro Oeste, e ele vai colocar num dos seus livros, uma das obras que vai trabalhar a geografia humana, vai mostrar uma das coisas mais importantes que quando ele fala assim: "Nós precisamos conhecer a complexidade do fato geográfico [naquela época usava-se essa expressão] penetrar naquilo que é invisível, ficar além da aparência, penetrar na essência". Naquela época usava a expressão fato, fato geográfico era o espaço geográfico. E ele apresenta essa visão, nos seus estudos de geografia humana. Em outra citação ele diz: "Nós precisamos ir além daquilo que a gente vê na realidade, então nós precisamos penetrar até na própria maneira de pensar do ser humano", a maneira como ele está pensando devido à formação que tem. Pierre Monbeig dá um pontapé inicial nisso. Tem-se nesse processo, na sequência, o Orlando Valverde, também Leo Waibel. Waibel também vai mostrar a importância de trabalhar uma visão maior de conjunto, ligado a natureza que já vinha também de uma visão talvez de Saint Hilare, que trabalhou essa visão também. Bom, aí vem toda essa fase que a gente viu do congresso de Fortaleza em 1978, a sequência da AGB, os encontros da AGB principalmente, a efervescência, vem àquilo que o Ruy colocou que a geografia não soube aproveitar, o Quaini também trabalhou isso, não soube aproveitar da sequência, a ruptura epistemológica que tinha que existir, não existiu. Avançou uma geografia crítica, apresentou pessoas importantes, trabalhando obras, apresentando pensamentos, dentro e fora do Brasil pessoas que souberam trabalhar a geografia nesse sentido na questão do método, por exemplo, o Althusser um novo método de trabalhar materialismo histórico. Bom, mas chega no que você quer hoje e vem o processo

que nós temos que buscar na perda da edificação do socialismo real. O socialismo real, várias causas né, eu tenho um estudo sobre isso que ainda não aproveitei, mas talvez eu venha aproveitar um dia, eu tenho um estudo bem grande sobre a queda do socialismo real, que na verdade o socialismo estava em processo de construção. Os 70 anos de União Soviética não foi possível segurar o processo e, com isso, cai também à imagem do marxismo, ela começou cair dentro da época do stalinismo. Quando o stalinismo adota uma postura muito imediatista de querer implantar um socialismo à força, principalmente no campo, com o processo de coletivização do campo, que era totalmente contrária a formação leninista. Se as pessoas lerem Lenin vão entender isso que eu estou falando, Lenin era contrário a coletivização imposta no campo, ele era adepto do processo de desenvolver as cooperativas com o apoio do Estado, e o camponês pouco a pouco vai trabalhar, vai criar dentro da ideologia que é preciso fomentar e criar ideologia, desenvolver a ideologia do socialismo ao trabalhar um conjunto, o trabalhador compreender que ele em conjunto, no coletivo é muito maior do que uma pessoa isolada. A visão de Lenin era uma visão de um processo, infelizmente veio a morrer em 1924 e depois veio essa época do stalinismo. O stalinismo vai adotar uma postura muito forte pós segunda Guerra Mundial, a figura de Stalin ficou no centro após a conferência de Yalta. Ele vai aparecendo assim aquele processo de autoritarismo da política stalinista e um processo maciço não aceitava posições contrárias, vai aparecer aquele processo de perseguições sistemáticas que foram praticadas e isso vai afastar toda intelectualidade europeia e muitos deles estavam ligados ao PC (Partido Comunista) Francês e vão se afastar. É onde que a gente vai assistir a saída daqueles que tinham uma formação intelectual muito boa. Bom, o resultado, chegamos aos dias atuais, ou bem próximos, o que tem hoje no âmbito digamos da academia, nos encontros acadêmicos dentro das entidades, em todas elas, SBPC, AGB. O que nós temos? Nós temos uma visão, que as pessoas têm que o marxismo desapareceu completamente, porque evidentemente aquele marxismo como você colocou do século 19 não pode ser aplicado no século 21, mas não é isso que a gente tem que ver, a gente tem que ver o seguinte, o Marx era o melhor, digamos assim, em pesquisa do ponto de vista do desvendamento do capitalismo. A figura de Marx, quando você estuda principalmente economia política as obras do capital você vai verificar tanto o capitalismo, desde o capitalismo primitivo para chegar ao capitalismo que o Marx aponta esse capitalismo atual que é dentro desse processo de globalização, você vai encontrar em Marx já citando que a Terra seria globalizada. O que nós temos que entender é o seguinte, ele fez um estudo mostrando a estrutura do capitalismo, do ponto de vista geográfico na minha visão, digamos, levando isso para o campo da geografia, mas em uma geografia de visão de conjunto, eu não faço uma geografia que vai trabalhar só o ambiente, que vai trabalhar só um determinado fato, meio urbano, meio rural, uma geografia que vai ficar apenas dentro dessa visão que você colocou socioambiental de estudar a realidade. Então quando você pega uma visão que eu considero ainda marxista entendendo que hoje nós temos obras imensas, muitas obras surgiram, mas a realidade está apontando todos os autores da atualidade aponta cada vez mais a existência de uma teorização de Marx, dentro do aspecto da economia principalmente, jamais ele pode ser renegado, então você olha hoje os autores que estão trabalhando Marx eles mantêm essa visão da estrutura de Marx.

Você vai verificar o seguinte, quando você vai para um congresso, como o congresso da AGB, você faz um levantamento de estudo, então você vai pegando autores, por exemplo, no Brasil que fala que não tem jeito de aplicar o marxismo na geografia porque o trabalho desapareceu, o trabalho já não existe mais aquele trabalhador. Mas a pessoa quando pega a questão do trabalho, o Ricardo Antunes trabalhou muito bem isso, em minha opinião ele deu uma visão boa do trabalho, avançou a questão do trabalho, você tem que ver a mudança do trabalho, você não tem mais evidente o operário da fábrica que foi trabalhar com o Marx. O Marx e o Engels trabalharam o que?

O Engels fez a classe trabalhadora na Inglaterra, a gente fala que a revolução se faz pelo operariado dentro de uma visão do materialismo histórico, mas isso não significa que esse operariado desapareceu, esse operariado hoje está representando em mil e uma representações, ele é um trabalhador como os demais, ele não é diferente. Quando eu fui operário eu não era diferente dos demais operários, trabalhadores de oficina, de marcenaria ou de máquina de arroz. Essas categorias de trabalhadores hoje se multiplicaram, a classe trabalhadora hoje numa visão nobre marxista tem que ser vista nesse contexto, ela não pode ser vista apenas com aquela força de um trabalhador de fábrica apenas, é evidente que o trabalhador sindicalizado tem uma unidade maior, tem que ser um trabalhador dentro de uma entidade que tenha realmente um direcionamento.

Na verdade isso ai é questão de você olhar uma temporalidade, porque se você estudar o processo dialético vai ver que as coisas vão e vêm, a dialética vai mostrando o movimento e desenvolvimento, você tem um movimento e tem um desenvolvimento até o momento em que se chega a ter a questão que se cria as condições pra ruptura daquele processo que vai dar o salto que a gente chama de salto qualitativo. Então a geografia hoje em questão do marxismo está vivendo uma época em que as pessoas, por perder a questão da ideologia, porque a ideologia realmente sofreu um impacto muito grande não podemos negar, não houve aquela preocupação que a gente pensava que ia acontecer. Os 70 anos de socialismo traz uma ideologia dentro do contexto de uma sociedade mais ampla, mas do ponto de vista de se ter uma visão de futuro, do socialismo, o que nós verificamos que houve a perda dessa ideologia e a perda foi grande. Nós temos governos que vão se tornando autocráticos dentro da visão do socialismo, então muita gente verificou que como a ideologia não se firmou, o PCUS (Partido Comunista da União Soviética) também se tornou um partido ligado a questão do estado, se tornou um partido todo dirigido, deixou de praticar o principio fundamental que é o centralismo democrático que é a base de compreender também uma visão marxista. Ter uma visão de partido, uma visão ideológica que passa pelo princípio leninista do partido, que foi Lenin que criou esse princípio, que é o princípio diretor de você ter uma decisão embaixo que sobe e depois desce novamente para ser acatada, ou ser rejeitada e isso deixou de existir completamente. E o pior que deixou de levar tudo isso, esse processo de autonomia e toda a sociedade produtiva da época dentro do contexto da ex-União Soviética. As fábricas, aqueles mestres de fábricas eles perderam a capacidade de autonomia, quem entendia daquele processo produtivo era eles, eram os trabalhadores das fábricas não eram os dirigentes do PCUS, ou do governo. Então, o que nós temos hoje? Hoje nós temos uma realidade que as pessoas não entendem que o marxismo permanece, agora você não pode fazer uma transposição mecânica, que seria dogmático, o momento critico dialético é o contrário, nós não podemos admitir o dogma, nós temos que romper o dogma. Hoje se você pega a visão geográfica atual de muitos elementos é uma visão que não compreende o que é o marxismo a maioria infelizmente não compreende o marxismo, a própria desestruturação aqui dentro do Brasil do PC (Partido Comunista) é um exemplo. Eu por exemplo militei no PC mais de duas dezenas de anos, sempre trabalhamos dentro de uma unidade, depois nós assistimos cada vez mais um processo em que houve o rompimento da unidade, não souberam conduzir. Quando eu estava no comitê Gregório Bezerra, um comitê importantíssimo ligado ao PCB tínhamos uma postura mais definida em termo de unidade. Mas aconteceu uma luta dentro do próprio PCB com processo de ruptura, companheiros com uma visão muito reduzida de um processo político maior pelo fato da União Soviética ter caído não ter conseguido manter o chamado socialismo real, desestruturou tudo e tudo acabou. O socialismo vai ter um retorno num país como aquele, porque houve muitas edificações, evidente que isso é um processo que vai delongar às vezes décadas e décadas. Então, nós tivemos uma fragmentação do PCB, criou-se um PPS de um lado, o PC do B também criou todo um processo de luta contrária contra o PCB, adotou antes uma linha chinesa depois adotou

uma linha albanesa e ficou preocupado quem é o dono da sigla por muito tempo. O fato é que houve uma fragmentação dos PCB. Eu estou colocando o PCB porque o PCB tinha uma visão inicialmente mais fundamental do marxismo. Então Weder quando eu vejo hoje, eu acho que hoje essa visão, isso eu considero até normal porque nós estamos assistindo um processo realmente de destruição do ambiente natural, é patente, no caso do Brasil nós temos os biomas ai todos eles sem exceção sofrendo impactos ambientais de toda ordem, dentro da academia na formação as pessoas buscam aquilo que pode realmente, digamos assim, favorecê-los na sua própria formação visando na carreira, porque evidentemente todo estudante universitário de geografia ele tem que ter a visão que ele vai ter uma profissão, que ele tem que ser firmar nessa profissão, tem que lutar pra ter inserção dentro do mercado de trabalho de uma economia globalizada em que só os mais fortes terão lugares de permanência, a concorrência multiplicou em vezes para o mercado de trabalho, hoje se a pessoa não buscar competência, qualidade então ele se perde, ele fica sendo pequeno dentro daquele contexto, e quem fica pequeno não pode ter uma visão maior de totalidade. E nós infelizmente ainda dentro da nossa formação acadêmica, eu acho que temos uma grande parte de pessoas com uma visão reduzida do significado do marxismo, para a geografia com uma visão de totalidade, uma visão de conjunto e uma visão de mundo novo, a sociedade que a gente quer, então o marxismo leva ali uma missão histórica que não é apenas a visão econômica, é uma visão social e essa visão social está presente na obra de Marx. Marx, Engels e todos aqueles que trabalharam. Agora, a luta dos contrários dentro da academia vai continuar, porque você tem contrários com uma visão reducionista muito ligada digamos ao meio físico, ao meio natural, ao meio socioambiental e você falta fazer ai uma ponte, e a ponte se faz como? Você trabalhando aquilo que a gente denomina, não sei se hoje fala esse termo mais, espaço geográfico, mais o espaço geográfico na minha visão de totalidade, de conjunto, e quando eu falo espaço geográfico totalizado eu estou filiando aquilo que eu acho fundamental, eu acho que nesse ponto eu dei uma pequena contribuição, é de criar um único espaço geográfico, uma única visão geográfica, de se trabalhar uma visão unitária do espaço geográfico, o meio físico e o meio social na interdependência, você vai buscar tudo no meio social você vai buscar uma práxis da comunidade, de você estudante inserido na comunidade, da comunidade acadêmica que tem a sua práxis dentro dos encontros nacionais, regionais, tem que lutar para buscar essa unidade de nós trabalharmos só uma realidade geográfica. Porque se você separar novamente vai continuar com essa visão reducionista de trabalhar uma linha geográfica que é uma linha lá de trás, uma linha da época tradicional, fica com uma visão reducionista seja no campo da geografia física, seja no campo da geografia humana. Não pode ter uma visão marxista na separação, porque o marxismo trabalha numa visão dialética de um todo, os princípios da dialética eu busco lá em Lenin, também busco em Hegel, até antes de Hegel. Agora, qual é a dificuldade hoje, de nós, não só dos estudantes, mas também dos profissionais? É que não conseguimos trabalhar essa realidade de conjunto, ainda falta uma capacidade maior. As pessoas falam que o marxismo desapareceu, a maioria delas pensam assim. Na realidade ele está vivo, o que está faltando é o conhecimento, a busca, o mergulho epistemológico, gnosiológico de aprofundar e buscar aquela realidade do todo, da uma conotação de totalidade. Por exemplo, quando resgatamos a mais-valia, quem falar que a mais-valia desapareceu é um absurdo. Dentro do contexto atual de globalização a mais-valia está mais do que presente, quando você tem uma terceirização até uma quarteirização da economia, as pessoas trabalhando e reduzindo o salário. Se tinha um salário 100% quando eu era trabalhador de fábrica, numa terceirização e reduziu-se o salário, a empresa reduziu para 80%, na quarteirização para 60% do salário que era 100%, isso é uma apropriação de mais-valia, então a mais-valia está presente. Manter um salário mínimo tão pequeno é uma mais-valia, se a pessoa não pula como um Saci–Pererê em todos os lados ela está perdida, porque realmente não se sustenta com esse salário

mínimo, não tem condições de sustentação, de formação profissional, de formação cultural, de sustentação do ponto de vista familiar ou individual, então o próprio salário mínimo é uma apropriação indevida da mais-valia.

No livro que eu escrevi "A Produção Geográfica em Goiás" eu apresento, no final, um estudo sobre a postura departamental, do departamento. Hoje as pessoas não aceitam uma geografia marxista, você não tem um debate filosófico e ideológico, o professor de geografia devia criar grupos de debates. Eu fiz essa tentativa quando eu fui chefe do departamento de geografia você sabe né? E eu tentei produzir um debate, um debate filosófico, ideológico, um debate científico, fiz uma relação de temas, isso foi quando eu retornei e introduzi isso e começamos a debater, começamos com um grupo com 18, 20 professores no IQG (Instituto de Química e Geociências) e depois no segundo encontro já estava reduzido a 12 e só teve até o terceiro e ficou reduzido a 6 pessoas, porque as pessoas não queriam vir para o período da tarde, o debate era feito no período da tarde porque de manhã haviam as aulas. Eu tentei introduzir na geografia a gente trabalhar em sala de aula com dois professores, eu fiz isso com a professora Clyce e com a professora Celene, trabalhamos a disciplina teoria geográfica durante seis meses e deu um resultado muito positivo. Então você vai olhar hoje, por que hoje não tem uma compreensão marxista na geografia? Falta uma base filosófica, a filosofia está faltando na nossa formação. A formação mesmo quando eu fiz o curso de filosofia, minha formação inicial foi uma formação dentro do idealismo, a filosofia idealista empregada pelos jesuítas na faculdade de educação, só que eu já estava à frente disso porque eu já tinha uma prática social vinculada ao Partido, vinculada a movimentos sociais, eu implementei também a filosofia do materialismo dialético.

Horieste, o abandono do marxismo pode abrir caminho para um recuo metodológico? Uma geografia liga**da ao mercado pode ganhar força?**

Olha o perigo realmente é muito grande devido justamente se a pessoa não tem a visão de conjunto do saber geográfico, se a pessoa não tem pelo menos uma base inicial, não falo uma base profunda, mas uma base mínima necessária da filosofia, essa base filosófica fundamental para ter uma visão de ideias, de conceitos, porque a filosofia trabalha muito a questão do papel dos conceitos, do valor dele, a representação dele, uma visão de homem, uma visão de mundo, uma visão de ser existencial, uma visão de existir.

Bom, então o perigo existe, porque no momento que a fragmentação no curso de geografia existe ela é desprovida de uma visão maior de integração geográfica do físico com humano, do humano com o físico, de uma visão de uma base filosófica necessária. A ideologia em minha opinião é que alimenta a nossa procura, tem que ter uma ideologia, tem que ter uma procura, e lá na frente tem aonde eu vou buscar. Eu tenho, por exemplo, uma visão do dragão, pegando aqui no Atlético, uma visão do passado, do presente e uma visão do futuro, que eu desejo que o dragão seja. O meu presente vai ser um fator determinante para chegar ao futuro, o futuro é a minha grande utopia de realização que eu preciso ter, eu tenho que ver o dragão lá em cima, porque eu coloco o dragão caminhando para a sul-americana, no inicio colocava até para libertadores, na atualidade é uma visão utópica, é uma visão que pode ser conquistada desde que o presente seja preparado por aqueles que são os detentores de manejar a máquina atleticana e eu sou um simples torcedor. Então eu tenho que ter uma visão do passado que eu vou buscar o pioneirismo, a construção, o papel da torcida, o papel da comunidade, a comunidade hoje no presente levando os filhos, os netos, os bisnetos, os amigos para torcer pelo dragão, é a comunidade do passado levando, formando gerações. Na geografia é a mesma coisa, se eu não tenho essa visão daquilo que eu vou realmente ter, e ai o perigo existe porque a pessoa entra no curso de geografia por várias razões, e ai vêm razões de ordem pessoal, de falta de estrutura econômica, - estrutura econômica é fundamental - a dificuldade de vida da pessoa, pessoas

desprovidas de emprego, e aí a busca pelo conhecimento é mínima, a pessoa não sabendo aproveitar o tempo mínimo, a globalização cada vez mais se apropriou do tempo e o comprimiu, se a pessoa não souber buscar esse tempo ela está perdida. Ela tem que buscar na biblioteca, tem que ler muito pra ter essa formação maior, a gente sabe que grande parte dos elementos não tem isso, estar buscando realmente é uma formação mínima necessária pra ter um emprego no Estado, prefeitura, num órgão de pesquisa, em uma empresa particular, agora, ao mesmo tempo é uma faca de dois gumes, porque o próprio sistema desse neoliberalismo ai, dessa globalização impõe o que? Competência, qualidade, ele quer qualidade na formação da pessoa e quem não tem qualidade o tempo não dá, o tempo é curto numa boa formação e a pessoa acaba perdendo essa capacidade de ter uma visão maior. Então o perigo existe, realmente é muito grande. Agora, eu acho que tem outro lado que é fundamental, a gente tem que lutar com essa visão, ao mesmo tempo em que eu luto com essa visão maior eu também sou eu, a minha individualidade, eu como individuo e como cidadão que tem uma visão de mundo, tem uma visão política, de cidadão, uma visão de democracia real e não de fachada, uma visão de socialismo real e não de fachada, uma visão de marxismo real não de fachada, então eu não posso renegar a minha individualidade, se não tem o perigo de ser realmente fragmentado por esse processo

A Geografia, desde sua institucionalização, teve e ainda tem várias tendências. O senhor entende que a Geografia Crítica foi uma tendência hegemônica a partir da década de 1980? Hoje ela perde força do ponto de vista da produção acadêmica e da militância?

Sim, desde a sua institucionaliza**ção** no ensino primário e universitário da Alemanha nos séculos XVIII e XIX, tendo por precursores Kant, Humboldt, Ritter e Ratzel, foram dados os primeiros passos no sentido de se formular um saber geográfico moderno que justificasse a existência de um novo conhecimento revestido de "fôro de ciência". Essa procura foi acompanhada por várias tendências que nós atribu**í**mos como correntes ou vertentes geográficas. A Geografia Crítica foi uma delas, que causou forte impacto na nossa categoria de "aprendizes de feiticeiro", na tentativa de anexar a dialética materialista, científica e histórica, no aprendizado geográfico, a partir do final dos anos 70. A questão do método de Henry Lefevre passa a ser o centro do debate geográfico. Geógrafos de renomes, a exemplo de Milton Santos que incorpora a variável espaço (1978) na Formação Econômica de Marx; de Ruy Moreira que argumenta ser o papel da Geografia, o de "servir para desvendar m**áscaras** sociais" (Civilização Brasileira, 1979). No seu importante livro O Discurso do Avesso (1987), Ruy critica a geografia que se ensina no Brasil como sendo

> "uma ciência de tudo, mas sem conteúdo; uma ciência de relação, mas dicotômica; uma ciência do real, mas cingida à aparência",

na qual o homem é visto como um simples consumidor e o Estado o sujeito da ação via planejamento estatal, razão pelo qual propõe o modelo marxista no qual as relações Homem-Meio e Homem-Homem se realizam por intermédio das relações econômicas nas esferas da produção e da circulação. No seu texto "Assim se Passaram 10 Anos, 1978-1988), ele identifica duas fases do movimento de renovação da geografia: a 1ª. do mergulho crítico nas raízes do discurso geográfico (lacosteana); a 2ª. o movimento perde ímpeto, sofre desaceleração e continuidade, vira oficialidade e se atrofia, concluindo que "a reformulação teórica avançou, todavia, a mudança permaneceu inconclusa". No presente, pela situação em que vivem as classes trabalhadoras da sociedade brasileira, aqui se inclui os profissionais do ensino, tanto na área da produção acadêmica quanto da militância, não tenho a menor dúvida que a tendência hegemônica que havia da geografia crítica entre a**s** demais correntes do pensamento geográfico,

infelizmente, diluiu bastante, a ponto de ser negligenciada.

Qual sua opinião sobre as tendências atuais da Geografia? Essa ciência consegue realizar uma boa interpretação da realidade mesmo havendo cada dia mais uma especialização precoce dos geógrafos?

Na minha opinião sobre as tendências atuais da Geografia, baseada na sua constatação de que "a cada dia haver mais uma especialização precoce dos geógrafos", fico a imaginar que essa postura imediatista só aumenta a "colcha de retalhos" (Ruy) do saber geográfico existente, pressa essa pequeno-burguesa, desprovida de um domínio maior da epistemologia e metodologia geográfica. Acrescentaria ainda, que à nossa categoria falta uma bagagem qualitativa de ordem filosófica, política e ideológica, razão pela qual a prática comunitária fica comprometida por permanecer mais tangencial aos apelos das comunidades nos seus movimentos sociais. E o pior, não conseguem ver que são as comunidades que nos oferecem os temas de nossas pesquisas, parafraseando Álvaro Vieira Pinto em Ciência e Existência.

Ao longo de mais de vinte anos a ditadura implantou a despolitização da juventude emergente brasileira a tal ponto que, apesar dos avanços da sociedade nos anos seguintes em termos de conquistas democráticas constitucionais, ainda perdura no âmbito nacional um conhecimento fragilizado de nossa história; um comportamento de aceitação do *status quo* vigente baseado no modo de produção capitalista, razão pelo qual ainda não adquirimos **à** condição de nação verdadeiramente democrática e soberana.

O senhor consegue vislumbrar algum caminho que essa ciência possa seguir?

Weder, apesar de estar desde 2008, parcialmente, fora do ambiente universitário no dia-a-dia em razão de minha aposentadoria pelo INSS, **é possível** detectar algumas linhas de pensamento geogr**áfico** a ser trilhado por professores e pesquisadores da academia; dos Institutos Federais; pós-graduandos e profissionais diversos atuantes na AGB, no CNPq, nos EREGEOS, em virtude da situação econômico-social em que vive atualmente o povo brasileiro, particularmente, as camadas menos assistidas pelo poder público, submetidas a uma economia inflacionária crescente e a uma pandemia que continua a ceifar vidas de brasileiros. Partindo do pressuposto de que são as comunidades em suas vivências cotidianas que nos oferecem os temas de nossas pesquisas, é possível vislumbrar alguns caminhos que a ciência geográfica possa trilhar. Vejamos: a pandemia atual faz-nos retroceder na história aos séculos XIV e XV da Idade M**édia** quando milhões de europeus, estimam em mais de 50 milhões, foram v**í**timas da "peste negra". Nos séculos XVII e XVIII, milhares de africanos e europeus perderam as suas vidas pelas chamadas "doenças tropicais" – malária, varíola, febre tif**óide,** sarampo etc. --. No início do século XX, a poliomielite causada por um vírus paralisava milhares de crianças. Na I Guerra Mundial, a gripe espanhola atingiu diversos países da Terra, incluindo o Brasil, estima-se em mais de 20 milh**ões** de mortos. Na II Grande Guerra, milhões de ucranianos foram vítimas do tifo, e tantos outros vírus e bactérias causaram milhões de vítimas. Em função da pandemia causada pelo coronavírus que mudou o mundo em que vivemos, tudo leva a crer que a linha proposta por Max Sorre em seu livro "Os Fundamentos Biológicos da Geografia Humana", na qual integra Epidemiologia a Geografia por meio dos estudos dos micro-organismos, complexos patogênicos causadores de doenças endêmicas e epid**ê**micas, voltar**á** à tona. O mesmo pode-se dizer quanto a abordagem da fome carencial e endêmica no Brasil, analisada por Josué de Castro em seu livro Geografia da Fome, e também no plano mundial com a Geopolítica da Fome. Luís Câmara Cascudo e Antônio da Silva Melo são outros dois expoentes que abordaram com profundidade a questão alimentar no Brasil.

No que tange **à** condição de natureza econômico-social do povo brasileiro, o estado de "carências" em que se encontra em decorrência da crescente inflação que gera mais pobreza e desemprego, hoje na casa de mais de 12 milhões de desempregados; da ausência de políticas públicas permanentes aplicadas a sanar, pelo menos minimizar, as péssimas condições infra-estruturais em que se encontra a quase totalidade das cidades do país; assim como por um ponto final **à continuidade da devastação p**rogressiva e acelerada da Floresta Amazônica e de outros biomas nacionais, pelo agronegócio, por madeireiros e garimpeiros que se apossam das terras indígenas, juntamente com a violência criminal generalizada sob todas as suas formas na cidade e no campo, est**ão** a clamar por soluções urgentes. Tudo leva a crer que pelo menos teremos um novo despertar para estudos e pesquisas geográficas e afins direcionados a essas temáticas.

Finalmente, cabe aqui registrar que no interior dos representantes de nossa categoria, assim como nas demais categorias de profissionais de **áreas** afins, a busca por alguns de procurar incorporar o materialismo histórico **à** ciência geográfica via processo do movimento social quantitativo (reivindicatório) e qualitativo (transformador), vai depender em muito do crescer da própria sociedade brasileira em termos de "politização", a fim de que segmentos mais politizados e organizados nela existente, como agentes da transformação social possam fazer do Brasil uma nação verdadeiramente livre, democrática e soberana, que, aos poucos, via processo histórico democrático irá sanando as profundas mazelas sociais que recaem sobre o povo brasileiro.

Para além da Geografia o senhor escreve sobre diversos temas, já publicou inúmeros livros, entre eles um sobre o Atlético Goianiense. Qual a importância do futebol e do Atlético na sua história?

Quando eu busquei retratar em meus livros sobre as raízes culturais da Campininha das Flores – atualmente são cinco os editados e mais três prontos para ir a fornalha -- fui levado por um sentimento de afeição à tudo aquilo que havia de significado de bom, de bem e de belo naquela comunidade tão fraterna e solidária, amparada por um recorte preservado e bucólico da Mãe-Natureza.

Em 1939, aos sete anos de idade, com os meus pais e irmãos chegamos à Campinas já transformada em bairro de Goiânia. Ao completar 10 anos eu já estava assistindo treinos dos jogadores do Atlético num campo-de-terra próximo a residência onde morava. Em 1944, assisti no Estádio Antonio Accioly o Atlético sair vencedor contra o Goiânia por 4x3, no primeiro campeonato promovido pela Federação Goiana de Futebol. Daí prá frente a minha paixão pelo Dragão e pelo futebol só aumentou, e se consolidou com o meu ingresso no seu time Juvenil do Atlético, onde joguei por cinco anos (1947-52) e no qual conquistamos dois campeonatos. Deixo registrado, sem falsa modéstia, que eu era bom de bola, pois, herdei as habilidades que o meu querido pai possuía quando jogador no oeste do Estado de São Paulo: a de ser ambidestro, por conduzir, driblar e chutar a pelota com os dois pés, além de ser técnico e ter uma visão abrangente dos jogadores e do campo. Também, é preciso assinalar que os moradores da malha urbana do bairro possuíam quatro lugares de sua afeição e preferência: a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, a Praça Joaquim Lúcio, o Cine Campinas sendo o principal entre os demais que existiam na Campininha, e o Campo do Atlético com os seus jogadores exercendo sobre nós torcedores uma atração mágica que chegava à idolatria.

Quanto ao futebol como sendo uma determinada modalidade esportiva hoje praticada em quase todos os países da Terra, considero ser de um valor importantíssimo para o desenvolvimento do corpo e da mente de nossas crianças, adolescentes e jovens, razão pelo qual deveria ter todo o amparo social de nossas autoridades administrativas.

Quando praticado com lisura entre aos jogadores, portanto, digno de ser visto aos olhos dos torcedores, merece todo o nosso respeito e incentivo. No meu entendimento o futebol deve ser um “esporte para o povo”, no qual o trabalhador de baixa renda possa assisti-lo, e não “futebol-empresa” que faz do jogador uma mercadoria rentável de compra e venda no mercado capitalista.